

## **Direito Administrativo**

### **Direito Administrativo 01**

**01** A titulação genérica de Administração Pública, usada pelo legislador constituinte de 1988, ao tratar da Organização do Estado, para efeito de sujeição dos seus atos à obediência de determinados princípios fundamentais e à observância de outras exigências, restrições ou limitações ali declinadas, abrange e alcança

- A)** os órgãos públicos, exceto os dos Poderes Legislativo e Judiciário
- B)** os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, exceto dos Poderes Legislativo e Judiciário
- C)** os órgãos dos Três Poderes, quer os da União, dos Estados, do Distrito Federal como os dos Municípios
- D)** os órgãos dos Três Poderes e as entidades descentralizadas, exceto dos Estados e Municípios
- E)** as autarquias, excetuando as empresas públicas e sociedades de economia mista

**02** O regime jurídico administrativo, posto em relação com o direito privado, acarreta a assertiva de que

- A)** os poderes administrativos são insusceptíveis de controle judicial
- B)** o interesse particular sobrepõe-se ao da Administração pública
- C)** o poder de polícia não interfere nos direitos e nas liberdades individuais
- D)** só Lei pode desconstituir o ato jurídico perfeito e acabado
- E)** o interesse público sobrepõe-se ao dos particulares

**03** A natureza do regime jurídico único dos servidores públicos federais é de ordem predominantemente

- A)** privatista
- B)** contratual
- C)** celetista
- D)** eletiva
- E)** legal

**04** Na Administração Pública Federal, em termos de regime jurídico dos seus servidores,

- A)** todos são sujeitos ao celetista
- B)** todos são sujeitos ao estatutário
- C)** é optativo o celetista ou estatutário
- D)** o estatutário da Lei 8.112/90 está presente nas autarquias da União
- E)** o estatutário da Lei 8.112/90 é exclusivo das entidades integrantes da Administração Federal

**05** Os serviços notariais e de registro cartorário são exercidos em caráter

- A)** público, por órgão da Administração
- B)** público, por entidade da Administração
- C)** privado, por delegação do poder público
- D)** privado, pelo regime de empresa concessionária
- E)** privado, de livre iniciativa e competitividade particular

**06** As contratações de compras e obras no serviço público dependem de prévia licitação, exceto no caso de

- A)** publicidade
- B)** inexigibilidade
- C)** informática
- D)** alimentos
- E)** importações

**07** A declaração de nulidade do contrato administrativo opera ex tunc, retroativamente, impedindo os seus efeitos jurídicos, mas quanto ao dever de indenizar o contratado, pelo que ele houver até então realizado, a(o)

- A)** Administração não fica exonerada de pagar-lhe
- B)** Administração fica exonerada de pagar-lhe
- C)** questão deve ser resolvida mediante acordo entre as partes

- D) questão tem que ser resolvida em sede judicial
- E) pagamento depende da causa motivadora da anulação

**08** O ato jurídico perfeito e acabado, para o qual concorreram os elementos essenciais de validade,

- A) pode ser anulado por interesse público
- B) pode ser revogado por conveniência administrativa
- C) pode ser anulado por conveniência administrativa
- D) não pode ser revogado por conveniência administrativa
- E) não pode ser revogado por interesse público

**09** Entre os elementos sempre essenciais à validade dos atos administrativos não se inclui o da

- A) Forma própria
- B) motivação
- C) condição resolutiva
- D) finalidade
- E) autoridade competente

**10** O controle afeto ao Tribunal de Contas da União compreende, entre outros, o dos (das)

- A)  gastos municipais em geral
- B)  admissões de pessoal na Administração Pública Federal
- C)  partidos políticos
- D)  admissões de pessoal no Serviço Público em geral
- E)  obras públicas em geral

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa E
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

#### **Direito Administrativo 02**

**01** Podem ser qualificadas, pelo Poder Executivo, como organizações sociais, destinatárias de recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento de suas finalidades, as entidades

- A) não governamentais e governamentais.
- B) de direito privado, não governamentais.
- C) governamentais de direito público.
- D) governamentais de direito privado.

**02** Em face do princípio da legalidade, consagrado constitucionalmente, pode-se afirmar que a Administração Pública só pode fazer o que a lei

- A) e o regulamento determinam.
- B) determina.
- C) e o regulamento determinam ou autorizam.
- D) determina ou autoriza.

**03** Um dos princípios do direito administrativo é o da motivação. Cumpre-se exigência de motivar

atos administrativos, enunciando

- A) a intenção com que o agente expede o ato.
- B) o dispositivo legal que se entende aplicável à espécie.
- C) o fato que, em face da lei, enseja a expedição do ato.
- D) o dispositivo legal aplicável e a intenção do agente.

**04** Em face de ato administrativo expedido no exercício de competência discricionária, o controle pelo Judiciário, quando provocado,

- A) é restrito aos aspectos de competência e formalidade.
- B) é restrito aos aspectos de legalidade do ato.
- C) é cabível sem quaisquer restrições.
- D) é incabível pela insindicabilidade do ato discricionário.

**05** Cabe à autoridade administrativa anular licitação que entenda padecer de ilegalidade insanável. Em face dessa competência os licitantes, sendo informados oficialmente dessa intenção, podem manifestar-se ou agir

- A) antes da anulação, perante a Administração, e depois, perante o Judiciário.
- B) só depois da anulação, perante a Administração e/ou o Judiciário.
- C) antes e depois da anulação, perante a Administração e/ou o Judiciário.
- D) só depois da anulação, perante o Judiciário.

**06** Nos contratos administrativos, cláusulas que podem ser modificadas unilateralmente pela Administração, nos termos da lei, são as pertinentes

- A) ao regime de execução.
- B) à garantia contratual.
- C) à forma de pagamento.
- D) ao objeto do contrato.

**07** A inadimplência de concessionária de serviço público, ensejadora de declaração da caducidade da concessão outorgada nos termos da Lei no 8987, de 13 de fevereiro de 1995, apura-se mediante

- A) processo administrativo.
- B) processo administrativo ou averiguação sumária.
- C) averiguação sumária ou ação judicial.
- D) ação judicial.

**08** Em face da Emenda Constitucional no 19/98, e no que concerne aos servidores públicos civis, pode-se afirmar que

- A) foi extinta a garantia da estabilidade.
- B) foi extinto o regime jurídico único, com ressalvas.
- C) foi extinta a obrigatoriedade do regime estatutário, com ressalvas.
- D) foi extinta a garantia da irredutibilidade de vencimentos.

**09** Interposto recurso administrativo contra ato que se considera ilegal, o interessado, enquanto não decidido o recurso, fica impedido de pleitear anulação judicial do mesmo ato no caso de recurso

- A) com efeito suspensivo, independente de caução.
- B) com efeito suspensivo, mediante caução.
- C) hierárquico próprio, sem efeito suspensivo.
- D) hierárquico impróprio, sem efeito suspensivo.

**10** Para que alguém obtenha indenização do Estado por danos que lhe tenham sido causados por atos comissivos de seus agentes, é necessário provar, além do dano, o nexo de causalidade entre o dano e a atuação

- A)  dolosa ou culposa do agente.
- B)  dolosa do agente.

C)  do agente.

D)  ilegal do agente.

### RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa C

### Direito Administrativo 03

**01** A Administração Pública tem direito de modificar, unilateralmente, relações jurídicas estabelecidas, em face

- A) da indisponibilidade dos interesses públicos.
- B) da supremacia do interesse público sobre o privado.
- C) do princípio da continuidade dos serviços públicos.
- D) do princípio da legalidade.

**02** O Chefe do Executivo pode dispor sobre organização e funcionamento dos órgãos da Administração, desde que

- A) não limite a discricionariedade administrativa.
- B) o faça por intermédio de medida provisória.
- C) apenas cuide de competências vinculantes.
- D) o exercício desta competência não implique inovação sobre direitos ou deveres não identificados na lei regulamentada.

**03** Sociedade de Economia Mista está sujeita à falência, desde que

- A) por ela o Estado responda subsidiariamente perante terceiros.
- B) preste serviço público (art. 175 CF).
- C) explore atividade econômica (art. 173 CF).
- D) não tenha sido criada por lei.

**04** Um licitante interpõe, após o prazo legal de 5 dias úteis, recurso contra decisão da Comissão de Licitação que classificou as propostas, adjudicando o objeto licitado, alegando vício na proposta vencedora - A Comissão de Licitação deve

- A) receber o recurso como denúncia.
- B) declarar a preclusão da via administrativa pelo escoamento do prazo legal.
- C) declarar convalidada a decisão pelo decurso do prazo.
- D) negar recebimento ao recurso.

**05** Qual a pessoa jurídica de direito público categorizada como Administração Indireta?

- A) Empresa pública.
- B) Distrito Federal.
- C) Organização social.
- D) Autarquia.

**06** Uma vez que a atividade administrativa é infralegal, as competências públicas não serão descaracterizadas se, nos casos previstos em lei,

- A) houver renúncia pelo seu titular.
- B) houver delegação de seu exercício a terceiros.
- C) houver declaração de prescrição, na hipótese de sua não utilização.
- D) forem restringidas pela vontade do próprio titular.

**07** Na concessão de serviço público, o Poder Concedente pode extinguir a concessão a qualquer momento, por motivo de conveniência e oportunidade, mediante lei autorizadora específica e prévio pagamento da indenização. Esta forma de extinção é denominada

- A)** encampação.
- B)** caducidade.
- C)** rescisão contratual.
- D)** desapropriação indireta.

**08** Com a Reforma Administrativa, estabeleceu-se o denominado **teto salarial** do servidor público. Este teto salarial impede que

- A)** o servidor federal perceba remuneração superior ao subsídio mensal do Presidente da República.
- B)** o servidor acumule vencimentos com proventos.
- C)** o servidor perceba remuneração superior ao subsídio mensal dos ministros do STF.
- D)** a despesa com pessoal ativo e inativo, em cada uma das esferas de Governo, ultrapasse o limite estabelecido em lei complementar.

**09** Fala-se que o **apagão** de 11 de março de 1999 foi causado por um raio nas subestações elétricas da cidade de Bauru. Em sendo isso verdade, admitindo-se a existência de força maior, pode-se dizer que os concessionários de serviço público de eletricidade ainda assim poderão ser responsabilizados pelos danos causados

- A)** de vez que a sua responsabilidade é objetiva.
- B)** se constatado que as concessionárias não tomaram as cautelas normais contra acidentes desta ordem.
- C)** visto que a força maior e o caso fortuito não excluem a responsabilidade objetiva do Estado.
- D)** dado a responsabilidade subjetiva das concessionárias não depende da ausência denexo causal.

**10** A Lei nº 10.177, de 30.12.1998, regulando o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, impôs, em seu artigo 33, prazo para a Administração decidir requerimentos em geral, após o que o requerente poderá considerar rejeitado o seu pedido, na esfera administrativa - Esta novidade

- A)**  permitirá que o requerente ingresse imediatamente com mandado de injunção, por se tratar de competência vinculada.
- B)**  será um obstáculo ao princípio da inafastabilidade da defesa jurisdicional.
- C)**  propiciará afronta ao princípio da ampla defesa.
- D)**  impedirá que a Administração defenda sua inação, alegando ser ela decorrente de sua discricionariedade administrativa.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa D

#### **Direito Administrativo 04**

**01** São atributos do ato administrativo:

- A)** discricionariedade, impessoalidade e coercibilidade.
- B)** discricionariedade, impessoalidade e moralidade.

- C) discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade.
- D) legalidade, moralidade e coercibilidade.

**02** Se a autoridade competente declara de utilidade pública para fins de expropriação bem de inimigo político, visando a afrontá-lo, embora invocando motivo de interesse público, caracteriza-se:

- A) o exercício de poder discricionário.
- B) desvio de poder ou de finalidade.
- C) exercício de poder político, insuscetível de controle judicial.
- D) excesso de poder.

**03** O poder de regulamentar uma lei

- A) é de natureza administrativa.
- B) é exclusivo do chefe do Poder do Executivo.
- C) não está sujeito ao prazo eventualmente determinado naquela para ser exercido.
- D) compreende todos os elementos acima mencionados.

**04** A natureza jurídica da autarquia administrativa é

- A) pessoa jurídica de direito privado.
- B) pessoa jurídica de direito público interno.
- C) pessoa jurídica de direito privado de fins públicos.
- D) pessoa política autônoma e descentralizada.

**05** Trata-se de Ministério integrante do chamado setor político:

- A) das Relações Exteriores.
- B) da Fazenda.
- C) do Interior.
- D) das Comunicações.

**06** A ocorrência de guerra ou de grave perturbação da ordem são situações que tornam a licitação

- A) previamente dispensada ex-vi-legis.
- B) mesmo assim obrigatória.
- C) dispensável ao alvedrio do administrador público.
- D) dispensável para os contratos relacionados com tais eventos.

**07** Nos contratos administrativos não cumpridos o contratado infrator sujeita-se a sanção denominada declaração de inidoneidade, que tem por escopo

- A) admoestar o contratante que descumpriu a vença.
- B) alterar as administrações públicas, para prevenir futuras infrações.
- C) afastar o inadimplente de entre os fornecedores da Administração contratante.
- D) responsabilizar civilmente o inadimplente que causou lesão patrimonial.

**08** Pessoa jurídica de direito privado criada por lei específica, com capital exclusivamente público, para realizar atividade de interesse da administração instituidora nos moldes da iniciativa particular, podendo revestir qualquer forma e organização empresarial, é conceito jurídico de:

- A) fundação governamental.
- B) sociedade de economia mista.
- C) ente paraestatal.
- D) empresa pública.

**09** A responsabilidade patrimonial extra-contratual do Estado incide sobre

- A) as pessoas jurídicas de direito público.
- B) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- C) ambas as mencionadas categorias de pessoas.
- D) as pessoas jurídicas de direito público e mais as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações governamentais.

**10** Mecanismo de frenagem da Administração Pública contra os abusos de direito individual é

uma forma de conceituar:

- A)** poder de polícia.
- B)** poder vinculado.
- C)** poder discricionário.
- D)** poder hierárquico.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

#### **Direito Administrativo 05**

**01** O direito de retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é o direito de

- A)** reversão.
- B)** retrocessão.
- C)** encampação.
- D)** tredestinação.

**02** Na hipótese de haver apenas um participante em uma licitação pública, a administração

- A)** poderá torná-la sem efeito e realizar outra.
- B)** terá, necessariamente, de adjudicar o serviço ao único participante.
- C)** poderá prorrogar o prazo de entrega das propostas.
- D)** poderá comparar os preços ofertados com os praticados no mercado e impor ao participante o preço médio.

**03** Da independência das instâncias administrativas, civil e criminal, resulta que

- A)** o funcionário poderá sempre ser punido em qualquer dessas esferas sem a preocupação de se esperar o resultado de qualquer outra instância.
- B)** a absolvição criminal somente afasta a responsabilização administrativa, quando ficar comprovada a inexistência do fato ou a não-autoria imputada ao funcionário.
- C)** a absolvição por falta de provas, na esfera criminal, necessariamente terá reflexo no processo administrativo.
- D)** a absolvição por falta de provas, no processo criminal, somente terá reflexo na esfera civil.

**04** A autarquia, na organização administrativa, faz parte

- A)** da administração direta.
- B)** do setor privado da administração.
- C)** de um corpo à parte da administração.
- D)** da administração indireta.

**05** O servidor público estável

- A)** poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- B)** pode ser demitido em decorrência de avaliação insuficiente.
- C)** só pode ser demitido por decreto do Chefe do Poder Executivo.
- D)** só pode ser afastado por efeito de decisão judicial.

**06** Os direitos e ações pessoais contra as Fazendas Públicas, contado o prazo da data do fato ou ato do qual se originaram, prescrevem em

- A)** 5 (cinco) anos, podendo ser interrompido uma vez.
- B)** 5 (cinco) anos, não podendo ser interrompido.
- C)** 10 (dez) anos entre presentes e 15 (quinze) anos entre ausentes.

**D)** 20 (vinte) anos.

**07** A desistência da ação de desapropriação

- A)** sujeita-se ao consentimento do proprietário do bem expropriando.
- B)** está condicionada ao pagamento integral do preço arbitrado.
- C)** pode ser parcial.
- D)** é inadmissível se verificada a imissão de posse do imóvel expropriando.

**08** Os Tribunais de Contas

- A)** integram o Poder Judiciário.
- B)** são órgãos auxiliares dos Legislativos e colaboradores dos Executivos.
- C)** podem ser criados nas capitais de Estados que deles não dispõem.
- D)** revestem-se de natureza autárquica.

**09** Os estacionamentos localizados nas ruas públicas cujo uso enseje pagamento à administração pública constituem

- A)** bem de uso comum do povo.
- B)** servidão administrativa.
- C)** bem de natureza dominial.
- D)** bem de uso especial.

**10** O poder regulamentar de que dispõem os Chefes de Executivos, no que tange às leis, é

- A)** delegável.
- B)** exercitável, mesmo relativamente àquelas cujo veto de que foram objeto tenha sido rejeitado.
- C)** de exercício indispensável, para que sejam exequíveis.
- D)** instrumento hábil à correção de eventuais equívocos, ao âmbito do conteúdo.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa B

#### **Direito Administrativo 06**

**01** As decisões administrativas de um tribunal caracterizam exercício de função.

- A)** jurisdicional, podendo formar coisa julgada.
- B)** jurisdicional, vinculando todos os órgãos a ele subordinados, mas não formando coisa julgada.
- C)** jurisdicional, exigindo-se que sejam sempre motivadas
- D)** administrativa, devendo ser tomadas pela maioria absoluta de seus membros se de conteúdo disciplinar
- E)** administrativa, não se sujeitando, todavia, aos princípios previstos constitucionalmente para a Administração Pública.

**02** As organizações sociais são

- A)** órgãos pertencentes à Administração direta, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação da meio ambiente, à cultura e à saúde.
- B)** autarquias, declaradas entidades de interesse social e utilidade pública para todos os efeitos legais.
- C)** sociedades de economia mista, criadas por lei ou decreto, sem fins lucrativos, administradas por conselho do qual participam representantes do poder público.



**D)** fundações de direito público, cujo patrimônio é formado parcialmente com recursos públicos, votadas ao desenvolvimento de atividades soais previstas na lei ou decreto que as cria.

**E)** pessoas jurídicas de direito privado que, preenchendo os requisitos legais, podem celebrar contratos de gestão com o poder público para a formação de parceria na fomento e execução de determinadas atividades.

**03** Caso o Poder Executivo exorbite no exercício de seu poder regulamentar, a sustação do ato normativo exorbitante compete.

**A)** ao Congresso Nacional.

**B)** ao Senado Federal

**C)** á Câmara dos Deputados.

**D)** ao Tribunal de Contas da União.

**E)** ao Ministério da Justiça.

**04** A permissão de serviços públicas, tal como prevista na Lei nº 8.987/95, é formalizada por meio de

**A)** lei específica, do mesmo moda que a concessão de serviços públicos.

**B)** decreto, diferentemente da concessão de serviços públicos, que deve ser estabelecida por lei específica.

**C)** contrato administrativa, da mesmo modo que a concessão de serviços públicos.

**D)** contrato de direito privado, diferentemente da concessão de serviços públicos, que deve ser estabelecida por contrato administrativo

**E)** ato administrativo unilateral, diferentemente da concessão de serviços públicos, que de ser estabelecida por contrato administrativo.

**05** Segundo a teoria dos motivos determinantes,

**A)** todo ato administrativo deve ter sua motivação expressamente prevista na lei

**B)** a inexistência dos motivos explicitados pelo agente para a prática do ato administrativo invalida o ato, ainda que outros motivos de fato existam para justifica-lo

**C)** os motivos invocados para a prática do ato administrativo fazem parte do mérito da ato e não podem ser apreciados judicialmente

**D)** a finalidade de interesse público a que visa o agente com a prática do ato administrativo pare sanar eventual vício de forma do ato ou de competência relativa do agente

**E)** o desatendimento ao interesse público pode ser invocado pelo Poder Judiciário para a anulação do ato administrativo.

**06** A revogação de um ato administrativo discricionário pelo Poder Judiciário

**A)** pode ocorrer apenas em razão de vicio de forma

**B)** pode ocorrer apenas em razão de vicio de competência do agente.

**C)** pode ocorrer apenas em razão de ilegalidade do abjeta.

**D)** pode ocorrer apenas em razão de desvio de finalidade.

**E)** não pode ocorrer

**07** É passível a alteração de um contrato administrativo, por

**A)** acordo das partes, para substituição do particular contratado

**B)** acorda das partes, para o acréscimo de 50% do valor contatado para prestação de serviços.

**C)** ato unilateral da Administração, para substituição da garantia de execução

**D)** ato unilateral da Administração, para a acréscimo de 50% do valor contratado para reforma de edifício

**E)** ato unilateral da Administração, para a supressão de 50% do valor contratado para compra.

**08** Para licitações internacionais é admissível,

**A)** exclusivamente a modalidade concorrência.

**B)** além da modalidade concorrência, a tomada de preços, desde que o órgão licitante disponha de cadastro internacional de fornecedores, e o convite, desde que não haja fornecedor do bem ou serviço no País, respeitadas as faixas de valor legalmente previstas.

**C)** além da modalidade concorrência, apenas a tomada de preços, desde que se empregue o sistema de registro de preços, respeitadas as faixas de valor legalmente previstas.

**D)** além da modalidade concorrência, a tomada de preços, desde que se empregue o sistema de

registro de preços, e o convite, desde que não haja fornecedor do bem ou serviço no País, respeitadas as faixas de valor legalmente previstas.

**E)** exclusivamente, a modalidade tomada de preços.

**09** É direito constitucionalmente assegurado aos servidores públicos civis a

**A)** acumulação de aposentadorias, no regime de previdência de caráter contributivo, decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição.

**B)** percepção de proventos integrais na hipótese de aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.

**C)** estabilidade após 3 anos contados de sua posse em cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

**D)** percepção de subsídio, acrescido de eventuais abonos e gratificações previstos em lei.

**E)** disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, na hipótese de perda do cargo em decorrência de processo de avaliação de desempenho.

**10** É consequência necessária da aprovação em concurso público para ingresso no serviço pública em cargo de provimento efetivo

**A)**  a nomeação do aprovado para o cargo em questão.

**B)**  a aquisição de estabilidade pelo aprovado no prazo constitucionalmente previsto.

**C)**  a não preterição do aprovado, segundo a ordem de classificação, no momento da nomeação.

**D)**  a indenização do aprovado caso sua nomeação não ocorra no prazo constitucionalmente previsto.

**E)**  o direito á futura aposentadoria segundo as regras constitucionais vigentes na época da aprovação.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa E

Questão 3 alternativa A

Questão 4 alternativa C

Questão 5 alternativa B

Questão 6 alternativa E

Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa A

Questão 10 alternativa C

**01** Quais as entidades da administração indireta que são sempre constituídas sem a obrigatoriedade de fins lucrativos?

**A)** Empresas concessionárias

**B)** Empresas públicas

**C)** Sociedades de economia mista

**D)** Empresas permissionárias

**E)** Fundações autárquicas

**02** Configura hipótese de licitação inexigível a

**A)** contratação de instituição brasileira incumbida de pesquisa ou ensino

**B)** ocorrência de guerra

**C)** restauração de obra de arte e objetos históricos, de autenticidade comprovada

**D)** locação de imóvel com localização e instalação determinada como condicionante para o atendimento do interesse público

**E)** necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços

**03** A rescisão contratual

- A)** impede o exame de legalidade por parte do Poder Judiciário
- B)** nunca pode se dar por discricionariedade da Administração
- C)** configura direito subjetivo do contratado quando a Administração atrasa o pagamento por prazo superior a 30 (trinta) dias
- D)** exige sempre a homologação judicial
- E)** pode ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração

**04** A Administração apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, como os contratados, através do poder

- A)** hierárquico
- B)** disciplinar
- C)** de polícia
- D)** de prestar contas
- E)** de tutela

**05** Se o ato administrativo contiver o vício de ilegalidade ou de ilegitimidade ensejará a

- A)** reversão
- B)** revogação
- C)** retrocessão
- D)** anulação
- E)** rescisão

**06** A extinção do ato administrativo em virtude do auto-controle dos atos praticados pelo Poder Executivo se dá por

- A)** legalidade, gerando efeitos retroativos
- B)** decisão judicial, sem gerar qualquer efeito
- C)** conveniência e oportunidade, gerando efeitos retroativos
- D)** decisão do Tribunal de Contas, gerando efeitos declaratórios imediatos
- E)** legalidade, gerando efeitos declaratórios imediatos

**07** Um exemplo de ato de descentralização administrativa é

- A)** a delegação de tarefa do Controlador- -Geral para seu substituto
- B)** a delegação do serviço de cadastro por Secretário para Departamento da Secretaria
- C)** a delegação legal do serviço de fiscalização do trânsito para a Empresa de Vigilância da Guarda Municipal
- D)** a delegação de tarefa do Prefeito para seus Secretários
- E)** o convênio para execução conjunta de serviço público de interesse do Estado e do Município.

**08** A licitação pública realizada pela Administração, nos exatos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93, observa os princípios

- A)** da economicidade, da impessoalidade e do interesse pessoal
- B)** da economicidade, da legalidade e da continuidade do serviço público
- C)** da moralidade administrativa, da razoabilidade e da discricionariedade
- D)** da vinculação ao instrumento convocatório, da moralidade administrativa e do julgamento objetivo
- E)** da necessidade de contratação, da igualdade e da continuidade do serviço público

**09** São modalidades de garantia previstas na Lei nº 8666/93:

- A)** a fiança bancária e a caução em títulos da dívida pública limitados a até 10% (dez por cento) na aquisição de gêneros alimentícios
- B)** a caução em títulos da dívida pública e o seguro-garantia, limitados a até 15% (quinze por cento) na aquisição de material de escritório
- C)** a caução em dinheiro e a fiança bancária, limitados a até 10% (dez por cento) para obras de construção de usina de lixo
- D)** o seguro-garantia e a fiança bancária, limitados a até 50% (cinquenta por cento) na aquisição de material de informática
- E)** a fiança bancária e a caução em títulos da dívida pública limitados a até 20% (vinte por

cento) na prestação de serviços de limpeza

**10** A presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos acarreta

- A)**  que apenas o Judiciário, após produção de prova em contrário, poderá decretar a invalidade do ato administrativo
- B)**  a celeridade no cumprimento das leis
- C)**  que, nem com a produção de prova em contrário, poderá ser decretada a invalidade do ato administrativo
- D)**  que não poderão ser questionados os aspectos legais do ato administrativo
- E)**  a impessoalidade e a informalidade dos procedimentos administrativos

#### RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa E  
Questão 2 alternativa C  
Questão 3 alternativa E  
Questão 4 alternativa B  
Questão 5 alternativa D  
Questão 6 alternativa A  
Questão 7 alternativa C  
Questão 8 alternativa D  
Questão 9 alternativa C  
Questão 10 alternativa B

**01** Em relação às sociedades de economia mista, pode-se dizer:

- I) são pessoas jurídicas de direito privado, com participação do Poder Público e de particulares no seu capital e na sua administração;
- II) quando utilizadas para explorar atividades econômicas, devem operar sob as mesmas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;
- III) o seu pessoal não está sujeito à proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos ou funções.

Quanto às afirmativas acima,

- A)** apenas I e II são corretas.  
**B)** apenas I e III são corretas.  
**C)** apenas II e III são corretas.  
**D)** todas são corretas.

**02** A edição, pelo Chefe do Executivo, de normas gerais e abstratas que permitam o cumprimento das leis, baseia-se em seu poder

- A)** disciplinar.  
**B)** hierárquico.  
**C)** regulamentar.  
**D)** discricionário.

**03** Contrato administrativo pelo qual a Administração confere ao particular a execução remunerada de serviço público é

- A)** convênio.  
**B)** autorização.  
**C)** permissão.  
**D)** concessão.

**04** Em relação à invalidação dos atos administrativos pode-se dizer que:

- I) no caso de ilegalidade do ato, a própria Administração pode anulá-lo;  
II) ocorrendo revogação de ato administrativo, são válidos os efeitos por ele produzidos até o

momento de sua revogação;

III) o Poder Judiciário pode revogar atos praticados pela Administração.

São corretas

- A)** apenas as afirmativas I e II.
- B)** apenas as afirmativas I e III.
- C)** apenas as afirmativas II e III.
- D)** todas as afirmativas.

**05** Em qual dessas modalidades de licitação é dispensada a publicidade:

- A)** tomada de preços.
- B)** convite.
- C)** concorrência.
- D)** em nenhuma das alternativas anteriores.

**06** Em relação aos contratos administrativos, é correto afirmar que

- A)** não admitem a inclusão de cláusulas exorbitantes.
- B)** deles, a Administração participa com supremacia de poder.
- C)** em regra não se submetem à exigência de prévia licitação.
- D)** não admitem alteração ou modificação unilateral.

**07** Em relação aos servidores públicos civis, consta que:

I) os cargos públicos são acessíveis a todos brasileiros e estrangeiros residentes no País, que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II) o funcionário público em estágio probatório não pode ser dispensado por conveniência da Administração e independentemente de inquérito ou da observância de formalidades para apuração de sua capacidade;

III) têm eles direito à irredutibilidade dos vencimentos ou salários, à licença paternidade e ao repouso semanal remunerado.

Pode-se dizer que

- A)** apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B)** apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C)** apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D)** todas as afirmativas são corretas.

**08** Pedido de anulação ou modificação do ato administrativo, dirigido à autoridade superior dentro do mesmo órgão em que foi praticado o ato, constitui

- A)** pedido de reconsideração.
- B)** representação.
- C)** recurso hierárquico impróprio.
- D)** recurso hierárquico próprio.

**09** O Poder Público, agindo ilicitamente, ocupa imóvel particular e nele inicia a construção de obra pública. Para a reparação do direito lesado, a ação adequada a ser proposta pelo proprietário é a

- A)** ação de retrocessão.
- B)** ação de desapropriação indireta.
- C)** ação de reintegração de posse.
- D)** ação de desapropriação.

**10** A exigência, imposta por lei municipal, de recuo de determinado número de metros na construção a ser levantada em terreno urbano, constitui

- A)** servidão predial.
- B)** servidão administrativa.
- C)** limitação administrativa.
- D)** desapropriação parcial do terreno.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa A

Questão 2 alternativa C

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa A  
Questão 5 alternativa B  
Questão 6 alternativa B  
Questão 7 alternativa C  
Questão 8 alternativa D  
Questão 9 alternativa B  
Questão 10 alternativa C

**01** A Administração Pública, como tal prevista na Constituição Federal (art. 37) e na legislação pertinente (Decreto-Lei nº 200/67, com alterações supervenientes), além dos órgãos estatais e de diversos tipos de entidades abrange, também,

- A)** as concessionárias de serviço público em geral
- B)** as universidades federais que são fundações públicas
- C)** as organizações sindicais
- D)** os chamados serviços sociais autônomos (Senai, Senac etc.)
- E)** os partidos políticos

**02** As autarquias e as empresas públicas, como integrantes da Administração Federal Indireta, equiparam-se entre si pelo fato de que ambas são

- A)** pessoas administrativas, com personalidade jurídica própria
- B)** pessoas administrativas, sem personalidade jurídica própria
- C)** pessoas jurídicas de direito público interno
- D)** pessoas jurídicas de direito privado
- E)** pessoas ou entidades políticas estatais

**03** A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal, constitui mais propriamente o exercício do poder

- A)** de domínio
- B)** de polícia
- C)** disciplinar
- D)** hierárquico
- E)** regulamentar

**04** Um ato administrativo estará caracterizando desvio de poder, por faltar-lhe o elemento relativo à finalidade de interesse público, quando quem o praticou violou o princípio básico da

- A)** economicidade
- B)** eficiência
- C)** impessoalidade
- D)** legalidade
- E)** moralidade

**05** Quando a valoração da conveniência e oportunidade fica ao talante da Administração, para decidir sobre a prática de determinado ato, isto consubstancia na sua essência

- A)** a sua eficácia
- B)** a sua executoriedade
- C)** a sua motivação
- D)** o poder vinculado
- E)** o mérito administrativo

**06** A nomeação de ministro do Superior Tribunal de Justiça, porque a escolha está sujeita a uma lista tríplice e aprovação pelo Senado Federal, contando assim com a participação de órgãos independentes entre si, configura a hipótese específica de um ato administrativo

- A)** complexo
- B)** composto
- C)** bilateral
- D)** discricionário

**E)** multilateral

**07** O ato administrativo, a que falte um dos elementos essenciais de validade,  
**A)** é considerado inexistente, independente de qualquer decisão administrativa ou judicial  
**B)** goza da presunção de legalidade, até decisão em contrário  
**C)** deve por isso ser revogado pela própria Administração  
**D)** só pode ser anulado por decisão judicial  
**E)** não pode ser anulado pela própria Administração

**08** O que, essencial e fundamentalmente, mais caracteriza um contrato administrativo, diferenciando-o dos demais e subordinando-o às regras específicas de direito público, é  
**A)** ter como parte contratante uma entidade da Administração Pública  
**B)** ter como parte contratante uma pessoa jurídica de direito público interno e presente o interesse público no seu objeto  
**C)** ter o interesse público presente no seu objeto, ainda que uma das partes não seja órgão ou entidade da Administração Pública  
**D)** o fato de acarretar despesa à conta de recursos públicos  
**E)** o fato de versar seu objeto uma determinada prestação de serviço público

**09** A locação de imóvel, para nele funcionar determinado serviço público, será uma modalidade de contratação que (em que)  
**A)** depende de prévia licitação, em qualquer caso  
**B)** prescinde de licitação, em qualquer caso  
**C)** pode ser dispensada a licitação, nos casos previstos na lei  
**D)** é inexigível a licitação, nos casos previstos na lei  
**E)** é discricionariamente dispensável ou inexigível a licitação

**10** O regime jurídico dos contratos administrativos, inclusive no que confere à Administração as prerrogativas de modificá-los, rescindi-los e outras compreendidas nas chamadas cláusulas derogativas ou excepcionais do direito privado,  
**A)** não se aplica aos de seguro, em que a União for parte  
**B)** não se aplica aos de locação, em que a União for locatária  
**C)** não se aplica àqueles em que a União for parte como usuária de serviço público  
**D)** aplica-se àqueles em que a União for parte como usuária de serviço público, no que couber  
**E)** aplica-se aos de locação, mas somente quando a União for locadora

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa B  
Questão 2 alternativa A  
Questão 3 alternativa B  
Questão 4 alternativa C  
Questão 5 alternativa E  
Questão 6 alternativa A  
Questão 7 alternativa B  
Questão 8 alternativa B  
Questão 9 alternativa C  
Questão 10 alternativa D

#### **Direito Administrativo 10**

**01** A influência do Direito Administrativo francês no Direito Administrativo brasileiro é notável. Entre os institutos oriundos do direito francês abaixo, assinale aquele que não foi introduzido no sistema brasileiro.

**A)** Regime jurídico de natureza legal para os servidores dos entes de direito público.  
**B)** Teoria da responsabilidade objetiva do Poder Público.  
**C)** Natureza judicante da decisão do contencioso administrativo.  
**D)** Cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos.  
**E)** Inserção da moralidade como princípio da Administração Pública.

**02** A Administração Pública, em sentido objetivo, no exercício da função administrativa, engloba as seguintes atividades, exceto:

- A) polícia administrativa
- B) serviço público
- C) elaboração legislativa, com caráter inovador
- D) fomento a atividades privadas de interesse público
- E) intervenção no domínio público

**03** Pela teoria do órgão, entende-se que a vontade da pessoa jurídica manifesta-se por meio dos agentes que compõem os órgãos de sua estrutura. Por esta teoria, a vinculação da vontade órgão e agente se dá mediante:

- A) representação
- B) usurpação
- C) mandato
- D) delegação
- E) imputação

**04** Com relação à competência administrativa, não é correto afirmar:

- A) é inderrogável, pela vontade da Administração
- B) pode ser distribuída por critérios territoriais e hierárquicos
- C) decorre necessariamente de lei
- D) pode ser objeto de delegação e/ou avocação, desde que não exclusiva
- E) pode ser alterada por acordo entre a Administração e os administrados interessados

**05** São órgãos da Administração Pública, sem personalidade jurídica, exceto:

- A) Departamento de Polícia Federal
- B) Estado Maior das Forças Armadas
- C) Imprensa Nacional
- D) Escola Nacional de Administração Pública
- E) Conselho Monetário Nacional

**06** Quanto às fundações instituídas pelo Poder Público, com personalidade jurídica de direito público, pode-se afirmar, exceto:

- A) o regime jurídico de seu pessoal pode ser o estatutário
- B) os atos de seus dirigentes não são suscetíveis de controle pelo Ministério Público
- C) têm as mesmas características das entidades autárquicas
- D) podem expressar poder de polícia administrativa
- E) o seu patrimônio é impenhorável

**07** O decreto, com função normativa, não tem o seguinte atributo:

- A) novidade
- B) privativo do Chefe do Poder Executivo
- C) generalidade
- D) abstração
- E) obrigatoriedade

**08** Assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta.

1- ato vinculado

2- ato discricionário

- ( ) aposentadoria compulsória por implemento de idade
- ( ) graduação de penalidade em processo administrativo
- ( ) revogação de processo licitatório
- ( ) exoneração de servidor em estágio probatório
- ( ) concessão de alvará para atividade comercial

- A) 2/1/1/2/2
- B) 1/2/2/1/1
- C) 2/2/2/1/1
- D) 1/2/1/2/1
- E) 1/1/2/2/2

**09** Quando a autoridade remove servidor para localidade remota, com o intuito de puni-lo,



- A) incorre em desvio de poder
- B) pratica ato disciplinar
- C) age dentro de suas atribuições
- D) não está obrigada a instaurar processo administrativo
- E) utiliza-se do poder hierárquico

**10** Quanto à extinção do ato administrativo, é correto afirmar:

- A) é factível a convalidação de todo ato administrativo
- B) os efeitos da revogação retroagem à data inicial de validade do ato revogado
- C) a caducidade do ato ocorre por razões de ilegalidade
- D) a anulação pode-se dar por ato administrativo ou judicial
- E) oportunidade e conveniência justificam a cassação do ato administrativo

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa E
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa D

#### **Direito Administrativo 11**

**01** Não é característica do contrato administrativo:

- A) natureza de contrato de adesão
- B) finalidade pública
- C) liberdade de forma
- D) presença de cláusulas exorbitantes
- E) mutabilidade

**02** As terras devolutas pertencem

- A) exclusivamente à União
- B) exclusivamente aos Estados
- C) exclusivamente aos Municípios
- D) à União e aos Estados, conforme sua localização
- E) à União, aos Estados e aos Municípios, conforme sua localização

**03** Nos contratos administrativos, o cumprimento dos encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas é de responsabilidade

- A) exclusiva do contratado
- B) da Administração Pública e do contratado
- C) da Administração Pública, quando não satisfeito pelo contratado
- D) do contratado, quando não satisfeito pela Administração Pública
- E) exclusiva da Administração Pública

**04** São hipóteses de dispensa de licitação, exceto:

- A) contratação de serviço técnico de profissional de notória especialização
- B) casos de calamidade pública
- C) contratação de remanescente de obra, desde que observadas a ordem de classificação e as condições do licitante vencedor
- D) locação de imóvel para atender às finalidades da Administração
- E) contratação de instituição brasileira da área da pesquisa científica, sem fins lucrativos

**05** A atividade negativa que sempre impõe uma abstenção ao administrado, constituindo-se em obrigação de não fazer, caracteriza o poder

- A) discricionário
- B) disciplinar

- C) normativo
- D) de polícia
- E) hierárquico

**06** Os bens dominicais do Estado podem ser alienados mediante os seguintes institutos, exceto:

- A) retrocessão
- B) usucapião
- C) dação em pagamento
- D) permuta
- E) doação

**07** Relativamente ao processo de desapropriação,

- A) a contestação pode suscitar questões referentes ao domínio
- B) os ônus reais podem ser objeto de discussão
- C) o pagamento da indenização a terceiro é motivo de nulidade
- D) prevalece a avaliação administrativa
- E) na contestação só podem ser discutidos o preço e vícios processuais

**08** São pressupostos do mandado de segurança, exceto:

- A) lesão ou ameaça de lesão
- B) dano ao patrimônio público
- C) ilegalidade ou abuso de poder
- D) ato de autoridade
- E) direito líquido e certo não amparado por habeas-corpus ou habeas-data

**09** Quanto ao instituto da disponibilidade não é correto afirmar:

- A) só se aplica ao servidor estável
- B) o aproveitamento do servidor em disponibilidade pode-se dar em qualquer outro cargo público
- C) a remuneração do servidor em disponibilidade é proporcional ao tempo de serviço
- D) o tempo de disponibilidade não é computado para fins de aposentadoria
- E) a desnecessidade do cargo pode ser revertida, com a volta à atividade do servidor em disponibilidade

**10** No âmbito do processo administrativo, o princípio que autoriza a instituição do processo por iniciativa da Administração, sem necessidade de provocação, denomina-se princípio

- A) da gratuidade
- B) do contraditório
- C) da oficialidade
- D) da legalidade
- E) da observância à forma

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa E
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C

#### **Direito Administrativo 11**

#### **Direito Administrativo 12**

Em relação à discricionariedade, não é correto afirmar:

- A) pode ser controlada mediante ato do Poder Judiciário
- B) jamais se manifesta em relação ao sujeito do ato administrativo

- C) tem por fundamento o binômio conveniência e oportunidade
- D) somente ocorre quando a lei expressamente confere à Administração o poder de exercê-la
- E) não está presente em todos os elementos do ato administrativo

**02** O ato administrativo que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, cujas vontades se unem para formar um ato único, denomina-se

- A) ato complexo
- B) ato procedimental
- C) ato singular
- D) ato duplo
- E) ato composto

**03** A atribuição do Congresso Nacional de sustar contratos considerados irregulares, classifica-se como um ato do controle

- A) político
- B) administrativo
- C) financeiro
- D) judicial
- E) interno

**04** O contrato administrativo que tem por objeto a obtenção de mão-de-obra para pequenos trabalhos, mediante pagamento por preço certo, com ou sem fornecimento de material, denomina-se:

- A) tarefa
- B) administração contratada
- C) contrato de fornecimento
- D) contrato de gestão
- E) concessão de uso

**05** Não se considera como característica própria do contrato administrativo, não presente nas relações do direito comum:

- A) presença de cláusulas exorbitantes
- B) presença da Administração Pública como poder público
- C) mutabilidade
- D) finalidade pública
- E) forma prescrita ou não vedada em lei

**06** Em relação ao pregão, nova modalidade de licitação, não é correto afirmar:

- A) poderá haver lances verbais e sucessivos no curso da sessão
- B) se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, novo pregão deverá ser realizado
- C) é vedada a exigência de garantia de proposta
- D) a fase de habilitação ocorre a posteriori, em relação ao julgamento da proposta
- E) o prazo para a apresentação das propostas não será inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso

**07** Para se dar a revogação do procedimento licitatório, deve haver

- A) vício no edital
- B) ilegalidade em qualquer fase do procedimento
- C) recurso provido de licitante
- D) conveniência do Poder Público
- E) fato superveniente e motivação

**08** Em relação à concessão de serviço público, é correto afirmar:

- A) é possível a alteração unilateral do objeto da concessão
- B) decadência é a retomada do serviço público ao final do prazo da concessão
- C) a responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros, por consequência de seus serviços, tem natureza subjetiva
- D) a rescisão unilateral por motivo de inadimplência contratual denomina-se caducidade

**E)** a incorporação dos bens do concessionário ao poder concedente dar-se-á mediante encampação

**09** Em relação à aposentadoria do servidor não é correto afirmar:

**A)** a aposentaria compulsória, por implemento de idade, ocorre aos setenta anos, seja homem ou mulher o servidor

**B)** os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria

**C)** para a aposentadoria voluntária é exigida a comprovação de ter o servidor cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos na carreira em que se dará a aposentadoria

**D)** os requisitos de idade e de tempo de contribuição necessários para a aposentadoria serão reduzidos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério no ensino fundamental e médio

**E)** ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social

**10** Serão obrigatoriamente remunerados por meio de subsídio, fixado em parcela única, exceto:

**A)** o detentor de mandato eletivo

**B)** o servidor público organizado em carreira

**C)** os Secretários Estaduais e Municipais

**D)** os Ministros de Estado

**E)** o membro de Poder

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa A

Questão 5 alternativa E

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa E

Questão 8 alternativa D

Questão 9 alternativa C

Questão 10 alternativa B

#### **Direito Administrativo 13**

**01** A fonte formal e primordial do Direito Administrativo é a (o)

**A)** motivação que a fundamenta

**B)** povo

**C)** parlamento

**D)** Diário Oficial

**E)** lei

**02** Entre as entidades da Administração Pública Federal Indireta, são dotadas de personalidade jurídica de direito público as(os)

**A)** autarquias

**B)** empresas públicas

**C)** sociedades de economia mista

**D)** serviços sociais autônomos

**E)** concessionárias de serviço público

**03** A forma própria, pela qual um serviço público, afeto a determinado órgão estatal, tem sua execução transferida e delegada a particulares, para sua devida exploração, por contrato administrativo, é a

**A)** autorização

**B)** concessão

**C)** permissão

**D)** desafetação

**E)** expropriação

**04** O poder administrativo, pelo qual se disciplinam e restringem determinadas liberdades individuais, exercitadas até por particulares, que em razão disto podem ficar sujeitos à cobrança de tributo, na modalidade de taxa, é o

- A)** disciplinar
- B)** hierárquico
- C)** de polícia
- D)** regulamentar
- E)** discricionário

**05** Os atos administrativos têm como elementos essenciais de sua validade, entre outros,

- A)** agente capaz, termo e modo
- B)** motivação e finalidade de interesse público
- C)** discricionariedade na escolha do objeto e do seu destinatário
- D)** presunção de legalidade e auto-executoriedade
- E)** prática por agente da Administração Pública direta ou indireta em geral

**06** O mérito, como critério subjetivo, para a autoridade pública escolher um determinado comportamento previsto em lei e praticar o ato administrativo correspondente, diz respeito ao juízo de valor sobre

- A)** moralidade e legitimidade
- B)** legitimidade e legalidade
- C)** economicidade e eficiência
- D)** conveniência e oportunidade
- E)** eficiência e eficácia

**07** Nos contratos administrativos em geral, de acordo com a legislação que rege essa matéria (Lei no 8666/93 com suas modificações), não se faz necessária a inclusão de cláusula específica, estabelecendo

- A)** o preço, as condições de pagamento e o crédito pelo qual correrá a despesa
- B)** as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas
- C)** os casos de sua alteração unilateral ou por acordo das partes
- D)** a legislação aplicável à sua execução
- E)** os casos de sua rescisão

**08** Para a alienação por venda de bens imóveis da Administração Pública, de acordo com as normas pertinentes estabelecidas na legislação que rege a matéria (Lei no 8666/93), a modalidade de licitação cabível é

- A)** concorrência ou tomada de preços
- B)** tomada de preços ou convite
- C)** tomada de preços em qualquer caso
- D)** concorrência ou leilão
- E)** tomada de preços ou leilão

**09** A teoria da responsabilidade objetiva do Estado consiste em que ele responde pelos danos causados por seus agentes a terceiros,

- A)** sendo restrita às pessoas jurídicas de direito público
- B)** depende de prévia prova de dolo ou culpa daqueles servidores
- C)** não se admitindo prova de eventual culpa recíproca
- D)** não se admitindo excludente, por culpa do paciente (vítima)
- E)** independente de prévia prova de dolo ou culpa desses servidores

**10** No inquérito administrativo, que constitui uma fase do processo disciplinar, uma vez tipificada a infração disciplinar, o procedimento imediatamente seguinte será

- A)** a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele atribuídos e das provas respectivas
- B)** a elaboração do relatório, mencionando as provas em que se baseou a comissão, para a sua convicção
- C)** a remessa do processo à autoridade competente, para o devido julgamento

- D) o interrogatório do acusado
- E) a tomada do depoimento das testemunhas

Questão 1 alternativa E  
Questão 2 alternativa A  
Questão 3 alternativa B  
Questão 4 alternativa C  
Questão 5 alternativa B  
Questão 6 alternativa D  
Questão 7 alternativa C  
Questão 8 alternativa D  
Questão 9 alternativa E  
Questão 10 alternativa A

### **Direito Administrativo 13**

#### **Direito Administrativo 14**

**01** A Súmula do Supremo Tribunal Federal A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial, relaciona-se ao princípio da

- A) legalidade.
- B) autotutela.
- C) razoabilidade.
- D) finalidade.

**02** Nos contratos administrativos diz-se que há empreitada por preço global quando se

- A) ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- B) contrata a execução da obra com pagamento integral antecipado.
- C) contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- D) contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.

**03** O desligamento do cargo com caráter sancionador tem o nomen juris de

- A) demissão.
- B) exoneração.
- C) disponibilidade.
- D) dispensa.

**04** A passagem de fios elétricos sobre imóveis particulares é

- A) limitação administrativa.
- B) servidão administrativa.
- C) tombamento.
- D) requisição.

**05** Resolução do Secretário da Segurança Pública proibindo a venda de bebidas alcoólicas no dia das eleições é ato administrativo pelo qual a Administração manifesta seu poder

- A) hierárquico.
- B) regulamentar.
- C) de polícia.
- D) disciplinar.

**06** Recurso hierárquico à autoridade imediatamente superior, dentro do mesmo órgão em que o ato foi praticado denomina-se

- A) recurso próprio.
- B) pedido de reconsideração.
- C) recurso impróprio.
- D) Representação.

**07** Viatura policial abalroou um veículo particular causando-lhe danos. O proprietário desse

veículo será indenizado pelo Estado

- A)** se houver nexo de causalidade entre o procedimento comissivo da Administração Pública e os danos produzidos.
- B)** somente se restar comprovada a culpa comissiva do Estado.
- C)** exclusivamente se a ação do motorista foi dolosa.
- D)** apenas no caso de o condutor do carro oficial não estar a serviço da unidade em que trabalha.

**08** O prazo de prescrição das penalidades administrativas disciplinares conta-se

- A)** a partir da data de instauração de sindicância ou processo administrativo.
- B)** a partir da data em que a infração for cometida.
- C)** a partir da data em que o fato se tornar conhecido pela autoridade competente.
- D)** do dia em que o autor da infração for interrogado.

**09** Após três anos de exercício subseqüentes à nomeação por concurso, o servidor público goza de estabilidade. Porém, poderá ser desligado do serviço

- A)** no caso em que seu cargo venha a ser extinto ou declarado desnecessário.
- B)** a critério da Administração, com exoneração devidamente justificada.
- C)** mediante procedimento periódico de desempenho, assegurada ampla defesa.
- D)** quando de reforma administrativa realizada por lei.

**10** O atributo pelo qual o ato administrativo é imposto ao administrado, independente da sua anuência, intitula-se

- A)** exigibilidade.
- B)** presunção de legitimidade.
- C)** auto-executoriedade.
- D)** imperatividade.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa D

#### **Direito Administrativo 15**

**01** Constitui forma de intervenção do Estado na propriedade privada, como procedimento administrativo unilateral, auto-executório, temporário, oneroso e fundado em necessidade pública inadiável e urgente:

- A)** o tombamento.
- B)** a desapropriação.
- C)** a requisição administrativa.
- D)** a servidão administrativa.

**02** Atividade da Administração Pública, subordinada à ordem jurídica e ao controle jurisdicional, que acarrete limite ao exercício de um direito do particular, caracteriza

- A)** regulamento autônomo.
- B)** ordem pública.
- C)** polícia judiciária.
- D)** poder de polícia.

**03** Um delegado de polícia, tendo de cumprir um mandado de prisão de um desafeto, resolve fazê-lo no dia em que este iria tomar posse em um cargo importante, para que todos os jornais e meios de comunicação pudessem registrar a prisão. Esta atitude do delegado pode demonstrar

- A)** desvio de finalidade.

- B) arbitrariedade.
- C) abuso de poder discricionário.
- D) abuso de poder vinculado.

**04** Determinado Estado contrata a prestação de serviço de limpeza diretamente, sem licitação, sob o argumento de que a contratada teria oferecido proposta vantajosa para o Estado, que deveria pagar apenas o custo do material de limpeza. Esse contrato poderá vir a ser anulado?

- A) Não, porque o interesse público ficou resguardado pela contratação.
- B) Sim, porque a exigência de licitação não apenas busca o melhor negócio, como também oferece a todos os administrados tratamento isonômico.
- C) Sim, porque a Administração Pública não pode nunca contratar prestação de serviço de limpeza sem prévio procedimento licitatório.
- D) Depende; se o custo do material de limpeza estiver de acordo com a média do mercado, o contrato não poderá ser anulado.

**05** Empresa concessionária, prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica, por ocasião da passagem para o ano 2000, sofre uma pane em seus computadores ("bug" do milênio) e isso vem a causar danos aos usuários. Caso a prestadora não tenha como responder pelos prejuízos, configura-se a responsabilidade solidária da União, poder concedente, desde que

- A) o contrato de concessão não exclua a responsabilidade da União.
- B) a concessionária não tenha responsabilidade objetiva na prestação do serviço.
- C) a causa única dos danos seja a pane.
- D) a concessionária tenha agido com culpa.

**06** Na definição de Seabra Fagundes - "Administrar é aplicar a lei de ofício." - o princípio subjacente é o da

- A) legalidade.
- B) oficialidade.
- C) auto-executoriedade.
- D) formalidade.

**07** Configura causa de rescisão do contrato de concessão de serviço público, sem indenização por perdas e danos,

- A) a encampação.
- B) a reversão dos bens afetados ao serviço público.
- C) a declaração de caducidade.
- D) o resgate.

**08** Garante-se o direito à informação, na Administração Pública, por meio

- A) da publicidade administrativa e do Mandado de Injunção.
- B) dos direitos de certidão e de universalização dos serviços.
- C) do controle externo do Tribunal de Contas.
- D) do direito de petição e do Habeas Data.

**09** São características das autarquias:

- A) personalidade jurídica pública, especialização dos fins, autonomia.
- B) criação por lei, personalidade jurídica de direito público, sujeição a controle.
- C) criação por lei, personalidade jurídica de direito público, desempenho de serviço público centralizado.
- D) capacidade de auto-administração, personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

**10** Para o aprovado em concurso público iniciar suas atividades, exigem-se

- A)  nomeação, posse e exercício.
- B)  contratação e acesso.
- C)  nomeação e aproveitamento.



**D)**  D vacância, nomeação e provimento derivado.

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa A

### **Direito Administrativo 16**

**01** A Administração Pública Federal Direta, como tal prevista na Constituição e na legislação pertinente vigente, restringe-se

- A)** aos órgãos do Poder Executivo
- B)** aos órgãos da estrutura da União
- C)** às autarquias e empresas públicas
- D)** às autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista
- E)** aos órgãos da estrutura da União e suas autarquias

**02** A fundamental diferença, juridicamente, entre um órgão da Administração Pública Federal Direta e uma entidade da Administração Indireta é a sua autonomia administrativa.

- A)** Correta a assertiva, porque só as entidades podem ter autonomia.
- B)** Incorreta a assertiva, porque a diferença é que a entidade tem personalidade jurídica própria e o órgão não.
- C)** Incorreta a assertiva, porque a diferença é que a entidade não está sujeita a licitação nem ao controle do Tribunal de Contas.
- D)** Incorreta a assertiva, porque a entidade não se subordina ao princípio de legalidade.
- E)** incorreta a assertiva, porque a entidade não se subordina aos princípios fundamentais de economicidade e publicidade.

**03** O SERPRO, Serviço Federal de Processamento de Dados, no contexto da Administração Pública Federal, é conceituado e caracterizado como sendo um(a)

- A)** órgão autônomo
- B)** autarquia federal
- C)** empresa pública
- D)** sociedade de economia mista
- E)** concessionária de serviço público

**04** O controle externo da Administração Pública, no concernente à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, que é previsto na Constituição a cargo do Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União,

- A)** é restrito aos órgãos da Administração Direta
- B)** é restrito aos órgãos e autarquias
- C)** abrange órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta
- D)** não abrange as empresas públicas
- E)** na Administração Indireta restringe-se aos aspectos contábil e financeiro

**05** Os atos administrativos, regidos que são pelas normas de direito público, gozam da presunção de legalidade e do atributo de auto-executoriedade, podendo ser como tais praticados por autoridade competente de órgão e autarquia.

- A)** Correta a assertiva.
- B)** Incorreta a assertiva, porque tais atos só são praticados por autoridade de órgão e não de autarquia.
- C)** Incorreta a assertiva, porque podem ser praticados por qualquer autoridade de órgão ou entidade.

- D) Incorreta a assertiva, porque tais atos não gozam da presunção de legalidade.
- E) Incorreta a assertiva, porque tais atos não são dotados do atributo de auto-executoriedade.

**06** A Administração Pública pode anular, a qualquer tempo, os seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, dos quais decorram efeitos favoráveis aos seus destinatários.

- A) Correta a assertiva, porque esse direito de anular seus atos não incorre em decadência ou prescrição.
- B) Incorreta a assertiva, porque a Administração decai desse direito de anular seus atos em 2 anos.
- C) Incorreta a assertiva, porque a Administração decai desse direito em 5 anos.
- D) Incorreta a assertiva, porque a Administração decai desse direito em 7 anos.
- E) Incorreta a assertiva, porque a Administração decai desse direito em 10 anos.

**07** Nos casos em que houver inviabilidade de competição, para a contratação de um determinado serviço profissional técnico-especializado, a Lei de Licitações (Lei no 8.666/93) autoriza a adoção do procedimento de

- A) carta-convite
- B) concurso
- C) dispensa
- D) inexigibilidade
- E) leilão

**08** Os bens públicos podem ser alienados, havendo autorização legal nesse sentido e após avaliação, mas sempre mediante licitação, na modalidade de concorrência ou leilão, neste caso se a aquisição decorreu de procedimento judicial ou dação em pagamento.

- A) Correta a assertiva, sem restrições.
- B) Incorreta a assertiva, porque a alienação depende sempre e só de concorrência.
- C) Incorreta a assertiva, porque a alienação depende sempre e só de leilão.
- D) Incorreta a assertiva, porque a licitação pode ser dispensada, no caso de aquisição decorrente de procedimento judicial ou dação em pagamento.
- E) Incorreta a assertiva, porque a licitação pode ser dispensada em alguns casos previstos em lei, como para permuta e na investidura.

**09** A regra constitucional, que proíbe a acumulação remunerada de cargos e empregos públicos, excepciona

- A) as funções de confiança
- B) os empregos em sociedade de economia mista
- C) os empregos em entidades da Administração Indireta
- D) dois deles de professor
- E) dois deles de técnico-científico

**10** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de culpa ou dolo.

- A)  Correta a assertiva.
- B)  Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade objetiva prevista na Constituição não se estende à pessoa jurídica de direito privado, ainda que prestadora de serviço público.
- C)  Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade objetiva da Administração Pública depende sempre de haver culpa ou dolo do agente causador do dano.
- D)  Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade civil da Administração Pública não enseja direito de regresso.
- E)  Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade civil da Administração Pública não abrange os danos causados por seus agentes, que tenham agido com dolo ou culpa.

Questão 1 alternativa B

Questão 2 alternativa B  
Questão 3 alternativa C  
Questão 4 alternativa C  
Questão 5 alternativa A  
Questão 6 alternativa C  
Questão 7 alternativa D  
Questão 8 alternativa E  
Questão 9 alternativa D  
Questão 10 alternativa A

### **Direito Administrativo 17**

**01** Considerando as normas do Estatuto da Advocacia, indicar a alternativa correta:

- A)** São impedidos de exercer a advocacia os ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente à atividade policial de qualquer natureza.
- B)** Não é permitida a reabilitação do advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar e já possua antecedentes.
- C)** A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em três anos, da data da constatação oficial do fato.
- D)** Quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.

**02** Assinalar a alternativa que não seja característica do órgão administrativo:

- A)** Poderes funcionais.
- B)** Personalidade jurídica.
- C)** Estrutura.
- D)** Competência.

**03** Assinalar, com base no Estatuto da Advocacia, a alternativa correta:

- A)** A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.
- B)** É permitido ao advogado adquirir, mesmo em hasta pública, bem penhorado ou arrecadado no processo em que tenha intervenção.
- C)** O advogado deve valer-se de sua influência política em benefício do cliente.
- D)** Sobrevindo conflito de interesses entre seus constituintes, deve o advogado conciliar o exercício simultâneo dos dois mandatos.

**04** O processo pelo qual um bem público de uso comum passa a classificar-se como bem dominical, denomina-se:

- A)** Retrocessão.
- B)** Alienação.
- C)** Desafetação.
- D)** Desapropriação.

**05** Segundo o Estatuto da Advocacia e da OAB, pode-se afirmar que:

- A)** Inclui-se na atividade privativa da advocacia, a impetração de habeas corpus.
- B)** O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, pode praticar, isolada e individualmente, os atos inerentes às atividades privativas de advocacia.
- C)** No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.
- D)** O advogado postula em juízo ou fora dele, sem necessidade de fazer prova do mandato.

**06** A passagem de fios elétricos de alta tensão sobre propriedade particular caracteriza caso de:

- A)** Ocupação administrativa.
- B)** Servidão administrativa.
- C)** Desapropriação.
- D)** Servidão civil.

**07** Em face do Estatuto da Advocacia e da OAB, indicar a alternativa incorreta.

- A)** É direito do advogado exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional.
- B)** Prescreve em quatro anos a ação de cobrança de honorários de advogado.

**C)** Salvo estipulação em contrário, um terço dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até à decisão de primeira instância e o restante no final.

**D)** O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticou com dolo ou culpa.

**08** Assinalar a hipótese de desapropriação por interesse social:

**A)** Para construção de unidade escolar.

**B)** Para ampliação de distritos industriais.

**C)** Para incorporação de bem artístico ao acervo público.

**D)** Para fins de reforma agrária.

**09** São direitos trabalhistas estendidos aos servidores públicos, exceto:

**A)** Fundo de garantia por tempo de serviço.

**B)** Repouso semanal remunerado.

**C)** Férias anuais remuneradas com acréscimo de 1/3.

**D)** Licença à gestante.

**10** O último ato do procedimento licitatório, pelo qual se atribui ao vencedor o objeto licitado, chama-se:

**A)** Julgamento.

**B)** Homologação.

**C)** Contratação.

**D)** Adjudicação.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa B

Questão 3 alternativa A

Questão 4 alternativa C

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa B

Questão 8 alternativa D

Questão 9 alternativa A

Questão 10 alternativa D

#### **Direito Administrativo 17**

#### **Direito Administrativo 18**

**01** Considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinalar a alternativa correta:

**A)** - O advogado que tenha sofrido sanção disciplinar pode requerer sua reabilitação, após dois anos do seu cumprimento, com a apresentação de prova efetiva de bom comportamento.

**B)** - Quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, a reabilitação independe da correspondente reabilitação criminal.

**C)** - A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em três anos.

**D)** - A prescrição interrompe-se pela instauração do processo disciplinar ou pela notificação válida, feita diretamente ao representado.

**02** Administração Pública é um conjunto de órgãos:

**A)** - Em que se dividem os poderes do Estado.

**B)** - Instituídos para a consecução dos objetivos do Governo.

**C)** - Que demonstram a soberania posta em ação.

**D)** - Que praticam atos de governo

**03** A Administração Pública é uma atividade:

**A)** - Política.

**B)** - Sempre discricionária.

**C)** - Neutra.

**D)** - Sempre vinculada à lei.

**04** Órgãos Públicos são:

- A)** - Centro de competência
- B)** - Centros de comando
- C)** - Centros de realização de atividades políticas
- D)** - A expressão fática dos Poderes.

**05** A existência de limitações administrativas específicas sobre determinado imóvel particular, impedido seu uso regular:

I - Assegura o direito de permutar esse imóvel com outro de igual valor de propriedade da pessoa jurídica de direito público que estabeleceu a limitação administrativa.

II - Permite ao seu proprietário pedir indenização pelo prejuízo sofrido.

III - Nada assegura ao seu proprietário, na medida em que prevalece o interesse público sobre o interesse particular.

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- A)** - Todas estão erradas.
- B)** - Apenas a I está correta.
- C)** - Apenas a II está correta.
- D)** - Apenas a III está correta.

**06** Os Órgãos Públicos:

- A)** - Representam juridicamente a pessoa jurídica de direito público.
- B)** - São personalizados.
- C)** - Expressam vontade distinta daquele da entidade a que pertencem.
- D)** - Mantêm relações funcionais entre si.

**07** A Administração expressa a vontade do Estado por meio:

- A)** - De Agentes.
- B)** - De órgãos.
- C)** - De entidades.
- D)** - De funcionários.

**08** Órgãos superiores são os que detêm:

- A)** - Os cargos de chefia.
- B)** - O poder de direção, subordinados, porém, a uma chefia mais alta.
- C)** - Os cargos de mais elevado nível hierárquico.
- D)** - O comando supremo

**09** Órgãos colegiados são aqueles que:

- A)** - Deliberam por diversos cargos.
- B)** - Representam diversos órgãos interligados.
- C)** - Atuam por meio de decisão conjunta de seus membros.
- D)** - Atuam através de um agente, após deliberação de subalternos.

**10** Agentes Políticos são:

- A)** - Os funcionários públicos.
- B)** - Os Deputados.
- C)** - Os Juizes.
- D)** - Os membros do Poder.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa B

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa A

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa D

Questão 7 alternativa A

Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa C

Questão 10 alternativa D

### **Direito Administrativo 19**

**01** São consideradas pessoas jurídicas de direito público que executam atividades típicas da Administração Pública:

- A)** autarquias e empresas públicas.
- B)** autarquias e fundações públicas.
- C)** empresas públicas e sociedades de economia mista.
- D)** autarquia, empresas públicas e fundações públicas.

**02** Tendo em vista que a Administração deve "aplicar a lei de ofício" (Seabra Fagundes), a alegação de ausência de lei proibindo que agentes públicos utilizem os aviões da FAB, para viagens de lazer a Fernando de Noronha,

- A)** fundamenta-se no princípio da legalidade, uma vez que, na ausência de lei, regulamento deverá disciplinar o assunto.
- B)** justifica as viagens, visto que os agentes públicos não ofenderam nenhuma lei.
- C)** demonstra a licitude das viagens, visto que não há nenhuma lei proibindo as viagens.
- D)** esbarra no princípio da legalidade, visto que os agentes públicos só podem fazer o que a lei consente.

**03** Delegado, após cinco anos de serviço, obtém promoção por merecimento, em concurso. Sua investidura será

- A)** derivada e efetiva.
- B)** originária e em comissão.
- C)** derivada e vitalícia.
- D)** originária e temporal.

**04** Para que o ato administrativo tenha eficácia externa, deve

- A)** ser publicado.
- B)** ser legítimo.
- C)** ser impessoal.
- D)** não configurar abuso de poder.

**05** Diretor de sociedade de economia mista doa a uma fundação de fim assistencial verbas daquela entidade, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie. Isto pode caracterizar

- A)** ato legal, porque não se trata de um agente público.
- B)** ato lícito, porque se trata de uma sociedade de economia mista.
- C)** ato de improbidade administrativa que pode causar prejuízo ao Erário.
- D)** omissão legal, porque se trata de ente da Administração Indireta.

**06** As Agências Reguladoras, ANEEL, ANATEL, ANP têm em comum:

- A)** a natureza jurídica de pessoas jurídicas de direito público, pertencentes à Administração Direta Federal.
- B)** a natureza jurídica de autarquias especiais, pertencentes à Administração Indireta.
- C)** competência para regular todos os serviços públicos federais.
- D)** a natureza jurídica de empresas públicas que fiscalizam serviços públicos.

**07** Inquérito Administrativo apurou que um servidor público federal praticou delito de recebimento de propina (crime contra a Administração Pública). Após ampla defesa, em sede administrativa, sofreu a pena de demissão a bem do serviço público. Na mesma época, em processo criminal paralelo, foi reconhecida a inexistência material do delito de recebimento de propina por parte daquele servidor. A decisão administrativa deverá ser

- A)** anulada, porque qualquer absolvição em sede penal deve repercutir na decisão administrativa.
- B)** mantida pela autonomia das instâncias penal e administrativa.
- C)** mantida, porque a decisão penal nunca pode repercutir na decisão administrativa.
- D)** anulada, porque a decisão administrativa foi totalmente calcada na prática do referido delito.

**08** O Tribunal de Contas de um Estado, ao declarar a ilegalidade de uma contratação de um

Município, está exercendo função

- A) administrativa de controle externo da Administração Pública.
- B) judicante.
- C) administrativa, eis que auxiliar do Poder Judiciário.
- D) administrativa de controle interno, porque sua decisão não faz coisa julgada.

**09** No contrato de concessão de serviço público de telefonia fixa, se a concessionária negar-se a dar prosseguimento ao serviço, sob alegação de que o número enorme de usuários inadimplentes teria alterado o equilíbrio econômico do contrato, o poder concedente deve

- A) determinar a reversão dos bens.
- B) intervir na concessionária.
- C) determinar a encampação do contrato.
- D) declarar, de imediato, a rescisão do contrato, sem indenização dos bens não amortizados.

**10** Diz-se que um bem público inalienável transmuda-se em alienável quando

- A) for desapropriado.
- B) for de uso comum do povo.
- C) ocorrer sua desafetação de um uso especial.
- D) for adquirido por usucapião.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C

#### **Direito Administrativo 20**

**01** A Administração Pública tem direito de modificar, unilateralmente, relações jurídicas estabelecidas, em face

- A) da indisponibilidade dos interesses públicos.
- B) da supremacia do interesse público sobre o privado.
- C) do princípio da continuidade dos serviços públicos.
- D) do princípio da legalidade.

**02** O Chefe do Executivo pode dispor sobre organização e funcionamento dos órgãos da Administração, desde que

- A) não limite a discricionariedade administrativa.
- B) o faça por intermédio de medida provisória.
- C) apenas cuide de competências vinculantes.
- D) o exercício desta competência não implique inovação sobre direitos ou deveres não identificados na lei regulamentada.

**03** Sociedade de Economia Mista está sujeita à falência, desde que

- A) por ela o Estado responda subsidiariamente perante terceiros.
- B) preste serviço público (art. 175 CF).
- C) explore atividade econômica (art. 173 CF).
- D) não tenha sido criada por lei.

**04** Um licitante interpõe, após o prazo legal de 5 dias úteis, recurso contra decisão da Comissão de Licitação que classificou as propostas, adjudicando o objeto licitado, alegando vício na proposta vencedora - A Comissão de Licitação deve

- A) receber o recurso como denúncia.
- B) declarar a preclusão da via administrativa pelo escoamento do prazo legal.
- C) declarar convalidada a decisão pelo decurso do prazo.

**D)** negar recebimento ao recurso.

**05** Qual a pessoa jurídica de direito público categorizada como Administração Indireta?

- A)** Empresa pública.
- B)** Distrito Federal.
- C)** Organização social.
- D)** Autarquia.

**06** Uma vez que a atividade administrativa é infralegal, as competências públicas não serão descaracterizadas se, nos casos previstos em lei,

- A)** houver renúncia pelo seu titular.
- B)** houver delegação de seu exercício a terceiros.
- C)** houver declaração de prescrição, na hipótese de sua não utilização.
- D)** forem restringidas pela vontade do próprio titular.

**07** Na concessão de serviço público, o Poder Concedente pode extinguir a concessão a qualquer momento, por motivo de conveniência e oportunidade, mediante lei autorizadora específica e prévio pagamento da indenização. Esta forma de extinção é denominada

- A)** encampação.
- B)** caducidade.
- C)** rescisão contratual.
- D)** desapropriação indireta.

**08** Com a Reforma Administrativa, estabeleceu-se o denominado "teto salarial" do servidor público. Este "teto salarial" impede que

- A)** o servidor federal perceba remuneração superior ao subsídio mensal do Presidente da República.
- B)** o servidor acumule vencimentos com proventos.
- C)** o servidor perceba remuneração superior ao subsídio mensal dos ministros do STF.
- D)** a despesa com pessoal ativo e inativo, em cada uma das esferas de Governo, ultrapasse o limite estabelecido em lei complementar.

**09** Fala-se que o "apagão" de 11 de março de 1999 foi causado por um raio nas subestações elétricas da cidade de Bauru. Em sendo isso verdade, admitindo-se a existência de força maior, pode-se dizer que os concessionários de serviço público de eletricidade ainda assim poderão ser responsabilizados pelos danos causados

- A)** de vez que a sua responsabilidade é objetiva.
- B)** se constatado que as concessionárias não tomaram as cautelas normais contra acidentes desta ordem.
- C)** visto que a força maior e o caso fortuito não excluem a responsabilidade objetiva do Estado.
- D)** dado a responsabilidade subjetiva das concessionárias não depende da ausência de nexo causal.

**10** A Lei nº 10.177, de 30.12.1998, regulando o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, impôs, em seu artigo 33, prazo para a Administração decidir requerimentos em geral, após o que o requerente poderá considerar rejeitado o seu pedido, na esfera administrativa - Esta novidade

- A)** permitirá que o requerente ingresse imediatamente com mandado de injunção, por se tratar de competência vinculada.
- B)** será um obstáculo ao princípio da inafastabilidade da defesa jurisdicional.
- C)** propiciará afronta ao princípio da ampla defesa.
- D)** impedirá que a Administração defenda sua inação, alegando ser ela decorrente de sua discricionariedade administrativa.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa D



Questão 6 alternativa B  
Questão 7 alternativa A  
Questão 8 alternativa C  
Questão 9 alternativa B  
Questão 10 alternativa D

### **Direito Administrativo 21**

**01** Em relação às sociedades de economia mista, pode-se dizer:

I) são pessoas jurídicas de direito privado, com participação do Poder Público e de particulares no seu capital e na sua administração;

II) quando utilizadas para explorar atividades econômicas, devem operar sob as mesmas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;

III) o seu pessoal não está sujeito à proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos ou funções.

Quanto às afirmativas acima,

- A)** apenas I e II são corretas.
- B)** apenas I e III são corretas.
- C)** apenas II e III são corretas.
- D)** todas são corretas.

**02** A edição, pelo Chefe do Executivo, de normas gerais e abstratas que permitam o cumprimento das leis, baseia-se em seu poder

- A)** disciplinar.
- B)** hierárquico.
- C)** regulamentar.
- D)** discricionário.

**03** Contrato administrativo pelo qual a Administração confere ao particular a execução remunerada de serviço público é

- A)** convênio.
- B)** autorização.
- C)** permissão.
- D)** concessão.

**04** Em relação à invalidação dos atos administrativos pode-se dizer que:

I) no caso de ilegalidade do ato, a própria Administração pode anulá-lo;

II) ocorrendo revogação de ato administrativo, são válidos os efeitos por ele produzidos até o momento de sua revogação;

III) o Poder Judiciário pode revogar atos praticados pela Administração.

São corretas

- A)** apenas as afirmativas I e II.
- B)** apenas as afirmativas I e III.
- C)** apenas as afirmativas II e III.
- D)** todas as afirmativas.

**05** Em qual dessas modalidades de licitação é dispensada a publicidade:

- A)** tomada de preços.
- B)** convite.
- C)** concorrência.
- D)** em nenhuma das alternativas anteriores.

**06** Em relação aos contratos administrativos, é correto afirmar que

- A)** não admitem a inclusão de cláusulas exorbitantes.
- B)** deles, a Administração participa com supremacia de poder.
- C)** em regra não se submetem à exigência de prévia licitação.
- D)** não admitem alteração ou modificação unilateral.

**07** Em relação aos servidores públicos civis, consta que:

- I) os cargos públicos são acessíveis a todos brasileiros e estrangeiros residentes no País, que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
- II) o funcionário público em estágio probatório não pode ser dispensado por conveniência da Administração e independentemente de inquérito ou da observância de formalidades para apuração de sua capacidade;
- III) têm eles direito à irredutibilidade dos vencimentos ou salários, à licença paternidade e ao repouso semanal remunerado.

Pode-se dizer que

- A) apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B) apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C) apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D) todas as afirmativas são corretas.

**08** Pedido de anulação ou modificação do ato administrativo, dirigido à autoridade superior dentro do mesmo órgão em que foi praticado o ato, constitui

- A) pedido de reconsideração.
- B) representação.
- C) recurso hierárquico impróprio.
- D) recurso hierárquico próprio.

**09** O Poder Público, agindo ilicitamente, ocupa imóvel particular e nele inicia a construção de obra pública. Para a reparação do direito lesado, a ação adequada a ser proposta pelo proprietário é a

- A) ação de retrocessão.
- B) ação de desapropriação indireta.
- C) ação de reintegração de posse.
- D) ação de desapropriação.

**10** A exigência, imposta por lei municipal, de recuo de determinado número de metros na construção a ser levantada em terreno urbano, constitui

- A) servidão predial.
- B) servidão administrativa.
- C) limitação administrativa.
- D) desapropriação parcial do terreno.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa A  
Questão 2 alternativa C  
Questão 3 alternativa D  
Questão 4 alternativa A  
Questão 5 alternativa B  
Questão 6 alternativa B  
Questão 7 alternativa C  
Questão 8 alternativa D  
Questão 9 alternativa B  
Questão 10 alternativa C

#### **Direito Administrativo 22**

**01** Assinale a alternativa correta.

- A) As entidades paraestatais são pessoas jurídicas de Direito Público.
- B) Os Estados membros possuem soberania, independência política, administrativa e financeira.
- C) As autarquias são pessoas jurídicas de Direito Privado.
- D) As fundações públicas deverão ser criadas por lei específica.

**02** O poder discricionário

- A) não vincula o administrador à forma e finalidade do ato.
- B) vincula o administrador à forma e finalidade do ato.
- C) não permite ao administrador praticar o ato com os critérios de conveniência e oportunidade.
- D) permite ao administrador exceder os limites da lei.

**03** É incorreto dizer que

- A)** o servidor público civil possui direito à livre associação sindical.
- B)** o concurso público terá validade de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- C)** os cargos em comissão dependem de concurso público.
- D)** poderá haver contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária excepcional.

**04** As pessoas físicas que ocupam os cargos que compõem a estrutura de governo, ligados ao exercício de atribuições constitucionais, são denominadas

- A)** Agentes Honoríficos.
- B)** Agentes Credenciados.
- C)** Agentes Delegados.
- D)** Agentes Políticos.

**05** Dentre outros, são requisitos dos atos administrativos,

- A)** a forma e o objeto.
- B)** o tempo e o local.
- C)** a territorialidade e a forma.
- D)** os sujeitos e a territorialidade.

**06** Em relação à rescisão dos contratos administrativos, observe:

- I. o atraso superior a 60 dias dos pagamentos permite sua rescisão;
  - II. apenas a inexecução total do contrato possibilita a sua rescisão;
  - III. em nenhuma hipótese a administração pode rescindir unilateralmente os contratos.
- Pode-se afirmar que

- A)** todas as afirmações estão corretas.
- B)** todas as afirmações estão incorretas.
- C)** apenas a afirmação I está correta.
- D)** apenas as afirmações I e II estão corretas.

**07** Se for exigida uma garantia nas contratações de obras, serviços e compras, a lei permite

- A)** ao contratado fazer a opção por uma das garantias previstas em lei.
- B)** à administração impor a garantia que entender conveniente.
- C)** que o limite da garantia exceda a 20% do valor do contrato.
- D)** que a garantia seja liberada ou restituída, na hipótese de contratação de obra, quando 50% desta estiver executada.

**08** O ato administrativo de atuação interna que visa normatizar o funcionamento de órgãos colegiados e corporações legislativas é denominado

- A)** Resolução.
- B)** Regimento.
- C)** Regulamento.
- D)** Deliberação.

**09** Em relação aos serviços de utilidade pública, pode-se afirmar que

- A)** são caracterizados pela essencialidade e necessidade.
- B)** só poderão ser prestados pelo Poder Público.
- C)** poderão ser prestados por terceiros.
- D)** a atividade policial é exemplo de serviço de utilidade pública.

**10** A modalidade de licitação necessária para o contrato de concessão de direito real de uso é

- A)** a concorrência.
- B)** o leilão.
- C)** o convite.
- D)** a tomada de preço.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa B

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa D  
Questão 5 alternativa A  
Questão 6 alternativa B  
Questão 7 alternativa A  
Questão 8 alternativa B  
Questão 9 alternativa C  
Questão 10 alternativa A

### **Direito Administrativo 23**

- 01** Podem ser qualificadas, pelo Poder Executivo, como organizações sociais, destinatárias de recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento de suas finalidades, as entidades
- A)** não governamentais e governamentais.
  - B)** de direito privado, não governamentais.
  - C)** governamentais de direito público.
  - D)** governamentais de direito privado.
- 02** Em face do princípio da legalidade, consagrado constitucionalmente, pode-se afirmar que a Administração Pública só pode fazer o que a lei
- A)** e o regulamento determinam.
  - B)** determina.
  - C)** e o regulamento determinam ou autorizam.
  - D)** determina ou autoriza.
- 03** Um dos princípios do direito administrativo é o da motivação. Cumpre-se exigência de motivar atos administrativos, enunciando
- A)** a intenção com que o agente expede o ato.
  - B)** o dispositivo legal que se entende aplicável à espécie.
  - C)** o fato que, em face da lei, enseja a expedição do ato.
  - D)** o dispositivo legal aplicável e a intenção do agente.
- 04** Em face de ato administrativo expedido no exercício de competência discricionária, o controle pelo Judiciário, quando provocado,
- A)** é restrito aos aspectos de competência e formalidade.
  - B)** é restrito aos aspectos de legalidade do ato.
  - C)** é cabível sem quaisquer restrições.
  - D)** é incabível pela insinducibilidade do ato discricionário.
- 05** Cabe à autoridade administrativa anular licitação que entenda padecer de ilegalidade insanável. Em face dessa competência os licitantes, sendo informados oficialmente dessa intenção, podem manifestar-se ou agir
- A)** antes da anulação, perante a Administração, e depois, perante o Judiciário.
  - B)** só depois da anulação, perante a Administração e/ou o Judiciário.
  - C)** antes e depois da anulação, perante a Administração e/ou o Judiciário.
  - D)** só depois da anulação, perante o Judiciário.
- 06** Nos contratos administrativos, cláusulas que podem ser modificadas unilateralmente pela Administração, nos termos da lei, são as pertinentes
- A)** ao regime de execução.
  - B)** à garantia contratual.
  - C)** à forma de pagamento.
  - D)** ao objeto do contrato.
- 07** A inadimplência de concessionária de serviço público, ensejadora de declaração da caducidade da concessão outorgada nos termos da Lei no 8987, de 13 de fevereiro de 1995, apura-se mediante
- A)** processo administrativo.
  - B)** processo administrativo ou averiguação sumária.
  - C)** averiguação sumária ou ação judicial.

**D)** ação judicial.

**08** Em face da Emenda Constitucional no 19/98, e no que concerne aos servidores públicos civis, pode-se afirmar que

- A)** foi extinta a garantia da estabilidade.
- B)** foi extinto o regime jurídico único, com ressalvas.
- C)** foi extinta a obrigatoriedade do regime estatutário, com ressalvas.
- D)** foi extinta a garantia da irredutibilidade de vencimentos.

**09** Interposto recurso administrativo contra ato que se considera ilegal, o interessado, enquanto não decidido o recurso, fica impedido de pleitear anulação judicial do mesmo ato no caso de recurso

- A)** com efeito suspensivo, independente de caução.
- B)** com efeito suspensivo, mediante caução.
- C)** hierárquico próprio, sem efeito suspensivo.
- D)** hierárquico impróprio, sem efeito suspensivo.

**10** Para que alguém obtenha indenização do Estado por danos que lhe tenham sido causados por atos comissivos de seus agentes, é necessário provar, além do dano, o nexo de causalidade entre o dano e a atuação

- A)** dolosa ou culposa do agente.
- B)** dolosa do agente.
- C)** do agente.
- D)** ilegal do agente.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa C

#### **Direito Administrativo 24**

**01** Assinale a alternativa correta.

O direito de retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é o direito de

- A)** reversão.
- B)** retrocessão.
- C)** encampação.
- D)** tredestinação.

**02** Assinale a alternativa correta.

Na hipótese de haver apenas um participante em uma licitação pública, a administração

- A)** poderá torná-la sem efeito e realizar outra.
- B)** terá, necessariamente, de adjudicar o serviço ao único participante.
- C)** poderá prorrogar o prazo de entrega das propostas.
- D)** poderá comparar os preços ofertados com os praticados no mercado e impor ao participante o preço médio.

**03** Assinale a alternativa correta.

Da independência das instâncias administrativas, civil e criminal, resulta que

- A)** o funcionário poderá sempre ser punido em qualquer dessas esferas sem a preocupação de se esperar o resultado de qualquer outra instância.
- B)** a absolvição criminal somente afasta a responsabilização administrativa, quando ficar comprovada a inexistência do fato ou a não-autoria imputada ao funcionário.

**C)** a absolvição por falta de provas, na esfera criminal, necessariamente terá reflexo no processo administrativo.

**D)** a absolvição por falta de provas, no processo criminal, somente terá reflexo na esfera civil.

**04** Assinale a alternativa correta.

A autarquia, na organização administrativa, faz parte

**A)** da administração direta.

**B)** do setor privado da administração.

**C)** de um corpo à parte da administração.

**D)** da administração indireta.

**05** Assinale a alternativa correta.

O servidor público estável

**A)** poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

**B)** pode ser demitido em decorrência de avaliação insuficiente.

**C)** só pode ser demitido por decreto do Chefe do Poder Executivo.

**D)** só pode ser afastado por efeito de decisão judicial.

**06** Assinale a alternativa correta.

Os direitos e ações pessoais contra as Fazendas Públicas, contado o prazo da data do fato ou ato do qual se originaram, prescrevem em

**A)** 5 (cinco) anos, podendo ser interrompido uma vez.

**B)** 5 (cinco) anos, não podendo ser interrompido.

**C)** 10 (dez) anos entre presentes e 15 (quinze) anos entre ausentes.

**D)** 20 (vinte) anos.

**07** Assinale a alternativa correta.

A desistência da ação de desapropriação

**A)** sujeita-se ao consentimento do proprietário do bem expropriando.

**B)** está condicionada ao pagamento integral do preço arbitrado.

**C)** pode ser parcial.

**D)** é inadmissível se verificada a imissão de posse do imóvel expropriando.

**08** Assinale a alternativa correta.

Os Tribunais de Contas

**A)** integram o Poder Judiciário.

**B)** são órgãos auxiliares dos Legislativos e colaboradores dos Executivos.

**C)** podem ser criados nas capitais de Estados que deles não dispõem.

**D)** revestem-se de natureza autárquica.

**09** Assinale a alternativa correta.

Os estacionamentos localizados nas ruas públicas cujo uso enseje pagamento à administração pública constituem

**A)** bem de uso comum do povo.

**B)** servidão administrativa.

**C)** bem de natureza dominial.

**D)** bem de uso especial.

**10** Assinale a alternativa correta.

O poder regulamentar de que dispõem os Chefes de Executivos, no que tange às leis, é

**A)** delegável.

**B)** exercitável, mesmo relativamente àquelas cujo veto de que foram objeto tenha sido rejeitado.

**C)** de exercício indispensável, para que sejam exequíveis.

**D)** instrumento hábil à correção de eventuais equívocos

**RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa B  
Questão 4 alternativa D  
Questão 5 alternativa A  
Questão 6 alternativa A  
Questão 7 alternativa C  
Questão 8 alternativa B  
Questão 9 alternativa D  
Questão 10 alternativa B

### **Direito Administrativo 25**

**01** Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável:

- A)** ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- B)** ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- C)** ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até a restauração do cargo extinto;
- D)** será aproveitado no cargo de classificação mais elevada do quadro ao qual pertencia;
- E)** ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até completar o prazo faltante à aposentadoria.

**02** O funcionário deixará de receber:

- A)** 1/3 ( um terço ) do vencimento, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva, excluídas as vantagens pessoais;
- B)** 1/3 ( um terço ) do vencimento, durante o recolhimento à prisão por ordem judicial não decorrente de condenação definitiva, sem direito à percepção de vantagens pessoais;
- C)** 2/3 ( dois terços ) do vencimento e vantagens, durante o cumprimento, sem perda do cargo, de pena privativa de liberdade;
- D)** 2/3 ( dois terços ) do vencimento, durante o cumprimento, sem perda do cargo, de pena privativa de liberdade, excluídas as vantagens pessoais;
- E)** o vencimento do dia, se comparecer ao serviço após 60 (sessenta) minutos seguintes à hora inicial do expediente, não computadas as vantagens pessoais para efeito de desconto.

**03** A falta administrativa, também prevista como crime na lei penal, prescreverá:

- A)** em 05 ( cinco ) anos, a contar da ciência da autoridade administrativa;
- B)** juntamente com o crime respectivo;
- C)** em 05 ( cinco ) anos, a contar da data do evento punível;
- D)** no mesmo prazo aplicável à pena de demissão;
- E)** no mesmo prazo aplicável à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

**04** A suspensão preventiva do funcionário público decorrente da instauração de processo administrativo disciplinar, por malversação ou alcance de dinheiro ou valores públicos ocorrerá:

- A)** pelo prazo máximo de 30 ( trinta ) dias a contar da instauração;
- B)** pelo prazo máximo de 90 ( noventa ) dias, findos os quais cessarão automaticamente seus efeitos;
- C)** até a decisão final do respectivo processo administrativo disciplinar;
- D)** até decisão do respectivo processo penal no juízo competente;
- E)** pelo prazo máximo de 90 ( noventa ) dias, a partir do momento em que a administração tem ciência do fato.

**05** A característica diferencial do contrato administrativo é:

- A)** ser o mesmo atípico, oneroso e de adesão;
- B)** a obrigatoriedade de ser o contrato firmado somente entre entidades públicas;
- C)** o fato de ter a Administração liberdade ampla e informal de contratar;
- D)** ter a Administração a faculdade de inserir no contrato cláusulas exorbitantes;
- E)** ser seu objeto normalmente diferenciado do contrato privado.

**06** Entre as modalidades de procedimento licitatório, indique aquela que a legislação não prevê:

- A)** convite;

- B) tomada de preços;
- C) leilão;
- D) convênio;
- E) pregão.

**07** Administração estatal determina que proprietários de terrenos permitam a passagem de fios elétricos instalados em postes dentro de seus imóveis. No caso, ocorre a seguinte espécie de intervenção na propriedade:

- A) servidão administrativa;
- B) desapropriação;
- C) limitação administrativa;
- D) permissão;
- E) concessão.

**08** Aponte, entre os atos administrativos abaixo, aquele que se classifica como enunciativo:

- A) portaria;
- B) parecer;
- C) licença;
- D) autorização;
- E) ordem de serviço.

**09** Assinale a única hipótese expressamente prevista em lei para reversão:

- A) solicitação do servidor aposentado para retornar ao serviço público, ficando a critério da Administração acolher ou não;
- B) nomeação de servidor aposentado para ocupar cargo em comissão;
- C) aproveitamento de servidor em disponibilidade;
- D) reingresso do servidor demitido após reconhecida a ilegalidade da demissão;
- E) retorno do servidor aposentado por invalidez após constatado em laudo médico que desapareceram os motivos da aposentação.

**10** O domínio dos terrenos reservados pertence:

- A) ao Município;
- B) ao particular;
- C) ao Estado;
- D) à União;
- E) à empresa pública.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa E
- Questão 10 alternativa D

#### **Direito Administrativo 26**

**01** O estágio probatório dos servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, é de

- A) dois anos.
- B) três anos.
- C) um ano.
- D) quatro anos.

**02** Policial é preso em flagrante por crime de concussão. Em seu desfavor, além do processo penal, é instaurado procedimento disciplinar que culmina com decreto demissório. Para atender aos requisitos de validade do ato administrativo esse decreto foi assinado pelo



- A)** Presidente da Comissão Processante.
- B)** Governador.
- C)** Secretário da Segurança Pública.
- D)** Juiz Criminal.

**03** Os bens dominicais do Estado só não podem ser alienados mediante o instituto do(a)

- A)** usucapião.
- B)** dação em pagamento.
- C)** doação.
- D)** retrocessão.

**04** Torres e redes elétricas que ocupam terrenos de propriedade particular, instaladas por sociedade de economia mista, caracterizam caso de

- A)** servidão civil.
- B)** desapropriação.
- C)** servidão administrativa.
- D)** limitação administrativa.

**05** A falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania pode ser suprida pelo

- A)** mandado de segurança.
- B)** habeas data.
- C)** habeas corpus.
- D)** mandado de injunção.

**06** A faculdade da Administração Pública de decidir e executar, diretamente, as medidas ou sanções de polícia administrativa por seus próprios meios, sem intervenção ou autorização prévia do Poder Judiciário, caracteriza o atributo do ato administrativo conhecido como

- A)** auto-executoriedade.
- B)** imperatividade.
- C)** exigibilidade.
- D)** exeqüibilidade.

**07** Afirmando que "as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade de interesse público a que são atreladas", referímo-nos ao princípio do(a)

- A)** proporcionalidade.
- B)** interesse público.
- C)** finalidade.
- D)** razoabilidade.

**08** A taxa, espécie de tributo, é um dos fatos geradores do poder administrativo nominado pelos doutrinadores como poder

- A)** regulamentar.
- B)** hierárquico.
- C)** disciplinar.
- D)** de polícia.

**09** É permitido ao policial civil requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer de decisões. O pedido de reconsideração deverá ser dirigido

- A)** ao superior hierárquico da autoridade que editou o ato.
- B)** ao Delegado Geral de Polícia em qualquer caso.
- C)** à mesma autoridade que editou o ato.
- D)** ao Secretário da Segurança nos casos da aplicação de penas expulsórias.

**10** "Ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade" é

- A)** autorização.

- B)** licença.
- C)** concessão.
- D)** permissão.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

### **Direito Administrativo 27**

**01** Para o setor privado predomina a autonomia da vontade, sendo lícito fazer-se o que a lei não proíbe, mas no âmbito do Poder Público todo ato administrativo pressupõe a existência de permissão legal, o que está sintetizado no princípio da

- A)** finalidade e coordenação para os Poderes Executivo e Legislativo.
- B)** moralidade, presente nos três Poderes Públicos em qualquer nível.
- C)** legalidade, válido para os três Poderes Políticos em todos os níveis.
- D)** impessoalidade e razoabilidade dos Poderes Judiciário e Executivo.
- E)** publicidade e eficiência do Poderes Legislativo e Judiciário.

**02** Segundo norma constitucional de regência válida para a atuação dos agentes públicos de qualquer dos três Poderes, os atos de improbidade administrativa importarão

- A)** a suspensão dos direitos políticos e o ressarcimento ao erário, entre outros efeitos, na forma e na graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- B)** a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação legais;
- C)** a cassação dos direitos políticos, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma legal.
- D)** a suspensão dos direitos políticos e da função pública e a indisponibilidade de bens, de acordo com o resultado de prévia ação penal.
- E)** a suspensão da função pública, a cassação dos direitos políticos e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da penalidade imposta em processo criminal.

**03** Entre os princípios básicos da Administração Pública está o de autotutela que consiste no

- A)** controle necessário por imposição constitucional, efetuado pelo Poder Judiciário, em todos os níveis dos três Poderes.
- B)** controle externo atribuído a cada cidadão, com relação aos três Poderes, através do mandado de segurança e da ação popular.
- C)** trabalho de fiscalização que o Tribunal de Contas realiza sobre os atos dos três Poderes do Estado.
- D)** exercício das atribuições parlamentares de cada Legislatura, com relação aos atos dos Poderes Públicos Municipais.
- E)** controle interno exercido sobre todos os atos administrativos, no âmbito de cada um dos três Poderes Políticos, em qualquer nível.

**04** Nos termos constitucionais, o Município integra a estrutura da República Brasileira e como ente federado possui autonomia político-administrativa, sendo que lhe compete, especialmente:

- A)** autogovernar-se, ou seja, elaborar sua Lei Orgânica e legislar sobre questões de interesse local, reservadas à sua competência exclusiva ou suplementar da legislação federal e estadual.
- B)** promover, por meio de atuação adequada, a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- C)** auto-organizar-se, através da eleição direta do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, todos sujeitos a julgamento pela Comissão Parlamentar de Inquérito.
- D)** auto-administrar-se, mediante a gestão de seus negócios e a prestação de serviços de

interesse local inseridos na competência residual estadual.

**E)** ter seus próprios servidores públicos subordinados a um regime jurídico único de direitos e deveres, bem como a regime de previdência de caráter contributivo e a critérios de aposentadoria, segundo as regras de regência constitucional federal.

**05** Em qualquer dos três Poderes Públicos, o ato administrativo

**A)** é dito vinculado, por estar restrito ao exame de conveniência e oportunidade, a ser feito pela autoridade administrativa competente.

**B)** traduz abuso de poder ou desvio de finalidade, se praticado por autoridade incompetente, o que o torna marcado de nulidade e passível de revogação.

**C)** está sujeito a recurso hierárquico, previamente à apreciação judicial provocada por ação popular ou ação civil pública.

**D)** pressupõe motivação expressa, como um requisito de validade, se apresenta característica decisória.

**E)** qualifica-se como discricionário, por sua subordinação a requisitos impostos por lei ao administrador.

**06** No âmbito do domínio público, se o Poder Executivo Municipal transferir, através de contrato próprio, a exploração de um bem ou serviço a um cidadão ou empresa, estará praticando

**A)** a cessão de uso, como forma de transferência interna e gratuita da posse de um bem público.

**B)** o instituto do aforamento ou enfiteuse, que implica o pagamento aos cofres públicos de uma pensão anual pela sua utilização regular ou do laudêmio, em caso de sua alienação autorizada a uma terceira pessoa.

**C)** a reversão de direito real de uso, que poderá ser remunerada ou gratuita e terá destinação específica predeterminada.

**D)** a permissão, como meio discricionário e precário de se facultar a utilização ou exploração individual do bem ou serviço.

**E)** a concessão, que, por seu caráter contratual, estável e, via de regra, condicionada ao procedimento licitatório prévio, se distingue da autorização e da permissão.

**07** Os contratos administrativos estão, via de regra, sujeitos à realização prévia da licitação que

**A)** é um procedimento administrativo especial, composto de fases sucessivas e vinculado à lei e ao edital e obrigatório para os Poderes Executivo e Legislativo.

**B)** pode ser dispensada pelo Prefeito Municipal, em face do interesse público e nas hipóteses de convite e leilão.

**C)** abrange, entre suas modalidades, o concurso, como forma de selecionar-se trabalho técnico ou artístico, e o leilão, como meio próprio para alienação de bens.

**D)** tem na concorrência e na tomada de preços suas espécies, respectivamente mais complexa e mais simples, ambas sujeitas às regras do edital ou da carta-convite.

**E)** submete-se, em cada caso de inexigibilidade ou dispensa, à deliberação prévia da Câmara Municipal.

**08** O servidor do Poder Judiciário, como todo servidor público, está sujeito a processo administrativo disciplinar, sendo que

**A)** cabe também ao Juiz Diretor do Foro da Comarca aplicar penas de advertência, censura e suspensão.

**B)** será desconsiderada a penalidade administrativa, se houver condenação criminal;

**C)** fica condicionada pela prévia punição administrativa a condenação civil ou criminal.

**D)** deixará de ser anotada como nota desabonadora a pena de censura, se for estável o servidor..

**E)** se sujeita a imposição de pena à gradação legal, sem prevalência da gravidade da infração e da repercussão no meio forense.

**09** Entre os meios de intervenção do Poder Público na propriedade privada está

**A)** a requisição de coisas móveis e fungíveis condicionada à prévia indenização e à ordem judicial.

**B)** a servidão administrativa, que, como ônus real de uso, deve ser previamente declarada por decisão judicial.

- C)** a exploração direta da atividade econômica, por imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo.
- D)** a desapropriação, que pode consumir-se no procedimento administrativo declaratório e executório, sem necessidade da ação judicial específica.
- E)** o tombamento, como forma de expropriação indireta indenizável, através da declaração oficial do valor histórico, paisagístico ou científico de um bem, no interesse do patrimônio cultural brasileiro.

**10** Entre as garantias dos direitos fundamentais que o Estado de Direito oferece como meios especiais de controle judicial da Administração Pública está

- A)** a ação popular, em processo de iniciativa do cidadão ou do Órgão do Ministério Público, para a invalidação de atos administrativos lesivos ao patrimônio público, considerado como bens ou direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.
- B)** a ação civil pública destinada a aferir também responsabilidade de agentes públicos por danos morais e patrimoniais causados, entre outros, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à economia popular, a bens e direitos de valor histórico e a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.
- C)** o habeas data, que, como proteção ao direito à informação, é voltado contra atos lesivos de qualquer órgão do Poder Executivo e tem prioridade em relação aos outros processos.
- D)** o mandado de segurança coletivo, que pode ser impetrado por partido político, sindicato, associação ou pelo Ministério Público contra ato administrativo que contenha ilegalidade, abuso de poder ou prejuízo a direito líquido e certo individual ou coletivo;
- E)** a ação civil de responsabilidade fiscal por atos praticados por órgãos públicos coletivos, com prejuízo do patrimônio público e ofensa à moralidade administrativa, com rito processual idêntico ao do mandado de segurança.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa E
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa B

#### **Direito Administrativo 28**

**01** Levando-se em conta a noção de administração pública, em sentido estrito, podemos afirmar que, do ponto de vista objetivo:

- A)** a administração pública abrange todos os entes aos quais a lei atribui a função administrativa;
- B)** a administração pública compreende apenas os órgãos componentes do Poder Executivo;
- C)** a administração pública compreende os órgãos integrantes da denominada administração indireta;
- D)** a administração pública abrange as atividades de fomento, polícia administrativa e serviço público;
- E)** a administração pública compreende as funções administrativa, legislativa e jurisdicional.

**02** O princípio da impessoalidade distingue-se do princípio do controle ou da tutela porque:

- A)** o primeiro impõe à administração pública agir segundo os limites traçados pela lei;
- B)** o primeiro busca a realização da finalidade pública;
- C)** o primeiro atende à certeza dos fatos propulsores dos atos administrativos, enquanto o segundo visa preservar a sua autenticidade;
- D)** o primeiro visa a estabelecer uma relação de coordenação e subordinação, enquanto o segundo busca o autocontrole dos atos praticados;
- E)** o primeiro visa preservar as realizações estatais, como emanadas das entidades que as produziu, enquanto o segundo visa a exercer o controle sobre outra pessoa jurídica.

**03** A retirada do ato administrativo, que permitia a exploração de parque de diversões, por particular, em razão de superveniente lei de zoneamento que proíbe tal atividade, denomina-se:

- A)** revogação;
- B)** caducidade;
- C)** invalidação;
- D)** contraposição;
- E)** renúncia.

**04** A alteração unilateral do contrato administrativo está subordinada a(o):

- A)** inadimplemento das cláusulas contratuais pelo contratado;
- B)** insolvência do contratado;
- C)** comprometimento da execução do contrato;
- D)** manutenção do equilíbrio financeiro do contrato;
- E)** cumprimento dos prazos estipulados.

**05** Dar-se-á a dispensa da licitação na hipótese de:

- A)** aquisição de equipamento fornecido por empresa comercial em caráter exclusivo;
- B)** não acudirem interessados à licitação e esta, motivadamente, não puder ser renovada sem prejuízo para a administração;
- C)** a contratação compreender serviço técnico de natureza singular;
- D)** contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada;
- E)** aquisição de gênero não-perecível, pelo tempo necessário à realização da licitação, com base no preço do dia.

**06** Os bens dominicais podem ser alienados quando:

- A)** houver interesse público demonstrado em regular procedimento administrativo;
- B)** estiverem afetados a uma destinação pública;
- C)** em se tratando de bem móvel, a alienação realizar-se mediante concorrência;
- D)** independem de autorização legislativa, em se tratando de bem imóvel;
- E)** obedecer o procedimento licitatório do leilão, em se referindo à doação de bem imóvel.

**07** A parte que, em processo administrativo, se considerar agravada por decisão do Presidente da Seção Cível poderá requerer a apresentação do feito em mesa no prazo de:

- A)** cinco dias;
- B)** dez dias;
- C)** três dias;
- D)** quinze dias;
- E)** dois dias.

**08** O notário ou registrador que reiteradamente deixar de atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza estará sujeito à pena de:

- A)** multa;
- B)** advertência;
- C)** suspensão;
- D)** repreensão;
- E)** perda da delegação.

**09** Quando, no curso da apuração de falta disciplinar imputada a notário ou registrador, for necessário o afastamento preventivo do serviço, este não poderá ultrapassar:

- A)** noventa dias;
- B)** sessenta dias;
- C)** cento e oitenta dias;
- D)** cento e vinte dias;
- E)** cento e noventa dias.

**10** Na licitação, é correto afirmar-se que:

- A)** os licitantes classificados no respectivo procedimento licitatório têm direito à contratação subsequente somente após a homologação do certame pela autoridade competente;
- B)** a revogação é ato discricionário da Administração que, segundo exclusivos critérios de

conveniência e oportunidade, extingue o procedimento licitatório válido;

**C)** a desclassificação é o ato pelo qual a Administração declara a desconformidade da proposta do licitante aos termos do edital;

**D)** a inexigibilidade de licitação, assim como a dispensa, só é possível nas hipóteses que a lei expressamente prevê;

**E)** nenhuma das respostas anteriores.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa E

Questão 3 alternativa B

Questão 4 alternativa E

Questão 5 alternativa B

Questão 6 alternativa A

Questão 7 alternativa A

Questão 8 alternativa C

Questão 9 alternativa D

Questão 10 alternativa C

### **Direito Administrativo 29**

**01** É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios:

**A)** Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

**B)** Prover a organização e manutenção do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.

**C)** Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

**D)** Promover requisições, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.

**02** Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei. Daí, é correto dizer-se que:

**A)** Os detentores de cargo em comissão não poderão ser exonerados sem regular processo administrativo.

**B)** A investidura em cargo ou emprego público ocorre somente mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

**C)** A lei poderá estabelecer casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

**D)** O prazo de validade do concurso público poderá ser prorrogado por duas vezes.

**03** Com referência ao domínio público, é correto dizer-se que:

**A)** Os potenciais de energia hidráulica relativos a rio que não se constitua em bem da União podem ser explorados pelo Município onde eles se situarem.

**B)** Inscrevem-se como bens da União os cursos de água que se estendam a território estrangeiro.

**C)** Pertencem à União as ilhas fluviais ou lacustres situadas nos limites entre Estados da Federação.

**D)** Os acréscidos dos terrenos de marinha pertencem aos Estados onde se situarem.

**04** Sobre a desapropriação por interesse social, é correto dizer-se que:

**A)** Na desapropriação por interesse social não cabe indenização pelas benfeitorias úteis, cabendo, entretanto, quanto àquelas necessárias.

**B)** São passíveis de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, todos os imóveis que se prestem à exploração agrícola, excetuados aqueles cobertos por florestas em área de preservação ambiental.

**C)** A desapropriação por interesse social tem como pressuposto prévia e justa indenização em dinheiro.

**D)** O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de desapropriação, autoriza a União a propor a ação expropriatória.

**05** Considerando-se que são servidores públicos militares (Servidores da Pátria) os integrantes das forças armadas, pode dizer-se que:

- A)** O militar, enquanto em efetivo serviço, não pode estar filiado a partido político.
- B)** As patentes dos oficiais das Forças Armadas e das Polícias Militares são conferidas pelo Presidente da República.
- C)** O militar da ativa pode aceitar cargo público civil permanente, sem que tenha de passar para a reserva.
- D)** Os militares podem sindicalizar-se, não tendo, contudo, o direito de fazer greve.

**06** Sobre licitação, tem-se como certo que:

- A)** A administração pode estabelecer no edital que, em caso de pequena diferença de preço entre os concorrentes, poderá ser declarada vencedora a empresa do lugar, embora de preço maior a sua proposta.
- B)** A competência para legislar sobre o tema é concomitante da União, dos Estados e dos Municípios, conforme a natureza da obra, serviço, compra ou alienação.
- C)** Ressalvados os casos especificados na legislação (licitação dispensada, dispensável ou inexigível), as obras, serviços, compras e alienações a cargo da administração pública, serão contratados mediante processo de licitação pública.
- D)** No contrato para realização de obra licitada, pode ser dispensada a exigência de qualificação técnica da contratada para realizar a obra.

**07** Ao servidor público detentor de mandato eletivo aplica-se a seguinte disposição:

- A)** Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- B)** Uma vez investido no mandato de Prefeito, o servidor terá de afastar-se do seu cargo, mas poderá acumular as duas remunerações, desde que não ultrapasse o teto remuneratório constitucional.
- C)** Nos casos de afastamento do servidor para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado unicamente para os efeitos de aposentadoria.
- D)** Investido no mandato de Vereador e não havendo compatibilidade de horários, perceberá o servidor somente a remuneração do cargo eletivo.

**08** Sobre autarquia, sociedade de economia mista e empresa pública, é correto dizer-se que:

- A)** A empresa pública e a sociedade de economia mista que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, exceto quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.
- B)** A criação de sociedade de economia mista e de autarquia depende de lei específica, e a criação de uma empresa pública pode ser feita por ato discricionário do chefe do Poder Executivo.
- C)** As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- D)** É livremente permitida a exploração de atividade econômica pelo Estado.

**09** Sobre jazidas, é correto dizer-se que:

- A)** O produto da lavra pertence ao seu concessionário
- B)** À União e aos Estados compete, concorrentemente, legislar sobre jazidas.
- C)** A pesquisa e a lavra dos recursos minerais poderão ser efetuados tanto por empresas brasileiras como por estrangeiras, desde que autorizadas pelo Congresso Nacional.
- D)** O detentor de autorização de pesquisa poderá cedê-la para outrem independente de anuência do poder concedente.

**10** Em relação aos servidores públicos, é correto afirmar-se que:

- A)** O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- B)** A demissão, quando invalidada por sentença judicial, garante ao servidor estável o direito de ser reintegrado no mesmo cargo, sendo certo que o eventual ocupante da vaga será reconduzido ao cargo de origem, ou será aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade, sempre com direito à indenização pelos prejuízos que teve na carreira.
- C)** Em ação regressiva proposta pela pessoa jurídica de direito público, obrigada à reparação, responde o servidor público civilmente pelos danos causados a terceiro, no exercício de suas

atividades funcionais, independentemente da prova de dolo ou culpa de sua parte.

**D)** Denomina-se reversão a recondução do servidor ao mesmo cargo de que fora demitido, com o pagamento integral dos vencimentos e vantagens do período de afastamento, uma vez reconhecida a ilegalidade da demissão em decisão judicial.

## **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa A

Questão 2 alternativa C

Questão 3 alternativa B

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa C

Questão 7 alternativa A

Questão 8 alternativa C

Questão 9 alternativa A

Questão 10 alternativa A

### **Direito Administrativo 30**

**01** É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios:

**A)** Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

**B)** Prover a organização e manutenção do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.

**C)** Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

**D)** Promover requisições, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.

**02** Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei. Daí, é correto dizer-se que:

**A)** Os detentores de cargo em comissão não poderão ser exonerados sem regular processo administrativo.

**B)** A investidura em cargo ou emprego público ocorre somente mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

**C)** A lei poderá estabelecer casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

**D)** O prazo de validade do concurso público poderá ser prorrogado por duas vezes.

**03** Com referência ao domínio público, é correto dizer-se que:

**A)** Os potenciais de energia hidráulica relativos a rio que não se constitua em bem da União podem ser explorados pelo Município onde eles se situarem.

**B)** Inscrevem-se como bens da União os cursos de água que se estendam a território estrangeiro.

**C)** Pertencem à União as ilhas fluviais ou lacustres situadas nos limites entre Estados da Federação.

**D)** Os acréscidos dos terrenos de marinha pertencem aos Estados onde se situarem.

**04** Sobre a desapropriação por interesse social, é correto dizer-se que:

**A)** Na desapropriação por interesse social não cabe indenização pelas benfeitorias úteis, cabendo, entretanto, quanto àquelas necessárias.

**B)** São passíveis de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, todos os imóveis que se prestem à exploração agrícola, excetuados aqueles cobertos por florestas em área de preservação ambiental.

**C)** A desapropriação por interesse social tem como pressuposto prévia e justa indenização em dinheiro.

**D)** O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de desapropriação, autoriza a União a propor a ação expropriatória.

**05** Considerando-se que são servidores públicos militares (Servidores da Pátria) os integrantes das forças armadas, pode dizer-se que:



- A)** O militar, enquanto em efetivo serviço, não pode estar filiado a partido político.
- B)** As patentes dos oficiais das Forças Armadas e das Polícias Militares são conferidas pelo Presidente da República.
- C)** O militar da ativa pode aceitar cargo público civil permanente, sem que tenha de passar para a reserva.
- D)** Os militares podem sindicalizar-se, não tendo, contudo, o direito de fazer greve.

**06** Sobre licitação, tem-se como certo que:

- A)** A administração pode estabelecer no edital que, em caso de pequena diferença de preço entre os concorrentes, poderá ser declarada vencedora a empresa do lugar, embora de preço maior a sua proposta.
- B)** A competência para legislar sobre o tema é concomitante da União, dos Estados e dos Municípios, conforme a natureza da obra, serviço, compra ou alienação.
- C)** Ressalvados os casos especificados na legislação (licitação dispensada, dispensável ou inexigível), as obras, serviços, compras e alienações a cargo da administração pública, serão contratados mediante processo de licitação pública.
- D)** No contrato para realização de obra licitada, pode ser dispensada a exigência de qualificação técnica da contratada para realizar a obra.

**07** Ao servidor público detentor de mandato eletivo aplica-se a seguinte disposição:

- A)** Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- B)** Uma vez investido no mandato de Prefeito, o servidor terá de afastar-se do seu cargo, mas poderá acumular as duas remunerações, desde que não ultrapasse o teto remuneratório constitucional.
- C)** Nos casos de afastamento do servidor para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado unicamente para os efeitos de aposentadoria.
- D)** Investido no mandato de Vereador e não havendo compatibilidade de horários, perceberá o servidor somente a remuneração do cargo eletivo.

**08** Sobre autarquia, sociedade de economia mista e empresa pública, é correto dizer-se que:

- A)** A empresa pública e a sociedade de economia mista que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, exceto quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.
- B)** A criação de sociedade de economia mista e de autarquia depende de lei específica, e a criação de uma empresa pública pode ser feita por ato discricionário do chefe do Poder Executivo.
- C)** As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- D)** É livremente permitida a exploração de atividade econômica pelo Estado.

**09** Sobre jazidas, é correto dizer-se que:

- A)** O produto da lavra pertence ao seu concessionário
- B)** À União e aos Estados compete, concorrentemente, legislar sobre jazidas.
- C)** A pesquisa e a lavra dos recursos minerais poderão ser efetuados tanto por empresas brasileiras como por estrangeiras, desde que autorizadas pelo Congresso Nacional.
- D)** O detentor de autorização de pesquisa poderá cedê-la para outrem independente de anuência do poder concedente.

**10** Em relação aos servidores públicos, é correto afirmar-se que:

- A)** O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- B)** A demissão, quando invalidada por sentença judicial, garante ao servidor estável o direito de ser reintegrado no mesmo cargo, sendo certo que o eventual ocupante da vaga será reconduzido ao cargo de origem, ou será aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade, sempre com direito à indenização pelos prejuízos que teve na carreira.
- C)** Em ação regressiva proposta pela pessoa jurídica de direito público, obrigada à reparação, responde o servidor público civilmente pelos danos causados a terceiro, no exercício de suas atividades funcionais, independentemente da prova de dolo ou culpa de sua parte.
- D)** Denomina-se reversão a recondução do servidor ao mesmo cargo de que fora demitido, com

o pagamento integral dos vencimentos e vantagens do período de afastamento, uma vez reconhecida a ilegalidade da demissão em decisão judicial.

### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa A

### **Direito Administrativo 31**

**01** São causas extintivas da punibilidade previstas na Lei Complementar n.º 207, de 05 de janeiro de 1979 (Lei Orgânica da Polícia),

- A)** a prescrição, a renúncia, a morte do agente, a anistia administrativa e a retroatividade de lei que não considere o fato como falta.
- B)** a prescrição, a decadência, a preempção, a morte do agente, a anistia administrativa e a retroatividade de lei que não considere o fato como falta.
- C)** a prescrição, a morte do agente, a anistia administrativa e a retroatividade de lei que não considere o fato como falta.
- D)** a prescrição, a renúncia, a preclusão, a morte do agente, a anistia administrativa e a retroatividade de lei que não considere o fato como falta.

**02** A pena de remoção compulsória prevista na Lei Complementar n.º 207, de 05 de janeiro de 1979 (Lei Orgânica da Polícia), poderá ser aplicada

- A)** cumulativamente com as penas de repreensão, multa e suspensão.
- B)** cumulativamente com as penas de advertência, repreensão e multa.
- C)** isoladamente, com a aprovação de dois terços do Conselho da Polícia Civil.
- D)** isoladamente no caso de falta de cumprimento dos deveres, ao infrator primário.

**03** A adjudicação, em licitação, é

- A)** ato pelo qual a Administração faz o julgamento das propostas ofertadas, classificando-as pela ordem de preferência.
- B)** ato pelo qual a Administração exclui o licitante que não preencha os requisitos do edital.
- C)** ato público, no qual a Administração recebe os envelopes contendo a documentação referente à habilitação dos licitantes e a proposta.
- D)** ato pelo qual a Administração atribui ao vencedor o objeto da licitação, após a homologação.

**04** O princípio da autotutela na Administração Pública, significa que

- A)** a Administração não pode transigir ou deixar de aplicar a lei, a não ser nos casos expressamente permitidos.
- B)** a Administração pode corrigir seus atos, revogando os irregulares ou inoportunos e anulando os ilegais, respeitados os direitos adquiridos e indenizando os prejudicados se necessário.
- C)** a Administração deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais.
- D)** os atos administrativos devem ser justificados e expressamente com indicação de seus fundamentos de fato e de direito.

**05** Os tradutores públicos e os mesários, dentro da categoria de agentes públicos, pertencem à categoria de particulares em colaboração com a Administração, porquanto atuam respectivamente

- A)** por delegação e requisição do poder público.
- B)** por nomeação e designação do poder público.
- C)** por requisição e nomeação do poder público.
- D)** por designação e delegação do poder público.

**06** O ato administrativo que supre vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à

data em que foi praticado, denomina-se

- A) invalidação.
- B) retificação.
- C) convalidação.
- D) conversão.

**07** O fenômeno da distribuição interna de competência e de serviço denomina-se

- A) descentralização.
- B) desconcentração.
- C) competência residual.
- D) competência concorrente.

**08** A preposição de um bem público a um dado destino categorial, de uso comum ou especial, denomina-se

- A) concessão
- B) revalidação
- C) retrocessão
- D) afetação

**09** São modalidades de licitação

- A) concorrência; tomada de preços; convite; concurso e leilão
- B) concorrência; adjudicação; convite; concurso e leilão
- C) concorrência; homologação; convite; concurso e leilão
- D) concorrência; autorização; adjudicação; convite e concurso

**10** O ato revogador de um ato administrativo tem natureza

- A) declaratória.
- B) constitutiva.
- C) negativa.
- D) extintiva.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa B

#### **Direito Administrativo 32**

**01** A doutrina denomina "poder extroverso" da Administração aquele que permite ao Poder Público editar provimentos que interferem na esfera jurídica do administrado. Tal poder dá a esse ato administrativo o atributo de:

- A) executariedade.
- B) exigibilidade.
- C) imperatividade.
- D) Legitimidade.

**02** Adjudicação, ato formal no procedimento licitatório, é:

- A) o ato pelo qual o poder licitante recebe, independentemente de pagamento, o objeto licitado.
- B) a entrega do objeto da licitação ao proponente classificado em primeiro lugar.
- C) o ato pelo qual, inexistindo licitantes que preencham os requisitos do edital, o Poder Público extingue o processo de licitação.
- D) o ato pela qual a Administração autoriza contratação com apoio no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em havendo demora na conclusão do processo licitatório.

**03** A exigência imposta por lei municipal, determinada de recuo de certo número de metros na

construção a ser levantada em terreno urbano, constitui:

- A) servidão predial.
- B) limitação administrativa.
- C) desapropriação parcial do terreno.
- D) servidão administrativa.

**04** Contrato administrativo pelo qual a Administração confere ao particular a execução remunerada de serviço público é:

- A) autorização
- B) concessão
- C) permissão
- D) convênio.

**05** No que concerne aos servidores titulares de cargos efetivos do Distrito Federal, não é correto afirmar:

- A) é assegurado regime de previdência de caráter contributivo.
- B) será compulsória a aposentadoria aos setenta anos.
- C) na hipótese de aposentadoria por invalidez, os proventos do servidor serão proporcionais ao tempo de serviço, excetuados os casos previstos na Constituição e na lei.
- D) o servidor público do Distrito Federal submete-se ao regime da Lei n. 8.112/90, por força de lei local.

**06** Assinale a resposta incorreta. Os atos ordinários, espécie dos atos administrativos, são os que:

- A) visam a regular o funcionamento da Administração.
- B) visam a orientar o servidor público no exercício de suas atribuições.
- C) visam a orientar o administrativo em suas relações com a Administração.
- D) incluem as "instruções" como uma de suas espécies.

**07** Entre os meios de controle judicial dos atos administrativos incluem-se, exceto:

- A) a ação de inconstitucionalidade por omissão.
- B) o habeas-data.
- C) mandado de segurança individual.
- D) ação de indenização por dano causado por agente público.

**08** Tício, Policial Civil, no exercício de suas funções e em legítima defesa de terceiro, matou o marginal X. Por isso, o Distrito Federal:

- A) deverá indenizar, pela simples morte de X.
- B) não deverá indenizar, porque Tício agiu em defesa de terceiro.
- C) deverá indenizar, porque Tício atuou na qualidade de agente público.
- D) não deverá indenizar, porque Tício não agiu com culpa ou dolo.

**09** Aponte a alternativa incorreta:

- A) a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- B) como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho do servidor por comissão instituída para essa finalidade.
- C) o tempo de serviço federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria.
- D) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social.

**10** No tocante à "permissão", não é correto afirmar:

- A) depende de licitação
- B) o serviço é executado em nome do permissionário, por conta e risco da Administração.
- C) seu objeto é a execução de serviço público, continuando a titularidade do serviço com o Poder Público.
- D) o ato de outorga pode ser revogado ou alterado pela Administração.

## RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa B  
Questão 3 alternativa B  
Questão 4 alternativa B  
Questão 5 alternativa C  
Questão 6 alternativa C  
Questão 7 alternativa D  
Questão 8 alternativa D  
Questão 9 alternativa C  
Questão 10 alternativa B

---

### Direito Administrativo 33

**01** Para o setor privado predomina a autonomia da vontade, sendo lícito fazer-se o que a lei não proíbe, mas no âmbito do Poder Público todo ato administrativo pressupõe a existência de permissão legal, o que está sintetizado no princípio da

- A)** finalidade e coordenação para os Poderes Executivo e Legislativo.
- B)** moralidade, presente nos três Poderes Públicos em qualquer nível.
- C)** legalidade, válido para os três Poderes Políticos em todos os níveis.
- D)** impessoalidade e razoabilidade dos Poderes Judiciário e Executivo.
- E)** publicidade e eficiência do Poderes Legislativo e Judiciário.

**02** Segundo norma constitucional de regência válida para a atuação dos agentes públicos de qualquer dos três Poderes, os atos de improbidade administrativa importarão

- A)** a suspensão dos direitos políticos e o ressarcimento ao erário, entre outros efeitos, na forma e na graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- B)** a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação legais;
- C)** a cassação dos direitos políticos, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma legal.
- D)** a suspensão dos direitos políticos e da função pública e a indisponibilidade de bens, de acordo com o resultado de prévia ação penal.
- E)** a suspensão da função pública, a cassação dos direitos políticos e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da penalidade imposta em processo criminal.

**03** Entre os princípios básicos da Administração Pública está o de autotutela que consiste no

- A)** controle necessário por imposição constitucional, efetuado pelo Poder Judiciário, em todos os níveis dos três Poderes.
- B)** controle externo atribuído a cada cidadão, com relação aos três Poderes, através do mandado de segurança e da ação popular.
- C)** trabalho de fiscalização que o Tribunal de Contas realiza sobre os atos dos três Poderes do Estado.
- D)** exercício das atribuições parlamentares de cada Legislatura, com relação aos atos dos Poderes Públicos Municipais.
- E)** controle interno exercido sobre todos os atos administrativos, no âmbito de cada um dos três Poderes Políticos, em qualquer nível.

**04** Nos termos constitucionais, o Município integra a estrutura da República Brasileira e como ente federado possui autonomia político-administrativa, sendo que lhe compete, especialmente:

- A)** autogovernar-se, ou seja, elaborar sua Lei Orgânica e legislar sobre questões de interesse local, reservadas à sua competência exclusiva ou suplementar da legislação federal e estadual.
- B)** promover, por meio de atuação adequada, a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- C)** auto-organizar-se, através da eleição direta do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, todos sujeitos a julgamento pela Comissão Parlamentar de Inquérito.
- D)** auto-administrar-se, mediante a gestão de seus negócios e a prestação de serviços de interesse local inseridos na competência residual estadual.
- E)** ter seus próprios servidores públicos subordinados a um regime jurídico único de direitos e deveres, bem como a regime de previdência de caráter contributivo e a critérios de aposentadoria, segundo as regras de regência constitucional federal.

**05** Em qualquer dos três Poderes Públicos, o ato administrativo

**A)** é dito vinculado, por estar restrito ao exame de conveniência e oportunidade, a ser feito pela autoridade administrativa competente.

**B)** traduz abuso de poder ou desvio de finalidade, se praticado por autoridade incompetente, o que o torna marcado de nulidade e passível de revogação.

**C)** está sujeito a recurso hierárquico, previamente à apreciação judicial provocada por ação popular ou ação civil pública.

**D)** pressupõe motivação expressa, como um requisito de validade, se apresenta característica decisória.

**E)** qualifica-se como discricionário, por sua subordinação a requisitos impostos por lei ao administrador.

**06** No âmbito do domínio público, se o Poder Executivo Municipal transferir, através de contrato próprio, a exploração de um bem ou serviço a um cidadão ou empresa, estará praticando

**A)** a cessão de uso, como forma de transferência interna e gratuita da posse de um bem público.

**B)** o instituto do aforamento ou enfiteuse, que implica o pagamento aos cofres públicos de uma pensão anual pela sua utilização regular ou do laudêmio, em caso de sua alienação autorizada a uma terceira pessoa.

**C)** a reversão de direito real de uso, que poderá ser remunerada ou gratuita e terá destinação específica predeterminedada.

**D)** a permissão, como meio discricionário e precário de se facultar a utilização ou exploração individual do bem ou serviço.

**E)** a concessão, que, por seu caráter contratual, estável e, via de regra, condicionada ao procedimento licitatório prévio, se distingue da autorização e da permissão.

**07** Os contratos administrativos estão, via de regra, sujeitos à realização prévia da licitação que

**A)** é um procedimento administrativo especial, composto de fases sucessivas e vinculado à lei e ao edital e obrigatório para os Poderes Executivo e Legislativo.

**B)** pode ser dispensada pelo Prefeito Municipal, em face do interesse público e nas hipóteses de convite e leilão.

**C)** abrange, entre suas modalidades, o concurso, como forma de selecionar-se trabalho técnico ou artístico, e o leilão, como meio próprio para alienação de bens.

**D)** tem na concorrência e na tomada de preços suas espécies, respectivamente mais complexa e mais simples, ambas sujeitas às regras do edital ou da carta-convite.

**E)** submete-se, em cada caso de inexigibilidade ou dispensa, à deliberação prévia da Câmara Municipal.

**08** O servidor do Poder Judiciário, como todo servidor público, está sujeito a processo administrativo disciplinar, sendo que

**A)** cabe também ao Juiz Diretor do Foro da Comarca aplicar penas de advertência, censura e suspensão.

**B)** será desconsiderada a penalidade administrativa, se houver condenação criminal;

**C)** fica condicionada pela prévia punição administrativa a condenação civil ou criminal.

**D)** deixará de ser anotada como nota desabonadora a pena de censura, se for estável o servidor..

**E)** se sujeita a imposição de pena à gradação legal, sem prevalência da gravidade da infração e da repercussão no meio forense.

**09** Entre os meios de intervenção do Poder Público na propriedade privada está

**A)** a requisição de coisas móveis e fungíveis condicionada à prévia indenização e à ordem judicial.

**B)** a servidão administrativa, que, como ônus real de uso, deve ser previamente declarada por decisão judicial.

**C)** a exploração direta da atividade econômica, por imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo.

**D)** a desapropriação, que pode consumir-se no procedimento administrativo declaratório e executório, sem necessidade da ação judicial específica.

**E)** o tombamento, como forma de expropriação indireta indenizável, através da declaração

oficial do valor histórico, paisagístico ou científico de um bem, no interesse do patrimônio cultural brasileiro.

**10** Entre as garantias dos direitos fundamentais que o Estado de Direito oferece como meios especiais de controle judicial da Administração Pública está

**A)** a ação popular, em processo de iniciativa do cidadão ou do Órgão do Ministério Público, para a invalidação de atos administrativos lesivos ao patrimônio público, considerado como bens ou direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.

**B)** a ação civil pública destinada a aferir também responsabilidade de agentes públicos por danos morais e patrimoniais causados, entre outros, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à economia popular, a bens e direitos de valor histórico e a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

**C)** o habeas data, que, como proteção ao direito à informação, é voltado contra atos lesivos de qualquer órgão do Poder Executivo e tem prioridade em relação aos outros processos.

**D)** o mandado de segurança coletivo, que pode ser impetrado por partido político, sindicato, associação ou pelo Ministério Público contra ato administrativo que contenha ilegalidade, abuso de poder ou prejuízo a direito líquido e certo individual ou coletivo;

**E)** a ação civil de responsabilidade fiscal por atos praticados por órgãos públicos coletivos, com prejuízo do patrimônio público e ofensa à moralidade administrativa, com rito processual idêntico ao do mandado de segurança.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa E

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa D

Questão 6 alternativa E

Questão 7 alternativa C

Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa D

Questão 10 alternativa B

#### **Direito Administrativo 34**

**01** O direito de retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é o direito de

**A)** reversão.

**B)** retrocessão.

**C)** encampação.

**D)** tredestinação.

**02** Na hipótese de haver apenas um participante em uma licitação pública, a administração

**A)** poderá torná-la sem efeito e realizar outra.

**B)** terá, necessariamente, de adjudicar o serviço ao único participante.

**C)** poderá prorrogar o prazo de entrega das propostas.

**D)** poderá comparar os preços ofertados com os praticados no mercado e impor ao participante o preço médio.

**03** Da independência das instâncias administrativas, civil e criminal, resulta que

**A)** o funcionário poderá sempre ser punido em qualquer dessas esferas sem a preocupação de se esperar o resultado de qualquer outra instância.

**B)** a absolvição criminal somente afasta a responsabilização administrativa, quando ficar comprovada a inexistência do fato ou a não-autoria imputada ao funcionário.

**C)** a absolvição por falta de provas, na esfera criminal, necessariamente terá reflexo no processo administrativo.

**D)** a absolvição por falta de provas, no processo criminal, somente terá reflexo na esfera civil.

**04** A autarquia, na organização administrativa, faz parte

**A)** da administração direta.

**B)** do setor privado da administração.

- C) de um corpo à parte da administração.
- D) da administração indireta.

**05** O servidor público estável

- A) poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- B) pode ser demitido em decorrência de avaliação insuficiente.
- C) só pode ser demitido por decreto do Chefe do Poder Executivo.
- D) só pode ser afastado por efeito de decisão judicial.

**06** Os direitos e ações pessoais contra as Fazendas Públicas, contado o prazo da data do fato ou ato do qual se originaram, prescrevem em

- A) 5 (cinco) anos, podendo ser interrompido uma vez.
- B) 5 (cinco) anos, não podendo ser interrompido.
- C) 10 (dez) anos entre presentes e 15 (quinze) anos entre ausentes.
- D) 20 (vinte) anos.

**07** A desistência da ação de desapropriação

- A) sujeita-se ao consentimento do proprietário do bem expropriando.
- B) está condicionada ao pagamento integral do preço arbitrado.
- C) pode ser parcial.
- D) é inadmissível se verificada a imissão de posse do imóvel expropriando.

**08** Os Tribunais de Contas

- A) integram o Poder Judiciário.
- B) são órgãos auxiliares dos Legislativos e colaboradores dos Executivos.
- C) podem ser criados nas capitais de Estados que deles não dispõem.
- D) revestem-se de natureza autárquica.

**09** Os estacionamentos localizados nas ruas públicas cujo uso enseje pagamento à administração pública constituem

- A) bem de uso comum do povo.
- B) servidão administrativa.
- C) bem de natureza dominial.
- D) bem de uso especial.

**10** O poder regulamentar de que dispõem os Chefes de Executivos, no que tange às leis, é

- A) delegável.
- B) exercitável, mesmo relativamente àquelas cujo veto de que foram objeto tenha sido rejeitado.
- C) de exercício indispensável, para que sejam exequíveis.
- D) instrumento hábil à correção de eventuais equívocos, ao âmbito do conteúdo.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa B

---

#### **Direito Administrativo 35**

**01** O regime jurídico dos servidores públicos civis nominado Estatutário significa:

- A) aquele em que os direitos, deveres e demais aspectos da vida funcional estão contidos em uma lei básica.
- B) aquele em que os servidores tem seus direitos e deveres norteados, nuclearmente, pela Consolidação das Leis do Trabalho.



- C)** aquele em que os servidores são contratados por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
- D)** aquele que engloba na mesma legislação, quanto aos direitos e deveres, os trabalhadores urbanos, rurais e empregados públicos.

**02** Atos vinculados ou regrados da Administração Pública significam:

- A)** obrigação de distribuir e escalonar funções correlatas.
- B)** obrigação estabelecer relação de subordinação entre as diversas categorias de servidores públicos.
- C)** obrigação de avocar funções específicas originariamente atribuídas a um subordinado.
- D)** obrigação do agente público de ficar inteiramente preso ao enunciado da lei.

**03** Um veículo foi furtado do estacionamento da Câmara Municipal. Em ação de indenização, quem deverá figurar no polo passivo é:

- A)** o Presidente da Câmara Municipal.
- B)** o Prefeito Municipal.
- C)** a Câmara Municipal.
- D)** o Município.

**04** Tombamento é:

- A)** o instrumento utilizado pela Administração Pública em situação excepcional de emergência, em prejuízo da propriedade particular, para favorecer empresas concessionárias de serviços públicos.
- B)** o instrumento utilizado pela Administração Pública para ocupar temporariamente o imóvel, caso ocorra perigo público iminente, assegurado ao proprietário indenização ulterior.
- C)** o ato administrativo por meio do qual a Administração Pública manifesta sua vontade de preservar determinado bem.
- D)** o direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel alheio, com base em lei, pela Administração Pública ou por seus delegados, em favor de associações beneficentes.

**05** Contrato de Gerenciamento significa:

- A)** atividade técnica de mediação entre o Poder Público e os executores de um contrato.
- B)** atividade referente à privatização de empresas estatais.
- C)** atividade própria de supervisão de órgão dirigente de autarquias e empresas públicas.
- D)** atividade consistente na fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas.

**06** Incompetência é um defeito ou vício do ato administrativo, que ocorre:

- A)** na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- B)** no ato que não se inclui nas atribuições legais do agente que o pratica.
- C)** nos casos em que o resultado pretendido pelo ato importa violação da Constituição, da lei ou de outro preceito.
- D)** nos casos em que a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

**07** Fato do Príncipe significa:

- A)** determinação estatal geral, imprevista e imprevisível, que onera substancialmente a execução do contrato administrativo.
- B)** ordem do Soberano no regime monárquico.
- C)** evento da natureza imprevisível e inevitável.
- D)** interferência imprevista que antecede o contrato administrativo.

**08** No contrato administrativo, o equilíbrio econômico financeiro, também denominado equação econômica financeira significa:

- A)** a relação que as partes estabelecem, inicialmente, no contrato, entre os encargos do contratante e a retribuição da Administração, para a justa remuneração do seu objetivo.
- B)** a inalterabilidade dos condições, vantagens e ônus recíprocos, nos contratos referentes a empréstimos externos para a realização de obras públicas.
- C)** a observância das regras estabelecidas pelo Organização Mundial do Comércio (OMC) para os

contratos de financiamento firmados em moeda estrangeira.

**D)** a legislação estabelecida pela União e executada pelo Banco Central, para ressarcir os prejuízos das pessoas físicas nos contratos de depósito, em caso de quebra de Bancos e outras instituições financeiras.

**09** A interpretação do Direito Administrativo há de considerar necessariamente:

**A)** competência da autoridade administrativa e finalidade do interesse público a ser atingido.

**B)** desigualdade jurídica entre a Administração e os Administrados; presunção de legitimidade dos atos da Administração e necessidade de poderes discricionários.

**C)** forma legal do ato substancial; objeto lícito e mérito correspondente ao princípio da auto-executoriedade.

**D)** igualdade jurídica entre a Administração e os Administradores; presunção de autorização legal.

**10** A primeira fase da Licitação é:

**A)** homologação.

**B)** adjudicação.

**C)** habilitação.

**D)** edital.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa A

Questão 2 alternativa D

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa C

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa A

Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa B

Questão 10 alternativa D

#### **Direito Administrativo 36**

**01** Assinale a alternativa correta.

**A)** As entidades paraestatais são pessoas jurídicas de Direito Público.

**B)** Os Estados membros possuem soberania, independência política, administrativa e financeira.

**C)** As autarquias são pessoas jurídicas de Direito Privado.

**D)** As fundações públicas deverão ser criadas por lei específica.

**02** O poder discricionário

**A)** não vincula o administrador à forma e finalidade do ato.

**B)** vincula o administrador à forma e finalidade do ato.

**C)** não permite ao administrador praticar o ato com os critérios de conveniência e oportunidade.

**D)** permite ao administrador exceder os limites da lei.

**03** É incorreto dizer que

**A)** o servidor público civil possui direito à livre associação sindical.

**B)** o concurso público terá validade de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

**C)** os cargos em comissão dependem de concurso público.

**D)** poderá haver contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária excepcional.

**04** As pessoas físicas que ocupam os cargos que compõem a estrutura de governo, ligados ao exercício de atribuições constitucionais, são denominadas

**A)** Agentes Honoríficos.

**B)** Agentes Credenciados.

**C)** Agentes Delegados.

**D)** Agentes Políticos.

**05** Dentre outros, são requisitos dos atos administrativos,

**A)** a forma e o objeto.

- B) o tempo e o local.
- C) a territorialidade e a forma.
- D) os sujeitos e a territorialidade.

**06** Em relação à rescisão dos contratos administrativos, observe:  
I. o atraso superior a 60 dias dos pagamentos permite sua rescisão;  
II. apenas a inexecução total do contrato possibilita a sua rescisão;  
III. em nenhuma hipótese a administração pode rescindir unilateralmente os contratos.

Pode-se afirmar que

- A) todas as afirmações estão corretas.
- B) todas as afirmações estão incorretas.
- C) apenas a afirmação I está correta.
- D) apenas as afirmações I e II estão corretas.

**07** Se for exigida uma garantia nas contratações de obras, serviços e compras, a lei permite

- A) ao contratado fazer a opção por uma das garantias previstas em lei.
- B) à administração impor a garantia que entender conveniente.
- C) que o limite da garantia exceda a 20% do valor do contrato.
- D) que a garantia seja liberada ou restituída, na hipótese de contratação de obra, quando 50% desta estiver executada.

**08** O ato administrativo de atuação interna que visa normatizar o funcionamento de órgãos colegiados e corporações legislativas é denominado

- A) Resolução.
- B) Regimento.
- C) Regulamento.
- D) Deliberação.

**09** Em relação aos serviços de utilidade pública, pode-se afirmar que

- A) são caracterizados pela essencialidade e necessidade.
- B) só poderão ser prestados pelo Poder Público.
- C) poderão ser prestados por terceiros.
- D) a atividade policial é exemplo de serviço de utilidade pública.

**10** A modalidade de licitação necessária para o contrato de concessão de direito real de uso é

- A) a concorrência.
- B) o leilão.
- C) o convite.
- D) a tomada de preço.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

#### **Direito Administrativo 37**

**01** Em relação às sociedades de economia mista, pode-se dizer:

- I) são pessoas jurídicas de direito privado, com participação do Poder Público e de particulares no seu capital e na sua administração;
- II) quando utilizadas para explorar atividades econômicas, devem operar sob as mesmas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;

III) o seu pessoal não está sujeito à proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos ou funções.

Quanto às afirmativas acima,

- A)** apenas I e II são corretas.
- B)** apenas I e III são corretas.
- C)** apenas II e III são corretas.
- D)** todas são corretas.

**02** A edição, pelo Chefe do Executivo, de normas gerais e abstratas que permitam o cumprimento das leis, baseia-se em seu poder

- A)** disciplinar.
- B)** hierárquico.
- C)** regulamentar.
- D)** discricionário.

**03** Contrato administrativo pelo qual a Administração confere ao particular a execução remunerada de serviço público é

- A)** convênio.
- B)** autorização.
- C)** permissão.
- D)** concessão.

**04** Em relação à invalidação dos atos administrativos pode-se dizer que:

- I) no caso de ilegalidade do ato, a própria Administração pode anulá-lo;
- II) ocorrendo revogação de ato administrativo, são válidos os efeitos por ele produzidos até o momento de sua revogação;
- III) o Poder Judiciário pode revogar atos praticados pela Administração.

São corretas

- A)** apenas as afirmativas I e II.
- B)** apenas as afirmativas I e III.
- C)** apenas as afirmativas II e III.
- D)** todas as afirmativas.

**05** Em qual dessas modalidades de licitação é dispensada a publicidade:

- A)** tomada de preços.
- B)** convite.
- C)** concorrência.
- D)** em nenhuma das alternativas anteriores.

**06** Em relação aos contratos administrativos, é correto afirmar que

- A)** não admitem a inclusão de cláusulas exorbitantes.
- B)** deles, a Administração participa com supremacia de poder.
- C)** em regra não se submetem à exigência de prévia licitação.
- D)** não admitem alteração ou modificação unilateral.

**07** Em relação aos servidores públicos civis, consta que:

- I) os cargos públicos são acessíveis a todos brasileiros e estrangeiros residentes no País, que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
- II) o funcionário público em estágio probatório não pode ser dispensado por conveniência da Administração e independentemente de inquérito ou da observância de formalidades para apuração de sua capacidade;
- III) têm eles direito à irredutibilidade dos vencimentos ou salários, à licença paternidade e ao repouso semanal remunerado.

Pode-se dizer que

- A)** apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B)** apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C)** apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D)** todas as afirmativas são corretas.

**08** Pedido de anulação ou modificação do ato administrativo, dirigido à autoridade superior dentro do mesmo órgão em que foi praticado o ato, constitui

- A)** pedido de reconsideração.
- B)** representação.
- C)** recurso hierárquico impróprio.
- D)** recurso hierárquico próprio.

**09** O Poder Público, agindo ilicitamente, ocupa imóvel particular e nele inicia a construção de obra pública. Para a reparação do direito lesado, a ação adequada a ser proposta pelo proprietário é a

- A)** ação de retrocessão.
- B)** ação de desapropriação indireta.
- C)** ação de reintegração de posse.
- D)** ação de desapropriação.

**10** A exigência, imposta por lei municipal, de recuo de determinado número de metros na construção a ser levantada em terreno urbano, constitui

- A)** servidão predial.
- B)** servidão administrativa.
- C)** limitação administrativa.
- D)** desapropriação parcial do terreno.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C

#### **Direito Administrativo 38**

**01** O direito de retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é o direito de

- A)** reversão.
- B)** retrocessão.
- C)** encampação.
- D)** tredestinação.

**02** Na hipótese de haver apenas um participante em uma licitação pública, a administração

- A)** poderá torná-la sem efeito e realizar outra.
- B)** terá, necessariamente, de adjudicar o serviço ao único participante.
- C)** poderá prorrogar o prazo de entrega das propostas.
- D)** poderá comparar os preços ofertados com os praticados no mercado e impor ao participante o preço médio.

**03** Da independência das instâncias administrativas, civil e criminal, resulta que

- A)** o funcionário poderá sempre ser punido em qualquer dessas esferas sem a preocupação de se esperar o resultado de qualquer outra instância.
- B)** a absolvição criminal somente afasta a responsabilização administrativa, quando ficar comprovada a inexistência do fato ou a não-autoria imputada ao funcionário.
- C)** a absolvição por falta de provas, na esfera criminal, necessariamente terá reflexo no processo administrativo.
- D)** a absolvição por falta de provas, no processo criminal, somente terá reflexo na esfera civil.

**04** A autarquia, na organização administrativa, faz parte

- A) da administração direta.
- B) do setor privado da administração.
- C) de um corpo à parte da administração.
- D) da administração indireta.

**05** O servidor público estável

- A) poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- B) pode ser demitido em decorrência de avaliação insuficiente.
- C) só pode ser demitido por decreto do Chefe do Poder Executivo.
- D) só pode ser afastado por efeito de decisão judicial.

**06** Os direitos e ações pessoais contra as Fazendas Públicas, contado o prazo da data do fato ou ato do qual se originaram, prescrevem em

- A) 5 (cinco) anos, podendo ser interrompido uma vez.
- B) 5 (cinco) anos, não podendo ser interrompido.
- C) 10 (dez) anos entre presentes e 15 (quinze) anos entre ausentes.
- D) 20 (vinte) anos.

**07** A desistência da ação de desapropriação

- A) sujeita-se ao consentimento do proprietário do bem expropriando.
- B) está condicionada ao pagamento integral do preço arbitrado.
- C) pode ser parcial.
- D) é inadmissível se verificada a imissão de posse do imóvel expropriando.

**08** Os Tribunais de Contas

- A) integram o Poder Judiciário.
- B) são órgãos auxiliares dos Legislativos e colaboradores dos Executivos.
- C) podem ser criados nas capitais de Estados que deles não dispõem.
- D) revestem-se de natureza autárquica.

**09** Os estacionamentos localizados nas ruas públicas cujo uso enseje pagamento à administração pública constituem

- A) bem de uso comum do povo.
- B) servidão administrativa.
- C) bem de natureza dominial.
- D) bem de uso especial.

**10** O poder regulamentar de que dispõem os Chefes de Executivos, no que tange às leis, é

- A) delegável.
- B) exercitável, mesmo relativamente àquelas cujo veto de que foram objeto tenha sido rejeitado.
- C) de exercício indispensável, para que sejam exeqüíveis.
- D) instrumento hábil à correção de eventuais equívocos, ao âmbito do conteúdo.

## **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa B

## **Direito Administrativo 39**

**01** Sobre o processo licitatório é incorreto afirmar que:

- A)** Não configura atentado ao princípio da igualdade entre os licitantes o estabelecimento de requisitos mínimos de participação, no edital ou convite.
- B)** A contratação de serviços técnicos profissionais de notória especialização é uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação.
- C)** A anulação da licitação, por motivos de ilegalidade, opera efeitos "ex nunc" e não sujeita a Administração a qualquer indenização.
- D)** Estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o seu procedimento. Se, em razão do interesse público, for necessária alguma alteração, essa será promovida pelo procedimento de rerratificação do ato convocatório.
- E)** Qualquer cidadão pode acompanhar o desenvolvimento da licitação.

**02** Assinale a alternativa correta:

- A)** A acessibilidade aos cargos públicos dá-se por meio de concurso público, mas a Administração pode contratar agentes temporários em casos de excepcional interesse público.
- B)** Funcionário público em estágio probatório pode ser exonerado sem processo administrativo ou maiores formalidades, já que este é justamente o período destinado a apurar sua adequação ao serviço público.
- C)** Após o estágio probatório, o servidor público adquire estabilidade, somente perdendo o cargo em virtude de sentença transitada em julgado.
- D)** A responsabilidade civil, de reparar o dano causado à Administração, somente pode ser imposta ao servidor público quando agir com dolo no exercício de suas funções.
- E)** Todas as alternativas acima estão incorretas.

**03** A revogação do ato administrativo pressupõe:

- A)** Ato viciado que ainda não produziu efeitos.
- B)** Ato válido, independentemente da produção ou não de efeitos.
- C)** Ato simplesmente anulável.
- D)** Ato inexistente.
- E)** Ato viciado que já produziu efeitos.

**04** Assinale a alternativa incorreta:

- A)** Toda a concessão de serviço público possui prazo determinado.
- B)** A concessão do serviço público extingue-se, se houver a falência da empresa concessionária.
- C)** A concessão do serviço público tem caráter de exclusividade.
- D)** É indispensável prévio processo administrativo, com ampla defesa, para que seja considerada legal a decretação de caducidade por inadimplência da concessão do serviço público.

**05** Assinale a assertiva incorretas

- A)** A autarquia é uma pessoa jurídica de direito público.
- B)** As autarquias são criadas por lei e sua execução se opera por decreto.
- C)** O patrimônio das autarquias destinadas à execução do serviço público é inalienável, impenhorável e imprescritível.
- D)** Os cargos, empregos e funções na autarquia, não necessitam, obrigatoriamente, de criação por lei.
- E)** A autarquia é submetida ao controle da Administração Pública.

**06** Assinale a alternativa incorreta:

- A)** O controle da administração pública é feito pelo Executivo, Legislativo e Judiciário sobre suas próprias atividades administrativas.
- B)** A ação civil pública é um dos instrumentos que propicia a efetivação do controle jurisdicional dos atos administrativos.
- C)** No reexame das decisões da Administração Pública, o direito de petição não se confunde com o direito de representação.
- D)** O recurso administrativo tem sempre efeito suspensivo e devolutivo.
- E)** O controle jurisdicional dos atos administrativos não abrange o exame do mérito administrativo.

**07** Assinale a alternativa correta:

O ato pelo qual é aplicada pena disciplinar ao servidor público:

- A) É ato vinculado da Administração.
- B) É ato discricionário e de efeitos externos da Administração.
- C) Não é ato sujeito à apreciação judicial.
- D) Não é ato administrativo.
- E) É ato discricionário.

**08** Assinale a alternativa incorreta.

- A) A inobservância da forma do ato administrativo acarreta a sua nulidade.
- B) Quanto à composição da vontade, diz-se que o ato administrativo é complexo, se depender da vontade de órgãos diversos, como é exemplo a nomeação do Procurador-Geral de Justiça.
- C) Há revogação do ato administrativo, quando a retirada do mesmo se funda em razões de conveniência e ilegalidade.
- D) A recusa e a renúncia são as únicas causas promovidas por particular, que levam à extinção do ato administrativo.
- E) O ato administrativo válido e eficaz produz efeitos até sua revogação.

**09** No tocante à improbidade administrativa, assinale a assertiva correta:

- A) A rejeição da representação pela autoridade administrativa impede que seja novamente formulada diretamente ao Ministério Público.
- B) Apenas o Ministério Público poderá representar a autoridade administrativa para a apuração de ato de improbidade.
- C) O Ministério Público, na ação civil de reparação de danos causados ao erário, se não intervier no processo como parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei.
- D) A ação principal de improbidade, proposta pelo Ministério Público dentro de quinze dias da efetivação da medida cautelar, terá o rito sumário.
- E) Não pratica crime quem oferece representação por ato de improbidade administrativa contra agente público, sabendo-o inocente.

**10** Assinale a assertiva incorreta:

- A) A reintegração é o retorno do servidor estatutário ao quadro que ocupava.
- B) O servidor que se encontra em estágio probatório, está protegido, se houver a extinção do cargo para o qual foi aprovado em concurso.
- C) O ato de demissão do funcionário público, praticado por autoridade competente, necessita ser fundamentado ' sob pena de invalidade.
- D) A responsabilidade civil do servidor público é independente da responsabilidade penal.
- E) Os meios adequados à apuração de falta funcional do servidor público são os processos administrativo e judicial.

## **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

## **Direito Administrativo 40**

**01** No âmbito da União, é correto afirmar:

- A) Somente será concedida licença a servidor eleito para desempenho de mandato em cargo de direção ou representação em sindicato representativo da categoria, assegurada a remuneração do cargo efetivo.
- B) Somente será concedida licença a servidor eleito para desempenho de mandato em cargo de direção ou representação em sindicato representativo da categoria, assegurada a remuneração do cargo efetivo.



**C)** Poderá ser concedida licença a servidor eleito para desempenho de mandato em cargo de direção ou representação em entidades fiscalizadoras da profissão, desde que sem remuneração do cargo efetivo, sendo-lhe assegurada a contagem do tempo de serviço como se em efetivo exercício estivesse, exceto para promoção por merecimento.

**D)** Ao servidor eleito para cumprimento de mandato em cargo de direção ou representação em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria, poderá ser concedida licença com remuneração do cargo efetivo, não tendo direito, entretanto, a contagem do tempo de serviço como se em efetivo exercício estivesse, inclusive, para promoção por merecimento.

**02** Acerca do processo administrativo, no âmbito da Administração Pública Federal, não é correto afirmar:

**A)** Os preceitos aplicados para os órgãos do Poder Executivo da União, também se aplicam aos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

**B)** O processo administrativo somente poderá iniciar-se de ofício.

**C)** É vedada à Administração a recusa imotivada e recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

**D)** Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

**03** Ainda com relação ao Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não é correto afirmar:

**A)** Os prazos expressos em dias não podem ser contados de modo contínuo.

**B)** Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

**C)** Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

**D)** Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

**04** De acordo com a lei 8.112/90, podemos afirmar:

**A)** São estendidas aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

**B)** O servidor aposentado não terá direito a gratificação natalina.

**C)** O auxílio natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao seu último vencimento.

**D)** O salário-família somente é devido ao servidor ativo.

**05** De acordo com a Lei 8.112/90, quanto ao dependente, os benefícios do Plano de Seguridade Social do Servidor compreendem, exceto:

**A)** Pensão vitalícia e temporária.

**B)** Auxílio funeral e auxílio reclusão.

**C)** Assistência à saúde.

**D)** Salário-família.

**06** Com relação a Lei 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, é correto afirmar:

**A)** Subordinam-se ao regime da citada lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias e as fundações estando dela excetuadas as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as agências executivas.

**B)** Com exceção do conteúdo das propostas, a licitação será sigilosa, não sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, até a respectiva abertura.

**C)** É lícito incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto aos casos de empreendimentos executados e explorados sob regime de concessão.

**D)** Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.

**07** No que concerne a concessão e a permissão de serviços públicos, é correto afirmar:

- A)** A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior, e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço públicos alternativo e gratuito para o usuário.
- B)** Os contratos não poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro.
- C)** A concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública, será formalizada mediante lei, que deverá observar as normas pertinentes ao edital de licitação.
- D)** Caracteriza-se como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência, mesmo que motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.

**08** Com relação à prestação de garantia, podemos afirmar que o contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia, exceto:

- A)** Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.
- B)** Seguro-garantia.
- C)** Fiança bancária.
- D)** Hipoteca.

**09** A lei enumera, entre os casos de extinção da concessão de serviços público, os seguintes, exceto:

- A)** Advento do termo contratual.
- B)** Encampação.
- C)** Concordata da empresa concessionária.
- D)** Caducidade.

**10** Com relação aos bens públicos, podemos afirmar:

- A)** Os bens de uso comum do povo, os bens de uso especial e os bens dominicais somente poderão ser alienados após a sua desafetação.
- B)** Apenas os bens de uso comum do povo necessitam ser desafetados para ser alienados.
- C)** Apenas os bens de uso especial não necessitam ser desafetados para ser alienados.
- D)** Apenas os bens de uso dominical não necessitam ser desafetados para ser alienados.

### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

### **Direito Administrativo 51**

**01** Com relação ao ato administrativo discricionário, é CORRETO afirmar que:

- A)** não pode haver, em hipótese alguma, controle judicial e a administração tem liberdade para atuar;
- B)** o controle judicial é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa nos limites em que ela é assegurada à administração pela lei;
- C)** a administração age compelida por motivos de força maior ou em estado de necessidade, sem o controle judicial;
- D)** a administração se vincula apenas a uma lei de ordem pública, não podendo haver o controle judicial.

**02** Sobre licitação, é CORRETO afirmar:

- A)** É indispensável a licitação, mesmo quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

- B)** A competência para legislar sobre a matéria é privativa dos Estados.
- C)** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.
- D)** Sendo licitantes empresas brasileiras e estrangeiras, será sempre assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.

**03** Na organização administrativa, as autarquias e as sociedades de economia mista fazem parte:

- A)** de um setor especial da administração;
- B)** da administração direta;
- C)** do setor privado da administração;
- D)** da administração indireta.

**04** Tendo em vista a Teoria dos Motivos Determinantes, é CORRETO afirmar que:

- A)** mesmo quando não exigida por lei a motivação, uma vez motivado o ato, este só será válido se os motivos apontados forem verdadeiros e o justificarem;
- B)** todos os atos administrativos devem ser motivados;
- C)** os atos administrativos só poderão apresentar motivação, quando esta for expressamente exigida por lei;
- D)** exigindo a lei a motivação, nulo será o ato que não apresentar motivos falsos.

**05** No tocante às responsabilidades do servidor público, estabelecidas na Lei no 8.112/90, aquele que for absolvido em um processo criminal por falta de provas, relativamente ao mesmo fato ilícito:

- A)** poderá ser responsabilizado tanto na esfera cível como na administrativa;
- B)** terá sua responsabilidade automaticamente excluída na esfera cível, mas poderá ser responsabilizado na esfera administrativa;
- C)** terá sua responsabilidade automaticamente excluída nas esferas cível e administrativa;
- D)** terá sua responsabilidade automaticamente excluída na esfera administrativa, mas poderá ser responsabilizado na esfera cível.

**06** A Administração Pública não está apenas proibida de agir contra legem ou extra legem, mas só pode atuar secundum legem. Eis a consagração do princípio:

- A)** da discricionariedade;
- B)** da restritividade ou da legalidade restrita;
- C)** do condicionamento da administração;
- D)** da moralidade.

**07** Sobre a estabilidade do servidor público civil, é CORRETO afirmar que:

- A)** ele poderá perder o cargo por sentença judicial, ainda que não transitada em julgado;
- B)** ele não poderá perder o cargo em nenhuma hipótese, a partir do término do estágio probatório;
- C)** ele poderá perder o cargo, desde que não se encontre no estágio probatório ou de acordo com a vontade da administração pública;
- D)** ele poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; poderá perder, também, mediante processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

**08** Ato administrativo negocial, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público faculta ao particular a execução de serviços de interesse coletivo ou o uso especial de bens públicos a título gratuito ou oneroso, nas condições estabelecidas pela Administração, refere-se à:

- A)** autorização;
- B)** concessão;
- C)** permissão;
- D)** licença.

**09** Considerando-se os contratos administrativos, é CORRETO afirmar que eles possuem as seguintes características:

- A)** finalidade pública, obediência à forma prescrita em lei, prestação de serviço, ausência de cláusulas exorbitantes;

- B)** finalidade pública, obediência à forma prescrita em lei, procedimento legal, cláusulas exorbitantes;
- C)** finalidade pública ou particular, objeto público, prestação de serviço, imutabilidade;
- D)** finalidade pública ou particular, objeto lícito, imutabilidade, ausência de formalidade.

**10** O ato administrativo que resulta da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro para se tornar exequível, denomina-se:

- A)** ato administrativo composto;
- B)** ato administrativo superior;
- C)** ato administrativo simples;
- D)** ato administrativo complexo.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa A

#### **Direito Administrativo 52**

**01** O servidor público da Administração Direta Federal, no exercício de mandato eletivo,

- A)** tratando-se de mandato eletivo federal, ficará afastado do seu cargo.
- B)** se investido no mandato de vereador, terá de afastar-se do seu cargo sem remuneração.
- C)** se investido no mandato de prefeito, terá de afastar-se do seu cargo sem direito à remuneração.
- D)** se investido no mandato de prefeito ou de vereador, poderá permanecer no seu cargo, cumulativamente.
- E)** se investido no mandato de prefeito ou vereador, terá de afastar-se do seu cargo, mas com direito a manter sua remuneração.

**02** O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade

- A)** após dois anos de exercício.
- B)** após três anos de exercício.
- C)** após cinco anos de exercício.
- D)** quando toma posse.
- E)** quando entra em exercício.

**03** O servidor do sexo masculino, que seja titular de cargo público federal de provimento efetivo, não sendo professor nem magistrado, cuja investidura ocorreu a partir do ano de 1999, já na vigência da Emenda Constitucional nº 20/98, tem direito à aposentadoria, com proventos integrais, desde que

- A)** por causa de qualquer invalidez permanente.
- B)** atinja a idade limite de 70 anos.
- C)** complete 35 anos de contribuição.
- D)** complete 60 anos de idade, com 35 anos de contribuição.
- E)** complete 65 anos de idade, com 30 anos de contribuição.

**04** Julgue a assertiva abaixo e assinale a opção correspondente.

De acordo com disposição expressa da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recurso administrativo e as matérias de competência exclusiva de órgão ou autoridade.

- A)** Correta a assertiva.
- B)** Incorreta a assertiva, porque pode ser delegada a edição de ato normativo.

- C)** Incorreta a assertiva, porque pode ser delegada a decisão em recurso administrativo.
- D)** Incorreta a assertiva, porque pode ser delegada a matéria de competência exclusiva de órgão ou autoridade.
- E)** Incorreta a assertiva, porque podem ser delegadas quaisquer das hipóteses previstas.

**05** De acordo com as normas gerais, estabelecidas na Lei nº 8.666/93, no concernente ao regime jurídico dos contratos administrativos em geral, pode-se asseverar que

- A)** é permitido contrato com prazo de vigência indeterminado.
- B)** em certos casos é permitido o contrato verbal.
- C)** o instrumento formal é facultativo nos casos de tomadas de preço.
- D)** o instrumento formal é facultativo nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- E)** tais normas não se aplicam aos contratos de seguro e de locação em que o Poder Público seja locatário.

**06** No contexto do controle externo da Administração Pública Federal, quanto ao que concerne ao Tribunal de Contas da União, pode-se afirmar ser correto que

- A)** das suas decisões cabe recurso para o Congresso Nacional.
- B)** as suas decisões são insusceptíveis de revisão judicial.
- C)** escapam da sua jurisdição os órgãos do Poder Legislativo.
- D)** lhe compete sustar a execução de contrato por ele impugnado por vício de ilegalidade não sanada.
- E)** lhe compete aplicar multa aos responsáveis por despesa ilegal, cuja decisão tem eficácia de título executivo.

**07** Para a alienação dos bens imóveis da União, cuja aquisição haja derivado de procedimento judicial ou dação em pagamento, uma vez observadas as normas legais pertinentes, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, que instituiu normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, será sempre

- A)** inexigível licitação.
- B)** dispensável licitação.
- C)** necessário fazer concorrência ou leilão.
- D)** necessário fazer concorrência.
- E)** necessário fazer leilão.

**08** O instituto jurídico de intervenção do Estado na propriedade privada, impositiva de ônus real de uso pela Administração, para assegurar a realização e conservação de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário, é uma forma de

- A)** desapropriação
- B)** servidão administrativa
- C)** limitação administrativa
- D)** requisição administrativa
- E)** ocupação temporária

**09** Incluem-se entre os bens da União, na sua totalidade e enquanto estejam no território nacional,

- A)** as terras devolutas.
- B)** as ilhas fluviais e lacustres.
- C)** os lagos e rios navegáveis.
- D)** as praias marítimas.
- E)** as ilhas costeiras.

**10** A União Federal responde pelos danos que seus servidores nessa qualidade causarem a terceiros,

- A)** mas só no caso de culpa do agente.
- B)** mas só no caso de dolo do agente.
- C)** independentemente de haver culpa ou dolo do agente.
- D)** independentemente de haver culpa ou dolo do paciente.
- E)** mesmo se houver culpa do paciente.

## RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa E
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa C

### Direito Administrativo 53

**01** Com relação aos atos administrativos, analise as afirmativas :

- I - A Administração Pública, de ofício, tem competência para revogar e anular seus atos.
- II - O Poder Judiciário, quando provocado, pode revogar e anular atos administrativos praticados por qualquer poder.
- III - A anulação do ato administrativo produz efeitos ex tunc, retroagindo à data de elaboração do ato.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- A)** I e II;
- B)** I e III;
- C)** II e III;
- D)** I, II e III;
- E)** nenhuma.

**02** Com relação aos Servidores Públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I - A exoneração do servidor não é punição.
- II - Durante o estágio probatório, o servidor não pode responder a processo administrativo disciplinar.
- III - Por ser discricionário, não há necessidade de motivação do ato que exonera o servidor não aprovado no estágio probatório.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A)** I;
- B)** II;
- C)** III;
- D)** I e II;
- E)** nenhuma.

**03** Com relação aos recursos administrativos e de acordo com o posicionamento doutrinário de Hely Lopes Meirelles, analise as afirmativas a seguir:

- I - Inexistindo previsão expressa na lei, presume-se que o recurso administrativo não deve ser recebido no efeito suspensivo.
- II - A coisa julgada administrativa não retira do interessado a possibilidade de provocar o controle judicial do ato impugnado.
- III - O recurso administrativo que não é recebido no efeito suspensivo não interfere no prazo de prescrição administrativa.

São verdadeiras as afirmativas:

- A)** I e II;
- B)** I e III;
- C)** II e III;
- D)** I, II e III;
- E)** nenhuma.

**04** A exteriorização por parte da Administração Pública das razões de fato e de direito que justificaram a prática de um ato administrativo é denominada:

- A)** motivação;
- B)** motivo;
- C)** teoria dos motivos determinantes;

- D)** razoabilidade;
- E)** proporcionalidade.

**05** De acordo com a classificação tradicional dos agentes públicos, os servidores públicos são considerados agentes:

- A)** honoríficos;
- B)** administrativos;
- C)** políticos;
- D)** delegados;
- E)** credenciados.

**06** De acordo com as regras existentes no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro e seu regulamento, analise as afirmativas a seguir:

I - A punição de suspensão por até 30 dias pode ser aplicada na sindicância.

II - O prazo máximo da suspensão como punição é de 120 dias.

III - A punição de suspensão pode ser convertida em multa, na base de 60% por dia de vencimento ou remuneração.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A)** I;
- B)** II;
- C)** III;
- D)** I e II;
- E)** nenhuma.

**07** De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, para pleitear na esfera administrativa com relação à punição de repreensão, o prazo prescricional será de:

- A)** 90 dias;
- B)** 120 dias;
- C)** 150 dias;
- D)** 180 dias;
- E)** 05 anos.

**08** De acordo com Hely Lopes Meirelles, o ato administrativo que "resulta da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro, para se tornar exequível", é denominado:

- A)** complexo;
- B)** composto;
- C)** constitutivo;
- D)** abdicativo;
- E)** suspensível.

**09** A espécie de ato administrativo compatível com a licença é:

- A)** ato enunciativo;
- B)** ato negocial;
- C)** ato ordinatório;
- D)** ato discricionário;
- E)** ato normativo.

**10** Com relação ao procedimento licitatório, analise as afirmativas a seguir:

I - A dispensa de licitação decorre da impossibilidade de competição.

II - São modalidades de licitação previstas na legislação federal e aplicáveis para o Estado do Rio de Janeiro: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o leilão e o concurso.

III - As empresas públicas e sociedades de economia mista não estão obrigadas a realizar licitação, pois são pessoas jurídicas de direito privado.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A)** I;
- B)** II;
- C)** III;

- D) I e II;
- E) II e III.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa B

#### **Direito Administrativo 54**

**01** De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, o ocupante de cargo público pode sofrer punições administrativas em razão da prática de infrações disciplinares. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das punições que podem ser impostas aos servidores públicos:

- A) demissão;
- B) cassação de aposentadoria;
- C) cassação de disponibilidade;
- D) advertência;
- E) exoneração.

**02** A modalidade de extinção do ato administrativo que tem como fundamento a reavaliação de critérios de conveniência e oportunidade é denominada:

- A) retificação;
- B) revogação;
- C) anulação;
- D) caducidade;
- E) sanatória.

**03** Assinale a alternativa que NÃO indica um dos elementos do ato administrativo:

- A) competência;
- B) finalidade;
- C) objeto;
- D) capacidade;
- E) forma.

**04** Com relação ao poder hierárquico, analise as seguintes afirmativas:

I . Uma autoridade administrativa só pode rever os atos de seus subordinados no aspecto de legalidade, não podendo invadir o mérito do ato.

II. Uma autoridade pode avocar competências de seus subordinados, assumindo a responsabilidade por determinados atos.

III. Um agente público pode deixar de cumprir a ordem manifestamente ilegal de seu superior hierárquico.

A (s) afirmativa (s) correta (s) é/são somente:

- A) I
- B) I e II
- C) I e III
- D) I, II e III
- E) II e III

**05** Com relação ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-lei 220/75), analise as seguintes afirmativas :

I. Será aplicado também para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

II. Não será aplicado para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.



III. Esta legislação somente se aplica aos servidores do Poder Executivo.

A (s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A)** I
- B)** II
- C)** III
- D)** I ,II e III
- E)** nenhuma

**06** Com relação ao poder de polícia, analise as seguintes afirmativas:

I. O poder de polícia permite ao Estado limitar o exercício de direitos individuais em nome do interesse público.

II. Os atos do poder de polícia têm como característica a auto-executoriedade.

III. O Estado pode aplicar aos administrados punições administrativas em razão da não observância de atos relativos ao poder de polícia.

As afirmativas verdadeiras são somente:

- A)** I e II
- B)** I e III
- C)** I , II e III
- D)** II e III
- E)** nenhuma

**07** O artigo 84, IV da Constituição da República atribui ao Presidente da República a competência para regulamentar uma lei. O regulamento, que é um ato administrativo normativo, será exteriorizado através da/do:

- A)** resolução;
- B)** portaria;
- C)** decreto;
- D)** ordem de serviço;
- E)** parecer.

**08** O Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro estabelece prazos de prescrição para as infrações disciplinares, prevendo ainda a possibilidade de aplicação das regras existentes no Estatuto do Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro. Como regra, a falta sujeita a pena de demissão prescreverá em:

- A)** 02 anos;
- B)** 03 anos;
- C)** 05 anos;
- D)** 10 anos;
- E)** 20 anos.

**09** Na divisão dos atos administrativos em espécies, a certidão administrativa é considerada um ato:

- A)** enunciativo;
- B)** negocial;
- C)** normativo;
- D)** ordinatório;
- E)** punitivo.

**10** Por motivo de saúde ou incapacidade física, o servidor estável pode ser designado para exercer função mais compatível com a diminuição da sua capacidade laborativa. Nessa hipótese vai ocorrer:

- A)** aproveitamento;
- B)** readaptação;
- C)** reintegração;
- D)** reversão;
- E)** recondução.

**RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa E

Questão 2 alternativa B

Questão 3 alternativa D  
Questão 4 alternativa E  
Questão 5 alternativa B  
Questão 6 alternativa C  
Questão 7 alternativa C  
Questão 8 alternativa C  
Questão 9 alternativa A  
Questão 10 alternativa B

### **Direito Administrativo 55**

**01** O ato discricionário

- A)** não se vincula à lei.
- B)** confunde-se com "arbitrariedade".
- C)** é próprio dos sistemas autoritários.
- D)** é legalmente concedido à Administração Pública.
- E)** é o mesmo que ato vinculado.

**02** Em relação ao ato administrativo típico, pode-se afirmar:

- I. É consequência do ato jurídico.
- II. É gênero, do qual o ato jurídico é espécie.
- III. É manifestação volitiva da Administração Pública.

Está(ão) correta(s)

- A)** apenas I
- B)** apenas II
- C)** apenas III
- D)** apenas II e III
- E)** apenas I e III

**03** No que concerne ao ato administrativo, é INCORRETO afirmar:

- A)** A motivação deve apontar a causa e os elementos determinantes da prática do ato administrativo, bem como o dispositivo legal em que se funda.
- B)** A motivação será dispensável em certos atos administrativos oriundos do poder discricionário, bastando apenas evidenciar a competência para o exercício desse poder e a conformação do ato com o interesse público.
- C)** O ato é inválido, havendo desconformidade entre os motivos determinantes e a realidade.
- D)** A teoria dos motivos determinantes funda-se na consideração de que os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.
- E)** O ato não motivado, quando o devia ser, presume-se executado, se realizado na esfera de competência funcional do agente.

**04** Controle de mérito, no âmbito da Administração Pública, é todo aquele que

- A)** o Executivo exerce sobre suas próprias atividades, visando mantê-las dentro da lei.
- B)** se efetiva após a conclusão do ato controlado, objetivando corrigir eventuais defeitos legais.
- C)** acompanha a realização do ato para verificar sua adequação aos textos legais ou regulamentares.
- D)** visa à comprovação da eficiência, do resultado, da conveniência ou oportunidade do ato controlado.
- E)** objetiva verificar a conformação do ato ou do procedimento administrativo com a lei, os regulamentos e a Constituição.

**05** A nulidade do procedimento licitatório

- A)** induz à do contrato, em todas as hipóteses.
- B)** não induz à do contrato, salvo hipóteses legais.
- C)** induz à do contrato, ressalvado o disposto na lei.
- D)** não se aplica aos casos de prestação de serviços essenciais.
- E)** não produz efeitos em relação aos contratos relativos à Segurança Nacional.

**06** Os atos administrativos para os quais a lei estabelece, rigorosamente, os requisitos e as condições para sua realização, denominam-se:

- A)** vinculados
- B)** declaratórios
- C)** expeditivos
- D)** imperativos
- E)** discricionários

**07** A revogação de um ato administrativo, quando parcial, chama-se:

- A)** repristimação
- B)** cassação
- C)** retificação
- D)** derrogação
- E)** ab-rogação

**08** O princípio que impede que a Administração, concluído o procedimento licitatório, atribua seu objeto a outrem que não o legítimo vencedor, intitula-se:

- A)** julgamento objetivo
- B)** julgamento imperativo
- C)** homologação obrigatória
- D)** julgamento formal
- E)** adjudicação compulsória

**09** A rescisão do contrato administrativo poderá ser

I. unilateral, nos termos específicos da legislação civil ou homologada pelo judiciário.

II. amigável, por acordo entre as partes.

III. judicial, nos termos precisos do Edital, mediante provocação da Administração Pública.

Está(ão) correta(s)

- A)** apenas I
- B)** apenas II
- C)** apenas III
- D)** apenas I e III
- E)** todas

**10** A rescisão do contrato administrativo por razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração,

**A)** obriga a Administração a ressarcir o contratado pelos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

**B)** libera o Poder Público de qualquer ônus por eventuais prejuízos advindos ao contratado.

**C)** só admite indenização mediante sentença judicial transitada em julgado.

**D)** deve ser homologada pelo Poder Judiciário, caso não haja acordo entre as partes.

**E)** é decidida pelo Poder Judiciário, em todas as hipóteses, mediante solicitação da Administração Pública.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa C

Questão 3 alternativa E

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa A

Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa E

Questão 9 alternativa B

Questão 10 alternativa A

#### **Direito Administrativo 56**

**01** Assinalar a alternativa correta.

A autoridade administrativa, usando de sua competência discricionária, em hipótese prevista em lei, pratica determinado ato e declara o motivo que o justifica.

- A)** A revelação dos motivos do ato discricionário é irrelevante, pois a lei confere atuação discricionária ao administrador.
- B)** O ato discricionário nunca perde tal condição, mesmo provada a inexistência do motivo.
- C)** A discricionariedade foi afastada da esfera administrativa pela Carta Política de 1988, pois todos os atos são plenamente vinculados.
- D)** Exposto o motivo, o ato administrativo discricionário tem a sua validade condicionada à verificação concreta do motivo declarado.

**02** Assinalar a alternativa correta.

A ação disciplinar administrativa caracteriza-se por:

- A)** prescrever em vinte anos, qualquer que seja a penalidade prevista;
- B)** ser imprescritível em qualquer hipótese;
- C)** ser imprescritível no caso de violação dos deveres impostos pela lei de responsabilidade fiscal;
- D)** prescrever, no prazo previsto na lei penal, se o fato objeto da ação disciplinar configurar crime, sem resíduo administrativo.

**03** Assinalar a alternativa correta.

Em relação às agências reguladoras e à luz do sistema constitucional vigente, pode-se defini-las como:

- A)** autarquias em regime especial, totalmente independentes em relação aos três poderes do Estado, dispo de amplo poder regulador;
- B)** autarquias em regime especial, totalmente independentes em relação aos três poderes do Estado, com poder regulador, absorvendo, na matéria, todas as atribuições antes concentradas no Executivo;
- C)** autarquias em regime especial, relativamente independentes em relação aos três poderes do Estado, absorvendo, na matéria, algumas das atribuições antes concentradas no Executivo;
- D)** autarquias em regime especial, relativamente independentes em relação ao Executivo e ao Legislativo, com poder regulador, absorvendo, na matéria, todas as atribuições antes concentradas no Executivo.

**04** Em decorrência de um sinistro ocorrido no século XVII, afundou nas costas brasileiras, no limite das 12 milhas marítimas, um navio britânico com preciosa carga. A empresa britânica, sucessora da antiga companhia, requereu a autorização da União para pesquisa e remoção do navio e sua carga, provando só ter tomado conhecimento da localização dos destroços no ano de 1998, graças à sofisticação dos equipamentos.

Com estes dados fáticos, assinalar a alternativa correta.

- A)** A autorização não é necessária e não pode ser negada, diante do disposto no art. 5º da Constituição Federal, que garante o direito de propriedade a brasileiros e estrangeiros.
- B)** A autorização para pesquisa é necessária, mas deve ser negada, pois empresas estrangeiras não podem realizar tais atividades em território nacional.
- C)** A autorização para pesquisa é necessária tanto para empresas nacionais quanto para estrangeiras e o seu deferimento insere-se na competência vinculada da autoridade, desde que ultrapassado o prazo quinquenal do Dec. 20.910/32.
- D)** A autorização para pesquisa é necessária tanto para empresas nacionais quanto para estrangeiras, porque a defesa do patrimônio histórico e cultural brasileiro prevalece sob a propriedade privada, inserindo-se na competência discricionária da Administração.

**05** Assinalar a alternativa correta.

No que respeita às terras devolutas é correto dizer que:

- A)** terras devolutas são aquelas que, sendo particulares e disponíveis, não cumprem a sua função social;
- B)** terras devolutas são terras particulares indisponíveis que, temporariamente, estão destinadas a uso público, como terrenos reservados;
- C)** terras devolutas são terras públicas, integrantes da categoria de bens dominiais, indisponíveis ou não, sem qualquer destinação pública;
- D)** terras devolutas são terras públicas que, por não terem destinação especial, podem ser livremente usucapidas.

**06** Assinalar a alternativa correta.

No modelo administrativo brasileiro, o princípio da participação popular na gestão e controle administrativo:

- A)** não se concretiza, visto que é meramente programático;
- B)** concretiza-se unicamente na via judicial em função da publicidade dos atos administrativos;
- C)** concretiza-se, entre outras hipóteses, nas consultas prévias, audiências públicas e plebiscitos;
- D)** não se aplica, pois o sistema é democrático-representativo e não participativo.

**07** Assinalar a alternativa correta.

Firmado regularmente o contrato administrativo, circunstâncias supervenientes revelam-no prejudicial ao interesse público. Neste caso:

- A)** a Administração, para rescindir o contrato, necessita da concordância expressa do contratante e de homologação judicial;
- B)** a Administração poderá unilateralmente rescindir o contrato sem indenização ao contratante, eis que o interesse público se impõe ao particular;
- C)** a Administração pode rescindir unilateralmente o contrato com indenização à parte contratante;
- D)** a Administração pública somente em juízo poderá rescindir o contrato com indenização ao contratante.

**08** Assinalar a alternativa correta.

Em face de uma desapropriação de imóvel rural para reforma agrária, controvertem sobre o levantamento da oferta Flávio e Caio. O primeiro exhibe título domínial originário de compra e venda do Estado do Paraná, feita em 1950. Caio exhibe título imperial de 1822, concessão de sesmaria. A FUNAI ingressa nos autos dizendo que se trata, na realidade, de área pública, eis que existem vestígios de cemitério indígena no local. Como juiz da causa e seguindo a orientação prevalecente na jurisprudência, o procedimento adequado será:

- A)** a imediata suspensão da ação de desapropriação, até que definida a propriedade das terras em ação própria;
- B)** a imediata extinção da ação de desapropriação, pois cabe ao promovente a exata identificação dos proprietários das terras;
- C)** a imediata autorização, à Funai, do levantamento do depósito diante do disposto no artigo 231 da Constituição Federal, que defere aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam;
- D)** a remessa dos litigantes Flávio, Caio e Funai às vias ordinárias para definição da titularidade das terras, deixando o depósito à disposição do Juízo.

**09** A autoridade administrativa federal, na gestão dos recursos hídricos e da zona costeira, negou licenciamento para a construção de uma plataforma marítima e embarcadouro. O empreendedor, concluindo que a autorização municipal já obtida era suficiente, iniciou a obra. Com base nesses fatos, assinalar a alternativa correta.

- A)** A obra é irregular, pois as águas marinhas são bens públicos federais, necessitando sempre de licenciamento ambiental federal para as construções.
- B)** A obra é regular, pois o licenciamento municipal é suficiente diante da unificação da gestão dos recursos hídricos.
- C)** A autorização municipal é suficiente, pois a Lei 9.433/97 não se aplica às águas marinhas e, não havendo restrição de acesso ao público, é desnecessária a licença ambiental federal.
- D)** A autorização municipal é suficiente, pois se trata de caso de peculiar interesse municipal.

**10** Assinalar a alternativa correta.

O poder disciplinar é aquele de que está investida a administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades.

- A)** O poder disciplinar é atividade administrativa absolutamente vinculada.
- B)** O poder disciplinar é atividade administrativa totalmente discricionária.
- C)** O poder disciplinar é atividade administrativa preponderantemente discricionária, podendo ser utilizado também contra os particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
- D)** O poder disciplinar é atividade preponderantemente vinculada e pode ser utilizado também contra particulares, desde que esses, de alguma forma, estejam sujeitos à disciplina

administrativa.

### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa D

### **Direito Administrativo 57**

- 01** Decorre do princípio da impessoalidade, ao qual está vinculada a Administração Pública, a
- A)** impossibilidade de responsabilização pessoal de servidor público por ato que corresponda ao exercício de sua função, em relação à qual tenha competência privativa.
  - B)** vedação da identificação nominal da autoridade responsável pela decisão de processos administrativos disciplinares, sendo a decisão atribuída ao órgão público ao qual pertença a autoridade.
  - C)** proibição de que constem da publicidade de atos, programas e campanhas de órgãos públicos, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
  - D)** impossibilidade de tratamento favorecido de pessoas, pelo critério de condições físicas, para fins de ingresso nas carreiras públicas.
  - E)** negação do caráter intuitu personae dos contratos administrativos em geral.
- 02** O desvio de poder, em matéria de atos administrativos, configura vício relativo ao elemento
- A)** agente.
  - B)** forma.
  - C)** objeto.
  - D)** motivo.
  - E)** finalidade.
- 03** Suponha que uma autoridade administrativa resolva exonerar um servidor ocupante de cargo em comissão. No ato de exoneração, a autoridade, mesmo que não fosse obrigada a tanto, indica como motivo de sua decisão a prática de atos de improbidade pelo servidor. Caso tal motivo não corresponda à realidade, o ato de exoneração deverá ser
- A)** invalidado, mesmo que a autoridade possa voltar a praticá-lo independentemente do motivo apontado.
  - B)** mantido, sendo considerado lícito, já que um servidor ocupante de cargo em comissão pode ser exonerado livremente pela autoridade competente.
  - C)** invalidado, mantidos todavia seus efeitos, os quais poderiam ter sido produzidos independentemente do motivo apontado.
  - D)** mantido, respondendo porém a autoridade que o praticou por ilícito administrativo.
  - E)** mantido, respondendo porém a autoridade que o praticou, na esfera cível, por danos morais.
- 04** A revogação de um ato administrativo de caráter normativo geral
- A)** não é possível.
  - B)** só pode ser feita pela própria Administração, de ofício ou mediante a provocação de qualquer interessado.
  - C)** só pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante a provocação de qualquer interessado.
  - D)** só pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante a provocação da própria Administração.
  - E)** pode ser feita pela própria Administração, de ofício ou mediante a provocação de qualquer interessado, ou pelo Poder Judiciário, mediante a provocação de qualquer interessado.
- 05** Quando cabível, a licitação para a concessão de direito real de uso de bem imóvel pela Administração a particular, conforme regra estabelecida na Lei nº 8.666/93, deve ocorrer na modalidade

- A)** correspondente ao valor do bem cujo uso está sendo concedido.
- B)** convite.
- C)** concorrência.
- D)** tomada de preços.
- E)** pregão.

**06** Configura hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93,

- A)** a necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- B)** a aquisição, em periodicidade regular, de material de uso pessoal e administrativo pelas Forças Armadas.
- C)** a contratação de associação de portadores de deficiência física, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços para a Administração.
- D)** a contratação realizada por empresa pública com subsidiária sua, para prestação de serviços, independentemente do preço ou valor envolvidos.
- E)** a contratação de remanescente de obra, em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e respeitada a oferta então realizada pela empresa a ser contratada.

**07** Determinado órgão da Administração Pública Federal, para aplicar o sistema de registro de preços, realiza seleção mediante tomada de preços, comunicando aos interessados a especificação completa dos bens a serem adquiridos, inclusive preferência por fabricante e marca, e informando que o registro terá validade de 2 anos. Nessa situação o órgão público

- A)** atendeu às exigências da Lei nº 8.666/93.
- B)** desrespeitou a Lei nº 8.666/93 apenas no tocante à modalidade de licitação empregada.
- C)** desrespeitou a Lei nº 8.666/93 apenas no tocante à descrição dos bens a serem adquiridos.
- D)** desrespeitou a Lei nº 8.666/93 apenas no tocante ao prazo de validade do registro.
- E)** desrespeitou a Lei nº 8.666/93 no tocante aos três aspectos mencionados.

**08** Em determinado processo de licitação, do tipo menor preço, sem fixação de preço máximo, para a contratação de serviços de engenharia, o valor orçado pela Administração foi de R\$ 109.000,00. Nesse processo, compareceram apenas as empresas A, B e C, que foram habilitadas e ofereceram propostas, respectivamente, no valor de R\$ 110.000,00; R\$ 90.000,00 e R\$ 50.000,00. Considerando os preços oferecidos e considerando que nenhuma das empresas licitantes possui situação que justifique composição de custos diversa da do mercado, a empresa que deve ser considerada vencedora é a

- A)** A, sendo as empresas B e C desclassificadas.
- B)** B, sendo as empresas A e C desclassificadas.
- C)** C, ficando a empresa B em segundo lugar e a empresa A em terceiro.
- D)** B, ficando a empresa A em segundo lugar e sendo a empresa C desclassificada.
- E)** C, ficando a empresa B em segundo lugar e sendo a empresa A desclassificada.

**09** A participação do Poder Público em um contrato que seja regido predominantemente por normas de direito privado é

- A)** vedada pela Lei nº 8.666/93, independentemente do ente da Administração envolvido.
- B)** permitida, independentemente do ente da Administração envolvido, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei nº 8.666/93.
- C)** permitida desde que se trate de ente da Administração direta, não incidindo a Lei nº 8.666/93.
- D)** permitida desde que se trate de ente da Administração autárquica, não incidindo a Lei nº 8.666/93.
- E)** permitida desde que se trate de ente da Administração fundacional, não incidindo a Lei nº 8.666/93.

**10** Sabe-se que em certas hipóteses a Administração pode alterar unilateralmente um contrato administrativo, promovendo acréscimos ou supressões em seu objeto, dentro de determinado percentual em relação ao valor inicial atualizado do contrato. Nesse sentido, é possível

- A)** a supressão, no percentual de 50%, em um contrato de reforma de equipamento.
- B)** o acréscimo, no percentual de 30%, em um contrato de compra.

- C) o acréscimo, no percentual de 45%, em um contrato de reforma de edifício.
- D) a supressão, no percentual de 40%, em um contrato de obra.
- E) a supressão, no percentual de 35%, em um contrato de serviço.

**RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa E
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa E
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C

**Direito Administrativo 58**

**01** O atributo pelo qual o ato administrativo pode ser realizado pela própria Administração Pública denomina-se:

- A) legalidade;
- B) imperatividade;
- C) coercibilidade;
- D) auto-executoriedade;
- E) discricionariedade.

**02** São sempre vinculados, nos atos administrativos, os requisitos, também denominados elementos:

- A) motivo e sujeito;
- B) objeto e forma;
- C) sujeito e finalidade;
- D) motivo e objeto;
- E) finalidade e motivo.

**03** O desfazimento do ato administrativo, em virtude de determinação judicial, por razões de ilegalidade, denomina-se:

- A) rescisão;
- B) anulação;
- C) conversão;
- D) revogação;
- E) caducidade.

**04** Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, NÃO constando dos fatores referidos:

- A) assiduidade;
- B) capacidade de iniciativa;
- C) disciplina;
- D) independência;
- E) produtividade.

**05** A exoneração de cargo efetivo:

- A) ocorre quando o servidor, após tomar posse, não entra em exercício;
- B) só ocorre quando houver desaprovação, do servidor, em estágio probatório;
- C) se dá apenas por decisão judicial;
- D) só pode ser requerida a pedido do servidor;
- E) pode se dar a juízo da autoridade competente.

**06** A impontualidade injustificada do servidor ao serviço poderá acarretar a perda da:

- A) remuneração integral do repouso remunerado do final de semana;



- B) metade da remuneração de um dia no cálculo das férias;
- C) remuneração integral do dia em que ocorreu o atraso;
- D) parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos;
- E) metade da remuneração do dia em que ocorreu o atraso.

**07** De acordo com a legislação federal em vigor, o servidor público civil da União poderá:

- A) ausentar-se do serviço sem prévia autorização do chefe;
- B) recusar fé aos documentos públicos;
- C) opor resistência injustificada a andamento de processo;
- D) promover manifestação de apreço no recinto da repartição;
- E) opor-se ao cumprimento de ordem manifestamente ilegal.

**08** A licitação pública deve ser realizada de acordo com os princípios:

- A) da necessidade pública e do interesse pessoal;
- B) da moralidade administrativa e do julgamento objetivo;
- C) da necessidade de contratação e da prestação de serviço;
- D) da concorrência pública e da legalidade administrativa;
- E) da necessidade de aquisição de material e da economicidade.

**09** A modalidade de licitação realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas denomina-se:

- A) leilão;
- B) tomada de preços;
- C) concurso;
- D) convite;
- E) concorrência.

**10** Sobre a execução dos contratos administrativos pode-se dizer que:

- A) deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;
- B) a Administração é responsável pelos encargos fiscais do contratado;
- C) é vedado ao contratado subcontratar parte do objeto do contrato;
- D) a inadimplência previdenciária do contratado nunca afeta a Administração;
- E) o contratado não está obrigado a corrigir os defeitos da execução do contrato.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa E
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa A

#### **Direito Administrativo 59**

**01** São requisitos, também denominados elementos, dos atos administrativos:

- A) sujeito, discricionariedade e motivo;
- B) forma, faculdade e objeto;
- C) motivo, finalidade e forma;
- D) legalidade, sujeito e objeto;
- E) finalidade, discricionariedade e moralidade.

**02** Os atributos do ato administrativo, tal como descritos pela doutrina, são:

- A) tipicidade, imperatividade e auto-executoriedade;
- B) imperatividade, legalidade e razoabilidade;
- C) auto-executoriedade, presunção de legitimidade e veracidade, e legalidade;
- D) razoabilidade, tipicidade, presunção de legitimidade e veracidade;

**E)** presunção de legitimidade e veracidade, legalidade e auto determinação.

**03** Diz-se que os atos administrativos são vinculados quando:

**A)** a autoridade incompetente deixa de observar dispositivo constitucional obrigatório quando deveria fazê-lo;

**B)** a sentença judicial é proferida por Juiz competente que determina o desfazimento do ato em processo judicial;

**C)** observam corretamente os princípios constitucionais da moralidade administrativa e da razoabilidade;

**D)** a lei estabelece que, diante de determinados requisitos, a Administração deve agir de determinada forma;

**E)** o administrador público os pratica com independência do voto do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas.

**04** O ato administrativo que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único, é denominado:

**A)** complexo;

**B)** de império;

**C)** de admissão;

**D)** constitutivo;

**E)** enunciativo.

**05** São formas de provimento de cargo público:

**A)** readaptação, aproveitamento e ascensão;

**B)** reversão, reintegração e transformação;

**C)** nomeação, recondução e conversão;

**D)** reintegração, ascensão e promoção;

**E)** recondução, aproveitamento e readaptação.

**06** A vacância de cargo público decorrerá de:

**A)** aposentadoria, remoção e readaptação;

**B)** promoção, falecimento e relotação;

**C)** readaptação, ascensão e demissão;

**D)** transferência, posse em outro cargo inacumulável e remoção;

**E)** aposentadoria, exoneração e promoção.

**07** De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, a pena de suspensão aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência não poderá exceder a :

**A)** 10 (dez) dias;

**B)** 90 (noventa) dias;

**C)** 120 (cento e vinte) dias;

**D)** 360 (trezentos e sessenta) dias;

**E)** 2 (dois) dias.

**08** O processo disciplinar de servidor público federal poderá sofrer revisão:

**A)** apenas a pedido do servidor, desde que surjam fatos novos;

**B)** a qualquer tempo, por inadequação da penalidade aplicada;

**C)** a pedido de dependente econômico, por fato que justifique sua inocência;

**D)** por interesse da Administração, para reapreciação de documentos do processo;

**E)** por requerimento de defensor público, para reinquirir testemunhas do processo disciplinar.

**09** São direitos sociais:

**A)** a saúde, educação e a liberdade de crença;

**B)** a liberdade, a segurança e o acesso à informação;

**C)** a liberdade de associação, a propriedade e o sigilo das comunicações telegraficas;

**D)** o trabalho, o lazer e a proteção à maternidade;

**E)** a proteção à infância, a liberdade de associação e o sigilo das comunicações.

**10** Pela inexecução total do contrato a Administração poderá aplicar ao contratado, como sanção

admitida na Lei nº 8.666/93:

- A)** multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- B)** denúncia escrita ao Tribunal de Contas;
- C)** suspensão de atividades comerciais por 5 anos;
- D)** cassação de alvará de estabelecimento comercial;
- E)** interdição sanitária de estabelecimento comercial.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa E
- Questão 6 alternativa E
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa A

### **Direito Administrativo 60**

**01** Na Administração Pública Federal, a sociedade de economia mista é considerada como sendo um(a)

- A)** órgão estatal.
- B)** entidade de direito público.
- C)** pessoa jurídica de direito privado.
- D)** entidade da Administração Direta.
- E)** paraestatal fora da Administração.

**02** O princípio da motivação, a que a Administração Pública Federal está obrigada a obedecer, de acordo com o que dispõem os artigos 2º e 5º da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, consiste em ter de indicar nos seus atos administrativos os respectivos pressupostos fáticos e jurídicos, sendo isso dispensável, porém, nos casos em que a autoridade decide

- A)** processo administrativo de concurso público.
- B)** dispensa de procedimento licitatório.
- C)** recurso administrativo.
- D)** em decorrência de reexame de ofício.
- E)** caso concreto aplicando jurisprudência sobre ele já firmada.

**03** O instituto jurídico administrativo, pelo qual o Estado transfere a outra entidade a execução de determinado serviço público, com a particularidade de que para cuja remuneração ela pode cobrar tarifas de seus usuários, classifica-se mais propriamente como sendo

- A)** autorização.
- B)** desconcentração.
- C)** delegação.
- D)** concessão.
- E)** permissão.

**04** O mérito é aspecto do ato administrativo que, particularmente, diz respeito à(ao)

- A)** conveniência de sua prática.
- B)** sua forma legal.
- C)** sua motivação fática.
- D)** princípio da legalidade.
- E)** poder vinculado.

**05** A avocação é um fenômeno, inerente ao poder hierárquico, aplicável ao processo administrativo, pelo qual a autoridade pode em certos casos, como assim previsto na Lei nº 9.784/99,

- A)** delegar competência a órgão inferior.
- B)** rever decisão em instância recursal.
- C)** exercer delegação de órgão superior.

- D) exercer competência atribuída a órgão inferior.
- E) rever suas próprias decisões.

**06** Toda conduta, ação ou omissão da autoridade administrativa ou do poder público, que tenha incidência sobre contrato firmado com particular, de certa forma retardando ou impedindo sua execução, entende-se como sendo

- A) caso fortuito.
- B) fato da administração.
- C) fato do príncipe.
- D) força maior.
- E) teoria da imprevisão.

**07** Aos convênios celebrados por órgãos da Administração Pública Federal Direta

- A) não se aplicam as disposições da Lei nº 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.
- B) aplicam-se as disposições da Lei nº 8.666/93.
- C) só se aplicam as disposições da Lei nº 8.666/93, quanto às chamadas cláusulas derogativas ou excepcionais.
- D) só se aplicam as disposições da Lei nº 8.666/93, quanto à exigência de licitação.
- E) aplicam-se as disposições da Lei nº 8.666/93, no que couber.

**08** De acordo com as atuais regras constitucionais relativas aos servidores públicos da União, regidos pelo regime da Lei nº 8.112/90,

- A) a estabilidade ocorre aos 2 anos.
- B) a estabilidade ocorre aos 5 anos.
- C) a remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno.
- D) é permitida a diferença, para o exercício de certos cargos ou funções e de critério para admissão, por motivo de sexo ou estado civil.
- E) extinto o cargo ocupado por servidor estável ele fica em disponibilidade, com vencimentos integrais.

**09** Salvo disposição legal específica em sentido contrário, o prazo normal para a interposição de recurso administrativo, quanto aos processos autuados no âmbito da Administração Pública Federal Direta, conforme previsto na Lei nº 9.784/99, é de

- A) cinco dias.
- B) dez dias.
- C) quinze dias.
- D) vinte dias.
- E) trinta dias.

**10** Na área federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) exerce o monopólio do controle contábil, financeiro e orçamentário, da Administração Pública Federal Direta e Indireta, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade.

- A) Correta essa assertiva.
- B) Incorreta a assertiva, porque esse controle é exercido com exclusividade pelo Congresso Nacional (CN).
- C) Incorreta a assertiva, porque tal função cabe ao sistema de controle interno, com exclusividade.
- D) Incorreta a assertiva, porque tal fiscalização é compartilhada entre CN, TCU e sistema de controle interno.
- E) Incorreta a assertiva, porque esse controle exercido pelo TCU se restringe à Administração Direta.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa E
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa E  
Questão 8 alternativa C  
Questão 9 alternativa B  
Questão 10 alternativa D

### **Direito Administrativo 61**

**01** Considerando as noções doutrinariamente fixadas acerca dos atos administrativos em espécie, identifique a alternativa INCORRETA:

- A)** autorização é ato administrativo discricionário baseado no Poder de Polícia do Estado sobre a atividade privada;
- B)** aprovação é o ato unilateral e vinculado pelo qual se exerce o exame a priori ou a posteriori de um outro ato administrativo;
- C)** homologação é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico;
- D)** admissão é ato administrativo vinculado que confere ao indivíduo, desde que preenchidos os requisitos legais, o direito de receber um serviço público;
- E)** através de um ato administrativo de permissão a Administração pode delegar a um particular, sempre através de prévia licitação, a prestação de um serviço público.

**02** Consoante a doutrina e a orientação fixada na(s) súmula(s) da jurisprudência predominante no STF acerca da revogação dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

- A)** não podem ser revogados os atos administrativos vinculados;
- B)** a revogação do ato administrativo produz efeitos ex nunc, razão pela qual não se tem como cabível a revogação de atos que já exauriram seus efeitos;
- C)** não se admite a revogação de atos administrativos eivados de vícios que os tornem ilegais;
- D)** a revogação de uma licença administrativa (stricto sensu) ou de um ato administrativo que integre um procedimento pode ser determinada pela autoridade que praticou o ato ou por aquela que tenha poderes para dele conhecer de ofício ou por via de recurso;
- E)** a revogação de ato administrativo é privativa da Administração Pública, sendo vedada tal iniciativa ao Poder Judiciário.

**03** É inexigível a licitação:

- A)** nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
- B)** quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
- C)** para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- D)** quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;
- E)** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

**04** Sobre o regime jurídico fixado em sede Constitucional para os servidores públicos civis, é correto afirmar que:

- A)** o servidor público da Administração direta, autárquica ou fundacional investido no mandato eletivo de Prefeito ou Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
- B)** o servidor público da Administração direta autárquica ou fundacional investido no mandato de Prefeito ou Vereador será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- C)** aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, sendo vedada, em todo caso, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo referido regime;
- D)** uma vez tendo adquirido estabilidade após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo mediante concurso público somente perderão o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou através de processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada a ampla defesa;

**E)** os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

**05** O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro (D. - Lei 220/75) veicula diversas normas referentes ao regime disciplinar dos servidores. Dentro desse contexto, analise as seguintes proposições:

I - Ao funcionário público é proibido participar de diretoria, gerência, administração, conselho técnico ou administrativo, de empresa ou sociedade que seja permissionária ou concessionária de serviço público.

II - O funcionário público está sujeito à penalidade de advertência em caso de negligência, a qual será aplicada verbalmente e comunicada ao órgão de pessoal.

III - O funcionário público está sujeito à pena de demissão quando desrespeita proibição imposta pelo estatuto, desde que a falta seja grave, a juízo da autoridade hierarquicamente superior, e se comprovada a culpa ou o dolo em processo administrativo no qual lhe seja assegurada a ampla defesa.

IV - O funcionário público está sujeito à pena de repreensão, a ser aplicada por escrito, no caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres, bem como no de reincidência específica em transgressão punível com pena de advertência.

V - Prescreverá em dois anos a falta sujeita à pena de advertência; em três anos a falta sujeita à pena de repreensão e em cinco anos a falta sujeita à pena de demissão ou destituição da função.

Julgando as proposições acima, assinale:

- A)** se somente uma estiver correta;
- B)** se somente duas estiverem corretas;
- C)** se somente três estiverem corretas;
- D)** se somente quatro estiverem corretas;
- E)** se todas estiverem corretas.

**06** Acerca das restrições impostas pelo Estado sobre a propriedade privada, aprecie as seguintes proposições:

I - De acordo com a garantia insculpida na CF/88, as desapropriações efetivam-se sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

II - A requisição de propriedade particular é autorizada, consoante estatui a Constituição Federal, na hipótese de iminente perigo público, assegurada ao proprietário, em qualquer caso, indenização ulterior.

III - Na desapropriação direta por utilidade pública incidirão juros compensatórios a contar da data em que foi requerida a imissão provisória na posse;

IV - No valor da indenização serão incluídos os direitos do locador residencial do imóvel expropriado.

V - Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública e afetados a uma finalidade de interesse público, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que o processo de desapropriação seja nulo.

Considerando as proposições acima, assinale:

- A)** se todas estiverem corretas;
- B)** se apenas uma estiver correta;
- C)** se apenas duas estiverem corretas;
- D)** se apenas três estiverem corretas;
- E)** se apenas quatro estiverem corretas.

**07** A desapropriação por utilidade pública deverá:

- A)** efetivar-se mediante acordo em âmbito administrativo ou ser intentada judicialmente dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de expedição do respectivo decreto;
- B)** ser intentada judicialmente dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data de expedição do respectivo decreto;
- C)** ser intentada judicialmente dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da notificação pessoal do expropriado para acordo em âmbito administrativo;
- D)** efetivar-se mediante acordo em âmbito administrativo ou ser intentada judicialmente dentro do prazo de 2 (dois) anos, contados da data da expedição do respectivo decreto;
- E)** ser intentada judicialmente dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data da notificação pessoal do expropriado para acordo em âmbito administrativo.

**08** Em tema de serviços públicos, considera-se encampação:

- A)** o instrumento através do qual, por meio de decreto do chefe do Poder Concedente, a Administração Pública retoma temporariamente um serviço público, durante o prazo da concessão, em virtude do cometimento de falta contratual pelo concessionário;
- B)** o mecanismo extintivo do contrato de concessão através do qual a Administração Pública, por meio de decreto do chefe do Poder Concedente e após prévia indenização, retoma a prestação do serviço público concedido, durante o contrato de concessão, em virtude do interesse público predominante;
- C)** o mecanismo através do qual, no advento do termo final do contrato de concessão, os bens afetados à prestação do serviço reverterem ao patrimônio do Poder Concedente em virtude do princípio da continuidade do serviço público;
- D)** a forma de extinção do contrato de concessão consistente na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização;
- E)** a forma de extinção da concessão através da qual o Poder Concedente, mediante decreto autorizativo e após prévia indenização em títulos da dívida pública, retoma o serviço público concedido, durante o prazo da concessão, em caso de inexecução total ou parcial do contrato por parte do concessionário.

**09** No ordenamento jurídico pátrio, o Mandado de Segurança apresenta-se como importante instrumento de controle da Administração Pública. Conceituando o instrumento em questão, o Prof. José dos Santos Carvalho Filho assevera ser o mandado de segurança uma "ação de fundamento constitucional pela qual se torna possível proteger o direito líquido e certo do interessado contra ato do Poder Público" (in "Manual de Direito Administrativo", ed. Lumen Juris, 4ª Edição, p. 679). Acerca deste remédio Constitucional, tendo em linha de conta a Lei n.º 1533/51 e a jurisprudência amplamente dominante, aprecie as seguintes proposições:

- I - Não se admite a impetração de mandado de segurança contra lei em tese.
- II - A concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.
- III - Não se concederá liminar em mandado de segurança impetrado visando à reclassificação ou equiparação de servidor público.
- IV - O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos cento e oitenta dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- V - Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato de que caiba recurso administrativo puramente no efeito devolutivo, independentemente de caução.

Considerando as proposições acima, assinale:

- A)** se apenas uma estiver correta;
- B)** se apenas duas estiverem corretas;
- C)** se apenas três estiverem corretas;
- D)** se apenas quatro estiverem corretas;
- E)** se todas estiverem corretas.

**10** Acerca do regime jurídico dos funcionários públicos civis veiculado pelo Decreto-lei 220/75, é correto afirmar que:

- A)** as penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis são: a advertência; a repreensão; a suspensão; a multa; a demissão e a cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- B)** o inquérito administrativo precederá somente a aplicação das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- C)** poderá ser requerida a revisão do inquérito administrativo de que haja resultado pena disciplinar, quando forem aduzidos fatos ainda não conhecidos ou alegada a injustiça da penalidade;
- D)** está sujeito à pena de demissão o funcionário que incorre em "abandono de cargo", assim entendida, para fins disciplinares, a ausência ao serviço, sem justa causa, por dez dias consecutivos;
- E)** está sujeito à pena de demissão o funcionário que incorre em ausência ao serviço, sem causa justificada, por quinze dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

**RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa B  
Questão 2 alternativa D  
Questão 3 alternativa C  
Questão 4 alternativa E  
Questão 5 alternativa C  
Questão 6 alternativa B  
Questão 7 alternativa A  
Questão 8 alternativa D  
Questão 9 alternativa C  
Questão 10 alternativa D

### **Direito Administrativo 62**

**01** A nomeação de ministro do Superior Tribunal de Justiça, porque a escolha está sujeita a uma lista triplíce e aprovação pelo Senado Federal, contando assim com a participação de órgãos independentes entre si, configura a hipótese específica de um ato administrativo

- A)** complexo
- B)** composto
- C)** bilateral
- D)** discricionário
- E)** multilateral

**02** O ato administrativo, a que falte um dos elementos essenciais de validade,

- A)** é considerado inexistente, independente de qualquer decisão administrativa ou judicial
- B)** goza da presunção de legalidade, até decisão em contrário
- C)** deve por isso ser revogado pela própria Administração
- D)** só pode ser anulado por decisão judicial
- E)** não pode ser anulado pela própria Administração

**03** O que, essencial e fundamentalmente, mais caracteriza um contrato administrativo, diferenciando-o dos demais e subordinando-o às regras específicas de direito público, é

- A)** ter como parte contratante uma entidade da Administração Pública
- B)** ter como parte contratante uma pessoa jurídica de direito público interno e presente o interesse público no seu objeto
- C)** ter o interesse público presente no seu objeto, ainda que uma das partes não seja órgão ou entidade da Administração Pública
- D)** o fato de acarretar despesa à conta de recursos públicos
- E)** o fato de versar seu objeto uma determinada prestação de serviço público

**04** A locação de imóvel, para nele funcionar determinado serviço público, será uma modalidade de contratação que (em que)

- A)** depende de prévia licitação, em qualquer caso
- B)** prescinde de licitação, em qualquer caso
- C)** pode ser dispensada a licitação, nos casos previstos na lei
- D)** é inexigível a licitação, nos casos previstos na lei
- E)** é discricionariamente dispensável ou inexigível a licitação

**05** O regime jurídico dos contratos administrativos, inclusive no que confere à Administração as prerrogativas de modificá-los, rescindi-los e outras compreendidas nas chamadas cláusulas derogativas ou excepcionais do direito privado,

- A)** não se aplica aos de seguro, em que a União for parte
- B)** não se aplica aos de locação, em que a União for locatária
- C)** não se aplica àqueles em que a União for parte como usuária de serviço público
- D)** aplica-se àqueles em que a União for parte como usuária de serviço público, no que couber
- E)** aplica-se aos de locação, mas somente quando a União for locadora

**06** Existem certos bens públicos que, a depender de determinadas circunstâncias especiais, tanto podem ser da União ou do Estado de sua localização, como é o caso

- A)** das ilhas oceânicas
- B)** dos terrenos de marinha
- C)** das praias marítimas



- D) do mar territorial
- E) dos recursos minerais

**07** A Servidão Administrativa equipara-se à desapropriação no sentido de que

- A) é de execução indelegável
- B) é passível de retrocessão
- C) depende necessariamente de prévio ato declaratório
- D) depende necessariamente de prévia indenização
- E) intervém na propriedade privada

**08** Se o Tribunal de Contas da União, no exercício da sua função de controle externo da atividade financeira do Estado, verificar alguma ilegalidade, em órgão ou entidade do Poder Executivo, poderá fixar prazo para as providências necessárias ao exato cumprimento da lei mas, se não for atendido, poderá de imediato sustar a execução do respectivo ato,

- A) mesmo no caso de contrato
- B) exceto no caso de contrato, cuja sustação compete à Câmara dos Deputados
- C) exceto no caso de contrato, cuja sustação compete ao Senado Federal
- D) exceto no caso de contrato, cuja sustação compete ao Congresso Nacional
- E) exceto no caso de contrato cuja sustação compete ao Presidente da República

**09** A responsabilidade civil do Estado, pelos danos causados por seus agentes a terceiros, é hoje tida por ser

- A) subjetiva passível de regresso
- B) objetiva insusceptível de regresso
- C) objetiva passível de regresso
- D) subjetiva insusceptível de regresso
- E) dependente de culpa do agente

**10** O servidor público federal, subordinado ao Regime Jurídico Único da Lei no 8.112/90, que ainda esteja em estágio probatório, não poderá

- A) afastar-se para fazer curso de formação necessário a assumir outro cargo
- B) afastar-se para missão oficial no exterior
- C) exercer cargo comissionado
- D) ter licença para atividade política
- E) ter licença para mandato classista

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa E
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa E

#### **Direito Administrativo 63**

**01** Constitui(em) ato(s) de improbidade administrativa que atenta(m) contra os princípios da Administração Pública:

- A) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- B) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- C) Frustrar a licitude de concurso público.
- D) Dispensar processo licitatório indevidamente.

**02** Assinale a alternativa correta, conforme o previsto na Lei 8429/92:

- A) Os atos de improbidade administrativa importarão, cumulativamente, na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e na gradação previstas em lei, sendo vedado o "bis in idem", mediante ação

penal.

**B)** Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública importarão, cumulativamente, ao responsável, no ressarcimento integral do dano, se houver, na perda da função pública, na suspensão dos direitos políticos, no pagamento de multa civil no valor de até 100 vezes a remuneração percebida pelo agente e na proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por 3 anos, sem prejuízo das sanções penais, administrativas e civis, previstas em lei específica.

**C)** A aplicação das sanções previstas na Lei 8429/92 dependerá da efetiva ocorrência do dano ao patrimônio público.

**D)** A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos aplicadas como sanção à prática de ato de improbidade administrativa já se efetivam com a condenação do agente em primeiro grau de jurisdição, independentemente da eventual interposição de recurso.

**03** NÃO se inclui, dentre os princípios da licitação:

**A)** Princípio do "non bis in idem".

**B)** Princípio da competitividade.

**C)** Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

**D)** Princípio da padronização.

**04** Assinale a alternativa INCORRETA:

**A)** Na modalidade licitatória do convite, haverá contratação direta pela Administração Pública se, por insuficiência do mercado ou por manifesto desinteresse dos convidados, for impossível obter, no mínimo, 3 propostas em condição de julgamento.

**B)** Na modalidade licitatória do convite, havendo na praça mais de 3 possíveis interessados, a cada novo convite realizado para objeto idêntico ou assemelhado é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto houver cadastrados que não tenham sido convidados nas últimas licitações.

**C)** É expressamente vedada a combinação das modalidades licitatórias taxativamente previstas em lei.

**D)** Na modalidade licitatória do convite, se, por insuficiência do mercado, for impossível obter, no mínimo, 3 propostas em condição de julgamento, essa circunstância deverá ser devidamente certificada no processo, sob pena de repetição do convite.

**05** No tocante ao abuso de poder, é INCORRETO dizer-se que:

**A)** Ocorre excesso de poder quando a autoridade ultrapassa sua competência legal, dolosa ou culposamente, tornando o ato praticado arbitrário, ilícito e nulo.

**B)** O silêncio da Administração Pública quanto a pronunciamento que lhe competir será suprido pelo Poder Judiciário, que praticará o ato omitido pela Administração, amparando-se, assim, o direito do administrado postulante.

**C)** O silêncio da Administração Pública quanto a pronunciamento que lhe competir nem sempre poderá valer como concordância tácita, podendo representar aceitação ou rejeição do pedido do administrado, conforme o caso.

**D)** Quando a autoridade administrativa outorga uma permissão sem interesse coletivo, ocorre desvio de finalidade e, não, excesso de poder.

**06** A vedação constitucional de acumulação remunerada de cargos públicos:

**A)** Estende-se a empregos e funções públicas, mas abrange apenas as autarquias e os entes da Administração Pública direta.

**B)** Restringe-se aos cargos públicos, excluídos empregos e funções públicas, e abrange as autarquias.

**C)** Estende-se a empregos e funções, mas não se aplica às pessoas jurídicas da Administração indireta quando houver compatibilidade de horários.

**D)** Constitui regra geral, mas é permitida a acumulação remunerada de um cargo de vereador com qualquer outro cargo, emprego ou função pública, desde que haja compatibilidade de horários.

**07** No tocante aos bens públicos, assinale a alternativa correta:

**A)** Os bens públicos não podem ser jamais objeto de desapropriação.

- B)** Os bens públicos de domínio de Municípios só podem ser desapropriados pela União, desde que para fins de utilidade pública.
- C)** Os bens públicos de domínio de um Município podem ser desapropriados tanto pela União quanto pelo Estado-membro em cujo território se encontrem.
- D)** Os bens públicos de domínio de um Município só podem ser desapropriados pelo Estado-membro em cujo território se localize e, nunca, pela União, em face do princípio federativo.

**08** Sobre bens públicos, assinale a alternativa ERRADA:

- A)** Os de uso comum ou especial, enquanto estiverem afetados, serão sempre inalienáveis.
- B)** As terras devolutas são bens públicos dominicais, sendo que as indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e das construções militares, as vias federais de comunicação, bem como as áreas de preservação ambiental pertencem à União. As demais pertencem aos Estados-membros, desde que não tenham sido trespassadas aos Municípios.
- C)** Os bens desafetados, ao passarem à categoria de bens públicos dominicais poderão, por meio de lei, perder a inalienabilidade.
- D)** A desafetação dos bens de uso comum, isto é, seu trespasse para uso especial ou sua conversão em bens meramente dominicais dar-se-á com o trânsito em julgado de sentença declaratória procedente.

**09** Assinale a alternativa ERRADA:

- A)** A presunção de legitimidade do ato administrativo é presunção "jure et de jure" (absoluta), em face da supremacia do Poder Público perante os administrados.
- B)** O chamado "poder extroverso" da Administração, que permite ao Poder Público editar provimentos que interferem na esfera jurídica do administrado, dá ao ato administrativo o atributo de imperatividade.
- C)** Conforme a teoria dos Motivos Determinantes, ocorrerá nulidade do ato administrativo se o agente invocar fatos falsos para fundamentar a prática de ato discricionário, ainda que a lei dispense motivação expressa.
- D)** A autorização de porte de arma e a licença para construir são exemplos, respectivamente, de ato administrativo discricionário e de ato administrativo vinculado.

**10** A invasão de um presídio pela Polícia Militar do Estado, em caso de rebelião de presos, que venha a acarretar várias mortes de detentos e policiais, como ocorreu no episódio do Carandiru, caracteriza a responsabilidade objetiva do Estado:

- A)** Por ser ordenada pela cúpula da Polícia Militar e por outras autoridades superiores.
- B)** Pela teoria do risco administrativo.
- C)** Pelo abuso de direito de repressão, individualmente comprovado.
- D)** Pela configuração da chamada "falta de serviço", ou seja, pelo mau funcionamento do serviço.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C  
Questão 2 alternativa B  
Questão 3 alternativa A  
Questão 4 alternativa A  
Questão 5 alternativa B  
Questão 6 alternativa D  
Questão 7 alternativa C  
Questão 8 alternativa D  
Questão 9 alternativa A  
Questão 10 alternativa B

#### **Direito Administrativo 64**

**01** "A Administração Pública está obrigada a policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica." A afirmação supra diz respeito ao princípio do Direito Administrativo da:

- A)** Supremacia do interesse público.
- B)** Indisponibilidade.
- C)** Autotutela.
- D)** Impessoalidade.

**02** As fontes do Direito são as formas que o revelam, portanto, através delas tem-se a exteriorização do Direito ou a sua formalização. Sendo assim, assinale a alternativa que, em sentido amplo, é a mais importante das fontes do Direito Administrativo.

- A)** Jurisprudência.
- B)** Lei.
- C)** Princípios gerais de Direito.
- D)** Doutrina e costume.

**03** Nos atos administrativos, vemos que a competência é requisito que decorre da lei e é por ela delimitado, desta forma:

- A)** A lei que atribui competência com caráter de exclusividade não admite a delegação ou a avocação.
- B)** É passível de anulação o ato praticado por agente incompetente, ou seja, não é nulo, vez que nasce válido.
- C)** A competência é o poder que a lei outorga ao cidadão comum da sociedade para o desempenho de diversas tarefas.
- D)** Pode haver a sobreposição da vontade particular à lei que realiza a vontade coletiva.

**04** São efeitos do ato administrativo:

- A)** Próprios e impróprios.
- B)** Imperatividade e auto-executoriedade.
- C)** Exigibilidade e presunção de legitimidade.
- D)** Ordinários e especiais.

**05** Com relação à revogação do ato administrativo, é incorreto afirmarmos que:

- A)** Pode ser total ou parcial.
- B)** A revogação só pode dar-se por outro ato administrativo da mesma natureza, vigorando desta forma o "princípio do paralelismo".
- C)** Atos que geram direitos adquiridos não são revogáveis.
- D)** O ato administrativo ilegal é passível de revogação, sendo esta a forma mais adequada para sua extinção.

**06** São pressupostos fundamentais para a deflagração da responsabilidade do Estado:

- A)** Ato ilícito e a ocorrência de um dano.
- B)** Nexo de causalidade e comportamento comissivo do Estado.
- C)** A causação de um dano e a imputação deste a um comportamento comissivo ou omissivo do Estado.
- D)** Descumprimento da lei e previsão de que o dano poderia ter sido evitado.

**07** Considere as seguintes afirmativas:

I - estão obrigadas a licitar as entidades da Administração Pública direta e indireta.

II - a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, bem como a contratação de artistas são hipóteses do procedimento licitatório.

III - sobre licitação, cabe à União fixar as normas gerais, podendo cada entidade política (União, Estado-Membro, Distrito Federal, Município) legislar sobre licitação, complementando, assim, as normas gerais editadas pela União.

Assinale:

- A)** Se apenas I e II forem verdadeiras.
- B)** Se apenas I e III forem verdadeiras.
- C)** Se apenas II e III forem verdadeiras.
- D)** Se I, II e III (todas) forem verdadeiras.

**08** São modalidades de licitação:

- A)** Concorrência, convite, leilão, aquisição e contratação.
- B)** Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- C)** Tomada de preços, concurso e convite.
- D)** Compra, leilão e tomada de preços.

**09** O contrato de obra pública é uma das modalidades de contrato administrativo, sendo incorreto afirmar que:

- A)** Sua celebração independe de autorização legislativa, mas, em tese, exige licitação e, uma vez celebrado, publicação.
- B)** A empreitada pode ser por preço global ou unitário.
- C)** A obra pública pode ser executada somente por empreitada.
- D)** Tem por um de seus objetivos a construção de certa obra pública.

**10** A vacância é o ato administrativo pelo qual o servidor é destituído do cargo, emprego ou função. Desta forma, tal ato pode acontecer com ou sem extinção do vínculo, sendo certo que:

- A)** A vacância com extinção do vínculo pode ocorrer pela exoneração, demissão, morte ou aposentadoria do servidor.
- B)** No caso de demissão, esta pode ocorrer a pedido do servidor ou ex officio.
- C)** Ocorrendo a exoneração, esta tem sempre caráter punitivo.
- D)** Ocorrendo promoção, não gera a extinção do vínculo desde que por antiguidade; já no caso de merecimento, o que ocorre é a transferência, pois acarreta elevação de função e vencimento.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

#### **Direito Administrativo 65**

**01** Conforme previsão expressa contida na Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, a violação da regra legal proibitiva de coagir subordinado, para filiar-se a determinado partido político, sujeita o agente primário à penalidade administrativa disciplinar de

- A)** advertência.
- B)** suspensão de até 30 dias.
- C)** suspensão superior a 30 dias.
- D)** demissão.
- E)** destituição do cargo comissionado.

**02** Aos contratos administrativos, regidos pela Lei nº 8.666/93, para a realização de obras públicas,

- A)** não se aplicam princípios da teoria geral dos contratos.
- B)** não se aplicam disposições do direito privado.
- C)** aplicam-se, supletivamente, preceitos de direito público.
- D)** aplicam-se, supletivamente, preceitos de direito privado.
- E)** não se vinculam os preceitos licitatórios de que decorrem.

**03** De acordo com previsão expressa contida na Lei nº 8.666/93, é cabível inexigibilidade de licitação e não sua dispensa, para a contratação de serviço

- A)** de pequeno valor, até 10% do limite fixado para convite.
- B)** quando não acudirem interessados à licitação anterior que não possa ser repetida.
- C)** de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
- D)** de impressão do Diário Oficial.
- E)** quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.

**04** No caso de concorrência, decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação, perante a Administração Pública, o licitante que não o fizer até

- A)** o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes da habilitação.

- B)** o dia que anteceder a abertura dos envelopes da habilitação.
- C)** o momento da abertura dos envelopes da habilitação.
- D)** o segundo dia útil que anteceder a data dos envelopes das propostas.
- E)** o dia anterior ao da abertura dos envelopes das propostas.

**05** Em razão da observância do princípio da publicidade, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, os contratos administrativos devem ser publicados

- A)** integralmente, no órgão da imprensa oficial.
- B)** integralmente, no Boletim Interno do órgão respectivo.
- C)** resumidamente, na imprensa oficial e em jornal de circulação local.
- D)** resumidamente, no órgão da imprensa oficial.
- E)** resumidamente, na imprensa oficial e, integralmente, no Boletim Interno do órgão respectivo.

**06** Entre os fenômenos, cuja ocorrência assegura a observância do princípio legal da segurança jurídica, destaca-se a preclusão, em razão da qual, com relação a determinado questionamento, diz-se que

- A)** fica exaurida a instância administrativa.
- B)** fica inviabilizado o controle jurisdicional.
- C)** o ato respectivo ganha presunção de legalidade.
- D)** o ato respectivo passa a ser auto-executável.
- E)** o ato respectivo torna-se irrevogável.

**07** Entre os princípios de Direito Administrativo, que a Administração Pública está obrigada a obedecer e observar nos seus atos, por força de expressa previsão constitucional e legal, os que se correspondem entre si, quanto à escolha do objeto e ao alcance do seu resultado, porque a violação de um deles importa de regra na inobservância do outro, são:

- A)** legalidade e motivação.
- B)** motivação e razoabilidade.
- C)** razoabilidade e finalidade.
- D)** finalidade e impessoalidade.
- E)** impessoalidade e legalidade.

**08** Entre as finalidades institucionais dos sistemas de controle externo dos Poderes da União, previstas expressamente na Constituição, não se inclui a de

- A)** exercer o controle das operações de crédito.
- B)** exercer o controle dos haveres da União.
- C)** apoiar o controle externo.
- D)** avaliar os resultados da aplicação de recursos públicos, por entidades de direito privado.
- E)** examinar os planos e programas nacionais e regionais previstos na Constituição.

**09** Uma vez instaurado o processo administrativo disciplinar, interrompe-se a prescrição, até a decisão final, pela autoridade competente, o que deve ocorrer no prazo máximo de 140 dias, após o qual

- A)** fica extinta a punibilidade.
- B)** o prazo prescricional começa a correr todo ele por inteiro.
- C)** o prazo prescricional continua a correr, pelo período que lhe faltava, ao ser interrompido.
- D)** o prazo prescricional continua a correr pela metade.
- E)** os autos devem ser arquivados.

**10** No caso de denúncia formal sobre irregularidade, cujo fato possa configurar infração disciplinar administrativa, a autoridade competente deve instaurar sindicância, a qual

- A)** deve ser concluída no prazo de 20 dias, prorrogável por igual período.
- B)** deve ser transformada em processo disciplinar, se resultar configurada qualquer tipo de infração punível.
- C)** deve ser concluída no prazo de 60 dias, prorrogável por igual período.
- D)** pode resultar na aplicação de suspensão por até 60 dias.
- E)** pode resultar na aplicação de suspensão por até 30 dias.

#### **RESPOSTAS**

Questão 1 alternativa A

Questão 2 alternativa D  
Questão 3 alternativa C  
Questão 4 alternativa A  
Questão 5 alternativa D  
Questão 6 alternativa A  
Questão 7 alternativa D  
Questão 8 alternativa E  
Questão 9 alternativa B  
Questão 10 alternativa E

### **Direito Administrativo 66**

**01** De acordo com as normas legais vigentes, as chamadas fundações públicas, na área federal, são

- A)** equiparadas às empresas públicas.
- B)** entidades privadas fora da Administração.
- C)** entidades da Administração Indireta.
- D)** regidas por disposições do Código Civil.
- E)** órgãos da Administração Direta.

**02** Todos os ocupantes de cargos públicos federais são regidos pelo mesmo regime jurídico (chamado de "único") da Lei nº 8.112/90, inclusive quanto a direitos, vantagens e condições de aposentadoria.

- A)** Correta a assertiva.
- B)** Incorreta a assertiva, porque embora sujeitos àquele regime jurídico único, os direitos e as vantagens dos magistrados são objeto de disciplinamento especial e diferenciado.
- C)** Incorreta a assertiva, porque embora regidos por aquele regime jurídico único, os magistrados dispõem de condições especiais para aposentadoria.
- D)** Incorreta a assertiva, porque aquele regime jurídico único só se aplica aos servidores efetivos e comissionados da União.
- E)** Incorreta a assertiva, porque aquele regime jurídico único se restringe, especificamente, a servidores ocupantes de cargos efetivos e em parte aos comissionados, não se aplicando a ocupantes de determinados cargos vitalícios, de mandato e outros de membros do poder.

**03** Ressalvadas situações especiais, constituídas à base de ordem jurídica anterior, a regra geral vigente, atualmente, é de ser vedada ao servidor público

- A)** perceber proventos de aposentadoria com remuneração de outro cargo efetivo inacumulável.
- B)** perceber proventos de aposentadoria com remuneração de outro cargo comissionado.
- C)** perceber proventos de aposentadoria decorrentes de dois cargos inacumuláveis.
- D)** exercer, remuneradamente, dois cargos comissionados.
- E)** exercer dois cargos efetivos, se um deles não for de médico ou professor.

**04** Conforme previsão expressa contida na Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, a violação da regra legal proibitiva de coagir subordinado, para filiar-se a determinado partido político, sujeita o agente primário à penalidade administrativa disciplinar de

- A)** advertência.
- B)** suspensão de até 30 dias.
- C)** suspensão superior a 30 dias.
- D)** demissão.
- E)** destituição do cargo comissionado.

**05** Aos contratos administrativos, regidos pela Lei nº 8.666/93, para a realização de obras públicas,

- A)** não se aplicam princípios da teoria geral dos contratos.
- B)** não se aplicam disposições do direito privado.
- C)** aplicam-se, supletivamente, preceitos de direito público.
- D)** aplicam-se, supletivamente, preceitos de direito privado.
- E)** não se vinculam os preceitos licitatórios de que decorrem.

**06** De acordo com previsão expressa contida na Lei nº 8.666/93, é cabível inexigibilidade de licitação e não sua dispensa, para a contratação de serviço

- A)** de pequeno valor, até 10% do limite fixado para convite.
- B)** quando não acudirem interessados à licitação anterior que não possa ser repetida.
- C)** de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
- D)** de impressão do Diário Oficial.
- E)** quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.

**07** Em razão da observância do princípio da publicidade, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, os contratos administrativos devem ser publicados

- A)** integralmente, no órgão da imprensa oficial.
- B)** integralmente, no Boletim Interno do órgão respectivo.
- C)** resumidamente, na imprensa oficial e em jornal de circulação local.
- D)** resumidamente, no órgão da imprensa oficial.
- E)** resumidamente, na imprensa oficial e, integralmente, no Boletim Interno do órgão respectivo.

**08** Entre os fenômenos, cuja ocorrência assegura a observância do princípio legal da segurança jurídica, destaca-se a preclusão, em razão da qual, com relação a determinado questionamento, diz-se que

- A)** fica exaurida a instância administrativa.
- B)** fica inviabilizado o controle jurisdicional.
- C)** o ato respectivo ganha presunção de legalidade.
- D)** o ato respectivo passa a ser auto-executável.
- E)** o ato respectivo torna-se irrevogável.

**09** Uma vez instaurado o processo administrativo disciplinar, interrompe-se a prescrição, até a decisão final, pela autoridade competente, o que deve ocorrer no prazo máximo de 140 dias, após o qual

- A)** fica extinta a punibilidade.
- B)** o prazo prescricional começa a correr todo ele por inteiro.
- C)** o prazo prescricional continua a correr, pelo período que lhe faltava, ao ser interrompido.
- D)** o prazo prescricional continua a correr pela metade.
- E)** os autos devem ser arquivados.

**10** De modo geral, conforme previsto em lei, os processos administrativos, de que resultem sanções, poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstanciais relevantes, susceptíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada, a qual poderá ser agravada, se for o caso, conforme o que resultar daquela revisão.

- A)** Correta a assertiva.
- B)** Incorreta a assertiva, porque só cabe revisão do processo a pedido do respectivo interessado.
- C)** Incorreta a assertiva, porque da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.
- D)** Incorreta a assertiva, porque a regra geral é de que os processos não podem ser revistos, em razão de fatos novos.
- E)** Incorreta a assertiva, porque a regra geral é de que os processos não podem ser revistos, em razão de superveniência de circunstâncias, mesmo se forem relevantes e susceptíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada.

## **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa E
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C



### **Direito Administrativo 67**

**01** A alteração unilateral de contrato administrativo pela Administração Pública consubstancia expressão prática da aplicação de que princípio?

- A)** moralidade
- B)** supremacia do interesse público sobre o particular
- C)** hierarquia
- D)** eficiência
- E)** motivação

**02** Descentralização administrativa por colaboração é:

- A)** a transferência por meio de contrato ou ato administrativo unilateral da execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado, conservando o poder público a titularidade do serviço.
- B)** a transferência por meio de contrato ou ato administrativo unilateral da execução e da titularidade de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado.
- C)** a transferência por lei da titularidade e da execução de determinado serviço público para pessoa jurídica de direito público ou privado.
- D)** atribuição de personalidade jurídica própria, de direito público, a uma entidade local, geograficamente delimitada, com capacidade administrativa genérica.
- E)** faculdade legal de celebração de contratos de prestação de serviços relativos a atividades materiais acessórias.

**03** Assinale a alternativa que contém uma afirmação incorreta:

- A)** A noção de interesse público encerra conceito jurídico indeterminado.
- B)** O regime jurídico administrativo é composto por prerrogativas e sujeições.
- C)** O princípio da finalidade, ou da supremacia do interesse público, está presente no momento da elaboração da lei, condicionando a atuação do legislador, bem como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública.
- D)** Em nome do princípio da eficiência, introduzido na Constituição Federal pela Emenda Constitucional n. 19, de 4/6/98, o administrador passou a ter a disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização, relativizando o princípio da legalidade.
- E)** A Administração Pública pode se submeter a regime jurídico de direito privado ou a regime jurídico de direito público.

**04** Assinale a alternativa correta sobre a distinção entre dispensa e inexigibilidade de licitação:

- A)** As hipóteses de inexigibilidade de licitação estão taxativamente fixadas na lei, sendo as situações de dispensa de licitação apenas exemplificativamente discriminadas.
- B)** Na dispensa de licitação existe possibilidade de competição. A licitação deixa de ocorrer por opção discricionária do administrador. Na inexigibilidade a competição é inviável, porque apenas uma pessoa ou um único objeto satisfazem as necessidades da Administração.
- C)** Na inexigibilidade de licitação a competição é perfeitamente possível, sendo opção discricionária do administrador a não realização do certame licitatório. Nas hipóteses de dispensa de licitação é impossível realizar-se o procedimento licitatório.
- D)** Não há distinção. O administrador pode optar livremente por uma ou outra alternativa.
- E)** As hipóteses de dispensa elencadas na lei, pela sua própria natureza, embora evidenciem a possibilidade de competição, obrigam o administrador a, diante da situação fática nelas abstratamente descrita, deixar de realizar o procedimento licitatório. Na inexigibilidade de licitação a inviabilidade de competição faculta ao administrador a não realização do procedimento licitatório.

**05** Assinale a alternativa que contém uma afirmação incorreta.

- A)** Não existe poder de tutela entre a entidade descentralizada e a pessoa jurídica que a instituiu sem expressa previsão legal, na medida em que o poder de controle não pode invadir a liberdade de auto-administração atribuída ao ente descentralizado.
- B)** A tutela não se presume; ela se constitui de uma soma de competências particulares atribuídas explicitamente por lei, que não podem ser acrescidas, nem por analogia.
- C)** Entes descentralizados não estão hierarquicamente subordinados à Administração Direta. Existe apenas uma vinculação para fins de controle.

**D)** O recurso hierárquico é dirigido a autoridade superior àquela que proferiu a decisão atacada, para reexame da questão. Sua interposição pressupõe a existência de vinculação hierárquica.

**E)** Recurso hierárquico impróprio é aquele dirigido a autoridade de órgão diverso daquele que proferiu a decisão atacada. Sua interposição é sempre possível, independente de expressa previsão legal, sendo decorrência do princípio do contraditório e da ampla defesa.

**06** Sobre a função administrativa é correto assinalar:

**A)** Caracteriza-se por prover de maneira imediata e concreta às exigências individuais ou coletivas para a satisfação dos interesses públicos. É imparcial, concreta e subordinada.

**B)** Existe exclusivamente no seio do Poder Executivo, único apto a editar atos administrativos.

**C)** O administrador público, no exercício da função administrativa, só deve atuar quando provocado, na medida em que não dispõe da iniciativa para dar à lei contornos concretos.

**D)** Tem como pressuposto a satisfação do bem comum. Além de ser exercida pelo Poder Executivo, também está presente em atos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, podendo, ainda, materializar-se por meio de atos praticados por terceiros autorizados a agir em nome do Estado, como ocorre com os concessionários e permissionários de serviços públicos.

**E)** Na sua abrangência não se incluem as atividades de fomento.

**07** A alteração do contrato administrativo para restabelecimento da equação econômico-financeira inicialmente pactuada, nos termos traçados pela Lei n. 8.666/93, é hipótese:

**A)** Não admitida. O contrato deve ser executado nos exatos valores constantes da proposta vencedora, admitindo-se apenas o reajuste de valores conforme assinalado no instrumento convocatório da licitação, em face da predominância dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da supremacia do interesse público sobre o particular.

**B)** Não admitida por força da aplicação do princípio pacta sunt servanda.

**C)** Admitida apenas e exclusivamente se a Administração impuser encargos adicionais ao particular contratado, não inicialmente previstos no instrumento convocatório.

**D)** Admitida sempre que o contratado demonstrar que os preços constantes de sua proposta não refletem os valores de mercado na data da prestação, ainda que a causa do descompasso seja anterior à apresentação da proposta.

**E)** Admitida em caráter excepcional, desde que presente álea econômica extraordinária e extracontratual.

**08** A Administração Estadual desapropriou terreno urbano para fins de utilidade pública com intuito de edificar escola. Passados dez anos a escola teve de ser inteiramente demolida para dar lugar, em parte da área, a ampliação da rodovia. A parte remanescente não aproveitada na ampliação, para não ficar ociosa, foi transformada em posto de saúde. Em decorrência, assinale a alternativa correta:

**A)** O particular desapropriado tem direito à retrocessão da área, nos termos do artigo 1.150 do Código Civil, porque a destinação atual do bem é diversa da apontada no decreto expropriatório. Cuida-se de hipótese de desvio de poder.

**B)** Ainda que não se cuide de hipótese de desvio de poder, o antigo proprietário da área terá pleno êxito se pleitear judicialmente a retrocessão porque a Administração não pode alterar a destinação apontada no decreto expropriatório.

**C)** Não há direito à retrocessão. Avaliando discricionariamente a situação fática, no entanto, poderia o administrador público, em vez de implantar o posto de saúde, oferecer essa parte da área ao antigo proprietário para que ele, se assim o desejasse, exercesse o direito de preempção nas condições previstas pelo artigo 1.150 do Código Civil, isto é, podendo readquirir a área pelo mesmo montante expropriado, sem qualquer atualização do valor pago pelo Poder Público.

**D)** Não há direito à retrocessão. A dinâmica da vida social admite que a Administração dê ao bem destino diverso do inicialmente previsto, desde que igualmente atendido o interesse público.

**E)** Na doutrina e na jurisprudência é pacífico o entendimento de que não tem o primitivo proprietário o direito de reaver o próprio imóvel desapropriado, na medida em que a norma do Código Civil foi revogada pelo artigo 35 do Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941. O particular teria direito, apenas, de pleitear perdas e danos.

**09** Ato administrativo complexo é:

**A)** aquele que versa sobre questões de difícil alcance.

**B)** aquele que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é

instrumental em relação a de outro, que edita o ato principal.

**C)** aquele que depende da manifestação de vontade de um órgão colegiado.

**D)** aquele que depende da manifestação de vontade de um ou mais órgãos colegiados.

**E)** aquele que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.

**10** Ato administrativo inexistente é:

**A)** ato administrativo que não foi praticado.

**B)** ato administrativo que não chega a entrar no mundo jurídico por falta de um elemento essencial e que, em consequência, não é passível de convalidação.

**C)** ato administrativo que embora padeça de graves vícios na sua formação é passível de ser objeto de convalidação.

**D)** ato praticado com defeito de forma.

**E)** ato praticado com defeito de competência, podendo ser ratificado pela autoridade superior.

## RESPOSTAS

Questão 1 alternativa B

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa E

Questão 6 alternativa D

Questão 7 alternativa E

Questão 8 alternativa D

Questão 9 alternativa E

Questão 10 alternativa B

## Direito Administrativo 68

**01** Suponha um contrato de concessão de um serviço público, sujeito ao regime geral da Lei nº 8.987/95, tendo como poder concedente um Estado e como concessionária uma empresa privada. Caso, para a execução desse contrato, seja necessário que se realize uma desapropriação, quem tem competência para expedir a declaração expropriatória é

**A)** a concessionária ou o Estado, conforme previsto no contrato, tendo o Estado competência exclusiva para promover a desapropriação.

**B)** o Estado, exclusivamente, o qual também tem competência exclusiva para promover a desapropriação.

**C)** o Estado, exclusivamente, tendo a concessionária competência para promover a desapropriação, desde que previsto no contrato.

**D)** a concessionária ou o Estado, conforme previsto no contrato, devendo o contrato definir quem terá competência para promover a desapropriação.

**E)** a concessionária, exclusivamente, a qual também tem competência exclusiva para promover a desapropriação.

**02** Uma autarquia federal, qualificada como agência executiva, passa a ter como um ponto diferencial de seu regime jurídico

**A)** ter reduzida sua autonomia de gestão, passando a vincular-se hierarquicamente ao Ministério supervisor.

**B)** possuir personalidade jurídica de direito privado.

**C)** não se submeter à fiscalização financeira e orçamentária do Tribunal de Contas da União, mas apenas a fiscalização direta do Congresso Nacional.

**D)** poder contratar compras, obras e serviços, com dispensa de licitação, em valores que representem até o dobro do limite de dispensa previsto na Lei nº 8.666/93.

**E)** estar dispensada da celebração de contrato de gestão com o respectivo ministério supervisor.

**03** Uma sociedade de economia mista, que explore atividade econômica,

**A)** não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.

**B)** não está sujeita à falência.

**C)** submete-se ao mesmo regime jurídico trabalhista das pessoas jurídicas de direito público.

- D)** pode ser instituída por decisão do poder Executivo, independentemente de lei.
- E)** submete-se ao mesmo regime jurídico tributário das empresas privadas.

**04** De acordo com a Constituição Federal, configura hipótese de atuação do poder normativo do Poder Executivo, por decreto, independentemente de lei, a

- A)** criação de Ministérios.
- B)** extinção de cargos públicos vagos.
- C)** criação de cargos públicos.
- D)** fixação dos efetivos das Forças Armadas.
- E)** definição da organização administrativa dos Territórios.

**05** Para a contratação de remanescente de uma obra, em consequência de rescisão contratual, a Administração

- A)** estará em face hipótese de dispensa de licitação, estando livre para escolher a empresa a ser contratada, desde que apresente a razão da escolha e justificativa do preço.
- B)** terá de realizar nova licitação, na modalidade correspondente ao valor da obra integral.
- C)** terá de realizar nova licitação, na modalidade correspondente ao valor do remanescente da obra.
- D)** estará em face de hipótese de dispensa de licitação, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
- E)** estará em face de hipótese de inexigibilidade de licitação, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

**06** a Lei nº 4.717/65 classifica os vícios dos atos administrativos conforme as alternativas abaixo. A falta de motivação de um ato que devesse ser motivado é corretamente enquadrada na hipótese de

- A)** desvio de finalidade.
- B)** incompetência.
- C)** inexistência dos motivos.
- D)** ilegalidade do objeto.
- E)** vício de forma.

**07** Nos termos da Lei nº 8.666/93, a rescisão unilateral de um contrato administrativo, por parte do particular contratado,

- A)** não é possível.
- B)** é possível ante qualquer descumprimento contratual imputável à Administração contratante.
- C)** é possível em hipóteses excepcionais, tais como a suspensão injustificada da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias.
- D)** é possível em hipóteses excepcionais, tais como o atraso injustificado dos pagamentos devidos pela Administração, por prazo superior a 90 dias.
- E)** é possível em hipóteses excepcionais, tais como a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do contrato.

**08** Em uma concorrência regida pela Lei nº 8.666/93, já ultrapassa a fase de habilitação e abertos os envelopes de proposta dos licitantes, vem ao conhecimento da comissão de licitação um fato superveniente, que levaria à inabilitação de um dos licitantes. Nessa situação,

- A)** a Administração deve anular o processo de licitação.
- B)** o licitante em questão pode ser desclassificado com base em tal fato, sem prejuízo para a validade do processo.
- C)** o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, devendo a Administração valer-se da tutela jurisdicional para eliminá-lo do certame.
- D)** o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, nem mesmo judicialmente, tendo operado a preclusão.
- E)** a Administração deve revogar o processo de licitação.

**09** Nos termos da legislação pertinente, caso o proprietário de uma coisa tombada junto ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional não disponha de recursos para proceder às

obras de conservação e reparação necessárias, levando tal fato ao conhecimento daquele Serviço,

- A)** a obrigação quanto à realização de tais obras recairá sobre o Estado em que se situa a coisa, ao qual será transmitida sua propriedade.
- B)** o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executar as obras às expensas da União, ou deverá ser feita a desapropriação da coisa.
- C)** o proprietário fará jus a indenização, por parte da União, correspondente a 50% do valor das obras a serem executadas.
- D)** a obrigação quanto à realização de tais obras recairá sobre o Município em que se situa a coisa, ao qual será transmitida sua propriedade.
- E)** a coisa será transferida ao patrimônio público federal, independentemente de indenização.

**10** Um servidor público estadual que exerça remuneradamente cargo público de professor e já acumule, remuneradamente, outro cargo público estadual, de caráter científico, havendo compatibilidade de horários,

- A)** não poderá acumular remuneradamente mais nenhum cargo ou emprego, em nenhum nível da federação, seja na Administração direta ou indireta.
- B)** poderá, ainda, acumular remuneradamente um emprego de médico em uma autarquia municipal.
- C)** poderá, ainda, acumular remuneradamente um cargo de professor na Administração direta federal.
- D)** poderá, ainda, acumular remuneradamente um emprego de médico em uma fundação pública do mesmo Estado.
- E)** poderá, ainda, acumular remuneradamente um cargo de professor na Administração direta do mesmo Estado.

#### **RESPOSTAS**

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa E
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa A

#### **QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

1 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/99) Na vigência da Lei nº 8.666/93, um prefeito municipal contratou diretamente, sem licitação, empresa de consultoria de propriedade de correligionário político para a prestação de serviços técnicos de assessoramento econômico-financeiro. Entendeu o prefeito que o caso se enquadrava na hipótese de inexigibilidade de licitação, uma vez que, a seu ver, os técnicos da empresa eram profissionais de notória especialização. Quinze dias antes do término de seu mandato, sabedor da eleição do novo chefe do Poder Executivo municipal, firmou termo aditivo entre a prefeitura e a empresa, prorrogando por mais um ano o contrato. No último dia de seu mandato, porém, alegando que o novo prefeito, por ser seu inimigo político e desafeto do proprietário da empresa contratada, não iria dar seqüência ao contrato, rescindiu unilateralmente a avença e indenizou integralmente o contratado pelo valor correspondente a todas as remunerações que ainda seriam pagas pelo município.

Com base na situação hipotética descrita acima e na teoria dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- (1) A rescisão unilateral do contrato e o conseqüente pagamento da indenização constituíram hipótese de desvio de poder, porque a rescisão do vínculo contratual e a indenização plena do contratado não se coadunam com a prorrogação do ajuste acordada quinze dias antes, sem que nenhum fato novo tivesse ocorrido. Dessa forma, o prefeito usou sua competência animado pelo favoritismo e alheio ao interesse público.
- (2) O desvio de poder ou desvio de finalidade ocorre quando o agente pratica o ato visando a fim

diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

(3) A contratação de empresa de consultoria com base nas hipóteses de inexigibilidade de licitação não precisa ser necessariamente justificada, sendo suficiente que o prefeito tenha providenciado a indispensável publicação na imprensa oficial do ato que declarou inexigível o certame licitatório.

(4) A prorrogação do contrato entre a prefeitura e a empresa de consultoria não necessita de justificativa por escrito, uma vez que, na hipótese, por tratar-se de contrato para prestação de serviços a serem executados de forma contínua, o prazo de vigência contratual é indeterminado.

(5) Se não for comprovada a participação da contratada no cometimento do ilícito de desvio de poder, estará o prefeito sucessor obrigado a anular o contrato e a ratificar a indenização paga à empresa de consultoria, tendo em vista que, segundo expressão literal contida na Lei nº 8.666/93, a responsabilidade contratual do Estado abrangerá tanto os danos emergentes quanto os lucros cessantes.

2 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/99) Considere que um servidor público civil da União falte ao serviço intencionalmente por 31 dias seguidos. Em face dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

(1) Deverá ser instaurado processo administrativo sumário visando à apuração do ilícito, sendo possível a aplicação da pena de demissão.

(2) Deverá o servidor ser removido de ofício para outra localidade, antes da instauração de sindicância administrativa.

(3) Comprovado o ilícito administrativo por meio de processo administrativo disciplinar, deverão ser descontados os dias de falta do servidor, que poderá ainda ser apenado com a sanção de advertência.

(4) Simultaneamente à instauração do procedimento administrativo sumário visando à apuração do abandono do cargo, deverá a administração pública indicar a materialidade da transgressão que, na hipótese, dar-se-á pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço público superior a trinta dias.

(5) Caso o servidor venha a ser demitido em função do ocorrido, ele jamais poderá retornar ao serviço público.

3 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/99) Em relação ao regime jurídico aplicável a órgãos e entidade da administração pública direta e indireta julgue os itens abaixo.

(1) É entendimento assente na doutrina e na jurisprudência que os empregados de sociedades de economia mista não precisam prestar concurso público de provas ou de provas e títulos para ingressar em empresas estatais porque estas se submetem a regime jurídico próprio das empresas privadas.

(2) Os salários de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista que não recebam recursos orçamentários dos entes federados para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral não se submetem ao teto de remuneração constitucional fixado pela EC nº 20/98.

(3) A EC nº 20/98 prevê a impossibilidade de acumulação de proventos de aposentadoria de servidor público civil ou militar com remuneração decorrente da ocupação de cargo, emprego ou função pública, ressalvadas as hipóteses de cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, devendo todos os que estiverem em desacordo com essa regra optar pelos proventos de aposentadoria ou pela remuneração do cargo.

(4) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira das entidades da administração indireta poderá ser ampliada mediante contrato de gestão, a ser fixado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para a entidade, sendo descabido falar em contrato de gestão assinado por órgãos públicos, uma vez que estes últimos não têm personalidade jurídica.

(5) A administração pública brasileira, tomada em acepção subjetiva, de acordo com a letra do Decreto-lei nº 200/67, não engloba os serviços sociais autônomos.

4 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/99) Uma empresa apresentou documento fiscal falsificado na fase de habilitação de uma licitação, fato que não foi percebido pela administração. Terminada a fase de classificação e julgamento, veio ao conhecimento da comissão de licitação informação relativa à falsidade do documento.

Com relação ao caso hipotético apresentado, julgue os itens que se seguem.

- (1) A modalidade licitatória do caso não pode ser uma concorrência.
- (2) A administração não pode agir de ofício na hipótese, devendo esperar a impugnação do documento pelos outros licitantes.
- (3) A administração só poderá desclassificar a proposta do licitante se, a partir dos dados fiscais falsos, ficar comprovado que os preços oferecidos pelo licitante são inexequíveis.
- (4) Em nenhuma hipótese, o licitante poderia desistir da proposta após vencida a fase de habilitação.
- (5) Se ainda persistirem dúvidas quanto à falsidade do documento fiscal apresentado pela licitante, tanto a comissão de licitação quanto a autoridade responsável por sua homologação poderão promover diligências destinadas a esclarecer a questão.

5 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/99) Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue os itens a seguir.

- (1) Nas hipóteses de provimento de cargo público federal por readaptação ou reversão, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá as atividades como excedente, até a ocorrência de vaga.
- (2) O servidor reintegrado exercerá as atividades como excedente, na hipótese de encontrar-se provido o cargo.
- (3) A redistribuição é forma de provimento de cargo público, utilizada na hipótese de extinção de órgãos.
- (4) Caso haja previsão legal, os cargos públicos federais poderão ser providos e extintos pelo Presidente da República.
- (5) Em regra, o início de exercício de função de confiança dá-se no mesmo dia em que é publicado o ato de designação.

6 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/99) Considere, por hipótese, que uma autarquia federal realize concorrência para a contratação de empresa para prestação de serviços de segurança e vigilância no prédio da instituição e que, no decorrer do procedimento licitatório, ocorra a desclassificação de todas as propostas dos licitantes, uma vez que consignam preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional.

Em face dessa situação, julgue os itens que se seguem.

- (1) O edital não pode ter estabelecido o preço máximo que a administração se dispunha a pagar pelo serviço, sendo possível, tão-só, consoante expressamente previsto pela Lei nº 8.666/93, a fixação de preços mínimos e critérios estatísticos.
- (2) O princípio da continuidade do serviço público e o da indisponibilidade dos interesses e bens públicos pelos administradores públicos impõem que a contratação pudesse ser feita por tomada de preço ou convite.
- (3) O administrador poderá convocar os licitantes para que, em oito dias úteis, apresentem novas propostas com preços compatíveis com os do mercado. Persistindo a situação, poderá contratar diretamente, com dispensa de licitação.
- (4) A autarquia estará legitimada para contratar diretamente uma empresa de vigilância, tendo em vista a inexigibilidade de licitação decorrente da inviabilidade de competição.
- (5) Tendo em vista o ocorrido, o presidente da autarquia deve buscar a autorização do ministro de Estado a quem deva obediência hierárquica para a contratação direta do serviço de vigilância.

7 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/99) A respeito da teoria dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- (1) Os atos administrativos são dotados de presunção de legitimidade e veracidade, o que significa que há presunção relativa de que foram emitidos com observância da lei e de que os fatos alegados pela administração são verdadeiros.
- (2) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- (3) Os atos administrativos só são dotados de auto-executoriedade nas hipóteses previstas expressamente em lei.
- (4) A presunção de legitimidade dos atos legislativos não impede que o cidadão possa opor-se aos mesmos.
- (5) A motivação de um ato administrativo deve contemplar a exposição dos motivos de fato e de direito, ou seja, a regra de direito habilitante e os fatos em que o agente se estribou para decidir.

8 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/99) Com base na teoria e na legislação que tratam da revogação e da invalidade dos atos administrativos, julgue os itens abaixo.

- (1) Os atos administrativos vinculados podem ser revogados a partir de critério de oportunidade e de conveniência.
- (2) A administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (3) O ato administrativo pode ser invalidado sempre que a matéria de fato ou de direito em que se fundamentar o ato for materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- (4) O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (5) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiro.

9 - (CESPE/FISCAL INSS/98) No âmbito da administração pública, a lei regula determinadas situações de forma tal que não resta para o administrador qualquer margem de liberdade na escolha do conteúdo do ato administrativo a ser praticado. Ao contrário, em outras situações, o administrador goza de certa liberdade na escolha do conteúdo, da conveniência e da oportunidade do ato que poderá ser praticado. Acerca desse importante tema para o direito administrativo - discricionariedade ou vinculação administrativa e possibilidade de invalidação ou revogação do ato administrativo - , julgue os seguintes itens.

- (1) O ato discricionário não escapa do controle efetuado pelo Poder Judiciário.
- (2) A discricionariedade administrativa decorre da ausência de legislação que discipline o ato. Assim, não existindo proibição legal, poderá o administrador praticar o ato discricionário.
- (3) Um ato discricionário deverá se anulado quando praticado por agente incompetente.
- (4) Ao Poder Judiciário somente é dado revogar o ato vinculado.
- (5) O ato revocatório desconstitui o ato revogado com eficácia ex nunc.

10 - (CESPE/FISCAL INSS/98) A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos civis federais, sofreu diversas e profundas alterações com a conversão da Medida Provisória nº 1.573, e suas diversas reedições, na Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997. Acerca dessas alterações, julgue os itens abaixo.

- (1) Apenas os servidores da União e das autarquias federais passam a ser regidos pelo RJU; os empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas serão regidos pelo regime celetista.
- (2) A ascensão e o acesso, que já haviam sido declarados inconstitucionais pelo STF, foram excluídos do RJU.
- (3) Da data da posse, o servidor deverá entrar em exercício no prazo de quinze dias, improrrogáveis.
- (4) O estágio probatório para servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passa a ser de trinta meses.
- (5) Passa a ser admitida a demissão de servidor estável em decorrência de número excessivo de servidores.

11 - (CESPE/FISCAL INSS/98) Em face das regras constantes no RJU dos servidores público civis da União acerca das suas responsabilidades civil, penal e administrativa, julgue os itens seguintes.

- (1) Considere que tenha sido instaurado, contra servidor, processo penal pelo cometimento de crime contra a administração pública e que este foi absolvido pela negativa de autoria. Em face dessa situação, a responsabilidade administrativa do servidor ficará automaticamente afastada.
- (2) Caso o servidor público a quem se imputou o dever de indenizar prejuízo causado ao erário venha a falecer, essa obrigação de reparar o dano poderá ser estendida aos sucessores.
- (3) As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas, a fim de se evitar múltipla punição.
- (4) Condenado criminalmente o servidor por fato que causou prejuízo a terceiro, a vítima do dano deverá demandar a indenização apenas do servidor, restando de pronto afastada a



responsabilidade civil da administração.

(5) A responsabilidade civil do servidor decorrerá apenas de ato doloso, seja este comissivo ou omissivo.

12 - (CESPE/FISCAL INSS/98) Suponha que tenha sido realizada licitação pelo INSS para a construção de cem metros quadrados de calçada para pedestres, conforme especificações constantes no edital. Julgadas as propostas, a licitação foi encaminhada à autoridade competente, que a homologou. Não sendo o objeto da licitação adjudicado, a empresa vencedora apresentou pedido de reconsideração em que alegou ter direito adquirido à celebração do contrato. Tendo sido este pedido aceito, a autoridade competente, antes de assinar o contrato, nele fez incluir cláusula em que impôs ao contratado a obrigação de apresentar garantia sob a modalidade de fiança bancária. Durante a execução do contrato, o INSS, julgando necessário construir dez metros quadrados adicionais de calçadas, fez novamente incluir, unilateralmente, essa alteração no contrato. Em face dessa situação, julgue os itens abaixo.

(1) Foi correta a atitude da comissão de licitação ao encaminhar o processo licitatório à autoridade competente, pois a esta cabe adjudicar o objeto da licitação.

(2) Tendo sido realizada a licitação, o INSS estaria obrigado a celebrar o contrato licitado com a empresa vencedora.

(3) A atitude do INSS de exigir a apresentação de garantia pela empresa contratada é lícita, ainda que esta previsão não constasse no edital.

(4) A empresa contratada está obrigada a aceitar a alteração do contrato relativo ao aumento do objeto do contrato.

(5) Em face da situação descrita, é correto concluir que se trata de contrato de concessão de obra pública.

13 - (CESPE/FISCAL INSS/98) Acerca da obrigatoriedade e das modalidades de licitação, julgue os itens que se seguem.

(1) A tomada de preços é modalidade de licitação em que somente poderão participar oferecendo propostas as pessoas cadastradas no órgão ou entidade licitante antes da publicação do edital.

(2) Ainda que não tenha sido convidada, a empresa previamente cadastrada poderá apresentar proposta na licitação, sob a modalidade convite.

(3) A existência de uma primeira fase de habilitação preliminar é uma das características da concorrência pública.

(4) Em face de situação de emergência ou de calamidade pública, a licitação é dispensável.

(5) Caracteriza situação de inexigibilidade de licitação a existência de fornecedor exclusivo do produto ou serviço.

14 - (CESPE/FISCAL INSS/98) As autarquias caracterizam-se

(1) Pelo desempenho de atividades tipicamente estatais.

(2) Por serem entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público.

(3) Por beneficiarem-se dos mesmos prazos processuais aplicáveis à administração pública centralizada.

(4) Como órgão prestadores de serviços públicos dotados de autonomia administrativa.

(5) Por integrarem a administração pública centralizada.

15 - (CESPE/FISCAL INSS/98) A responsabilidade civil da administração pública, disciplinada pela Constituição Federal em seu art. 37, § 6º, passou por diversas etapas até chegar ao seu estágio atual de evolução. De uma fase inicial em que o Estado não respondia pelos prejuízos causados aos particulares, a responsabilidade civil da administração pública obedece atualmente a regras especiais de direito público. A respeito desse tema julgue os itens a seguir.

(1) Vigora no Brasil, como regra, a teoria do risco integral da responsabilidade civil.

(2) Quando demandado regressivamente, o agente causador do prejuízo responderá de forma objetiva perante a administração pública.

(3) Em face de prejuízos causados a particulares, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos submetem-se às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis aos entes públicos.

(4) Será subjetiva a responsabilidade civil do Estado por acidentes nucleares.

(5) Ainda que se comprove erro judiciário, o Estado não estará obrigado a indenizar o condenado, haja vista a sentença judicial não possuir natureza de ato administrativo.

16 - (CESPE/FISCAL INSS/98) João da Silva ocupava o cargo de procurador autárquico do INSS. Em face das profundas alterações que a Constituição Federal tem sofrido no capítulo concernente à administração pública, João requereu, e foi-lhe deferida, a concessão de aposentadoria proporcional. Insatisfeito com sua nova situação de aposentado, João prestou novo concurso para o cargo de fiscal de contribuições previdenciárias do INSS. Considerando as regras constantes na legislação pertinente e a orientação jurisprudencial firmada pelo STF sobre acumulação de cargos, julgue os seguintes itens.

- (1) A acumulação dos proventos do cargo de procurador com os vencimentos do cargo de fiscal será considerada indevida.
- (2) Qualquer acumulação de cargo, emprego ou função públicos será tida como inconstitucional. Essa impossibilidade total de acumulação de cargos na atividade estende-se à acumulação na inatividade.
- (3) Independentemente da discussão acerca da acumulação dos cargos, João, empossado no novo cargo, terá de cumprir novo estágio probatório, e, caso não o cumpra, será demitido.
- (4) Caso João renunciasse ao provento de aposentadoria, ainda assim seria reputada ilícita a acumulação dos cargos de procurador e fiscal do INSS.
- (5) Caso o servidor tivesse pedido exoneração, e não a sua aposentadoria, do cargo de procurador, no qual já havia adquirido a estabilidade, e fosse empossado no cargo de fiscal, não teria de se submeter a novo estágio probatório.

17 - (CESPE/PROCURADOR/INSS/98) Julgue os itens abaixo, relativos à organização e aos privilégios da administração pública brasileira.

- (1) As sociedades de economia mista somente podem ser criadas por meio de lei específica, apesar de tais entes serem sempre criados sob a forma de pessoa jurídica de direito privado.
- (2) Fica sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório a sentença que julgar procedente o pedido deduzido em ação em que a fundação pública federal figure como ré.
- (3) Uma empresa pública é constituída de capital exclusivamente público, embora esse capital possa pertencer a mais de um ente.
- (4) São processadas e julgadas na justiça federal as ações propostas por servidores contra as empresas públicas federais com as quais mantenham relação jurídica laboral.
- (5) Os bens do INSS são impenhoráveis. Os débitos desse ente público, definidos em sentença judicial, são pagos exclusivamente por meio de precatórios.

18 - (CESPE/PROCURADOR/INSS/98) Julgue os itens a seguir, com relação ao abuso do poder administrativo e à invalidação dos atos administrativos.

- (1) O ordenamento jurídico investe o cidadão de meios para desencadear o controle externo da omissão abusiva de um administrador público. Não há, porém, previsão legal específica que autorize um cidadão a suscitar o controle da omissão pela própria administração.
- (2) Em consonância com as construções doutrinárias acerca do uso e do abuso do poder administrativo, a lei considera que o gestor público age com excesso de poder quando pratica o ato administrativo visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- (3) Para as partes envolvidas, os efeitos da anulação de um ato administrativo retroagem à data da prática do ato ilegal. Apesar da anulação, porém, admite-se a produção de efeitos em relação a terceiros de boa-fé, podendo o ato anulado ensejar, por exemplo, uma eventual reparação de danos.
- (4) A ação popular e o mandado de segurança são instrumentos processuais adequados à eventual invalidação de atos administrativos discricionários.
- (5) A revogação do ato administrativo é ato privativo da administração pública, haja vista decorrer de motivos de conveniência ou oportunidade. Como corolário, é correto afirmar, então, que o Poder Judiciário jamais poderá revogar um ato administrativo.

19 - (CESPE/FISCAL INSS/97) Julgue os itens abaixo quanto aos atos administrativos.

- (1) Caso exista norma jurídica válida, prevendo que o atraso no recolhimento de contribuição previdenciária enseja multa de 5% calculada sobre o valor devido, a aplicação desse dispositivo legal será definida como atividade discricionária.
- (2) Segundo a lei e a doutrina majoritária, motivo, forma, finalidade, competência e objeto integram o ato administrativo.
- (3) No direito brasileiro, atos administrativos válidos podem ser revogados.

(4) Mesmo que ditada pelo interesse público, a revogação de um ato administrativo que afete a relação jurídica mantida entre o Estado e um particular pode gerar o dever de o primeiro indenizar o segundo.

(5) Não cabe ao Judiciário indagar do objeto visado pelo agente público ao praticar determinado ato, se verificar que o administrador atuou nos limites de sua competência.

20 - (CESPE/FISCAL INSS/97) Ainda acerca dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

(1) Em linha de princípio, o agente público carente de competência para a prática de um certo ato pode substituir o agente competente para tanto, desde que ambos pertençam ao mesmo órgão ao qual está afeto o conteúdo do ato a ser praticado.

(2) Em razão do princípio constitucional da legalidade, a administração pública pode, unilateralmente - isto é, sem ouvir o particular -, editar o ato administrativo II para revogar o ato administrativo I, que reconheceu ao administrado o preenchimento das condições para exercer um direito subjetivo, caso constate a ilicitude do ato I.

(3) Ao Judiciário somente é dado anular atos administrativos, não podendo revogá-los.

(4) Um ato administrativo será válido se preencher todos os requisitos jurídicos para a sua prática, nada importando considerações morais a respeito do seu conteúdo.

(5) Sendo o ato administrativo legal, porém inconveniente ou inoportuno, à administração pública é dado anulá-lo.

21 - (CESPE/FISCAL INSS/97) Julgue os itens a seguir, relativos às licitações

(1) Agirá licitante o administrador público que, em atenção ao interesse público de certeza de execução do futuro contrato administrativo, exigir dos licitantes condições de habilitação econômica com certa margem acima do necessário ao cumprimento das obrigações a serem contratadas.

(2) Quando optar pelo regime de concessão ou permissão de serviços públicos, a administração estará, em princípio, obrigada a licitar, em busca de interessados na execução desses serviços.

(3) Tanto nas compras realizadas pela administração como nas vendas de bens públicos, a regra é a licitação.

(4) Nas licitações, o princípio da vinculação ao edital é válido tanto para os concorrentes quanto para a administração.

(5) Nas licitações, é dado questionar administrativa e judicialmente o edital, se nele houver ilicitude, apesar do princípio da vinculação do edital.

22 - (CESPE/FISCAL INSS/97) No que tange às licitações promovidas pelo poder público, julgue os itens seguintes.

(1) O propósito de uma licitação é selecionar as melhores propostas para a administração pública e não somente uma delas: por isso, o resultado da licitação não vincula o administrador, que pode, justificadamente, recusar a proposta mais vantajosa e eleger outra.

(2) Os atos do procedimento da administração são públicos e acessíveis ao público, mantendo-se sigiloso apenas o conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

(3) Embora a formalidade seja característica do ato administrativo, a licitação pode, excepcionalmente, e apenas em algumas etapas, prescindir deste atributo.

(4) Quando há inviabilidade de competição, a licitação é inexigível.

(5) A licitação é procedimento obrigatório para a administração pública direta e indireta, não sendo necessária para a fundacional, em virtude da sua índole privada.

23 - (CESPE/FISCAL INSS/97) Com relação aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

(1) A nacionalidade brasileira, a idade mínima de dezesseis anos e a aptidão física e mental são alguns requisitos básicos para investidura em cargo público.

(2) A feição hierarquizada da administração pública impõe que o servidor cumpra as ordens superiores, mesmo que manifestamente ilegais.

(3) O servidor público pode atuar, em repartições públicas, como procurador ou intermediário de cônjuge, quando se tratar de benefício previdenciário.

(4) O exercício irregular das atribuições do cargo pode acarretar responsabilidade civil e administrativa do servidor público.

(5) A lei impõe expressamente os seguintes deveres ao servidor público: sigilo acerca de assuntos da repartição, conservação do patrimônio público e lealdade à instituição. ( )

24 - (ESAF/AGU/98) A Administração Pública, como tal prevista na Constituição Federal (art. 37) e na legislação pertinente (Decreto-Lei no 200/67, com alterações supervenientes), além dos órgãos estatais e de diversos tipos de entidades abrange, também,

- (a) as concessionárias de serviço público em geral
- (b) as universidades federais que são fundações públicas
- (c) as organizações sindicais
- (d) os chamados serviços sociais autônomos (Senai, Senac etc.)
- (e) os partidos políticos

25 - (ESAF/AGU/98) As autarquias e as empresas públicas, como integrantes da Administração Federal Indireta, equiparam-se entre si pelo fato de que ambas são

- (a) pessoas administrativas, com personalidade jurídica própria
- (b) pessoas administrativas, sem personalidade jurídica própria
- (c) pessoas jurídicas de direito público interno
- (d) pessoas jurídicas de direito privado
- (e) pessoas ou entidades políticas estatais

26 - (ESAF/AGU/98) A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal, constitui mais propriamente o exercício do poder

- (a) de domínio
- (b) de polícia
- (c) disciplinar
- (d) hierárquico
- (e) regulamentar

27 - (ESAF/AGU/98) Um ato administrativo estará caracterizando desvio de poder, por faltar-lhe o elemento relativo à finalidade de interesse público, quando quem o praticou violou o princípio básico da

- (a) economicidade
- (b) eficiência
- (c) impessoalidade
- (d) legalidade
- (e) moralidade

28 - (ESAF/AGU/98) Quando a valoração da conveniência e oportunidade fica ao talante da Administração, para decidir sobre a prática de determinado ato, isto consubstancia na sua essência

- (a) a sua eficácia
- (b) a sua executoriedade
- (c) a sua motivação
- (d) o poder vinculado
- (e) o mérito administrativo

29 - (ESAF/AGU/98) A nomeação de ministro do Superior Tribunal de Justiça, porque a escolha está sujeita a uma lista tripartite e aprovação pelo Senado Federal, contando assim com a participação de órgãos independentes entre si, configura a hipótese específica de um ato administrativo

- (a) complexo
- (b) composto
- (c) bilateral
- (d) discricionário
- (e) multilateral

30 - (ESAF/AGU/98) O ato administrativo, a que falte um dos elementos essenciais de validade,

- (a) é considerado inexistente, independente de qualquer decisão administrativa ou judicial
- (b) goza da presunção de legalidade, até decisão em contrário

- (c) deve por isso ser revogado pela própria Administração
- (d) só pode ser anulado por decisão judicial
- (e) não pode ser anulado pela própria Administração

31 - (ESAF/AGU/98) O que, essencial e fundamentalmente, mais caracteriza um contrato administrativo, diferenciando-o dos demais e subordinando-o às regras específicas de direito público, é

- (a) ter como parte contratante uma entidade da Administração Pública
- (b) ter como parte contratante uma pessoa jurídica de direito público interno e presente o interesse público no seu objeto
- (c) ter o interesse público presente no seu objeto, ainda que uma das partes não seja órgão ou entidade da Administração Pública
- (d) o fato de acarretar despesa à conta de recursos públicos
- (e) o fato de versar seu objeto uma determinada prestação de serviço público

32 - (ESAF/AGU/98) A locação de imóvel, para nele funcionar determinado serviço público, será uma modalidade de contratação que (em que)

- (a) depende de prévia licitação, em qualquer caso
- (b) prescinde de licitação, em qualquer caso
- (c) pode ser dispensada a licitação, nos casos previstos na lei
- (d) é inexigível a licitação, nos casos previstos na lei
- (e) é discricionariamente dispensável ou inexigível a licitação

33 - O regime jurídico dos contratos administrativos, inclusive no que confere à Administração as prerrogativas de modificá-los, rescindi-los e outras compreendidas nas chamadas cláusulas derogativas ou excepcionais do direito privado,

- (a) não se aplica aos de seguro, em que a União for parte
- (b) não se aplica aos de locação, em que a União for locatária
- (c) não se aplica àqueles em que a União for parte como usuária de serviço público
- (d) aplica-se àqueles em que a União for parte como usuária de serviço público, no que couber
- (e) aplica-se aos de locação, mas somente quando a União for locadora

34 - (ESAF/AGU/98) Existem certos bens públicos que, a depender de determinadas circunstâncias especiais, tanto podem ser da União ou do Estado de sua localização, como é o caso

- (a) das ilhas oceânicas
- (b) dos terrenos de marinha
- (c) das praias marítimas
- (d) do mar territorial
- (e) dos recursos minerais

35 - (ESAF/AGU/98) A Servidão Administrativa equipara-se à desapropriação no sentido de que

- (a) é de execução indelegável
- (b) é passível de retrocessão
- (c) depende necessariamente de prévio ato declaratório
- (d) depende necessariamente de prévia indenização
- (e) intervém na propriedade privada

36 - (ESAF/AGU/98) Se o Tribunal de Contas da União, no exercício da sua função de controle externo da atividade financeira do Estado, verificar alguma ilegalidade, em órgão ou entidade do Poder Executivo, poderá fixar prazo para as providências necessárias ao exato cumprimento da lei mas, se não for atendido, poderá de imediato sustar a execução do respectivo ato,

- (a) mesmo no caso de contrato
- (b) exceto no caso de contrato, cuja sustação compete à Câmara dos Deputados
- (c) exceto no caso de contrato, cuja sustação compete ao Senado Federal
- (d) exceto no caso de contrato, cuja sustação compete ao Congresso Nacional
- (e) exceto no caso de contrato cuja sustação compete ao Presidente da República

37 - (ESAF/AGU/98) A responsabilidade civil do Estado, pelos danos causados por seus agentes a

terceiros, é hoje tida por ser

- (a) subjetiva passível de regresso
- (b) objetiva insusceptível de regresso
- (c) objetiva passível de regresso
- (d) subjetiva insusceptível de regresso
- (e) dependente de culpa do agente

38 - (ESAF/AGU/98) O servidor público federal, subordinado ao Regime Jurídico Único da Lei no 8.112/90, que ainda esteja em estágio probatório, não poderá

- (a) afastar-se para fazer curso de formação necessário a assumir outro cargo
- (b) afastar-se para missão oficial no exterior
- (c) exercer cargo comissionado
- (d) ter licença para atividade política
- (e) ter licença para mandato classista

39 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) A influência do Direito Administrativo francês no Direito Administrativo brasileiro é notável. Entre os institutos oriundos do direito francês abaixo, assinale aquele que não foi introduzido no sistema brasileiro.

- (a) Regime jurídico de natureza legal para os servidores dos entes de direito público.
- (b) Teoria da responsabilidade objetiva do Poder Público.
- (c) Natureza judicante da decisão do contencioso administrativo.
- (d) Cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos.
- (e) Inserção da moralidade como princípio da Administração Pública.

40 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) A Administração Pública, em sentido objetivo, no exercício da função administrativa, engloba as seguintes atividades, exceto:

- (a) polícia administrativa
- (b) serviço público
- (c) elaboração legislativa, com caráter inovador
- (d) fomento a atividades privadas de interesse público
- (e) intervenção no domínio público

41 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Pela teoria do órgão, entende-se que a vontade da pessoa jurídica manifesta-se por meio dos agentes que compõem os órgãos de sua estrutura. Por esta teoria, a vinculação da vontade órgão e agente se dá mediante:

- (a) representação
- (b) usurpação
- (c) mandato
- (d) delegação
- (e) imputação

42 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Com relação à competência administrativa, não é correto afirmar:

- (a) é inderrogável, pela vontade da Administração
- (b) pode ser distribuída por critérios territoriais e hierárquicos
- (c) decorre necessariamente de lei
- (d) pode ser objeto de delegação e/ou avocação, desde que não exclusiva
- (e) pode ser alterada por acordo entre a Administração e os administrados interessados

43 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) São órgãos da Administração Pública, sem personalidade jurídica, exceto:

- (a) Departamento de Polícia Federal
- (b) Estado Maior das Forças Armadas
- (c) Imprensa Nacional
- (d) Escola Nacional de Administração Pública
- (e) Conselho Monetário Nacional

44 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Quanto às fundações instituídas pelo Poder Público, com personalidade jurídica de direito público, pode-se afirmar, exceto:

- (a) o regime jurídico de seu pessoal pode ser o estatutário
- (b) os atos de seus dirigentes não são suscetíveis de controle pelo Ministério Público
- (c) têm as mesmas características das entidades autárquicas
- (d) podem expressar poder de polícia administrativa
- (e) o seu patrimônio é impenhorável

45 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) O decreto, com função normativa, não tem o seguinte atributo:

- (a) novidade
- (b) privativo do Chefe do Poder Executivo
- (c) generalidade
- (d) abstração
- (e) obrigatoriedade

46 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta.

- 1 - ato vinculado
- 2 - ato discricionário
- ( ) aposentadoria compulsória por implemento de idade
- ( ) graduação de penalidade em processo administrativo
- ( ) revogação de processo licitatório
- ( ) exoneração de servidor em estágio probatório
- ( ) concessão de alvará para atividade comercial
- (a) 2/1/1/2/2
- (b) 1/2/2/1/1
- (c) 2/2/2/1/1
- (d) 1/2/1/2/1
- (e) 1/1/2/2/2

47 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Quando a autoridade remove servidor para localidade remota, com o intuito de puni-lo,

- (a) incorre em desvio de poder
- (b) pratica ato disciplinar
- (c) age dentro de suas atribuições
- (d) não está obrigada a instaurar processo administrativo
- (e) utiliza-se do poder hierárquico

48 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Quanto à extinção do ato administrativo, é correto afirmar:

- (a) é factível a convalidação de todo ato administrativo
- (b) os efeitos da revogação retroagem à data inicial de validade do ato revogado
- (c) a caducidade do ato ocorre por razões de ilegalidade
- (d) a anulação pode-se dar por ato administrativo ou judicial
- (e) oportunidade e conveniência justificam a cassação do ato administrativo

49 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Não é característica do contrato administrativo:

- (a) natureza de contrato de adesão
- (b) finalidade pública
- (c) liberdade de forma
- (d) presença de cláusulas exorbitantes
- (e) mutabilidade

50 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) As terras devolutas pertencem

- (a) exclusivamente à União
- (b) exclusivamente aos Estados
- (c) exclusivamente aos Municípios
- (d) à União e aos Estados, conforme sua localização
- (e) à União, aos Estados e aos Municípios, conforme sua localização

51 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Nos contratos administrativos, o cumprimento dos encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas é de responsabilidade

- (a) exclusiva do contratado
- (b) da Administração Pública e do contratado
- (c) da Administração Pública, quando não satisfeito pelo contratado
- (d) do contratado, quando não satisfeito pela Administração Pública
- (e) exclusiva da Administração Pública

52 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) São hipóteses de dispensa de licitação, exceto:

- (a) contratação de serviço técnico de profissional de notória especialização
- (b) casos de calamidade pública
- (c) contratação de remanescente de obra, desde que observadas a ordem de classificação e as condições do licitante vencedor
- (d) locação de imóvel para atender às finalidades da Administração
- (e) contratação de instituição brasileira da área da pesquisa científica, sem fins lucrativos

53 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) A atividade negativa que sempre impõe uma abstenção ao administrado, constituindo-se em obrigação de não fazer, caracteriza o poder

- (a) discricionário
- (b) disciplinar
- (c) normativo
- (d) de polícia
- (e) hierárquico

54 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Os bens dominicais do Estado podem ser alienados mediante os seguintes institutos, exceto:

- (a) retrocessão
- (b) usucapião
- (c) dação em pagamento
- (d) permuta
- (e) doação

55 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Relativamente ao processo de desapropriação,

- (a) a contestação pode suscitar questões referentes ao domínio
- (b) os ônus reais podem ser objeto de discussão
- (c) o pagamento da indenização a terceiro é motivo de nulidade
- (d) prevalece a avaliação administrativa
- (e) na contestação só podem ser discutidos o preço e vícios processuais

56 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) São pressupostos do mandado de segurança, exceto:

- (a) lesão ou ameaça de lesão
- (b) dano ao patrimônio público
- (c) ilegalidade ou abuso de poder
- (d) ato de autoridade
- (e) direito líquido e certo não amparado por habeas-corpus ou habeas-data

57 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) Quanto ao instituto da disponibilidade não é correto afirmar:

- (a) só se aplica ao servidor estável
- (b) o aproveitamento do servidor em disponibilidade pode-se dar em qualquer outro cargo público
- (c) a remuneração do servidor em disponibilidade é proporcional ao tempo de serviço
- (d) o tempo de disponibilidade não é computado para fins de aposentadoria
- (e) a desnecessidade do cargo pode ser revertida, com a volta à atividade do servidor em disponibilidade

58 - (ESAF/ASSISTENTE JURÍDICO/AGU/99) No âmbito do processo administrativo, o princípio que autoriza a instituição do processo por iniciativa da Administração, sem necessidade de



provocação, denomina-se princípio

- (a) da gratuidade
- (b) do contraditório
- (c) da oficialidade
- (d) da legalidade
- (e) da observância à forma

59 - (ESAF/AFC/97) A exigência constitucional de provimento por concurso público dos cargos efetivos tem seu fundamento doutrinário básico na princípio da

- (a) publicidade
- (b) finalidade
- (c) legalidade
- (d) razoabilidade
- (e) isonomia

60 - (ESAF/AFC/97) No âmbito do regime jurídico-administrativo é falso afirmar:

- (a) é lícito à Administração constituir os privados em obrigações por meio de ato unilateral
- (b) pela faculdade da autotutela, pode a Administração revogar os seus próprios atos válidos, por manifestação unilateral
- (c) o princípio da indisponibilidade do interesse público é excepcionalizado na esfera das pessoas exclusivamente administrativas
- (d) o princípio da obrigatoriedade do desempenho da atividade pública importa no princípio da continuidade do serviço público
- (e) a exigibilidade do ato administrativo decorre, também, da posição de supremacia da Administração na relação com os particulares

61 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/98) Julgue os itens abaixo, relativos à organização e aos privilégios da administração pública brasileira.

- (1) As sociedades de economia mista somente podem ser criadas por meio de lei específica, apesar de tais entes serem sempre criados sob a forma de pessoa jurídica de direito privado.
- (2) Fica sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório a sentença que julgar procedente o pedido deduzido em ação em que a fundação pública federal figure como ré.
- (3) Uma empresa pública é constituída de capital exclusivamente público, embora esse capital possa pertencer a mais de um ente.
- (4) São processadas e julgadas na justiça federal as ações propostas por servidores contra as empresas públicas federais com as quais mantenham relação jurídica laboral.
- (5) Os bens do INSS são impenhoráveis. Os débitos desse ente público, definidos em sentença judicial, são pagos exclusivamente por meio de precatórios.

62 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/98) Julgue os itens a seguir, com relação ao abuso do poder administrativo e à invalidação dos atos administrativos.

- (1) O ordenamento jurídico investe o cidadão de meios para desencadear o controle externo da omissão abusiva de um administrador público. Não há, porém, previsão legal específica que autorize um cidadão a suscitar o controle da omissão pela própria administração.
- (2) Em consonância com as construções doutrinárias acerca do uso e do abuso do poder administrativo, a lei considera que o gestor público age com excesso de poder quando pratica o ato administrativo visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- (3) Para as partes envolvidas, os efeitos da anulação de um ato administrativo retroagem à data da prática do ato ilegal. Apesar da anulação, porém, admite-se a produção de efeitos em relação a terceiros de boa-fé, podendo o ato anulado ensejar, por exemplo, uma eventual reparação de danos.
- (4) A ação popular e o mandado de segurança são instrumentos processuais adequados à eventual invalidação de atos administrativos discricionários.
- (5) A revogação do ato administrativo é ato privativo da administração pública, haja vista decorrer de motivos de conveniência ou oportunidade. Como corolário, é correto afirmar, então, que o Poder Judiciário jamais poderá revogar um ato administrativo.

63 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/98) Julgue os itens seguintes, acerca de

dispensa, inexigibilidade e modalidades de licitação.

(1) Obras, compras e serviços podem ser contratados pela administração pública sob diferentes modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços ou convite. Quando porém, em face do valor estimado da contratação, o objeto licitado for enquadrável em uma dessas modalidades, a administração não poderá realizar a licitação por meio de qualquer uma das outras.

(2) Caso as circunstâncias o justifiquem, o administrador público poderá dispensar a realização de licitação, qualquer que seja o valor da contratação, quando não se apresentarem interessados na licitação anterior.

(3) Se o contratado não concluir a obra licitada, ocasionando a rescisão do contrato, será inexigível a realização de licitação para contratação do remanescente da respectiva obra.

(4) É lícita a combinação de diferentes modalidades de licitação, desde que o objeto licitado seja adequadamente dividido e, conseqüentemente, sejam observados os limites de valor de cada modalidade.

(5) As modalidades de licitação são previstas em lei de forma taxativa, de maneira que o administrador não pode, em hipótese alguma, criar uma nova forma de licitação pública.

64 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/98) Julgue os itens que se seguem, relativos ao procedimento e às fases da licitação.

(1) O licitante decairá do direito de impugnar os termos do edital se não propuser a respectiva ação judicial até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes de habilitação. Consumada a decadência, o licitante só poderá questionar em juízo irregularidades eventualmente havidas em fases posteriores à publicação do edital.

(2) Para a habilitação nas licitações, é lícito exigirem-se dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

(3) A lei admite que a administração desclassifique concorrentes por motivo relacionado à habilitação, mesmo após a abertura das propostas dos licitantes, mas somente em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

(4) A administração pública pode, discricionariamente, deliberar que a escolha da proposta vencedora para a construção de um edifício seja feita pelo critério melhor preço, melhor técnica ou técnica e preço.

(5) A par de implementar os princípios da isonomia e da moralidade administrativa, o instituto da licitação objetiva viabilizar ao gestor alcançar o melhor contrato possível para a administração pública. Assim, em uma concorrência do tipo menor preço, estando definida a habilitação e a qualificação do interessados, à administração é indiferente o fato de a melhor proposta apresentar preços meramente simbólicos. À administração pública não cabe gerir os interesses de particulares.

65 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/98) - Julgue os seguintes itens, acerca do poder de polícia administrativa.

(1) Em decorrência do poder de polícia de que é investida, a administração pública pode condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, independentemente de prévia autorização judicial.

(2) O acatamento do ato de polícia administrativa é obrigatório ao seu destinatário. Para fazer valer o seu ato, a administração pode até mesmo empregar força pública em face da resistência do administrado, sem que, para isso, dependa de qualquer autorização judicial.

(3) As sanções decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa - por exemplo, a interdição de atividade, o fechamento de estabelecimento, a demolição de construção, a destruição de objetos e a proibição de fabricação de determinados produtos- só podem ser aplicadas após regular processo judicial, haja vista a dimensão da restrição de direitos individuais implementada.

(4) A proporcionalidade entre a restrição imposta pela administração e o benefício social que se tem em vista, bem como a correspondência entre a infração cometida e a sanção aplicada, podem ser questionadas em juízo, mas deverão ser esgotadas previamente as vias recursais administrativas, sob pena de o Poder Judiciário proclamar a falta de interesse de agir do administrativo.

(5) Considerando a natureza e os efeitos da atuação da polícia administrativa, os atos administrativos praticados nessa esfera são estritamente vinculados.

66 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/98) - Julgue os itens abaixo, relativos aos direitos e às vantagens atribuídos aos servidores públicos federais.

- (1) O servidor de uma fundação pública federal fará jus a três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no cargo.
- (2) Na hipótese de substituição de servidor investido em cargo de direção, o substituto só fará jus à retribuição pelo exercício do referido cargo por período que exceder a trinta dias de afastamento do titular.
- (3) O servidor investido em cargo efetivo e designado para o desempenho de função de chefia não terá direito à incorporação, na sua remuneração, de qualquer proporção da respectiva gratificação.
- (4) É facultado ao servidor converter um terço do período de férias em abono pecuniário, desde que o requeira com, pelo menos, sessenta dias de antecedência.
- (5) Não é admissível que o servidor ocupante de cargo efetivo de um órgão público seja transferido para cargo do quadro de pessoal de outro órgão, ainda que ambos os órgãos integram a estrutura do mesmo poder.

67 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/98) - Julgue os itens a seguir, acerca da seguridade social do servidor público federal.

- (1) O servidor que contar tempo de serviço para aposentadoria com provento integral será aposentado com a remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado.
- (2) A servidora que adotar uma criança terá direito a licença remunerada, cuja duração (trinta ou noventa dias) variará conforme o adotado tenha mais ou menos de um ano de idade.
- (3) O servidor acidentado no percurso da residência para o trabalho será licenciado para tratamento, sempre com remuneração integral.
- (4) O companheiro de servidora falecida é beneficiário de pensão vitalícia, mas perderá essa qualidade, extinguindo-se o benefício, se vier a contrair núpcias.
- (5) É imprescritível o direito ao benefício de pensão por morte de servidor. Todavia, prescrevem em cinco anos as respectivas prestações.

68 - (CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/98) - Julgue os itens seguintes, a respeito da administração pública.

- (1) É inconstitucional a lei que fixe a idade mínima para o acesso a determinados cargos públicos em patamar superior a dezoito anos.
- (2) À administração pública é vedada a realização de novo concurso público para provimento de cargos se, no prazo de validade do certame anterior, ainda houver candidatos aprovados mas não-nomeados.
- (3) Considerando que as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, tais entes não estão obrigados a contratar obras, compras e serviços mediante licitação pública.
- (4) Os atos de improbidade administrativa podem ensejar, entre outras consequências, a cassação dos direitos políticos do servidor reconhecido como responsável pela prática do ato viciado.
- (5) O ordenamento jurídico não veda que um empregado de uma sociedade de economia mista seja, concomitantemente, empregado de uma sociedade comercial.

69 - (ESAF/AUDITOR FORTALEZA/98) - Aplicam-se às fundações públicas, de natureza autárquica, as seguintes prerrogativas, exceto

- a) impenhorabilidade de seu patrimônio
- b) privilégios de natureza processual, típicos da Fazenda Pública
- c) natureza administrativa de seus contratos
- d) regime jurídico estatutário de seus servidores
- e) autonomia para legislar, inclusive mediante regras com novidade jurídica

70 - (ESAF/AUDITOR FORTALEZA/98) - Em razão do exercício regular do poder de polícia, a Administração pode

- a) desapropriar terras improdutivas
- b) exigir pagamento pela concessão de alvará para funcionamento de casa comercial
- c) cobrar emolumentos pela expedição de certidão

- d) afastar servidor que possa influir na apuração dos fatos no processo administrativo  
e) ordenar a prisão de servidor em flagrante delito de desacato
- 71 - (ESAF/AUDITOR FORTALEZA/98) - A permissão para uso de boxe no mercado municipal classifica-se como ato administrativo
- a) ordinatório
  - b) negocial estável
  - c) negocial precário
  - d) negocial bilateral
  - e) enunciativo
- 72 - (ESAF/AUDITOR FORTALEZA/98) - O ato administrativo pelo qual a Administração extingue o ato válido, por motivos de conveniência e oportunidade, denomina-se
- a) convalidação
  - b) invalidação
  - c) revogação
  - d) anulação
  - e) notificação
- 73 - (ESAF/AUDITOR FORTALEZA/98) - São consideradas cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos, exceto:
- a) possibilidade da retomada do objeto pela Administração
  - b) aplicação unilateral de penalidades ao contratado
  - c) atividade permanente de fiscalização na execução contratual
  - d) rescisão unilateral do contrato pela Administração
  - e) plena aplicabilidade da cláusula *exceptio non adimpleti contractus*
- 74 - (ESAF/AUDITOR FORTALEZA/98) - Os prazos de prescrição para ilícitos praticados por servidor, que cause prejuízos ao erário, devem ser estabelecidos em lei, ressalvadas(dos) as(os)
- a) ações de ressarcimento
  - b) ações penais
  - c) ações civis públicas
  - d) ações populares
  - e) processos disciplinares
- 75 - (ESAF/AUDITOR FORTALEZA/98) - As decisões dos Tribunais de Contas, de que resulte a imputação de débito ou multa,
- a) podem ser executadas coercitivamente pelo próprio Tribunal
  - b) para serem executadas judicialmente, precisam ser inscritas em dívida ativa
  - c) tornam automaticamente indisponíveis os bens do responsável, enquanto não pago o débito
  - d) não estão sujeitas a recurso perante o Tribunal
  - e) têm eficácia de título executivo
- 76 - (ESAF/AUDITOR FORTALEZA/98) - A respeito dos orçamentos, assinale a opção em que se descreve ação não vedada.
- a) A vinculação de receita de impostos a órgão público.
  - b) A concessão de créditos ilimitados.
  - c) A abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa.
  - d) A vinculação de receita de impostos para a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
  - e) A instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- 77 - (ESAF/COMEX/98) - O ato administrativo que não está apto para produzir os seus efeitos jurídicos, porque não completou todas as etapas necessárias para a sua formação, denomina-se
- a) ato pendente
  - b) ato inválido
  - c) ato composto
  - d) ato imperfeito
  - e) ato consumado
- 78 - (ESAF/COMEX/98) - Tratando-se de Administração Pública, assinale a afirmativa falsa.

- a) A autarquia pode exercer poder de polícia administrativa.
  - b) A criação de empresa pública depende de lei autorizativa, mas sua personalidade advém do registro competente.
  - c) O órgão público decorre do fenômeno da descentralização.
  - d) As fundações públicas devem ter por objeto atividades de natureza social ou científica.
- Os bens das autarquias não estão sujeitos a penhora.

79 - (ESAF/COMEX/98) - Quanto à estabilidade no serviço público, é falso afirmar:

- a) a estabilidade decorre, automaticamente, de nomeação em virtude de concurso público e do transcurso de três anos de efetivo exercício
  - b) a perda do cargo do servidor estável por desempenho insuficiente deve ser precedida de ampla defesa e do contraditório
  - c) o servidor estável colocado em disponibilidade perceberá remuneração proporcional ao seu tempo de serviço
  - d) o servidor estável dispensado por excesso de quadro fará jus a indenização
- o instituto da estabilidade tem características diferentes em razão da natureza das atribuições do cargo efetivo

80 - (ESAF/COMEX/98) - São hipóteses de dispensa de licitação, exceto:

- a) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, atendida a ordem de classificação e aceitas as condições do licitante vencedor
  - b) locação de imóvel para a instalação de órgão público
  - c) casos de emergência, diante de situação urgente que ocasione riscos de prejuízos ou à segurança de pessoas, obras ou bens
  - d) contratação de instituição científica brasileira, incumbida estatutariamente de atividades de pesquisa, sem fins lucrativos e com inquestionável reputação ético-profissional
- contratação de serviços técnicos especializados, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização

81 - (ESAF/COMEX/98) - São interesses da comunidade protegidos por meio de ação popular, no controle da Administração Pública, exceto:

- a) patrimônio público
- b) meio ambiente
- c) patrimônio histórico e cultural
- d) direitos do consumidor
- e) moralidade administrativa

82 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) - O contexto de Administração Pública, que a Constituição Federal subordina à observância dos princípios fundamentais de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade (é)

- a) abrange órgãos e entidades dos Três Poderes das áreas federal, estadual, distrital e municipal
- b) abrange só os órgãos públicos da estrutura da União, dos Estados e dos Municípios
- c) restrito ao âmbito federal
- d) restrito aos Poderes Executivos federal, estadual e municipal
- e) restrito ao Poder Executivo Federal

83 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) - Aos servidores públicos federais, subordinados ao Regime Jurídico Único da Lei nº 8.112/90, é expressamente proibido ser

- a) cotista de sociedade comercial
  - b) acionista de sociedade comercial
  - c) filiado a partido político
  - d) empregado de país estrangeiro
- dirigente de entidade sindical

84 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) - O servidor público civil federal, regido pelo Regime Jurídico Único da Lei nº 8.112/90, responde civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular das suas atribuições, sendo certo que

- a) as sanções daí decorrentes são interdependentes e inacumuláveis entre si
- b) no caso de dano causado a terceiros, ele não responde regressivamente

- c) a responsabilidade administrativa fica afastada, se houver absolvição criminal, por negativa do fato
- d) a responsabilidade administrativa não se afasta, mesmo se houver absolvição por negativa de autoria
- e) no caso de dano ao erário, a obrigação de reparar extingue-se com a sua morte e não se transmite a herdeiros

85 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) - O processo administrativo disciplinar, como tal previsto na Lei nº 8.112/90, para o servidor regido pelo Regime Jurídico Único, é

- a) necessário para penalidade de suspensão por 30 dias
- b) necessário para a penalidade de destituição de cargo em comissão
- c) dispensável para a penalidade de suspensão em geral
- d) dispensável para a penalidade de destituição de cargo em comissão
- e) dispensável para a penalidade de cassação da aposentadoria

86 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) - Entre os casos puníveis com a penalidade de demissão do servidor público federal, regido pelo Regime Jurídico Único da Lei nº 8.112/90, não se inclui o de

- a) abandono do cargo
- b) inassiduidade habitual
- c) improbidade administrativa
- d) insubordinação grave em serviço
- e) coagir subordinando a filiar-se a organização sindical ou a partido político

87 - (CESPE/BACEN/97): Considerando os preceitos do texto constitucional vigente e a jurisprudência correspondente do STF, julgue os itens seguintes.

- (1) O princípio da razoabilidade tem assento constitucional na cláusula do devido processo legal, entendida como garantia material.
- (2) Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso público. Todavia, pode a lei, de forma razoável, fixar limite de idade para ingresso em função, empregos e cargos públicos.
- (3) O legítimo exercício do direito de greve no serviço público não depende do advento da lei complementar, pois, na ausência de lei específica, podem ser utilizados analogicamente os princípios jurídicos da legislação que rege a greve de não-servidores.
- (4) A responsabilidade civil do Estado, responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, admite pesquisa em torno da culpa do particular, para o fim de abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade estatal.
- (5) Embora o BACEN se já um autarquia de direito público, desempenhando parcela do poder de polícia da União no setor financeiro, não é inconstitucional a regra da Lei n.º 8.112/90, que excluiu os servidores do BACEN do regime jurídico único implantado no aludido diploma legal.

88 - (CESPE/BACEN/97) - Em relação aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

- (1) A auto-executoriedade é o atributo pelo qual os atos administrativos impõem-se a terceiros, independentemente de sua concordância.
- (2) A revogação do ato administrativo pode ser realizada, excepcionalmente, pelo Estado-Juiz, tendo em vista o acolhimento, no ordenamento jurídico pátrio, da teoria dos motivos determinantes.
- (3) Considerando a classificação dos atos administrativos, quanto ao aspecto de sua formação, em simples, complexo ou compostos, segundo o Prof. Hely Lopes Meirelles, é correto afirmar que a nomeação do Presidente do BACEN caracteriza um exemplo de ato complexo.
- (4) A decretação de nulidade do ato administrativo produz efeitos ex tunc.
- (5) Os atos da gestão são os praticados pela administração com todas as prerrogativas e privilégios de autoridade e impostos unilateral e coercitivamente ao particular, independentemente de autorização judicial, sendo regido por um direito especial, exorbitante do direito comum.

89 - (CESPE/BACEN/97) - Julgue os itens seguintes, acerca dos poderes da administração.

- (1) O poder disciplinar abrange as sanções impostas a particulares, tais como : multa, interdição de atividade, fechamento de estabelecimento e destruição de objetos.
- (2) São atributos do poder de polícia : a discricionariedade, a auto-executoriedade e a

coercibilidade.

(3) Para a validade da pena, a motivação da punição disciplinar é sempre imprescindível.

(4) Prevalece na doutrina nacional o entendimento de que, após o texto constitucional vigente, não há mais que se falar na possibilidade de expedição de decretos autônomos, pois o poder regulamentar supõe a existência de uma lei a ser regulamentada.

(5) Do exercício do poder hierárquico decorrem as faculdades de fiscalizar, rever, delegar, dar ordens e avocar. São características da fiscalização hierárquica: a permanência e a automaticidade.

90 - (CESPE/BACEN/97) - Julgue os itens seguintes, a respeito do controle jurisdicional dos atos administrativos.

(1) Além dos controles administrativos e legislativo, a administração pública sujeita-se ao controle jurisdicional, que consiste no exame da legalidade dos atos e das atividades administrativas dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário por órgão dotado do poder de solucionar, em caráter definitivo, os conflitos de direitos que lhe são submetidos. Tal controle é, portanto, externo, provocado e direito.

(2) A doutrina costuma distinguir, em síntese, três sistemas de controle jurisdicional: o sistema de administração-juiz, o sistema de jurisdição única e o sistema de jurisdição dual. Todavia, nos tempos atuais, somente vigoram os dois últimos. O sistema de jurisdição única teve sua origem na Inglaterra e foi adotado pelo ordenamento jurídico pátrio. O sistema de jurisdição dual, também chamado de sistema de contencioso administrativo, nasceu na França e é hoje acolhido na Itália, na Alemanha e no Uruguai, entre outros países.

(3) Considere-se que certo cidadão ajuizou ação popular contra o BACEN, seus dirigentes e a instituição bancária Y, sob o argumento de que determinada medida administrativa praticada beneficiou a aludida pessoa jurídica de direito privado, de forma ilegal e lesiva ao patrimônio público, e que, após as devidas citações, o autor popular abandonou o feito; além disso, publicado os editais necessário, nenhum outro cidadão manifestou interesse no prosseguimento da ação. Diante de tais circunstâncias, o Ministério Público Federal não poderá promover o prosseguimento da demanda, pois a ação popular é instrumento de controle jurisdicional privativo do cidadão.

(4) O ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público Federal pressupõe, necessariamente, a instauração e a conclusão do respectivo inquérito civil.

(5) O mandato de injunção é ação civil constitucional de natureza mandamento, impetrável apenas por cidadãos que tiverem inviabilizado o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania, e à cidadania, por falta de norma reguladora de sua fruição.

91 - (CESPE/BACEN/97) - Na organização administrativa brasileira,

(1) O Estatuto da Reforma Administrativa classificou a administração federal em direta e indireta, constituindo-se a primeira dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República, dos ministérios e das autarquias. A administração indireta é a constituída pelos serviços atribuídos a pessoas jurídicas diversas da União, com personalidade de direito privado (empresas públicas e sociedades de economia mista), vinculadas a um ministério, mas administrativa e financeiramente autônomas.

(2) Os empregados da Caixa Econômica Federal admitidos antes de 4/10/83, sem concurso público, devem usufruir da estabilidade contida no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CF/88), por contarem, em 5/10/88 com mais de cinco anos de serviço público.

(3) Os municípios são entidades estaduais integrantes da Federação brasileira. Dessa posição singular é que resulta a sua autonomia político-administrativa, assegurada na Constituição da República, para todos os assuntos de seu interesse local.

(4) O patrimônio, a renda e os serviços das autarquias estão sempre protegidos pela imunidade tributária, prevista no texto constitucional vigente. As sociedades de economia mista e as empresas sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

(5) As empresas públicas podem adotar qualquer forma societária, entre as admitidas em direito, enquanto as sociedades de economia mista terão, obrigatoriamente, a forma de sociedade anônima.

92 - (CESPE/BACEN/97) - Considerando os dispositivos da Lei de Licitações (Lei N.º 8.666/93)

em suas alterações, julgue os itens a seguir.

- (1) Em uma licitação de menor preço, é possível ao BACEN, após ultrapassar a fase de habilitação, adjudicar o objeto da licitação à empresa classificada em segundo lugar, sob o argumento de desclassificação superveniente do licitante que ofereceu o menor preço, por motivo relacionado com a respectiva qualificação econômico-financeira.
- (2) Se, em uma licitação realizada pelo BACEN, a empresa X é desclassificada na fase de habilitação, por motivo relacionado com a respectiva classificação técnica, o recurso administrativo interposto tem efeito suspensivo e pode ser impugnado pelos demais licitantes.
- (3) Ocorrendo o que a doutrina chama de licitação deserta e persistindo o interesse da sua administração em contratar, o BACEN, obrigatoriamente, devesse promover nova licitação, corrigindo os defeitos do primeiro procedimento.
- (4) É inexigível a licitação para compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cuja necessidade de instalação e localização condicione a sua escolha. O preço, entretanto, devesse compatível com valor do mercado, segundo avaliação previa a ser feita.
- (5) Para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, é dispensável a licitação, desde que o mesmo seja artista já consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

93 - (CESPE/BACEN/97) - Tendo em vista os preceitos constitucionais e legais vigentes e a jurisprudência correspondente dos tribunais superiores, julgue os itens abaixo:

- (1) Ao apreciar o requerimento de um servidor que solicite sua aposentadoria voluntária por Ter completado trinta e cinco anos de serviço, a administração do BACEN, pratica um ato vinculado.
- (2) Se o BACEN exonera um servidor comissionado, alegando como motivo da dispensa, no ato respectivo, que o mesmo praticou ilícito administrativo grave, pode o poder judiciário examinar, se provocado, o referido ato. Caso, entretanto, o Estado-Juiz considerado inexistente o motivo alegado e proclame a nulidade do ato impugnado, os efeitos da decisão judicial correspondente serão limitados à retificação de dados na ficha funcional do aludido servidor, considerado o caráter discricionário do provimento dos cargos em comissão.
- (3) Se determinado procedimento licitatório aberto pelo BACEN em 1996 ultrapassou o respectivo exercício financeiro e, no orçamento para o ano seguinte, não há reserva de verba para enfrentar a aquisição do bem objetivo da concorrência, a inexistência de previsão orçamentária é mais que um motivo justo para se revogar a licitação.
- (4) Se o BACEN adquirir um prédio para que nele funcione a Delegacia Regional de Belém-PA, tem-se, na hipótese, um bem público de uso especial, também chamado de bem patrimonial indisponível.
- (5) O ato judicial típico (sentença), dada a sua jurisdicional, nunca enseja responsabilização civil da Fazenda Pública.

94 - (CESPE/BACEN/97) - Julgue os itens que se seguem:

- (1) É impossível, juridicamente, a restauração do ato administrativo revogado.
- (2) O servidor público aposentado pode sofrer sanções administrativas.
- (3) Se determinado servidor do BACEN praticou ilícito administrativo que, em tese, seja punível com a pena de advertência a referida autarquia pode aplicar, na hipótese, o princípio da verdade sabida.
- (4) Na aplicação das penas contra servidores públicos, a jurisdição criminal e a instância administrativa são, em regra, independentes.
- (5) Segundo o entendimento do STJ, no processo administrativo disciplinar deve prevalecer o princípio do informalismo.

95 - (ESAF/PFN/98) - Sobre os conceitos de Administração Pública, é correto afirmar:

- a) em seu sentido material, a Administração Pública manifesta-se exclusivamente no Poder Executivo
- b) o conjunto de órgãos e entidades integrantes da Administração é compreendido no conceito funcional de Administração Pública
- c) Administração Pública, em seu sentido objetivo, não se manifesta no Poder Legislativo
- d) no sentido orgânico, Administração Pública confunde-se com a atividade administrativa
- e) a Administração Pública, materialmente, expressa uma das funções tripartites do Estado

96 - (ESAF/PFN/98) - É considerada lei, exclusivamente no sentido formal:



- a) medida provisória sobre organização administrativa
- b) decreto municipal regulamentando a cobrança de ISS
- c) lei estadual que concede título de cidadania honorária
- d) lei federal sobre execuções penais
- e) sentença normativa da Justiça do Trabalho julgando dissídio coletivo e concedendo reajustes salariais

97 - (ESAF/PFN/98) - O órgão administrativo tem as seguintes características, exceto:

- a) competência
- b) personalidade jurídica
- c) estrutura
- d) quadro de servidores
- e) poderes funcionais

98 - (ESAF/PFN/98) - Não é atribuição da Administração Pública decorrente do poder hierárquico:

- a) editar atos regulamentares
- b) aplicar sanções disciplinares
- c) avocar e/ou delegar atribuições
- d) controlar as atividades dos órgãos subordinados
- e) anular atos ilegais praticados por órgãos inferiores

99 - (ESAF/PFN/98) - Quanto às empresas estatais é incorreto afirmar:

- a) o regime de pessoal da empresa pública é o da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT
- b) a sociedade de economia mista não pode usufruir privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado
- c) o patrimônio da empresa pública e o da sociedade de economia mista têm a mesma natureza jurídica
- d) a empresa pública pode adotar qualquer forma jurídica admitida em Direito
- e) a composição do capital é a única diferença entre empresa pública e sociedade de economia mista

100 - (ESAF/PFN/98) - O último ato do procedimento licitatório, pelo qual se atribui ao vencedor o objeto licitado, denomina-se

- a) homologação
- b) julgamento
- c) habilitação
- d) adjudicação
- e) contratação

101 - (ESAF/PFN/98) - Não é considerada cláusula exorbitante, típica do contrato administrativo:

- a) plena adoção da cláusula da exceção do contrato não cumprido
- b) aplicação de penalidades sem a necessidade de se acionar o Judiciário
- c) alteração unilateral do contrato pelo Poder Público
- d) retomada do objeto por ato da Administração
- e) anulação do contrato, por ilegalidade, pela própria Administração

102 - (ESAF/PFN/98) - O Município de Alfa decidiu-se por delegar a particulares a execução do serviço público de coleta de lixo urbano. Para tanto, são necessários alguns atos e procedimentos. Identifique, na relação a seguir, a opção que indica os passos corretos para a delegação, em sua ordem cronológica (da esquerda para a direita).

- a) edital de licitação / regulamento do serviço / lei autorizativa / contrato de concessão
- b) regulamento do serviço / edital de licitação / termo de permissão / lei autorizativa
- c) lei autorizativa / regulamento do serviço / edital de licitação / contrato de concessão
- d) edital de licitação / contrato de concessão / lei autorizativa / regulamento do serviço
- e) regulamento do serviço / edital de licitação / lei autorizativa / termo de permissão

103 - (ESAF/PFN/98) - O processo pelo qual um bem público de uso comum passa a classificar-se como bem dominical denomina-se:

- a) alienação

- b) desapropriação
- c) retrocessão
- d) tombamento
- e) desafetação

104 - (ESAF/PFN/98) - A passagem de fios elétricos de alta tensão sobre propriedade particular caracteriza caso de:

- a) desapropriação
- b) servidão administrativa
- c) servidão civil
- d) limitação administrativa
- e) ocupação administrativa

105 - (ESAF/PFN/98) - Assinale a hipótese de desapropriação por interesse social.

- a) Para construção de equipamentos urbanos.
- b) Para ampliação de distritos industriais.
- c) Para fins de reforma agrária.
- d) Para incorporação de bem artístico ao acervo público.
- e) Para construção de unidade escolar.

106 - (ESAF/PFN/98) - No exercício do controle financeiro externo, incumbe ao Tribunal de Contas da União verificar se a despesa realizada ocorreu de modo a atender a uma adequada relação custo-benefício, entre o seu valor e o respectivo resultado para a população.

Este controle denomina-se:

- a) fidelidade funcional
- b) cumprimento de metas
- c) legitimidade
- d) economicidade
- e) legalidade

107 - (ESAF/PFN/98) - São direitos trabalhistas estendidos aos servidores públicos, exceto:

- a) repouso semanal remunerado
- b) férias anuais remuneradas, com acréscimo de 1/3
- c) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal
- d) fundo de garantia por tempo de serviço
- e) licença à gestante

108 - (CESPE/AFCE/TCU/95) - A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, modificada pela Lei nº 8.833, de 08 de junho de 1994, regulamentou o art. 37, inciso XXI, da Constituição, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir.

- (1) As organizações industriais da Administração Federal direta, em face de suas peculiaridades, poderão criar modalidades de licitação ou combinar as já previstas na legislação vigente.
- (2) O leilão é uma modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados, que pode ser utilizada para a alienação de bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição tenha decorrido de procedimentos judiciais.
- (3) O concurso é a modalidade adequada de licitação para um Tribunal de Contas que pretender premiar as melhores monografias sobre o controle externo.
- (4) A utilização de convite exclui a participação de quaisquer interessados não-cadastrados, que poderão, entretanto, manifestar seu interesse após a afixação do instrumento convocatório pela unidade administrativa.
- (5) Quando couber convite ou tomada de preços, a Administração poderá valer-se da concorrência, e, no caso de convite, também da tomada de preços.

109 - (CESPE/AFCE/TCU/95) - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Há situações, todavia, em que a legislação considera a licitação dispensável e inexigível. Em relação a estas situações, julgue os itens a seguir.

- (1) Quando as propostas consignarem preços incompatíveis com os fixados por órgão oficial, a

Administração poderá proceder à adjudicação direta dos bens ou serviços ao licitante que tiver apresentado a proposta de menor preço.

(2) Se for criada uma empresa vinculada ao TCU, de prestação de serviços de processamento de dados, a licitação será dispensável, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

(3) É inexigível a licitação para uma sociedade de economia mista que tenha sofrido autuação fiscal de valor considerável e deseje contratar profissional que se notabilizou na defesa de contribuintes em idêntica situação.

(4) Será dispensável a licitação na hipótese de a Secretaria Federal de Controle pretender contratar o Instituto Serzedello Corrêa para ministrar treinamentos aos analistas de finanças e controle.

(5) A licitação será inexigível nas situações em que a União ou Estado tiverem de adquirir produtos necessários à normalização do abastecimento ou à regulação de preços.

110 - (CESPE/AFCE/TCU/95) - O controle, na Administração Pública, é aquele exercido em todos os níveis e em todos os órgãos. Com relação à matéria, vários conceitos atinentes à supervisão ministerial e ao controle interno são relevantes. Julgue os itens seguintes.

(1) A supervisão ministerial tem um campo de abrangência mais restrito que o do controle interno, cingindo-se aos casos de controle deliberativo.

(2) A observância do princípio do controle - que constitui um dos princípios fundamentais da Administração Federal - é um dos objetivos principais da supervisão ministerial.

(3) A autonomia conferida às empresas estatais corresponde à prerrogativa que devem ter seus dirigentes de definirem seus objetivos e assegurarem seu funcionamento sem interferência da Administração Centralizada.

(4) O controle técnico apresenta duas dimensões: a da legalidade - que se associa ao cumprimento dos aspectos formais, à regularidade e à adequação contábeis - e a do mérito, relacionada aos meios, aos fins e aos resultados das ações desenvolvidas pelo Poder Público.

(5) Diz-se que é vedado à Administração agir com arbitrariedade, isto é, fora dos limites da lei, senão com discricionariedade, que compreende a adoção dos critérios de conveniência e oportunidade, segundo as circunstâncias.

111 - (CESPE/AFCE/TCU/95) - A disciplina dos servidores regidos pelo Regime Jurídico Único da União (Lei nº 8.112/90)

(1) alcança tanto os servidores públicos das autarquias federais quanto os das fundações públicas federais.

(2) prevê expressamente a aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, nos casos de síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS).

(3) prevê pagamento, apenas para as servidoras, de auxílio-natalidade, por motivo de nascimento ou adoção.

(4) determina que o provento proporcional de aposentadoria não seja inferior a 3/5 (três quintos) da remuneração da atividade.

(5) determina que o servidor aposentado com provento proporcional ao tempo de serviço que vier a ser acometido por hanseníase passe a perceber provento integral.

112 - (CESPE/AFCE/TCU/95) - A disciplina dos contratos administrativos no Brasil implica que (1) o Tribunal de Contas possa fazer controle *priori*, não se restringindo ao controle posterior, como previa a Constituição anterior.

(2) não se faz mais possível a invalidação dos mesmos, depois que o Tribunal de Contas os homologa.

(3) o preço, o prazo contratual e as condições de pagamento não são cláusulas essenciais vez que tais regras são imposição legal.

(4) deve haver ressarcimento, extinto o contrato por força de decisão judicial, de ato do Legislativo ou de controle da própria Administração.

(5) não poderá ser inválido o contrato se a licitação for válida.

113 - (CESPE/AFCE/TCU/95) - Os atos administrativos no Direito brasileiro

(1) possuem auto-executoriedade, que pode ser permitida por necessidade inarredável de desempenho da tutela do valor jurídico, de interesse público albergado na norma, se necessário for, no momento em que haja necessidade e na justa medida (proporcionalidade) desta

necessidade.

(2) podem ser extintos por caducidade.

(3) podem ser invalidados ou revogados pelo controle jurisdicional.

(4) estão sujeitos a controle, quer sejam discricionários, quer sejam vinculados.

(5) só podem ser examinados pelo Poder Judiciário em sede de mandado de segurança e de ação popular.

114 - (CESPE/AFCE/TCU/95) - Na Administração Pública brasileira,

(1) as empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito privado, mas estão sujeitas ao dever de licitar.

(2) compete à Justiça Federal julgar as causas em que são parte as Sociedades de Economia Mista federais.

(3) um ente da administração indireta que se estruture como sociedade anônima é necessariamente uma sociedade de economia mista.

(4) uma empresa pública pode ter mais de um sócio.

(5) as sociedades de economia mista somente podem ser criadas por lei específica, o mesmo não se dando com as suas subsidiárias.

115 - (CESPE/AFCE/TCU/95) - A disciplina da Administração Pública no Brasil implica que

(1) se considere funcionário público, para efeitos penais, alguém que, transitoriamente e sem remuneração, exerce emprego público.

(2) quem exige para si vantagem indevida, estando fora da função pública, mas em razão dela, comete o crime de concussão.

(3) o abandono de função pode ser ilícito, mas não pode ser punido como crime.

(4) aquele que patrocina diretamente interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público, comete o crime de patrocínio infiel.

(5) há crime, se um profissional declarado inidôneo celebra contrato com a Administração, tanto por parte dele quanto do servidor que celebra o contrato.

116 - (CESPE/AFCE/TCU/96) Tendo por base a doutrina e a legislação referente ao **domínio público**, julgue os itens a seguir.

(1) O mar territorial compreende uma faixa de duzentas milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de beira-mar dos litorais continental e insular brasileiro.

(2) As águas do mar territorial brasileiro são públicas e de uso comum, inclusive para a **passagem inocente**. Sobre elas o Brasil exerce sua soberania.

(3) A zona contígua estende-se por doze milhas além dos limites do mar territorial. Ultrapassada essa área - e até que se inicie a zona contígua de outras terras -, nenhuma nação exerce soberania ou qualquer domínio individual.

(4) As jazidas minerais pertencem exclusivamente à União. O produto da lavra, contudo, pertence aos concessionários que as exploram, garantindo-se aos proprietários do solo a participação nos resultados.

(5) A Constituição Federal atribui aos Estados o domínio exclusivo sobre os rios públicos, em detrimento dos demais entes da Federação.

117 - (CESPE/AFCE/TCU/96) - De acordo com o Direito Administrativo, a personalidade jurídica de direito público é conferida a determinados entes, em razão do desempenho de função pública própria e típica. Diversamente, à entidade será atribuída personalidade jurídica de direito privado, em razão do desempenho de função pública atípica, delegada pelo Estado. Em relação a esse tema, julgue os seguintes itens.

(1) A União é pessoa jurídica de direito público externo.

(2) Os Estados e os Municípios são pessoas jurídicas de direito público interno.

(3) As sociedades de economia mista, ao contrário das empresas públicas, são pessoas jurídicas de direito privado.

(4) As fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

(5) As autarquias e os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

118 - (CESPE/AFCE/TCU/96) - A seguridade social do servidor público civil é regulada pela Lei n.º 8.112/90. Com base nessa disciplina legal, julgue os itens que se seguem.

(1) O auxílio-natalidade é devido à servidora pública por motivo de nascimento de filho, mas será

- devido, também, ao servidor do sexo masculino, se a parturiente - sua esposa ou companheira - não for servidora pública.
- (2) A pensão devida à filha de um servidor público falecido é temporária; somente na hipótese de invalidez, o pagamento da pensão prosseguirá após a beneficiária atingir vinte e um anos de idade.
- (3) A quantia paga a título de **pensão por morte** equívale, no início, ao montante dos proventos com os quais o servidor público era remunerado em vida. O reajustamento do benefício, contudo, dar-se-á nos percentuais e datas definidos para os demais aposentados e pensionistas da Previdência Social.
- (4) A família do servidor condenado só não terá direito ao auxílio-reclusão - enquanto perdurar o afastamento do servidor, por estar recolhido em estabelecimento prisional - na hipótese de a pena imposta, em sentença transitada em julgado, incluir a perda do cargo.
- (5) Não é devido o auxílio-funeral ao servidor em virtude do falecimento de algum de seus dependentes.

119 - (CESPE/AFCE/TCU/96) - Tendo em vista a disciplina legislativa e as lições da doutrina jurídica acerca do **controle dos atos administrativos**, julgue os itens abaixo.

- (1) O Congresso Nacional pode, ouvido previamente o Tribunal de Contas da União, decretar a suspensão de ato normativo do Presidente da República que exorbite do poder regulamentar.
- (2) É inconcebível, lógica e juridicamente, a existência de **controle administrativo** de atos administrativos, haja vista a idealização de um controle pressupor que ele seja exercido por uma estrutura externa à fiscalizada.
- (3) A Constituição Federal admite a hipótese de **controle popular das contas públicas**, determinando que as contas do Município fiquem, anualmente, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte.
- (4) O controle judiciário dos atos administrativos é exercido pelos órgãos do Poder Judiciário e pelo Tribunal de Contas da União.
- (5) A legalidade de todo e qualquer ato de concessão de aposentadoria, a servidores e a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é apreciada pelo Tribunal de Contas da União.

120 - (CARLOS CHAGAS/GESTOR/97) - A reforma administrativa aprovada pelo Congresso Nacional introduziu mais um princípio básico a ser obedecido pela Administração Pública. Portanto, agora são princípios básicos da Administração Pública:

- (A) a impessoalidade, a moralidade, a legalidade, a publicidade e o respeito ao cidadão.
- (B) a impessoalidade, a legalidade, a transparência, a moralidade e o respeito ao cidadão.
- (C) a legalidade, a moralidade, o respeito ao cidadão, a publicidade e a moralidade.
- (D) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.
- (E) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a transparência e a eficiência.

#### GABARITO

1 - C, C, E, E, E	16 - C, E, E, E, E	31 - B	46 - B
2 - C, E, E, C, E	17 - C, C, C, E, E	32 - C	47 - A
3 - E, E, E, E, C	18 - E, E, C, C, E	33 - D	48 - D
4 - E, E, E, E, C	19 - E, C, C, C, E	34 - A	49 - C
5 - C, E, E, C, C	20 - E, E, C, E, E	35 - E	50 - D
6 - E, E, C, E, E	21 - E, C, C, C, C	36 - D	51 - *
7 - C, C, E, C, C	22 - E, C, E, C, E	37 - C	52 - A
8 - E, C, C, C, C	23 - E, E, C, C, C	38 - E	53 - D
9 - C, E, C, E, C	24 - B	39 - C	54 - B
10 - E, C, C, E, E	25 - A	40 - C	55 - E
11 - C, C, E, E, E	26 - B	41 - E	56 - B
12 - C, E, E, C, E	27 - C	42 - E	57 - *
13 - E, C, C, C, C	28 - E	43 - D	58 - C
14 - C, C, C, E, E	29 - A	44 - B	59 - E
15 - E, E, C, E, E	30 - B	45 - A	60 - C

61 C, C, C, E, E  
62 E, E, C, C, E  
63 E, C, E, E, C  
64 E, C, C, E, E  
65 C, C, E, E, E  
66 E, C, C, E, C  
67 E, C, C, E, C  
68 E, C, E, E, C  
69 E  
70 B  
71 C  
72 C  
73 E  
74 A  
75 E  
76 D  
77 D  
78 C  
79 A  
80 E  
81 D  
82 A  
83 D  
84 C  
85 B  
86 E  
87 C, C, E, C, E  
88 E, E, C, C, E  
89 E, C, C, C, C  
90 C, C, E, E, E  
91 E, E, C, E, C  
92 C, C, E, E, E  
93 C, E, C, C, E  
94 E, C, E, C, C  
95 E  
96 C  
97 B  
98 A  
99 E  
100 D  
101 A  
102 C  
103 E  
104 B  
105 C  
106 D  
107 D  
108 E, E, C, E, C  
109 E, E, C, C, E  
110 C, C, E, C, C  
111 C, C, E, E, C  
112 C, E, E, E, E  
113 C, C, E, C, E  
114 C, E, E, C, C  
115 C, C, E, E, C  
116 E, C, C, C, E  
117 E, C, E, E, E  
118 C, C, E, C, C  
119 E, E, C, E, C

120 D

## **SIMULADO ADMINISTRATIVO 01**

### **Simulado p/ Analista de Informática da Câmara dos Deputados Disciplina: Direito Administrativo (Leis nos 8.112/90 e 8.666/93)**

1. Dois ex-servidores (estáveis) do INSS, José e Wilson, requereram, administrativamente, por motivos diferentes, o retorno aos seus respectivos cargos de Agente Administrativo. O primeiro – José – não foi considerado habilitado no estágio probatório relativo ao cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho. O segundo – Wilson – foi demitido do Serviço Público por abandono de cargo (Lei nº 8.112/90, art. 132, II). Após o cumprimento das formalidades legais, a autoridade competente deferiu os pleitos administrativos formulados.

Análise a situação descrita e julgue os itens seguintes colocando C (Certo) ou E (Errado).

a) Wilson retornou ao quadro funcional do INSS por meio do instituto jurídico da reintegração. A invalidade de sua demissão poderia ocorrer também pela via judicial.

b) José retornou ao quadro funcional do INSS por meio do instituto jurídico da recondução.

c) Granjeiro, que ocupava o cargo de Agente Administrativo, na vaga deixada por José, deverá ficar em disponibilidade.

d) Caso o cargo de Agente Administrativo decorrente da demissão do Sr. Wilson tenha sido provido, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

e) Wilson terá direito ao ressarcimento de todas as vantagens do cargo de Agente Administrativo, com efeito retroativo à data de sua demissão.

2. O veículo oficial nº 007, conduzido pelo servidor JW, motorista do gabinete do Exmo. Sr. Senador Gabriel, colidiu, na Av. W3 Sul, nesta Capital, com um automóvel particular, pertencente ao cidadão Matheus. Este último requereu administrativamente o ressarcimento dos prejuízos materiais sofridos. A Direção do Senado Federal, entretanto, indeferiu o pleito deduzido, sob o argumento de que o requerente não provou a culpa do motorista oficial. Inconformado, o Sr. Matheus recorreu à via judicial. A Justiça Federal, por sua vez, reconheceu seu direito à indenização. Com relação à situação descrita, julgue os itens abaixo.

a) A Administração Pública, na hipótese, errou, pois a responsabilidade do Estado pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros é objetiva (teoria do risco administrativo).

b) A responsabilidade de JW perante o evento danoso é subjetiva.

c) Na hipótese de ser reconhecido o direito da União (Senado Federal) ao ressarcimento da quantia desembolsada em favor de Matheus, a reposição ao erário público será descontada em parcelas mensais não-excedentes à quinta parte da remuneração do servidor JW, em valores nominais.

d) Reconhecida a culpa do condutor do veículo oficial no evento danoso, JW não poderá, enquanto houver débito, solicitar a sua exoneração.

e) O pagamento do débito reconhecido pelo Estado-Juiz, em favor de Matheus, será realizado mediante o sistema de precatórios.

3. Aprecie os itens a seguir, à luz das proibições impostas, pelo Regime Jurídico Único, ao servidor.

a) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

b) Recusar fé a documentos públicos.

c) Aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical ou partido político.

d) Ser acionista, cotista ou comanditário de sociedade comercial.

e) Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, em situações de emergência e transitórias.

4. Na análise dos atos relativos a pessoal, inclusive para fins de registro, os Tribunais de Contas devem considerar certas regras. Com relação a essas regras, julgue os itens a seguir.

a) O Supremo Tribunal Federal admite o provimento derivado de cargo público.

b) O Supremo Tribunal Federal admite que a União mantenha sistema de investidura derivada horizontal (transferência).

c) Os estados-membros podem estabelecer mecanismos de investidura derivada vertical, como a ascensão, o acesso e a transposição.

d) No TCU, a análise do ato sujeito a registro não gera instauração de tomada de contas especial.

e) Ante a vigente Constituição, não mais se admitem limitações a livre acessibilidade dos brasileiros aos cargos públicos em razão do sexo ou da idade (salvo, neste caso, em decorrência de normas da própria Constituição).

5. A Constituição da República prevê a possibilidade de o servidor público civil exercer o direito de greve. Passado o mês de janeiro de 1997, sem que tenha havido o reajuste anual de vencimentos, os funcionários do Poder Executivo federal, cientes daquela inovação constitucional, decidem deflagrar um movimento paredista. O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), todavia, determina o corte do ponto dos grevistas e a aplicação das sanções adequadas às situações de

ausência ao serviço. Em face da situação apresentada, considerando o atual quadro legislativo brasileiro, julgue os seguintes itens.

- a) É correta a atitude do MARE, pois, com base no entendimento dos Tribunais Superiores, não podiam os servidores entrar em greve.
- b) Cabia aos servidores impetrar mandado de segurança, com o escopo de garantir o direito ao reajuste de vencimentos na data-base, segundo entendimento jurisprudencial recentemente firmado.
- c) Os servidores que não tiverem aderido à paralisação poderão perceber, durante o período de greve, adicional por serviço extraordinário (horas extras).
- d) Os danos ao erário provocados pelos grevistas poderão ser objeto de ação, imprescritível, de ressarcimento.

e) Os ocupantes de cargos em comissão deverão ser demitidos.

6. Em face das regras constantes no RJU dos servidores públicos civis da União acerca das suas responsabilidades civil, penal e administrativa, julgue os itens seguintes.

- a) Considere que tenha sido instaurado, contra servidor, processo penal pelo cometimento de crime contra a Administração Pública, e que este foi absolvido pela negativa de autoria. Em face dessa situação, a responsabilidade administrativa do servidor ficará automaticamente afastada.
- b) Caso o servidor público a quem se imputou o dever de indenizar prejuízo causado ao erário venha a falecer, essa obrigação de reparar o dano poderá ser estendida aos sucessores.
- c) As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas, a fim de se evitar múltipla punição.
- d) Condenado criminalmente o servidor por fato que causou prejuízo a terceiro, a vítima do dano deverá demandar a indenização apenas do servidor, restando de pronto afastada a responsabilidade civil da administração.
- e) A responsabilidade civil do servidor decorrerá apenas de ato doloso, seja este comissivo ou omissivo.

7. A responsabilidade civil da Administração Pública, disciplinada pela Constituição Federal em seu art. 37, § 6º, passou por diversas etapas até chegar ao seu estágio atual de evolução. De uma fase inicial em que o Estado não respondia pelos prejuízos causados aos particulares, a responsabilidade civil da Administração Pública obedece atualmente a regras especiais de Direito Público. A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

- a) Vigora no Brasil, como regra, a teoria do risco integral da responsabilidade civil.
- b) Quando demandado regressivamente, o agente causador do prejuízo responderá de forma objetiva perante a Administração Pública.
- c) Em face de prejuízos causados a particulares, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos submetem-se às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis aos entes públicos.
- d) Será subjetiva a responsabilidade civil do Estado por acidentes nucleares.
- e) Ainda que se comprove erro judiciário, o Estado não estará obrigado a indenizar o condenado, haja vista a sentença judicial não possuir natureza de ato administrativo.

8. Joaquim da Silva, agente de polícia da Polícia Civil do Distrito Federal, conduzia veículo oficial quando provocou acidente do qual resultaram, além de danos materiais, lesões corporais graves para as vítimas. O processo penal instaurado resultou na condenação de Joaquim da Silva pelo crime de lesões corporais graves. Em face da situação descrita, assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil da Administração Pública, de acordo com as regras constantes na Constituição Federal e na Lei nº 8.112/90.

- a) A condenação penal do agente implicará o dever de a administração indenizar o prejuízo sofrido pela vítima. Em seguida, a administração deverá intentar ação regressiva contra o agente.
- b) Em face da condenação penal do agente, a vítima não mais poderá demandar civilmente a Administração Pública, cabendo eventualmente ação cível contra Joaquim da Silva.
- c) A Condenação criminal em nenhum aspecto vinculará a decisão judicial quanto ao dever de a administração indenizar a vítima.
- d) Tanto a responsabilidade da administração para com a vítima quanto a responsabilidade do agente em face da administração seguem a teoria da responsabilidade objetiva.
- e) Apenas a administração terá o dever de indenizar a vítima, não cabendo nenhum tipo de ação regressiva contra o agente em face de encontrar-se no exercício de suas funções.

9. Fernanda, Delegada de Polícia Federal, comanda uma equipe que está em perseguição automobilística a uma quadrilha de traficantes internacionais de crianças. Ambos os veículos – o do DPF e o dos delinquentes – trafegam em velocidade relativamente elevada em zona urbana. Durante a perseguição, Lúcia, Agente de Polícia Federal, que conduzia a viatura policial, apesar de toda a cautela com que dirigia, não conseguiu evitar colisão com o automóvel de Francisca, cidadã que trafegava em uma das vias pelas quais passaram os automóveis envolvidos na perseguição. O automóvel de Francisca sofreu danos materiais e a filha menor dela, lesões corporais graves. Ao final do competente procedimento administrativo, instaurado para apurar esses fatos, concluiu-se que Fernanda e Lúcia não agiram com culpa.

Em face da situação apresentada e considerando as normas aplicáveis à responsabilidade do Estado e de seus agentes, julgue os itens abaixo, observando, em cada um, apenas os aspectos especificamente indicados.

- a) A União poderá ser civilmente responsabilizada pelos danos materiais causados à propriedade de Francisca.
- b) Ainda que estejam corretas as conclusões do procedimento administrativo, Fernanda poderá ser civilmente responsabilizada pelos danos materiais causados à propriedade de Francisca.



c) Ainda que estejam corretas as conclusões do procedimento administrativo, Lúcia poderá ser civilmente responsabilizada pelos danos materiais causados à propriedade de Francisca.

d) Se Lúcia fosse penalmente condenada pelas lesões corporais causadas à filha de Francisca, as conclusões do procedimento administrativo estariam prejudicadas, para efeito de responsabilidades civil e penal.

e) Independentemente das responsabilidades civil e penal e ainda que seja absolvido em relação a estas, o agente público pode, dependendo do caso concreto, ser responsabilizado na esfera administrativa.

10. Segundo a teoria do risco administrativo:

a) admite-se que o Poder Público faça a prova de sua não-culpa para o efeito de se eximir do dever de indenizar;

b) o particular lesado deve demonstrar os fatos, o dano, o liame causal entre ambos e a culpa do agente público, para poder cobrar os prejuízos que sofreu;

c) basta apenas ao particular lesado que demonstre a culpa do agente público, para poder cobrar os prejuízos que sofreu;

d) a Administração Pública está sempre obrigada a reparar o dano, já que a natureza objetiva da teoria do risco administrativo a equipara com a teoria do risco integral;

e) admite-se que o Poder Público faça a prova da culpa da vítima para excluir ou atenuar a indenização.

11. Acerca dos atos de improbidade administrativa, segundo a disciplina da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, julgue os itens a seguir.

a) Os atos de improbidade, consoante o tratamento da lei, são caracteristicamente de natureza criminal, inclusive no que tange às sanções.

b) A lei estabelece três categorias de atos de improbidade: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

c) Apenas os atos de improbidade praticados em detrimento das pessoas jurídicas de direito público são sancionados pela lei.

d) Apenas servidores públicos efetivos são passíveis de punição com base nessa Lei.

e) Apenas a lesão dolosa ao patrimônio público ensejará o ressarcimento do dano por parte do causador.

12. Sobre o tema "responsabilidades do servidor", é correto afirmar:

a) a punição do servidor na esfera administrativa pressupõe prévia responsabilização nas esferas cível e penal;

b) a responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função;

c) tratando-se de dano causado ao erário, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva;

d) a obrigação de reparar o dano não se estende aos sucessores do servidor falecido;

e) a responsabilidade criminal do servidor será afastada no caso de absolvição na esfera administrativa que negue a existência do fato ou a sua autoria.

13. Suponha que tenha sido realizada licitação pelo INSS para a construção de cem metros quadrados de calçadas para pedestres, conforme especificações constantes no edital. Julgadas as propostas, a licitação foi encaminhada à autoridade competente, que a homologou. Não sendo o objeto da licitação adjudicado, a empresa vencedora apresentou pedido de reconsideração em que alegou ter direito adquirido à celebração do contrato. Tendo sido este pedido aceito, a autoridade competente, antes de assinar o contrato, nele fez incluir cláusula em que impôs ao contratado a obrigação de apresentar garantia sob a modalidade de fiança bancária. Durante a execução do contrato, o INSS, julgando necessário construir dez metros quadrados adicionais de calçadas, fez novamente incluir, unilateralmente, essa alteração no contrato. Em face dessa situação, julgue os itens abaixo.

a) Foi correta a atitude da comissão de licitação ao encaminhar o processo licitatório à autoridade competente, pois a esta cabe adjudicar o objeto da licitação.

b) Tendo sido realizada a licitação, o INSS estaria obrigado a celebrar o contrato licitado com a empresa vencedora.

c) A atitude do INSS de exigir a apresentação de garantia pela empresa contratada é lícita, ainda que essa previsão não constasse no edital.

d) A empresa contratada está obrigada a aceitar a alteração do contrato relativo ao aumento do objeto do contrato.

e) Em face da situação descrita, é correto concluir que se trata de contrato de concessão de obra pública.

14. Considere que o GDF, por meio de seus órgãos competentes, realizou licitação para a recuperação de cem metros de asfalto em determinada via indicada no edital. A licitação foi concluída, o contrato foi celebrado e o seu objeto foi adjudicado ao vencedor. Durante a execução da obra, concluiu-se ser necessária a recuperação de mais vinte metros, que não foram objeto da licitação. Em face dessa situação, assinale a opção correta.

a) A administração poderá celebrar aditivo ao contrato original e nele incluir o novo trecho a ser recuperado.

b) Deverá ser realizada nova licitação, que deverá adotar a modalidade de concorrência pública.

c) Deverá ser realizada nova licitação. A administração poderá, no entanto, adotar a modalidade de carta-convite ou de tomada de preços.

d) Deverá ser celebrado novo contrato. A administração estará, no entanto, dispensada de realizar nova licitação.

e) A celebração de aditivo dependeria do valor a ser acrescido ao contrato original e da anuência do contratado.

15. Acerca da obrigatoriedade e das modalidades de licitação, julgue os itens que se seguem.

a) A tomada de preços é modalidade de licitação em que somente poderão participar oferecendo propostas as pessoas cadastradas no órgão ou entidade licitante antes da publicação do edital.

b) Ainda que não tenha sido convidada, a empresa previamente cadastrada poderá apresentar proposta na licitação, sob a modalidade convite.

c) A existência de uma primeira fase de habilitação preliminar é uma das características da concorrência pública.

d) Em face de situação de emergência ou de calamidade pública, a licitação é dispensável.

e) Caracteriza situação de inexigibilidade de licitação a existência de fornecedor exclusivo do produto ou serviço.

16. Assinale a alternativa **incorreta**.

A inexecução total ou parcial do contrato dá à Administração a prerrogativa de aplicar – garantida a prévia defesa – as seguintes sanções de natureza administrativa:

a) advertência;

b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 4 (quatro) anos.

d) declaração de nulidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concebida se o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

17. Acerca dos contratos administrativos, no regime da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), julgue os itens a seguir.

a) São consideradas essenciais nos contratos exclusivamente as cláusulas indicadas como tal, de modo expresso, na lei.

b) As chamadas cláusulas exorbitantes, por serem excepcionais e por implicarem derrogação do princípio da igualdade, no aspecto específico do equilíbrio contratual, devem estar expressas no instrumento do contrato.

c) As garantias do contrato administrativo objetivam resguardar o interesse público, no sentido de ser cabalmente adimplido o objeto da avença contratual: por isso cabe à Administração indicar, entre as opções legalmente previstas, a garantia a ser prestada pelo contratante particular.

d) Como regra geral, qualquer interessado pode obter cópia dos contratos administrativos firmados pela administração.

e) A forma dos atos, em Direito Administrativo, é geralmente tida como condição de validade; não obstante, os contratos administrativos podem ser formalizados por outros instrumentos, além do tradicional termo de contrato.

18. A Lei nº 8.666/93 (institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública) regula a questão relativa à exigência de prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, sendo certo, sobre o assunto, afirmar-se que:

a) tal exigência é obrigatória, desde que prevista no instrumento convocatório, cumprindo ao administrador determinar a modalidade de garantia a ser adotada;

b) ainda que o omitido no instrumento convocatório, poderá a prestação de garantia ser exigida pelo administrador, em situações envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros elevados, cumprindo-lhe, em tal caso, indicar a modalidade de garantia a ser adotada;

c) quando for exigida a prestação de garantia, a opção do contratado ficará adstrita a uma das modalidades mencionadas na Lei;

d) as modalidades de garantia mencionadas na Lei têm caráter meramente exemplificativo, podendo o administrador exigir qualquer outra admitida em direito.

19. Assinale a alternativa **incorreta**.

Relativamente à rescisão do contrato administrativo:

a) uma vez que a Administração tem o dever de cumprir os deveres impostos pela lei e pelo contrato, e ainda o que não prevalece o princípio da "autonomia da vontade", não há possibilidade legal de rescisão consensual por acordo entre as partes do contrato administrativo;

b) a rescisão por ato unilateral produz seus efeitos jurídicos desde logo (*ex nunc*). Logo, o particular ficará sujeito, de imediato, às consequências da extinção do contrato;

c) no caso de rescisão judicial, a sentença que compõe o litígio, pode ter natureza declaratória, produzindo efeito *ex nunc*;

d) a lei confere à Administração a prerrogativa de rescisão unilateral do contrato, o que não a dispensa, todavia de observância de devido processo administrativo, assegurado o respeito ao contraditório.

20. No que tange às licitações promovidas pelo Poder Público, julgue os itens seguintes.

a) O propósito de uma licitação é selecionar as melhores propostas para a Administração Pública e não somente uma delas: por isso, o resultado da licitação não vincula o administrador, que pode, justificadamente, recusar a proposta mais vantajosa e eleger outra.

b) Os atos do procedimento da licitação são públicos e acessíveis ao público, mantendo-se sigiloso apenas o conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

- c) Embora a formalidade seja característica do ato administrativo, a licitação pode excepcionalmente, e apenas em algumas etapas, prescindir deste atributo.
- d) Quando há inviabilidade de competição, a licitação é inexigível.
- e) A licitação é procedimento obrigatório para a Administração Pública direta e indireta, não sendo necessária para a fundacional, em virtude de sua índole privada.

21. O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração a prerrogativa de, por razões de interesse público de alta relevância:

- a) rescindir o ajuste;
- b) revogar o ajuste;
- c) nulificar o ajuste;
- d) reformar o ajuste;
- e) vincular o ajuste.

22. Acerca das licitações e dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

a) Considere a seguinte situação: determinada sociedade de economia mista, localizada na cidade de São Paulo, explora o serviço de fornecimento de energia elétrica e não possui quadro de procuradores. Ela necessita de contratar advogado para ajuizar dezenas de ações de indenização contra motoristas que, dirigindo culposamente, abalroam e danificam os postes de iluminação colocados nas vias públicas. Para tanto, resolve contratar um dos mais famosos escritórios de advocacia da cidade, invocando a notória especialização dele para não realizar licitação. Na situação descrita, a inexigibilidade de licitação é juridicamente inaplicável.

b) Considere a seguinte situação: Mário é presidente da comissão de licitação de uma unidade do DPF e, certo dia, recebeu a visita de Pedro, cidadão brasileiro, que se identificou como tal e solicitou ao primeiro informar-lhe o cronograma dos atos de todas as licitações em andamento na repartição, pois pretendia acompanhar os atos não-sigilosos da comissão, daquela data em diante. Na situação descrita, Mário está obrigado a atender ao pedido de Pedro.

c) Em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o instrumento, uma vez publicado, não mais pode ser modificado em aspecto algum.

d) Todos os acordos de vontade firmados pela Administração Pública consideram-se contratos administrativos.

e) Mesmo após firmado contrato administrativo para fornecimento de bens por particular à Administração, é possível, em certos casos, a modificação dos preços definidos no instrumento contratual.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **GABARITO**

- |           |           |
|-----------|-----------|
| 01. VVFVV | 12. B     |
| 02. VVFFV | 13. VFFVF |
| 03. VVVFF | 14. A     |
| 04. VFFFF | 15. FVVVV |
| 05. VFVVF | 16. C     |
| 06. VVFFF | 17. FFFVV |
| 07. FFVFF | 18. C     |
| 08. A     | 19. A     |
| 09. VFFVV | 20. FVFVF |
| 10. E     | 21. A     |
| 11. FVFFF | 22. VVFFV |

## **SIMULADO ADMINISTRATIVO 02**

### **Reformas Administrativa e Previdenciária**

1. As Emendas Constitucionais nos 19 e 20 alteraram alguns dispositivos da Constituição brasileira relativos

aos servidores públicos. Com relação a esse tema, assinale a opção correta.

- a) Os magistrados e membros do Ministério Público serão remunerados de acordo com os mesmos critérios de remuneração aplicáveis aos demais servidores públicos.
- b) Foi extinta a estabilidade dos servidores públicos.
- c) A aposentadoria compulsória se dará aos setenta e cinco anos de idade.
- d) Foi mantida a aposentadoria voluntária proporcional por tempo de serviço.
- e) A aposentadoria voluntária pressupõe, tanto para homens quanto para mulheres, tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo eletivo em que se dará a aposentadoria.

2. Marina, empregada do Banco do Brasil, sociedade economia mista, prestou concurso para cargo técnico do MPU e, aprovada, tomou posse e entrou em exercício na mesma data da posse. Entendendo que haveria compatibilidade de horários, manteve a servidora o seu emprego no Banco do Brasil. Verificando a acumulação, sua chefe no MPU notificou-a da necessidade de que fizesse opção pelo emprego ou pelo cargo público. Em face dessa situação, assinale a opção correta.

- a) Marina não estará obrigada a fazer opção, haja vista a compatibilidade de horários tornar a acumulação permitida.

b) Marina não estará obrigada a fazer opção, haja vista a Emenda Constitucional nº 19/98 não mais caracterizar como indevida a acumulação de cargo público com emprego em sociedade de economia mista.

c) A servidora, caso não faça opção, deverá ser imediatamente demitida do cargo que ocupa no MPU.

d) A chefia deverá, em face da omissão da servidora em manifestar-se acerca da opção, adotar procedimento sumário para a apuração e regularização imediata da situação.

e) Caso a servidora faça opção pelo cargo ou emprego, no prazo legal, ainda assim sua conduta caracterizará má-fé e exigirá a aplicação de punição.

3. A aprovação do texto da reforma administrativa, pela Emenda Constitucional nº 19/98, alterou diversos dispositivos disciplinadores da Administração Pública brasileira. Em particular, foi extinto(a) o(a):

I - estabilidade dos servidores públicos;

II - regime jurídico único dos servidores públicos;

III - paridade (isonomia de vencimentos) entre os servidores dos diversos Poderes;

IV - vedação de vinculações ou equiparações de vencimentos.

Estão certos apenas os itens:

a) I e II;

b) I e III;

c) I e IV;

d) II e III;

e) II e IV.

4. Emanuela adquiriu a estabilidade no serviço público federal em decorrência de ter ocupado cargo na Administração Pública direta. Após aprovação em novo concurso público para o cargo de Assistente da Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União (MPU), foi a mencionada servidora investida no novo cargo. Em face da situação apresentada, Emanuela:

a) não mais se submeterá a novo estágio probatório, por já o haver cumprido na Administração Pública federal direta;

b) será submetida a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será exonerada do serviço público;

c) será submetida a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será reconduzida ao antigo cargo;

d) será submetida a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será posta em disponibilidade;

e) será submetida a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será reintegrada no antigo cargo.

A reintegração de Emanuela independe de ter sido o seu antigo cargo provido.

5. A nova redação do art. 39 da Constituição Federal, definida pela Emenda Constitucional nº 19, extinguiu o regime jurídico único dos servidores públicos. Assinale a opção correta acerca das consequências decorrentes dessa extinção.

a) Os estados e municípios poderão, a partir de então, adotar para seus servidores regime jurídico distinto do adotado pela União.

b) Poderão ser admitidos empregados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para entidades autárquicas, fundacionais ou mesmo para a própria Administração Pública direta.

c) Empresas públicas e sociedades de economia mista não mais estarão obrigadas a seguir regime estatutário.

d) Empresas públicas e sociedades de economia mista não mais estão obrigadas a contratar seus empregados mediante concurso público.

e) As autarquias deverão manter o mesmo regime aplicável aos servidores da administração direta a que estejam vinculadas; as fundações poderão adotar o regime da CLT.

6. O servidor homem que venha a ocupar cargo técnico efetivo da União aos 46 anos de idade e que já conte 25 anos de contribuição à previdência terá direito à aposentadoria voluntária.

a) com proventos integrais correspondentes à remuneração do cargo ocupado, ao completar 35 anos de contribuição;

b) com proventos integrais correspondentes à remuneração recebida na ativa, se permanecer 14 anos no cargo para o qual prestou o concurso público;

c) com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ao atingir a idade de 55 anos;

d) desde que complete 10 anos de efetivo serviço público, sendo 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria;

e) desde que atenda, simultaneamente, aos requisitos de 35 anos de contribuição e 10 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

7. As recentes reformas constitucionais impuseram significativas mudanças para os servidores públicos. Em relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

I - O novo teto de remuneração dos ocupantes de cargos, funções ou empregos da administração direta corresponde ao subsídio dos ministros do STF, mas as vantagens pessoais não podem ser computadas para esse fim, como, por exemplo, os anuênios.

II - Reconheceu-se que a greve é um instrumento de pressão do trabalhador por aumento de salários, não fazendo sentido que os servidores públicos, que só podem ter sua remuneração revista por lei, mantivessem esse direito; assim, suprimiu-se o direito de greve dos servidores públicos.

III - Todos os servidores públicos que ingressarem em cargos ou empregos da administração direta ou indireta no ano de 1999 serão aposentados com proventos integrais, se preencherem as múltiplas condições estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 20, entre elas, a de contar cinco anos no cargo ou emprego em que se dará a aposentadoria.

IV - Em caso de acumulação de um cargo técnico com um cargo de professor, poderá o servidor ser

beneficiado com duas aposentadorias à conta do regime especial de previdência.

V - As normas relativas à reforma previdenciária dependem de regulamentação do Congresso Nacional. Por isso, os antigos servidores que venham a adquirir direito à aposentadoria com base nas regras antes vigentes poderão delas se beneficiar, até que sobrevenha a legislação infraconstitucional que permita a aplicação do novo sistema.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

8. Nos termos da Constituição em vigor, o agente público ordenador de despesa que se apropriar de valores ou bens sob sua administração estará cometendo ato de improbidade administrativa. As possíveis cominações aplicáveis a esse infrator incluem a(s):

I - suspensão dos direitos políticos;

II - perda da função pública e o ressarcimento do dano ao erário;

III - indisponibilidade do patrimônio pessoal;

IV - multa proporcional ao dano;

V - sanções do Código Penal.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

9. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

a) A responsabilidade civil objetiva das entidades de direito público exonera o eventual atingido da prova do nexo de causalidade.

b) Não influi no juízo sobre a responsabilidade civil da administração a eventual contribuição ou concorrência da vítima para o evento danoso.

c) Nos termos da Constituição, o ato lícito da administração não poderá dar ensejo à responsabilidade civil.

d) A responsabilidade civil do Estado adotada pela Constituição é ampliada pela idéia de que se aplica entre nós a teoria da equivalência das condições.

e) A doutrina e a jurisprudência brasileiras admitem que a responsabilidade civil do Estado submetese entre nós à teoria do dano direto e imediato ou da interrupção do nexo causal.

10. Considere que, após aprovação em concurso público de provas e títulos para cargo de professor da Fundação Universidade de Brasília, universidade pública federal, João Carlos, que não possuía qualquer vínculo com o serviço público, entrou em exercício e, conseqüentemente, submeteu-se ao estágio probatório. A avaliação do desempenho do professor, após ser-lhe assegurada ampla defesa, nos termos da lei, constatou a sua inassiduidade, indisciplina e improdutividade. Decidiu-se, então, pela não-aprovação no estágio probatório. Nesses termos, João Carlos deverá ser:

a) demitido;

b) exonerado;

c) destituído;

d) dispensado;

e) posto em disponibilidade.

11. Nos termos em que atualmente a Constituição disciplina a matéria, a estabilidade no serviço público:

a) é adquirida após 3 anos de efetivo exercício, pelos servidores concursados nomeados para cargos de provimento efetivo ou em comissão;

b) não poderá ser adquirida pelos estrangeiros que, na forma da lei, possam ter acesso aos cargos públicos;

c) somente poderá ser adquirida pelos integrantes das carreiras consideradas essenciais à administração da Justiça;

d) não impede a perda do cargo do servidor estável, na hipótese de verificar-se excesso de despesa com pessoal ativo em relação aos limites estabelecidos em lei complementar;

e) gera para o servidor estável o direito a permanecer em disponibilidade, com remuneração integral, no caso de extinção do seu cargo, até seu aproveitamento em outro.

#### **Lei nº 8.112/90 e alterações**

12. Francisco Xavier adquiriu estabilidade no serviço público por ter ocupado cargo de nível médio na administração pública direta do Município de Goiânia. Após aprovado em novo concurso para cargo público de nível superior na mesma administração pública municipal, foi o mencionado funcionário investido no novo cargo. Acerca da estabilidade e do estágio probatório, considerando a situação descrita e as regras contidas na Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que Francisco:

a) não mais se submeterá a novo estágio probatório, haja vista já o ter cumprido no primeiro cargo;

b) será submetido a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será exonerado do serviço público;

c) será submetido a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será reconduzido, a pedido, ao antigo cargo, dependendo da existência de vaga;

- d) será submetido a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será demitido;
- e) será submetido a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será reintegrado no antigo cargo, independentemente de o seu antigo cargo já ter sido provido.

13. Considerando as regras contidas na Lei nº 8.112/90, assinale a opção correta.

- a) Exoneração é modalidade de sanção disciplinar a ser aplicada em caso de transgressão funcional grave;
- b) A destituição de cargo em comissão se dará a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor.
- c) O funcionário ocupante de cargo efetivo que não satisfizer às condições do estágio probatório será demitido.
- d) A aplicação de sanção disciplinar exime o funcionário do dever de indenizar o dano, a fim de não caracterizar dupla punição.
- e) No seu âmbito de atuação, a autoridade administrativa pública que tiver ciência de irregularidade no serviço público será obrigada a promover-lhe a imediata apuração, em processo disciplinar.

14. Segundo a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores ocupantes de cargos públicos civis na esfera federal, no seu âmbito de atuação, a autoridade administrativa que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

I - A comissão condutora de processo disciplinar será composta por, no mínimo, dois e, no máximo, quatro integrantes, vedada a indicação de servidores sem nível superior.

II - Até o julgamento final administrativo, não poderá o servidor acusado ser privado de trabalhar e de perceber sua remuneração.

III - O processo disciplinar distingue-se da sindicância, sendo esta utilizada apenas para infrações apenadas com advertência.

IV - O servidor indiciado pode promover sua própria defesa, mas, em caso de revelia, terá, necessariamente, um defensor dativo

V - A comissão processante procederá ao julgamento, tomada a decisão pelo voto da maioria dos seus integrantes.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

15. Ana, Estêvão e Teresa começaram a trabalhar em 31 de março de 1993, sempre na carreira de apoio técnico-administrativo do MPU. No ano de 1994, no entanto, Ana gozou licença gestante de quatro meses. Durante todo o ano de 1997, Estêvão ficou afastado do serviço, em estudos no exterior, devidamente autorizado. Já Teresa, durante o mês de novembro de 1998, esteve em gozo de licença remunerada para tratamento de saúde de seu marido. À vista desses dados apenas, é correto afirmar que:

- a) todas as três personagens dessa situação têm o mesmo tempo de serviço público efetivo;
- b) Teresa tem maior tempo de serviço público efetivo que Ana, a qual, por sua vez, tem mais tempo de serviço público efetivo que Estêvão;
- c) Estêvão e Ana têm o mesmo tempo de serviço público efetivo, o qual é superior ao de Teresa;
- d) Estêvão tem mais tempo de serviço público efetivo que Ana, a qual tem mais tempo de serviço público efetivo que Teresa;
- e) Ana é quem tem mais tempo de serviço público efetivo, seguida de Teresa, que, por sua vez, tem mais tempo de serviço público efetivo que Estêvão.

16. Com relação à contagem do seu tempo de serviço **para fins de aposentadoria**, um servidor público da carreira de apoio técnico-administrativo do MPU apresenta as seguintes situações:

I - antes de ingressar no serviço público da União, foi servidor da administração direta do Estado de Goiás;

II - já no MPU, esteve em licença para o exercício de atividade política;

III - antes de desempenhar cargo efetivo, exerceu cargo em comissão no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Nesse caso, para fins de aposentadoria:

- a) todos os três períodos considerados serão computados;
- b) nenhum dos três períodos considerados será computado;
- c) apenas o tempo de serviço prestado em Goiás e aquele prestado ao MPDFT poderão ser computados;
- d) apenas o tempo de serviço prestado ao MPDFT poderá ser computado;
- e) apenas o tempo de serviço prestado ao MPDFT e o tempo de licença para o exercício de atividade política poderão ser computados.

17. De acordo com o regime jurídico aplicável aos servidores públicos:

- a) é vedada a atividade sindical a esses servidores;
- b) durante o estágio probatório, o servidor não pode desempenhar nenhum cargo em comissão ou função de confiança;
- c) a cada cinco anos de efetivo serviço, todo servidor faz jus a seis meses de licença-prêmio;

d) a licença para tratar de interesses particulares não é remunerada e pode ser interrompida no interesse do serviço;

e) o servidor que recebe diárias com frequência as incorpora, em definitivo, aos seus vencimentos.

18. De acordo com a Lei nº 8.112/90 – e suas alterações posteriores –, que rege os servidores públicos da

União, de suas autarquias e de suas fundações, julgue os itens que se seguem.

I - Não se pode estabelecer limite máximo de idade para a investidura em cargo público.

II - A posse deve ocorrer em trinta dias, contados da data da publicação da nomeação, mas o servidor empossado tem até quinze dias para entrar em exercício, contados da data da posse.

III - O servidor estável que for demitido e tiver sua demissão invalidada por decisão judicial ou administrativa fará jus à reintegração no cargo anteriormente ocupado, ainda que este esteja provido.

IV - A ascensão e a transferência são causas de vacância de cargo público.

V - O servidor exonerado de cargo efetivo não poderá perceber indenização relativa ao período de férias ainda não integralmente adquirido, ou seja, não se fará pagamento proporcional aos trinta dias.

A quantidade de itens certos é igual a:

a) 1

b) 2

c) 3

d) 4

e) 5

19. Quanto ao instituto da disponibilidade **não** é correto afirmar:

a) só se aplica ao servidor estável;

b) o aproveitamento do servidor em disponibilidade pode-se dar em qualquer outro cargo público;

c) a remuneração do servidor em disponibilidade é proporcional ao tempo de serviço;

d) o tempo de disponibilidade não é computado para fins de aposentadoria;

e) a desnecessidade do cargo pode ser revertida, com a volta à atividade do servidor em disponibilidade.

20. A respeito da posse em cargo público, assinale a opção correta.

a) A administração é livre para exigir, ou não, que, antes da posse, o empossado submeta-se à inspeção médica oficial.

b) O nomeado que não toma posse no prazo estabelecido em lei é tido como demitido.

c) Não se toma posse em cargo em comissão.

d) É possível tomar posse por meio de procuração específica.

e) Tendo tomado posse no cargo, o servidor deve, necessariamente, entrar, de imediato, em exercício no cargo.

21. O servidor público federal, subordinado ao Regime Jurídico Único da Lei nº 8.112/90, que ainda esteja em estágio probatório, **não** poderá:

a) afastar-se para fazer curso de formação necessário a assumir outro cargo;

b) afastar-se para missão oficial no exterior;

c) exercer cargo comissionado;

d) ter licença para atividade política;

e) ter licença para mandato classista.

22. **A**, funcionário público, para satisfazer interesse pessoal, deixa de cumprir mandado judicial. **A** pratica o crime de:

a) prevaricação;

b) corrupção passiva;

c) violência arbitrária;

d) concussão;

e) desobediência a decisão judicial.

23. Em face da atuação de determinado agente público, agindo nessa qualidade, foram verificados prejuízos patrimoniais e lesões corporais em particular. Em face dessa situação, julgue os seguintes itens, assinalando a incorreta.

a) A responsabilidade civil da administração perante o particular será apurada de acordo com a teoria do risco administrativo.

b) Se, após a instauração de processo penal, ficar demonstrado que não foi aquele agente o responsável pela conduta que resultou no prejuízo para o particular, a responsabilidade administrativa restará automaticamente afastada.

c) A condenação do agente no processo penal legitima a administração a demandar regressivamente contra esse agente para ressarcir-se do prejuízo sofrido.

d) Se restar comprovada a culpa exclusiva do particular, a administração não responderá civilmente pelo prejuízo.

e) A responsabilidade civil do agente, regressivamente perante a administração, será objetiva.

24. A responsabilidade civil do Estado, pelos danos causados por seus agentes a terceiros, é hoje tida por ser:

a) subjetiva passível de regresso;

b) objetiva insusceptível de regresso;

c) objetiva passível de regresso;

d) subjetiva insusceptível de regresso;

e) dependente de culpa do agente.

25. Considere que, após aprovação em concurso público de provas e títulos para cargo de professor da Fundação Universidade de Brasília, universidade pública federal, Frederico, que não possuía qualquer vínculo com o serviço público, entrou em exercício e, conseqüentemente, submeteu-se ao estágio probatório, durante o qual cometeu crime contra a administração pública. Nesses termos, o servidor deverá ser:

- a) demitido;
- b) exonerado;
- c) destituído;
- d) dispensado;
- e) posto em disponibilidade.

26. No âmbito do MPU, o responsável por determinada unidade administrativa tomou conhecimento de ato de improbidade administrativa praticado por seu subordinado. Nesses termos, o responsável pela unidade deverá:

- a) determinar a instauração de processo administrativo disciplinar;
- b) determinar a instauração de sindicância;
- c) encaminhar os autos ao Ministério Público Federal, competente para propor a demissão do servidor;
- d) aplicar, de ofício, pelo sistema da verdade sabida, a sanção administrativa cabível;
- e) propor ação judicial específica, visando à aplicação da sanção disciplinar cabível.

27. A Lei nº 8.112/90, em seu art. 8º, indica várias formas de provimento de cargo público. O STF, em ação direta de inconstitucionalidade, julgou inconstitucionais as seguintes formas de provimento:

- a) ascensão e transferência;
- b) reintegração e reversão;
- c) aproveitamento e recondução;
- d) readaptação e promoção;
- e) nomeação e reversão.

28. Maria Cristina, servidora do MPU, delegou o desempenho de atribuição de sua responsabilidade a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei. Esse fato deu ensejo à abertura de processo criminal, além de ter causado prejuízos à administração pública. Diante do exposto, assinale a opção correta.

- a) Caso seja a servidora condenada no processo penal, sua responsabilidade administrativa restará afastada, a fim de não caracterizar dupla punição.
- b) Se, no processo penal, a servidora for absolvida por negativa de autoria, ficará ela isenta de qualquer responsabilidade civil e administrativa.
- c) Prescrito o crime, não mais poderá a servidora ser demandada civilmente a fim de ressarcir possíveis prejuízos causados à Administração.
- d) As instâncias civil e penal serão sempre vinculadas.
- e) As instâncias administrativa e penal serão sempre independentes.

29. Não constitui forma de provimento de cargo público a:

- a) nomeação;
- b) promoção;
- c) ascensão;
- d) reintegração;
- e) reversão.

30. Em relação à disciplina dos atos administrativos, assinale a opção **incorreta**.

- a) Os regimentos dos tribunais são atos normativos e equiparam-se às leis para efeito de controle judicial.
- b) A presunção de legitimidade é um atributo que gera a transferência do ônus da prova para quem arguir a respectiva nulidade.
- c) A licença distingue-se da autorização, pois aquela é ato vinculado e esta é ato discricionário.
- d) O ato discricionário está imune à revisão do Poder Judiciário, porque nele se aloja o mérito administrativo, que se traduz em razões de conveniência e oportunidade só valoradas pelo administrador.
- e) A auto-executoriedade é um atributo que permite à administração utilizar o seu poder de polícia para executar medidas tipicamente administrativas, sem mandado judicial, como, por exemplo, a demolição de uma obra sem licença.

31. Decompondo-se o ato administrativo, pode-se localizar a discricionariedade em seus elementos. Com referência a esse assunto, assinale a opção **incorreta**.

- a) Quanto ao sujeito – aquele a quem a lei atribui competência para a prática do ato –, não existe discricionariedade, pois ele só pode exercer as atribuições que lhe forem conferidas por lei.
- b) O objeto do ato administrativo está relacionado aos seus efeitos jurídicos possíveis; nesse âmbito, é incoerente falar-se em discricionariedade, pois a administração sempre está condicionada a um poder-dever de agir, nunca a uma faculdade.
- c) A não ser que a lei imponha à administração a obrigatoriedade de obediência a determinada forma, há liberdade para o administrador escolher aquela que julgue mais adequada à realização dos efeitos jurídicos do ato.
- d) O motivo do ato pode ensejar discricionariedade, sobretudo quando o legislador não o define ou o faz por meio de conceitos vagos.
- e) O administrador está limitado à finalidade prevista em lei para cada ato administrativo; nesse sentido, a doutrina majoritária não aceita discricionariedade em relação ao fim.



32. A prática de atos administrativos cabe:

- a) exclusivamente aos órgãos executivos;
- b) somente aos órgãos do Poder Executivo e do Legislativo;
- c) somente aos órgãos do Poder Executivo e do Judiciário;
- d) aos órgãos executivos, em princípio e normalmente, mas as autoridades judiciárias e as mesas legislativas podem também praticá-los restritamente;
- e) somente às autoridades integrantes de qualquer dos Poderes da República.

33. Assinale a opção correta com relação aos atos administrativos.

- a) Ato administrativo eficaz é aquele apto à produção dos efeitos que lhe são próprios, por haver-se produzido em conformidade com a ordem jurídica.
- b) Todos os atos administrativos só são válidos quando a vontade do agente, isto é, o móvel do ato, for jurídica e moralmente legítima.
- c) Em certos casos, um ato administrativo pode ser declarado juridicamente inválido mesmo que atenda ao interesse público.
- d) A presunção de legitimidade dos atos administrativos em geral cria em favor deles presunção absoluta de validade jurídica, a qual somente pode ser afastada mediante prova robusta e desde que na via judicial.
- e) A revogação dos atos administrativos deve ser explícita, por significar contraposição à decisão de agente público tomada no exercício de competência legalmente estabelecida.

34. A Súmula nº 473 do STF consigna o entendimento pacífico na doutrina e jurisprudência de que a administração "pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Nesse caso, há de se considerar que o(a):

- a) faculdade de revisão ou invalidação dos atos administrativos pelo Judiciário é bem mais ampla que aquela concedida à administração, tendo em vista o cânone constitucional dispondo que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
- b) mudança de interpretação da norma traz como consequência a anulação dos atos anteriormente produzidos sob orientação diversa, em atenção ao princípio da igualdade, que reclama idêntico tratamento aos administrados;
- c) revogação dos atos administrativos opera efeitos *ex tunc*.
- d) ato nulo não vincula as partes e tampouco produz efeitos em relação a terceiros;
- e) dever de anulação dos atos ilegais tem como limite a ocorrência da prescrição.

35. Assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta.

1. ato vinculado

2. ato discricionário

- ( ) aposentadoria compulsória por implemento de idade
- ( ) gradação de penalidade em processo administrativo
- ( ) revogação de processo licitatório
- ( ) exoneração de servidor em estágio probatório
- ( ) concessão de alvará para atividade comercial

a) 2, 1, 1, 2, 2

b) 1, 2, 2, 1, 1

c) 2, 2, 2, 1, 1

d) 1, 2, 1, 2, 1

e) 1, 1, 2, 2, 2

36. Em determinadas situações, a lei conferiu ao administrador público certa margem de liberdade de atuação. Assim, poderá o administrador adotar, conforme a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada, valendo-se de seu juízo de oportunidade e conveniência. Com a outorga da discricionariedade administrativa, visa-se à obtenção da medida mais apropriada para cada caso. Acerca

dessa importante classificação dos atos administrativos, que os divide em discricionários e vinculados, assinale a opção correta.

- a) O ato discricionário caracteriza-se por permitir que o administrador possa escolher-lhe a forma.
- b) A discricionariedade administrativa decorre da ausência de lei.
- c) Ainda que esteja o administrador, em tese, diante de atuação discricionária, se sua atuação, no caso concreto, for considerada desarrazoada, o ato respectivo será passível de anulação.
- d) Diante do ato vinculado, o administrador ficará livre na escolha do motivo e do objeto do ato.
- e) O ato discricionário não é passível de controle judicial.

37. Quanto à extinção do ato administrativo, é correto afirmar:

- a) é factível a convalidação de todo ato administrativo;
- b) os efeitos da revogação retroagem à data inicial de validade do ato revogado;
- c) a caducidade do ato ocorre por razões de ilegalidade;
- d) a anulação pode-se dar por ato administrativo ou judicial;
- e) oportunidade e conveniência justificam a cassação do ato administrativo.

#### LICITAÇÕES (LEI Nº 8.666/93)

38. Acerca dos princípios e subprincípios norteadores da licitação, assinale a opção **incorreta**.

- a) O princípio da impessoalidade exige que o julgamento sobre o caráter vantajoso da proposta seja apurado segundo critérios objetivos.

- b) O princípio da moralidade vincula tanto o administrador quanto os licitantes, exigindo-lhes conduta honesta e proba.
- c) O princípio da adjudicação compulsória visa a assegurar o direito do vencedor à contratação imediata, impedindo que a administração revogue a licitação ou adie o contrato por tempo indeterminado.
- d) O princípio da economicidade deve ser considerado pelo administrador, que não o poderá invocar como justificativa à contratação direta quando a disputa mostrar-se desvantajosa economicamente para a administração.
- e) O princípio do procedimento formal não se confunde com o mero formalismo, posto que a nulidade dos atos do procedimento está condicionada à efetiva prova de prejuízo para as partes envolvidas.
39. Quanto à utilização da licitação e às modalidades de licitar, a administração:
- a) pode promover a contratação direta, mediante as seguintes justificativas: ter realizado a licitação e não terem surgido interessados e a renovação do procedimento redundar em prejuízos;
- b) está obrigada a promover a concorrência, mediante licitação internacional, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no país.
- c) pode realizar tomada de preços para a venda de imóveis de baixo valor de mercado;
- d) não pode utilizar a concorrência quando seja hipótese de tomada de preços, tampouco esta, quando o valor do objeto comporte o convite;
- e) é obrigada a realizar leilão no caso de venda de bens móveis inservíveis, mantido o sigilo quanto ao conteúdo das propostas.
40. O Direito Administrativo positivo brasileiro contempla as seguintes modalidades de licitação:
- a) hasta pública, leilão, tomada de preços e praça;
- b) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão;
- c) concorrência, tomada de preços, convite e outras que a administração venha a adotar, segundo a sua conveniência, como a licitação informal e o procedimento seletivo simplificado;
- d) concurso público, leilão e procedimento licitatório comum;
- e) leilão, tomada de preços, concorrência e empreitada de obra pública.
41. São hipóteses de dispensa de licitação, **exceto**:
- a) contratação de serviço técnico de profissional de notória especialização;
- b) casos de calamidade pública;
- c) contratação de remanescente de obra, desde que observadas a ordem de classificação e as condições do licitante vencedor;
- d) locação de imóvel para atender às finalidades da Administração;
- e) contratação de instituição brasileira da área da pesquisa científica, sem fins lucrativos.

#### **CONTRATO ADMINISTRATIVO**

42. **Não** é característica do contrato administrativo:
- a) natureza de contrato de adesão;
- b) finalidade pública;
- c) liberdade de forma;
- d) presença de cláusulas exorbitantes;
- e) mutabilidade.
43. Com relação aos contratos administrativos, assinale a opção correta.
- a) Em razão do necessário equilíbrio que deve haver nas relações contratuais, é vedado à administração alterar unilateralmente o contrato administrativo.
- b) Denominam-se cláusulas exorbitantes aquelas com base nas quais a administração assegura ao contratado a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
- c) Não é juridicamente admissível que o contratado pela administração invoque a exceção do contrato não-cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*) para interromper o cumprimento de suas obrigações contratuais, porquanto é ínsita aos contratos administrativos a busca do interesse público, que não pode ser prejudicado em face do interesse privado.
- d) As prerrogativas especiais da administração nas relações contratuais com os particulares não precisam estar necessariamente estabelecidas no texto do ajuste, podendo ser implícitas, embora constituam exceção à regra do equilíbrio contratual.
- e) Não se aplica a teoria da imprevisão ao regime dos contratos administrativos.
44. Nos termos do regime jurídico que lhes é próprio os contratos administrativos:
- a) formalizam-se por instrumento público, lavrado em cartório de notas e, após, arquivados nas repartições interessadas;
- b) podem adotar a forma escrita ou a verbal, conforme hipóteses previstas em lei;
- c) podem conter exigência de garantias do contratado, cabendo à administração, em cada caso, escolher a mais conveniente, dentre as previstas em lei;
- d) podem ser rescindidos unilateralmente pela administração, que, em qualquer caso, deverá ressarcir os prejuízos do contratado, até o limite dos recursos orçamentários previstos no contrato;
- e) descumpridos pelo contratado podem acarretar-lhe, conforme o caso, a suspensão temporária ou definitiva do exercício de atividades no âmbito territorial da administração contratante.
45. Acerca do tema contratos administrativos, assinale a opção correta.
- a) Nas licitações em que a modalidade de licitação cabível, em decorrência de seu valor, seja a tomada de preços, poderá ser utilizada a concorrência.
- b) Incumbe à autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no edital, a exigência de garantia e da modalidade de garantia a ser prestada nas contratações de obras, serviços e compras.

c) A presença de cláusulas exorbitantes em contratos administrativos torna nulos os mencionados contratos.

d) As disposições de direito privado não poderão ser aplicadas aos contratos administrativos, ainda que supletivamente.

e) A ampla competição é uma das características do convite.

46. Nos contratos administrativos, o cumprimento dos encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas é de responsabilidade:

a) exclusiva do contratado;

b) da administração pública e do contratado;

c) da administração pública, quando não satisfeito pelo contratado;

d) do contratado, quando não satisfeito pela administração pública;

e) exclusiva da administração pública.

47. Acerca do conceito, do objeto e das fontes do direito administrativo e do regime jurídico administrativo, assinale a opção correta.

a) O direito administrativo é o conjunto de regras e princípios jurídicos destinados unicamente a disciplinar os órgãos, agentes e atos do Poder Executivo no cumprimento da lei.

b) A fonte do direito administrativo é a legislação, uma vez que esse ramo jurídico destina-se a reger a atividade estatal, a qual é necessariamente subordinada ao princípio da legalidade, por preceptivo constitucional.

c) A proteção aos direitos fundamentais, notadamente ao direito de propriedade e à liberdade, está diretamente relacionada com o regime jurídico administrativo.

d) Uma vez que o direito administrativo rege-se por princípios próprios e, na classificação tradicional dos ramos do direito, integra o direito público, não se lhe aplicam as normas dos ramos jurídicos que se costuma situar no direito privado, como o direito civil e o comercial.

e) Decorrem do regime jurídico administrativo prerrogativas como os prazos especiais para a administração pública, a possibilidade de a administração unilateralmente criar obrigações para o particular, a natureza estatutária e não-contratual de relações jurídicas entabuladas entre particulares e a administração, assim como a posição de supremacia da administração nessas relações.

48. Acerca da organização administrativa federal brasileira, julgue os itens seguintes.

I - Órgãos são entidades abstratas às quais a lei confere personalidade jurídica e que representam núcleos de atribuições do Estado.

II - Para implementar a legislação aplicável às etnias indígenas, existe, na órbita federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai), que, em relação à União, é exemplo do mecanismo de descentralização administrativa.

III - A hierarquia é inerente à organização administrativa e, por ser meio de controlar a execução da lei, aplica-se com a mesma extensão e intensidade aos órgãos subordinados assim como aos entes autônomos vinculados à administração central.

IV - Ações visando condenar autarquias ao pagamento de indenizações quaisquer podem ser ajuizadas contra as próprias ou apenas contra a União, uma vez que esta é a criadora daquelas e juridicamente responsável por seus atos.

V - As sociedades de economia mista federais têm seus feitos necessariamente julgados na Justiça Federal, em razão do interesse que a União possui nessas entidades.

A quantidade de itens certos é igual a:

a) 1

b) 2

c) 3

d) 4

e) 5

49. As Emendas Constitucionais nos 19 e 20 promovem, respectivamente, as reformas administrativa e previdenciária do Estado, modificando o regime a que estavam submetidos os servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Com relação a essas inovações, julgue os itens a seguir.

I - Os servidores públicos aposentados podem ingressar novamente no serviço público por meio de concurso público, para ocupar qualquer cargo ou emprego, pois foram legitimadas as acumulações de proventos de aposentadoria com vencimentos da atividade, desde que observado o teto remuneratório.

II - A remuneração máxima dos cargos e empregos públicos limitar-se-á ao valor do subsídio mensal dos ministros do STF, cuja fixação depende de lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do próprio STF.

III - O estágio probatório, que era de dois anos, passou para três anos, devendo o novo prazo ser observado por aqueles servidores que nele se encontravam à data da promulgação da emenda que o alterou.

IV - Os servidores que vieram a ocupar cargo ou emprego na administração direta só poderão aposentar-se voluntariamente, com proventos integrais, aos sessenta anos de idade, se homem e cinquenta e cinco anos, se mulher, observados, ainda, outros requisitos, como o tempo mínimo de contribuição.

V - A estabilidade tornou-se menos rígida, pois o servidor pode perder o cargo também em caso de adequação da despesa com pessoal aos limites legais.

Estão certos apenas os itens:

- a) I, II e III;
- b) I, III e V;
- c) I, IV e V;
- d) II, III e IV;
- e) II, IV e V.

50. Julgue os itens abaixo, relativos à disciplina das licitações.

I - Para obras de engenharia no valor de R\$ 120.000,00, é facultado à administração direta e indireta de qualquer nível da federação utilizar a modalidade de convite.

II - É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos, como os serviços de publicidade e propaganda.

III - Os licitantes estão sujeitos à cobrança de taxas para cobrir todos os custos da licitação, uma vez que não seria lícito transferir aos cidadãos os ônus da disputa.

IV - A impugnação administrativa aos termos do edital só é admitida se o peticionário demonstrar interesse na licitação, evitando que terceiros possam sobrestar o procedimento com a intenção dissimulada de prejudicar um dos licitantes.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

### **DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO GABARITO**

1 E	11 D	21 E	31 B	41 E
2 D	12 C	22 A	32 D	42 C
3 E	13 E	23 E	33 C	43 D
4 C	14 A	24 C	34 E	44 B
5 B	15 C	25 A	35 B	45 A
6 B	16 Anulada	26 A	36 C	46 A
7 A	17 D	27 A	37 D	47 E
8 E	18 B	28 B	38 C	48 A
9 E	19 D	29 C	39 A	49 Anulada
10 B	20 D	30 D	40 B	50 B

### **SIMULADO 03 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

#### **LEI No. 8.112/90 REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO**

01. Marque a alternativa incorreta:

- a) As atribuições de um cargo público não podem justificar a exigência de outros requisitos básicos para investidura em cargo público fora dos já estabelecidos na Lei 8112/90.
- b) A Lei 8112/90 institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.
- c) Para os efeitos da Lei 8112/90, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- d) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

02. Marque a alternativa incorreta:

- a) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- b) É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei
- c) São os únicos requisitos exigidos para investidura em cargo público, a nacionalidade brasileira, o gozo de direitos políticos e a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) Promoção, reversão, aproveitamento são algumas das formas de provimento em cargo público.

03. Marque a alternativa incorreta:

- a) As atribuições exigidas para investidura em cargo público não podem justificar a exigência de outros requisitos básicos estabelecidos em lei.
- b) São requisitos básicos para investidura em cargo público dentre outros, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos e aptidão física e mental
- c) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada poder.
- d) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

04. Marque a alternativa incorreta:

- a) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- b) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

c) Será tomado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º do art. 13 da Lei 8112/90.

d) A posse em cargo público não dependerá de prévia inspeção médica oficial, que poderá ser efetuada, posteriormente a critério da autoridade competente.

05. São formas de provimento de cargo público, dentre outras:

- a) nomeação, reversão e posse
- b) promoção, aproveitamento e investidura
- c) reintegração, reversão e readaptação
- d) readaptação, recondução e exercício

06. Marque a alternativa mais completa de acordo com o texto da Lei 8112/90:

"A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público ..... obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade".

- a) de provas
- b) de provas e títulos
- c) de provas ou de provas e títulos
- d) de títulos

07. Sobre a readaptação", marque a alternativa incorreta:

a) Readaptação é a investidura do servidor em cargo e atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

b) Se julgado capaz para o serviço público o readaptando será aposentado.

c) A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitadas as exigências legais.

d) A readaptação é uma das formas de provimento de cargo público.

07. Marque a alternativa incorreta sobre a readaptação:

a) A reintegração é a reinvestidura do servidor em cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial com ressarcimento de todas as vantagens.

b) Na hipótese de a cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31 do R.J.U.

c) Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

d) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

08. Marque a alternativa incorreta:

a) O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

b) O órgão central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública federal.

c) Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

d) Reversão é o retomo do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

10. Marque a alternativa incorreta:

a) A recondução decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou de reintegração do anterior ocupante.

b) Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor reconduzido será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 30 do R.J.U.

c) A vacância do cargo público decorrerá sempre da primeira nomeação do servidor.

d) A recondução é considerada uma das formas de provimento de cargo público.

11. Marque a alternativa incorreta:

a) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

b) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

c) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

d) É de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data do ato de provimento.

12. Marque a alternativa incorreta:

a) Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo de 60 dias, contados da data da posse.

b) À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

c) O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

d) Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

13. Marque a alternativa incorreta:

a) O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

b) O disposto na alternativa (a) desta questão, se aplica à duração de trabalho estabelecida em leis especiais.

c) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

d) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado observado o art.29, parágrafo único da Lei 8112/90.

14. Marque a alternativa incorreta:

a) Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou regulamento do sistema de carreira, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do art. 20 da Lei 8112/90;

b) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável. Reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29 da Lei 8112/90.

c) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 5 (cinco) anos de efetivo exercício.

d) O servidor estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

15. Quanto à reversão, marque a alternativa incorreta:

a) Reversão é o retomo à atividade de servidor aposentado por invalidez. quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

b) A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

c) Encontrando-se provido o cargo, o servidor revertido exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga.

d) Poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade, desde que sua aposentadoria não se dê por invalidez.

16. Todos os itens abaixo são requisitos básicos para investidura em cargo público, excetuando-se:

a) a nacionalidade brasileira

b) o gozo de direitos políticos

c) a idade mínima de dezesseis anos

d) aptidão física e mental

17. O texto de Lei 8112/90 dispõe que o concurso público terá validade de:

a) 2 anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

b) 2 anos, não cabendo prorrogação para tal prazo

c) até 2 anos, prorrogável a critério da autoridade competente

d) até 2 anos podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período

18. A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo.

II - em comissão inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.

III - em caráter efetivo quando se tratar de cargo de carreira.

a) apenas a I e a II estão corretas

b) apenas a I e a III estão corretas

c) apenas a II e a III estão corretas

d) todas as alternativas estão corretas

19. A Lei 8112/90 textualmente dispõe que:

I - A investidura em cargo pública ocorrerá com a nomeação.

II - O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

III - A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de habilitação em concurso público do tipo "provas" obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

a) a I e II estão incorretas

b) a II e III estão incorretas

c) a I e III estão incorretas

d) todas estão incorretas

20. Sobre concurso público pode-se dizer:

I - O concurso público terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

II - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

III - Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

a) a I e II estão incorretas

b) a II e III estão corretas

c) a I e III estão incorretas

d) todas estão incorretas

21. Marque a alternativa incorreta:

a) A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

b) A exoneração de ofício dar-se-á quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, ou quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

c) A exoneração de cargo em comissão dar-se-á a juízo da autoridade competente, ou a pedido do próprio servidor.

d) O afastamento do servidor de função de direção dar-se-á exclusivamente a pedido.

22. São formas de provimento de cargo público:

I - exoneração, promoção e reversão

II - demissão, nomeação e readaptação

III - falecimento, reintegração e recondução

a) a I e II estão corretas

b) a II e III estão corretas

c) a I e III estão corretas

d) todas estão incorretas

23. Marque a alternativa que responde a questão:

I - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de 30 dias contados da sua publicação.

II - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

III - Em se tratando de servidor em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

a) a I e II estão incorretas

b) a II e III estão incorretas

c) a I e III estão corretas

d) todas estão incorretas

24. Quanto ao "exercício do cargo público" pode-se dizer:

I - É o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

II - É de 60 (sessenta) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

III - Será exonerado o servidor e do que não entrar em exercício no prazo de sessenta dias contados da data da posse.

a) a I e II estão incorretas

b) a II e III estão incorretas

c) a I e III estão incorretas

d) todas estão incorretas

25. O R.J.U. dispõe que:

I - A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

II - O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

III - Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

a) a I e II estão incorretas

b) a II e III estão incorretas

c) a I e III estão incorretas

d) todas estão corretas

26. O R.J.U. dispõe textualmente que:

I - O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

II - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses.

III. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á exclusivamente de ofício, sempre por meio de decisão transitada em julgado.

a) a I e II estão corretas

b) a II e III estão corretas

c) a I e III estão corretas

d) todas estão corretas

27. A Lei 8112/90 dispõe que:

I - A reversão será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

II - A readaptação far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

III- Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 anos de idade.

a) a I e II estão incorretas

b) a II e III estão incorretas

c) a I e III estão incorretas

d) todas estão incorretas

28. O R.J.U. em seu texto dispõe que:

I - O órgão central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública federal.

II - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a reversão se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

III - O retorno à atividade de servidor aposentado farse-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

- a) a I e II estão incorretas
- b) a II e III estão incorretas
- c) a I e III estão incorretas
- d) todas estão incorretas

29. Quanto ao direito de petição, marque a alternativa incorreta:

- a) A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.
- b) Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.
- c) A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
- d) São fatais e prorrogáveis os prazos estabelecidos no capítulo referente ao Direito de Petição, não se admitindo nenhum tipo de ressalva.

30. Quanto ao direito de petição do servidor, marque a alternativa incorreta:

- a) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.
- b) O requerimento será dirigido a autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.
- c) Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão podendo ser renovado uma única vez.
- d) O requerimento e o pedido de reconsideração deverão ser despachados no prazo de (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

31. Quanto ao "recurso" a ser impetrado por servidor, marque a alternativa incorreta:

- a) Caberá recurso do indeferimento do pedido de reconsideração.
- b) Não caberá recurso das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
- c) O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.
- d) O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

32. Quanto ao "pedido de reconsideração" e o recurso a ser impetrado por servidor, marque a alternativa incorreta:

- a) O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
- b) O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo a juízo da autoridade competente.
- c) Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.
- d) A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

33. Marque a alternativa incorreta:

- a) O tempo em que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria
- b) Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.
- c) Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade: o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- d) Contar-se-á apenas para efeito de disponibilidade a licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, com remuneração.

34. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

- a) o tempo de serviço relativo a tiro de guerra
- b) a licença para atividade política (no caso do art. 86. § 2º)
- c) o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, posterior ao ingresso no serviço público federal
- d) o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social

35. São considerados de efetivo exercício os afastamentos em virtude:

- a) da licença prêmio por assiduidade.
- b) da licença de desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento.
- c) de participação em júri e outros serviços obrigatórios por lei.
- d) de missão ou estudo no exterior quando autorizado, conforme dispuser o regulamento.

36. Marque a alternativa incorreta:

- a) Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.
- b) Não será exigida do servidor estudante a compensação de horário na repartição, não necessitando respeitar a duração semanal do trabalho.
- c) Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.
- d) Estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial, o disposto na



alternativa (c) desta questão.

37. Todos os afastamentos abaixo são considerados como de efetivo exercício, exceto:

- a) férias
- b) exercício de cargo em comissão ou equivalente apenas em órgão ou entidade dos Poderes da União.
- c) Exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República.
- d) Participação em programa de treinamento regularmente instituído, conforme dispuser o regulamento.

38. O R.J.U. dispõe que:

I - Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo.

II - O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

III - A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 62, ou seja por meio de uma gratificação.

- a) a I e II estão corretas
- b) a II e III estão corretas
- c) a I e III estão corretas
- d) todas estão corretas

39. Marque a alternativa incorreta:

a) A ausência do servidor para estudo ou missão no exterior não excederá a 4 (quatro) anos, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

b) Ao servidor beneficiado pelo afastamento para estudo ou missão no exterior não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido o período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com seu afastamento.

c) O disposto na alternativa "b" se aplica aos servidores de carreira diplomática.

d) O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com a qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

40. Sobre o afastamento para exercício de mandato eletivo é incorreto afirmar:

a) No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

b) O servidor investido em mandato, eletivo ou classista poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

c) Tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, o servidor ficará afastado do cargo.

d) Investido no mandato de Prefeito, o servidor será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

40. O R.J.U. dispõe em seu texto legal que:

I - A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança do domicílio em caráter provisório.

II - Correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.

III - À família do servidor que falecer na nova sede serão assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 30 dias contados do óbito. . . I

- a) a I e II estão corretas
- b) a II e III estão corretas
- c) a I e III estão incorretas
- d) todas estão corretas

42. A Lei 8112/90, dispõe que:

I - No afastamento previsto no inciso I do art. 93 para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, a ajuda de custo será paga pelo órgão cessionário, quando cabível.

II - O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 48 horas.

III - O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, em alguns poucos casos, é redutível.

- a) a I e II estão incorretas
- b) a II e III estão incorretas
- c) a I e III estão incorretas
- d) todas estão incorretas

43. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

a) tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração

b) investido no mandato de prefeito, não será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

c) investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

d) investido no mandato de vereador, não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, não percebendo as vantagens a ele inerente, em nenhuma hipótese.

44. O servidor poderá ser cedido:

I - para exercício de cargo em comissão apenas dos Poderes da União.

II - em casos previstos em leis específicas.

III - para exercício de função de confiança unicamente nos Poderes dos Municípios.

- a) a I e II estão incorretas
- b) a I e III estão incorretas
- c) a II e III estão corretas
- d) todas estão corretas

45. A Lei 8112/90 dispõe que:

I - O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 1% (um por cento) por ano de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento (art. 40).

II - O servidor fará jus ao adicional por tempo de serviço a partir do mês em que completar o anuênio.

III - Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior a dois salários mínimos

- a) a I e II estão corretas
- b) a II e III estão corretas
- c) a I e III estão incorretas
- d) todas estão incorretas

46. O R.J.U. institui que:

I - O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restitui-las integralmente, no prazo de 30 dias.

II - Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo de 5 (cinco) dias.

III - Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

- a) a I e II estão corretas
- b) a II e III estão corretas
- c) a I e III estão corretas
- d) todas estão corretas

47. Quanto à "Licença para a Atividade Política" é incorreto dizer:

a) O servidor terá direito a licença com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

b) O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o 10º (décimo) dia seguinte ao do pleito.

c) A partir do registro da candidatura e até o 10º (décimo) dia seguinte da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

d) todas as opções anteriores.

48. Sobre a "licença para o Serviço Militar" analise e marque a alternativa incorreta:

a) Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

b) Concluído o serviço militar, o servidor terá até 60 (sessenta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

c) É considerado como de efetivo exercício o afastamento em virtude desta licença.

d) Esta licença é considerada um direito do trabalhador.

49. Além do vencimento e das vantagens, previstas nesta lei, serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento e gratificação natalina.

II - adicional por tempo de serviço, adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas e adicional pela prestação de serviço extraordinário.

III - adicional noturno, adicional de férias e outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho.

- a) a I e II estão corretas
- b) a II e III estão corretas
- c) a I e III estão corretas
- d) todas estão corretas

50. A Lei 8112/90 dispõe que:

I - Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

II - A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação das operações e locais previstos no item I da questão, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

III - Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e periculosidade, não serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

- a) a I e II estão corretas
- b) a I e III estão incorretas
- c) a I e III estão incorretas
- d) todas estão corretas

51. Marque a alternativa incorreta:

- a) Poderá ser concedida licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor por

motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.

b) A licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso II do art. 44 do RJU.

c) A licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por até 30 (trinta) dias.

d) A licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, com remuneração será considerada apenas para efeito de aposentadoria.

52. O R.J.U. dispõe que:

I - O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidade cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.

II - Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

III - Os servidores que operam com Raio X ou substâncias radioativas serão submetidos a exames médicos a cada 2 (dois) meses.

a) a I e II estão corretas

b) a II e III estão corretas

c) a I e III estão corretas

d) todas estão corretas

53. Leia, analise e marque a alternativa que responde a questão.

I - O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quinze dias.

II - A indenização do servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

III - O servidor que opera direta e permanente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

a) a I e II estão incorretas

b) a II e III estão corretas

c) a I e III estão corretas

d) todas estão incorretas

54. Sobre "Férias" o R.J.U. dispõe que:

I - O servidor fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 3 (três) períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

II - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

III - É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

a) a I e II estão corretas

b) a II e III estão corretas

c) a I e III estão incorretas

d) todas estão incorretas

55. O prazo de gozo de férias para servidor que opera direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas é de:

a) 30 dias úteis

b) 20 dias consecutivos por semestre

c) 20 dias úteis consecutivos por semestre

d) 60 dias consecutivos por ano

56. O prazo inicial da licença concedida por motivo de doença em família que pode ser prorrogável com remuneração é de:

a) 180 dias c) 30 dias

b) 90 dias d) 60 dias

56. Sobre o "Direito de Petição" pode-se dizer:

I - O prazo de prescrição do direito de requerer do servidor público será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

II - O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, não interrompem a prescrição.

III - A prescrição é de ordem pública, podendo ser relevada pela administração.

a) a I e II estão incorretas

b) a II e III estão incorretas

c) a I e III estão incorretas

d) todas estão corretas

58. Analise e marque a alternativa:

I - O direito de requerer prescreve em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão.

II - O requerimento e o pedido de reconsideração serão decididos dentro de 30 dias.

III – Caberá recurso de indeferimento do pedido de reconsideração e das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

- a) a I e II estão corretas
- b) a II e III estão corretas
- c) a I e III estão corretas
- d) todas estão corretas

60. O R.J.U. dispõe que:

I - O recurso do servidor será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

II - O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

III – O prazo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência pelo interessado, da decisão recorrida.

- a) a I e II estão corretas
- b) a II e III estão incorretas
- c) a I e III estão incorretas
- d) todas estão corretas

### GABARITO

01. A	16. C	31. B	46. B
02. C	17. D	32. A	47. A
03. A	18. D	33. D	48. B
04. D	19. C	34. C	49. D
05. C	20. B	35. D	50. A
06. C	21. D	36. B	51. D
07. B	22. D	37. B	52. A
08. C	23. C	38. D	53. B
09. D	24. B	39. C	54. B
10. C	25. D	40. B	55. B
11. D	26. A	41. C	56. C
12. A	27. A	42. B	57. B
13. B	28. B	43. A	58. B
14. C	29. D	44. B	59. B
15. D	30. C	45. D	60. A

### SIMULADO DIREITO ADMINISTRATIVO 04

#### CONSIDERE CADA ITEM COMO FALSO (F) OU VERDADEIRO (V)

1. O texto seguinte é uma adaptação de parte do art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, que trata da Reforma da Previdência Social, e que foi publicada no DO de 16 de dezembro de 1998. Art. 8º É assegurado o direito à aposentadoria voluntária e integral ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação desta Emenda, quando, ao requerê-la, o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto nos incisos I e II, pode aposentar-se

com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento da aposentadoria integral, acrescidos de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

Com base nas informações do texto, julgue os seguintes itens, considerando que todos os homens e mulheres neles mencionados são servidores com mais de 5 anos de efetivo exercício no cargo em que pleiteiam a aposentadoria e não têm direito a qualquer tipo de aposentadoria diferente das indicadas no texto.

a) ( ) Um homem que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, completou 25 anos de contribuição e 45 anos de idade precisará trabalhar mais 12 anos para ter direito à aposentadoria integral.

b) ( ) Uma mulher que, na data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, completou 20 anos de

contribuição e 38 anos de idade, se trabalhar mais 7 anos, poderá requerer aposentadoria proporcional.

c) ( ) Supondo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, um homem tenha 33 anos de contribuição e 55 anos de idade, receba um salário mensal de R\$ 2.000,00 e, nessa data, se aposente proporcionalmente, então o seu salário de aposentado será inferior a R\$ 1.500,00.

d) ( ) Supondo que a equação  $y = x - 15$ , em que  $x \geq 15$ , indique a relação entre o número de anos de contribuição  $y$  e de uma servidora pública, em função da sua idade  $x$ , então a idade mínima com a qual essa servidora poderá aposentar-se corresponderá ao valor de  $x$  nessa equação quando  $y = 30$ .

e) ( ) Um homem com  $s$  anos de idade e  $t$  anos de contribuição não terá direito à aposentadoria integral se  $s + t < 88$ .

2. Na análise dos atos relativos a pessoal, inclusive para fins de registro, os Tribunais de Contas devem considerar certas regras. Com relação a essas regras, julgue os itens a seguir.

a) ( ) O Supremo Tribunal Federal admite o provimento derivado de cargo público.

b) ( ) O Supremo Tribunal Federal admite que a União mantenha sistema de investidura derivada horizontal (transferência).

c) ( ) Os estados-membros podem estabelecer mecanismos de investidura derivada vertical, como a ascensão, o acesso e a transposição.

d) ( ) No TCU, a análise do ato sujeito a registro não gera instauração de tomada de contas especial.

e) ( ) Ante a vigente Constituição, não mais se admitem limitações à livre acessibilidade dos brasileiros aos cargos públicos em razão do sexo ou da idade (salvo, neste caso, em decorrência de normas da própria Constituição).

3. Em relação à Administração Pública brasileira, julgue os itens.

a) ( ) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de Direito Privado, mas estão sujeitas ao dever de licitar.

b) ( ) Compete à Justiça Federal julgar as causas em que são parte as sociedades de economia mista federais.

c) ( ) Um ente da Administração indireta que se estruture como sociedade anônima é necessariamente uma sociedade de economia mista.

d) ( ) Uma empresa pública pode ter mais de um sócio.

e) ( ) As sociedades de economia mista somente podem ser criadas por lei específica, o mesmo não se dando com as suas subsidiárias.

4. Em relação à Administração Pública brasileira, julgue os itens.

a) ( ) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de Direito Privado, mas estão sujeitas ao dever de licitar.

b) ( ) Compete à justiça comum julgar os casos em que é parte a sociedade de economia mista.

c) ( ) Tanto a sociedade de economia mista quanto a empresa pública podem se estruturar sob a forma de uma sociedade anônima.

d) ( ) Uma empresa pública pode ter mais de um sócio.

e) ( ) As sociedades de economia mista somente podem ser criadas por lei específica, o mesmo não se dando com as suas subsidiárias.

5. De acordo com o Direito Administrativo, a personalidade jurídica de direito público é conferida a determinados entes, em razão do desempenho de função pública própria e típica. Diversamente, à entidade será atribuída personalidade jurídica de direito privado, em razão do desempenho de função pública atípica, delegada pelo Estado. Em relação a esse tema, julgue os seguintes itens.

a) ( ) A União é pessoa jurídica de direito público externo.

b) ( ) Os Estados e os Municípios são pessoas jurídicas de direito público interno.

c) ( ) As sociedades de economia mista, ao contrário das empresas públicas, são pessoas jurídicas de direito privado.

d) ( ) As fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

e) ( ) As autarquias e os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

6. No âmbito da Administração indireta:

a) ( ) as autarquias não gozam das mesmas prerrogativas da Administração direta;

b) ( ) as fundações podem ser instituídas com personalidade de direito público ou privado;

c) ( ) as empresas públicas equiparam-se às pessoas jurídicas de direito público;

d) ( ) o capital social das empresas públicas é inteiramente público;

e) ( ) estão compreendidas as empresas privadas, concessionárias de serviços públicos.

7. Quanto à estrutura da Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

a) ( ) Embora seja pessoa jurídica de Direito Privado, a empresa pública federal caracterizase por ser composta apenas por capital público.

b) ( ) Ao contrário das entidades da Administração Pública indireta, os órgãos da Administração Pública direta têm personalidade jurídica de Direito Público.

c) ( ) O fato de as sociedades de economia mista qualificarem-se como pessoas jurídicas de Direito Privado torna desnecessário que as mesmas sejam criadas por lei específica.

d) ( ) No Direito Administrativo brasileiro, autarquia conceitua-se como um patrimônio público dotado de personalidade jurídica para a consecução de finalidade especificada em lei.

e) ( ) A autarquia é concebida como pessoa jurídica destinada ao desenvolvimento de atividade econômica pelo Estado, de modo descentralizado.

8. Com relação à teoria dos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

a) ( ) O ato administrativo nulo não produz quaisquer efeitos jurídicos.

- b) ( ) Pode-se considerar como a essência da teoria do desvio ou do excesso de poder a afirmação segundo a qual "se a causa do ato administrativo falta, ou é falsa, ou ilícita, o ato é ilegítimo e, portanto, inválido".
- c) ( ) A consumação válida do ato administrativo gera a imediata produção dos efeitos que lhe são próprios.
- d) ( ) Assim como no Direito Privado, no Direito Administrativo, a forma do ato pode ser ad substantiam ou ad probationem.
- e) ( ) O ato administrativo contém manifestação da vontade da administração. O silêncio, significando omissão desta, não pode ser considerado ato administrativo e por isso mesmo, não é apto a produzir efeitos jurídicos.
9. Com relação ao fato administrativo, julgue os itens que se seguem.
- a) ( ) Pode ser entendido como realizado material da Administração em decorrência de decisão administrativa.
- b) ( ) Sob a ótica dos contratos administrativos, confunde-se com o fato do príncipe, permitindo ao contratante particular, no regime da atual Lei de Licitações, invocar a exceptio non adimpleti contractus.
- c) ( ) Assim como o ato administrativo, o fato administrativo goza de presunção de legitimidade, a qual, no entanto, é juris tantum e não juris et de jure, podendo ser afastada por decisão em procedimento administrativo ou processo judicial.
- d) ( ) O fato administrativo não é passível de anulação ou de revogação, mesmo quando decorrente de decisão administrativa inconstitucional.
- e) ( ) Os Tribunais de Contas, diferentemente do Poder Judiciário, podem e devem aquilatar o conteúdo de discricionariedade do fato administrativo, no exame de sua economicidade, por expressa determinação constitucional.
10. Acerca do controle da Administração, julgue os itens seguintes.
- a) ( ) A revogação é privativa da própria Administração.
- b) ( ) O motivo da revogação é a inconveniência ou a inoportunidade de um ato administrativo.
- c) ( ) A Administração, para anular ato administrativo, depende de provocação do interessado.
- d) ( ) Todo ato administrativo ilegal tem, necessariamente, de ser anulado e seus efeitos, em consequência, excluídos do mundo jurídico.
- e) ( ) Os tribunais de contas, órgãos do Poder Legislativo, podem, em certos casos, sustar a execução de atos administrativos que julgue ilegais.
11. A Súmula nº 473 do STF consigna o entendimento pacífico na doutrina e jurisprudência de que a administração "pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Nesse caso, há de se considerar que o(a):
- a) ( ) faculdade de revisão ou invalidação dos atos administrativos pelo Judiciário é bem mais ampla que aquela concedida à administração, tendo em vista o cânone constitucional dispondo que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
- b) ( ) mudança de interpretação da norma traz como consequência a anulação dos atos anteriormente produzidos sob orientação diversa, em atenção ao princípio da igualdade, que reclama idêntico tratamento aos administrados;
- c) ( ) revogação dos atos administrativos opera efeitos ex tunc.
- d) ( ) ato nulo não vincula as partes e tampouco produz efeitos em relação a terceiros;
- e) ( ) dever de anulação dos atos ilegais tem como limite a ocorrência da prescrição.
12. Com relação aos poderes da Administração Pública, julgue os itens seguintes.
- a) ( ) Nos sistemas administrativos hierarquizados, o poder de delegação não precisa ser expresso na lei, a despeito do princípio da legalidade, que caracteriza a atividade administrativa.
- b) ( ) Mesmo nos atos praticados no exercício de poder discricionário, há certos aspectos ou elementos do ato que são vinculados.
- c) ( ) Nos atos chamados vinculados, não existe espaço algum para a interferência de aspectos subjetivos do agente público.
- d) ( ) A capacidade de avocar é inerente ao poder hierárquico, de modo que o superior pode avocar quaisquer atos de competência do inferior.
- e) ( ) A despeito do que diz súmula do STF ("A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivos de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvado em todos os casos a apreciação judicial."), a revisão dos atos administrativos, com base no poder hierárquico, não pode modificar, revogar ou anular todos os atos praticados pela administração pública (ou seus efeitos), ainda que respeitando os direitos adquiridos.
13. Dois ex-servidores (estáveis) do INSS, José e Wilson, requereram, administrativamente, por motivos diferentes, o retorno aos seus respectivos cargos de agente administrativo. O primeiro - José - não foi considerado habilitado no estágio probatório relativo ao cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho. O segundo - Wilson - foi demitido do Serviço Público por abandono de cargo (Lei nº 8.112/90, art. 132, II). Após o cumprimento das formalidades legais, a autoridade competente deferiu os pleitos administrativos formulados. Analise a situação descrita e julgue os itens seguintes colocando C (Certo) ou E (Errado).
- a) ( ) Wilson retornou ao quadro funcional do INSS por meio do instituto jurídico da

reintegração. A invalidade de sua demissão poderia ocorrer também pela via judicial.

b) ( ) José retornou ao quadro funcional do INSS por meio do instituto jurídico da recondução.

c) ( ) Granjeiro, que ocupava o cargo de agente administrativo, na vaga deixada por José, deverá ficar em disponibilidade.

d) ( ) Caso o cargo de agente administrativo decorrente da demissão do Sr. Wilson tenha sido provido, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

e) ( ) Wilson terá direito ao ressarcimento de todas as vantagens do cargo de agente administrativo, com efeito retroativo à data de sua demissão.

14. O veículo oficial nº 007, conduzido pelo servidor JW, motorista do gabinete do Exmo. Sr. Senador Gabriel, colidiu, na Av. W3 Sul, nesta Capital, com um automóvel particular, pertencente ao cidadão Matheus. Este último requereu administrativamente o ressarcimento dos prejuízos materiais sofridos. A Direção do Senado Federal, entretanto, indeferiu o pleito deduzido, sob o argumento de que o requerente não provou a culpa do motorista oficial. Inconformado, o Sr. Matheus recorreu à via judicial. A Justiça Federal, por sua vez, reconheceu seu direito à indenização. Com relação à situação descrita, julgue os itens abaixo.

a) ( ) A Administração Pública, na hipótese, errou, pois a responsabilidade do Estado pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros é objetiva (teoria do risco administrativo).

b) ( ) A responsabilidade de JW perante o evento danoso é subjetiva.

c) ( ) Na hipótese de ser reconhecido o direito da União (Senado Federal) ao ressarcimento da quantia desembolsada em favor de Matheus, a reposição ao erário público será descontada em parcelas mensais não-excedentes à quinta parte da remuneração do servidor JW, em valores nominais.

d) ( ) Reconhecida a culpa do condutor do veículo oficial no evento danoso, JW não poderá, enquanto houver débito, solicitar a sua exoneração.

e) ( ) O pagamento do débito reconhecido pelo Estado-Juiz, em favor de Matheus, será realizado mediante o sistema de precatórios.

15. Aprecie os itens a seguir à luz das proibições impostas pelo Regime Jurídico Único, ao servidor.

a) ( ) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

b) ( ) Recusar fé a documentos públicos.

c) ( ) Aliciar subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional ou sindical ou partido político.

d) ( ) Ser acionista, cotista ou comanditário de sociedade comercial.

e) ( ) Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, em situações de emergência e transitórias.

16. A Constituição da República prevê a possibilidade de o servidor público civil exercer o direito de greve. Passado o mês de janeiro de 1997, sem que tenha havido o reajuste anual de vencimentos, os funcionários do Poder Executivo federal, cientes daquela inovação constitucional, decidem deflagrar um movimento paredista. O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), todavia, determina o corte do ponto dos grevistas e a aplicação das sanções adequadas às situações de ausência ao serviço. Em face da situação apresentada, considerando o atual quadro legislativo brasileiro, julgue os seguintes itens.

a) ( ) É correta a atitude do MARE, pois, com base no entendimento dos Tribunais Superiores, não podiam os servidores entrar em greve.

b) ( ) Cabia aos servidores impetrar mandado de segurança, com o escopo de garantir o direito ao reajuste de vencimentos na data-base, segundo entendimento jurisprudencial recentemente firmado.

c) ( ) Os servidores que não tiverem aderido à paralisação poderão perceber, durante o período de greve, adicional por serviço extraordinário (horas extras).

d) ( ) Os danos ao erário provocados pelos grevistas poderão ser objeto de ação, imprescritível, de ressarcimento.

e) ( ) Os ocupantes de cargos em comissão deverão ser demitidos.

17. Com relação aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

a) ( ) A nacionalidade brasileira, a idade mínima de dezesseis anos e a aptidão física e mental são alguns requisitos básicos para a investidura em cargo público.

b) ( ) A feição hierarquizada da Administração Pública impõe que o servidor cumpra as ordens superiores, mesmo que manifestamente ilegais.

c) ( ) O servidor público pode atuar em repartições públicas como procurador ou intermediário de cônjuge, quando se tratar de benefício previdenciário.

d) ( ) O exercício irregular das atribuições do cargo pode acarretar responsabilidade civil e administrativa do servidor público.

e) ( ) A lei impõe expressamente os seguintes deveres ao servidor público: sigilo acerca de assuntos da repartição, conservação do patrimônio público e lealdade à instituição.

18. O edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, devendo a desconformidade entre ele e os atos administrativos praticados no curso da licitação ser resolvida pela invalidade destes últimos. Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e na natureza vinculativa do ato convocatório, julgue os itens seguintes.

- a) ( ) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da supracitada lei, devendo protocolizar o pedido em até dez dias úteis, antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- b) ( ) O licitante que não impugnar os termos do edital até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, não poderá mais fazê-lo perante a administração.
- c) ( ) Os editais de concursos públicos são como os editais de licitação, no sentido de que vinculam a entidade organizadora do concurso e os concursandos a seus termos.
- d) ( ) A Modalidade de licitação mais utilizada pela administração pública é o concurso público, pois seus editais vão ao encontro dos atos administrativos praticados no curso da licitação.
- e) ( ) Ao descumprir normas constantes do edital, a administração pública frustra a própria razão de ser da licitação, violando os princípios de moralidade, legalidade e isonomia, fato que enseja nulidade dos atos praticados.

19. A respeito dos atos administrativos, dos poderes da Administração e do Regime Jurídico dos Agentes Públicos da União, julgue os itens que se seguem.

- a) ( ) Considere a seguinte situação hipotética. Uma autoridade administrativa despachou em um procedimento administrativo, concedendo determinada vantagem a um servidor. Pouco depois, no entanto, reexaminando os autos, constatou que as circunstâncias de fato motivadoras de sua decisão na verdade não existiram de maneira que houvesse erro de sua parte ao conceder a vantagem. Em consequência, a autoridade tornou sem efeito o despacho e proferiu outro, indeferindo o pleito do agente público. Nessa situação, o segundo despacho constitui, juridicamente, revogação do primeiro.
- b) ( ) Acerca do poder de polícia, é juridicamente correto afirmar que a competência para seu exercício é, em princípio, da entidade política competente para legislar acerca da matéria, que sua teoria geral é a mesma dos atos administrativos e que, no exercício desse poder, a Administração Pública pode impor restrições a direitos e liberdades constitucionalmente assegurados.
- c) ( ) Nem todos os atos do Poder Executivo são atos administrativos; fatos da administração podem gerar direitos para os particulares; até os atos administrativos praticados no exercício de poder discricionário não prescindem de motivação.
- d) ( ) Considere a seguinte situação hipotética. O presidente de uma autarquia federal resolveu autorizar a instauração de procedimento administrativo para a ascensão funcional de servidores do último nível de uma carreira para o primeiro nível da carreira seguinte. Ao mesmo tempo, limitou a ascensão aos servidores que não contassem mais de cinquenta anos de idade. Nessa situação, os atos administrativos examinados são nulos, seja porque o entendimento prevalecente da doutrina e da jurisprudência é no sentido de que não se admite, em face da Constituição, nenhuma forma de provimento derivado de cargo, como é a ascensão, seja porque doutrina e jurisprudência também consideram majoritariamente que é inconstitucional qualquer limitação de idade aos cargos públicos.
- e) ( ) Todos os agentes públicos da União, no sentido mais lato da expressão, somente adquirem estabilidade após três anos de efetivo exercício e se não-reprovados no estágio probatório.

20. O contrato administrativo identifica-se como um acordo de vontades entre um órgão da Administração Pública e um particular, que produz direitos e obrigações para ao menos uma das partes. Os contratos administrativos envolvem ajustes de vontades. Deles deriva uma auto-regulamentação da conduta das partes. Mas há pontos de distinção extremamente relevantes entre o contrato (tal como conhecido no direito privado) e o chamado contrato administrativo. A Administração Pública não pode ser atada e tolhida na consecução do interesse público. O regime de direito público impõe a supremacia e a indisponibilidade do interesse público. Ao admitir a pactuação de acordos entre a Administração e os particulares, o direito pretende viabilizar e facilitar a consecução do interesse público. Significa que uma avença pactuada não pode ser um esquema rígido, rigoroso e imutável - sob pena de frustrar-se a própria função do contrato administrativo. Marçal Filho. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 5ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Dialética, 1998, p. 467, (com adaptações).

Acerca do texto e no que tange aos contratos administrativos e à organização da Administração Pública brasileira, julgue os itens seguintes.

- a) ( ) São algumas das características essenciais dos contratos administrativos a não aplicabilidade plena do princípio *pacta sunt servanda*, a possibilidade de alteração unilateral de algumas de suas cláusulas mesmo contra a vontade de um dos contratantes, a aplicabilidade do princípio *exceptio non adimpleti contractus*, a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, a possibilidade de aplicação de sanções unilateralmente e sem a necessidade de recurso ao Poder Judiciário.
- b) ( ) O caso fortuito e a força maior são eventos imprevisíveis e insuperáveis, que alteram radicalmente as condições do contrato, geralmente impedindo-lhe a continuidade da execução; não obstante, pode haver situações em que o caso fortuito ou a força maior deva acarretar simplesmente a prorrogação do prazo contratual, depois de removidas as causas da impossibilidade de prosseguimento da execução contratual.
- c) ( ) Considere a seguinte situação hipotética. Uma empresa foi vencedora de licitação para a construção de um prédio público, com base em um determinado cronograma físico-financeiro. Assinou-se o contrato administrativo e, depois, as etapas da obra começaram a ser cumpridas.



Após cada uma, havia a medição do serviço realizado e se autorizava o correspondente pagamento. Após algum tempo, a Administração sustou os pagamentos, por embaraços orçamentários. A construtora prosseguiu no contrato, mas, quatro meses após o último pagamento, decidiu suspender o serviço. Antes de fazê-lo, notificou judicialmente a Administração. Nessa situação, caberá a rescisão do ajuste por parte da Administração, sob o fundamento de inexecução contratual, imputável à contratada.

d) ( ) As empresas públicas, em princípio, podem falir; a elas se aplica a legislação trabalhista, mas com interferência de normas de direito público; têm suas causas julgadas na justiça federal; gozam de prescrição quinquenal em seu favor e respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.

e) ( ) As sociedades de economia mista, em princípio, podem ser réis em ação popular; têm seu pessoal regido pela legislação trabalhista, embora todo ele, em todos os níveis, deva ser contratado mediante concurso público; submetem-se ao controle dos tribunais de contas; podem falir; são julgadas na justiça estadual e não gozam de prescrição quinquenal.

## **GABARITO**

1. V F F F V
2. V F F F F
3. V F F V F
4. V V V V F
5. F V F F F
6. F V F V F
7. V F V F F
8. F F F F F
9. V F F V V
10. V V F F V
11. F F F F V
12. V V F F V
13. V V F V V
14. V V F F V
15. V V V F F
16. V F V V F
17. F F V V V
18. F V V F V
19. F V F F F
20. V V F F F

## SIMULADO DIREITO ADMINISTRATIVO 05

### **1. Princípios administrativos são postulados que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.**

- a) A Administração Pública deve obediência tão-somente aos princípios expressos na Constituição Federal.
- b) O princípio da motivação implica para a Administração Pública o dever de justificar os seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato.
- c) O princípio da moralidade pública contrapõe-se ao da impessoalidade, visto que impõe ao administrador público atuação que não seja voltada para seus próprios interesses.
- d) O princípio da publicidade impõe a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública e não comporta exceções.
- e) O princípio da eficiência impõe a todo agente público realizar suas atribuições buscando alcançar os melhores resultados para a Administração Pública, independentemente dos meios usados para tal.

### **2. Acerca dos atos administrativos, marque a opção correta.**

- a) Os Poderes Legislativo e Judiciário não podem praticar atos administrativos.
- b) Atos de império são os que a Administração Pública pratica sem usar de sua supremacia sobre o administrado ou o servidor.
- c) Atos discricionários são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização, não restando para a Administração Pública liberdade de avaliação e decisão, segundo critérios de conveniência e oportunidade.
- d) A anulação do ato administrativo é exclusiva da Administração, enquanto a revogação também pode ser levada a efeito pelo Poder Judiciário.
- e) Milita em favor dos atos administrativos uma presunção juris tantum de legitimidade.

### **3. Sobre a organização administrativa da União, marque a alternativa correta.**

- a) As autarquias, pessoas jurídicas de direito privado, só por lei podem ser criadas e sujeitam-se ao controle feito pelo Tribunal de Contas da União.
- b) Empresa pública federal é pessoa jurídica criada por lei, com personalidade jurídica de direito público e capital formado unicamente por recursos provenientes da esfera federal.
- c) As empresas públicas podem adotar qualquer forma societária entre as em Direito admitidas, ao passo que as sociedades de economia mista terão obrigatoriamente a forma de sociedade anônima.
- d) Tanto as autarquias quanto as empresas públicas têm personalidade jurídica de direito público, sendo que nestas o capital é exclusivamente público e naquelas há uma conjugação de recursos públicos e privados.
- e) Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista compõem a "Administração Indireta", têm personalidade jurídica de direito público e apenas as duas primeiras sujeitam-se ao controle feito pelo Tribunal de Contas da União.

### **4. Incumbe ao poder público a prestação de serviços públicos. Sobre o tema, assinale a opção correta.**

- a) Serviços públicos descentralizados são aqueles em que a Administração Pública transpassa a execução a particulares, cabendo a esses últimos a regulamentação e o controle do serviço.
- b) A concessão de serviço público é caracterizada pelo fato de o concessionário remunerarse exclusivamente pelas tarifas pagas pelos usuários do serviço.
- c) Desapropriação da concessão de serviço público é a retomada do serviço pelo poder concedente, durante a vigência do contrato, em decorrência do interesse público.
- d) Resgate é a modalidade de extinção da concessão do serviço público derivada da desobediência do concessionário a qualquer dever legal, regulamentar ou contratual.
- e) Não pode o poder público discriminar o universo de destinatários do serviço público, sob pena de violação do princípio da impessoalidade.

### **5. Sobre os servidores públicos civis da União, assinale a alternativa correta.**

- a) O servidor público que não tomar posse nos quinze dias seguintes ao ato de provimento será exonerado do cargo público.

- b) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- c) Em caso de reintegração de servidor público, encontrando-se provido o cargo, o reintegrado exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- d) As licenças concedidas aos servidores públicos para capacitação, para tratar de interesses particulares e por motivo de afastamento do cônjuge terão prazo máximo de duração igual a vinte e quatro meses.
- e) A ação disciplinar prescreverá em cinco anos quanto às infrações praticadas por servidor público da União e que estejam sujeitas à punição com demissão, suspensão ou advertência.

**6. Acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.**

- a) O controle judicial é levado a efeito pelo Poder Judiciário e pelos Tribunais de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- c) É inadmissível o controle administrativo da Administração Pública, visto que o princípio do controle pressupõe que fiscalizado e fiscalizador sejam pessoas distintas.
- d) No exercício do controle externo, compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União aos Municípios. e) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.

**GABARITO**

- 1. B** - Embora não esteja expressamente previsto no art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, o princípio da motivação é amplamente reconhecido pela doutrina e jurisprudência. Pela motivação, o administrador público justifica sua ação administrativa, indicando os fatos que ensejam o ato e os preceitos jurídicos que autorizam sua prática, não só por razões de boa administração, como também pelo fato de que toda autoridade ou Poder, em um sistema representativo, deve explicar suas decisões. Na esfera federal, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelece que a Administração Pública obedecerá, entre outros, ao princípio da motivação (art. 1º).
- 2. E** - Os atos administrativos têm como atributo a presunção de legitimidade, a qualidade de se presumirem verdadeiros e conformes com o Direito, até prova em contrário, por conseguinte, presunção relativa.
- 3. C** - Empresas públicas e sociedades de economia mista apresentam grande semelhança, contudo, nos termos do Decreto-Lei nº 200/67, as primeiras podem adotar qualquer forma societária em Direito admitida, ao passo que as sociedades de economia mista terão obrigatoriamente a forma de Sociedade Anônima (Lei nº 6.404/76).
- 4. E** - O princípio da impessoalidade está relacionado com a finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa, não podendo a Administração Pública atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar pessoas determinadas.
- 5. B** - Estes são os termos do art. 25, da Lei nº 8.112/90.
- 6. D** - Nos termos do art. 71, da Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União aos Municípios, mediante convênio (inciso VI).

**SIMULADO DIREITO ADMINISTRATIVO 06**

1. A 3ª fase do processo administrativo propriamente dito é:
- a) a defesa;
- b) o relatório;
- c) o recurso;
- d) o julgamento;
- e) a instrução.
2. As licenças, permissões e autorizações se incluem entre os atos administrativos ditos:
- a) negociais;
- b) enunciativos;
- c) ordinatórios;
- d) normativos;
- e) abdicativos.
3. A modalidade de contrato administrativo pelo qual o poder público atribui a utilização exclusiva de

um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo a sua destinação específica, tem o nome de:

- a) concessão de uso;
- b) autorização de uso;
- c) permissão de uso;
- d) cessão de uso;
- e) limitação administrativa.

4. No tocante à invalidade dos atos administrativos, é falsa a proposição.

- a) Anulação é a invalidação de ato administrativo por motivo de ilegalidade.
- b) A revogação é a invalidação do ato administrativo por motivo de conveniência e oportunidade.
- c) Tanto a Administração quanto o Judiciário podem anular ato administrativo.
- d) A revogação dos atos administrativos é prerrogativa exclusiva da administração.
- e) Cabe ao Judiciário, com exclusividade, a anulação dos atos administrativos.

5. As pessoas jurídicas que integram a Administração Pública Federal indireta têm em comum:

- a) somente a criação por lei específica;
- b) sua natureza jurídica;
- c) apenas o fato de possuírem personalidade e patrimônio próprios;
- d) criação por lei específica, personalidade e patrimônio próprios;
- e) o exercício de atividades típicas da Administração Pública.

6. Fica o servidor público sujeito à pena de demissão, a bem do serviço público, se:

- a) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;
- b) retirar, sem prévia autorização, por escrito, da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- c) apenas o fato de possuírem personalidade e patrimônio próprios;
- d) manter sob sua chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;
- e) exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário.

7. O poder administrativo pelo qual pode a Administração Pública condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado é o:

- a) hierárquico;
- b) disciplinar;
- c) de polícia;
- d) regulamentar;
- e) discricionário.

8. São objetos exclusivos de licitação realizada sob a modalidade de concorrência:

- a) concessões de direito real de uso e alienação de imóveis;
- b) obra de grande vulto e competição internacional;
- c) alienação de bens imóveis e competição internacional;
- d) obra de grande vulto e concessões de direito real de uso;
- e) licitações internacionais e alienação de bens móveis.

### **Reforma Administrativa e Previdenciária**

9. As Emendas Constitucionais nos 19 e 20 alteraram alguns dispositivos da Constituição brasileira relativos aos servidores públicos. Com relação a esse tema, assinale a opção correta.

- a) Os magistrados e membros do Ministério Público serão remunerados de acordo com os mesmos critérios de remuneração aplicáveis aos demais servidores públicos.
- b) Foi extinta a estabilidade dos servidores públicos.
- c) A aposentadoria compulsória se dará aos setenta e cinco anos de idade.
- d) Foi mantida a aposentadoria voluntária proporcional por tempo de serviço.
- e) A aposentadoria voluntária pressupõe, tanto para homens quanto para mulheres, tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo eletivo em que se dará a aposentadoria.

10. Marina, empregada do Banco do Brasil, sociedade de economia mista, prestou concurso para cargo técnico do MPU e, aprovada, tomou posse e entrou em exercício na mesma data da posse. Entendendo que haveria compatibilidade de horários, manteve a servidora o seu emprego no Banco do Brasil. Verificando a acumulação, sua chefe no MPU notificou-a da necessidade de que fizesse opção pelo emprego ou pelo cargo público. Em face dessa situação, assinale a opção correta.

- a) Marina não estará obrigada a fazer opção, haja vista a compatibilidade de horários tornar

a acumulação permitida.

b) Marina não estará obrigada a fazer opção, haja vista a Emenda Constitucional nº 19/98 não mais caracterizar como indevida a acumulação de cargo público com emprego em sociedade de economia mista.

c) A servidora, caso não faça opção, deverá ser imediatamente demitida do cargo que ocupa no MPU.

d) A chefia deverá, em face da omissão da servidora em manifestar-se acerca da opção, adotar procedimento sumário para a apuração e regularização imediata da situação.

e) Caso a servidora faça opção pelo cargo ou emprego, no prazo legal, ainda assim sua conduta caracterizará má-fé e exigirá a aplicação de punição.

11. A aprovação do texto da reforma administrativa, pela Emenda Constitucional nº 19/98, alterou diversos dispositivos disciplinadores da Administração Pública brasileira.

Em particular, foi extinto(a) o(a):

I - estabilidade dos servidores públicos;

II - regime jurídico único dos servidores públicos;

III - paridade (isonomia de vencimentos) entre os servidores dos diversos Poderes;

IV - vedação de vinculações ou equiparações de vencimentos.

Estão certos apenas os itens:

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) II e IV.

12. Emanuela adquiriu a estabilidade no serviço público federal em decorrência de ter ocupado cargo na Administração Pública direta. Após aprovação em novo concurso público para o cargo de Assistente da Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União (MPU), foi a mencionada servidora investida no novo cargo. Em face da situação apresentada, Emanuela:

a) não mais se submeterá a novo estágio probatório, por já o haver cumprido na Administração Pública federal direta.

b) será submetida a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será exonerada do serviço público.

c) será submetida a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será reconduzida ao antigo cargo.

d) será submetida a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será posta em disponibilidade.

e) será submetida a novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será reintegrada no antigo cargo.

A reintegração de Emanuela independe de ter sido o seu antigo cargo provido.

13. A nova redação do art. 39 da Constituição Federal, definida pela Emenda Constitucional nº 19, extinguiu o regime jurídico único dos servidores públicos. Assinale a opção correta acerca das consequências decorrentes dessa extinção.

a) Os estados e municípios poderão, a partir de então, adotar para seus servidores regime jurídico distinto do adotado pela União.

b) Poderão ser admitidos empregados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para entidades autárquicas, fundacionais ou mesmo para a própria Administração Pública direta.

c) Empresas públicas e sociedades de economia mista não mais estarão obrigadas a seguir regime estatutário.

d) Empresas públicas e sociedades de economia mista não mais estão obrigadas a contratar seus empregados mediante concurso público.

e) As autarquias deverão manter o mesmo regime aplicável aos servidores da Administração direta a que estejam vinculadas; as fundações poderão adotar o regime da CLT.

14. O servidor homem que venha a ocupar cargo técnico efetivo da União aos 46 anos de idade e que já conte 25 anos de contribuição à previdência terá direito à aposentadoria voluntária:

a) com proventos integrais correspondentes à remuneração do cargo ocupado, ao completar 35 anos de contribuição.

b) com proventos integrais correspondentes à remuneração recebida na ativa, se permanecer 14 anos no cargo para o qual prestou o concurso público.

c) com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ao atingir a idade de 55 anos.

d) desde que complete 10 anos de efetivo serviço público, sendo 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

e) desde que atenda, simultaneamente, aos requisitos de 35 anos de contribuição e 10 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

15. As recentes reformas constitucionais impuseram significativas mudanças para os servidores

públicos. Em relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

I - O novo teto de remuneração dos ocupantes de cargos, funções ou empregos da Administração direta corresponde ao subsídio dos Ministros do STF, mas as vantagens pessoais não podem ser computadas para esse fim, como, por exemplo, os anuênios.

II - Reconheceu-se que a greve é um instrumento de pressão do trabalhador por aumento de salários, não fazendo sentido que os servidores públicos, que só podem ter sua remuneração revista por lei, mantivessem esse direito; assim, suprimiu-se o direito de greve dos servidores públicos.

III - Todos os servidores públicos que ingressarem em cargos ou empregos da Administração direta ou indireta no ano de 1999 serão aposentados com proventos integrais, se preencherem as múltiplas condições estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 20, entre elas, a de contar cinco anos no cargo ou emprego em que se dará a aposentadoria.

IV - Em caso de acumulação de um cargo técnico com um cargo de professor, poderá o servidor ser beneficiado com duas aposentadorias à conta do regime especial de previdência.

V - As normas relativas à reforma previdenciária dependem de regulamentação do Congresso Nacional. Por isso, os antigos servidores que venham a adquirir direito à aposentadoria com base nas regras antes vigentes poderão delas se beneficiar, até que sobrevenha a legislação infraconstitucional que permita a aplicação do novo sistema.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

16. Nos termos da Constituição em vigor, o agente público ordenador de despesa que se apropriar de valores ou bens sob sua administração estará cometendo ato de improbidade administrativa. As possíveis cominações aplicáveis a esse infrator incluem a(s):

I - suspensão dos direitos políticos;

II - perda da função pública e o ressarcimento do dano ao erário;

III - indisponibilidade do patrimônio pessoal;

IV - multa proporcional ao dano;

V - sanções do Código Penal.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

17. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

a) A responsabilidade civil objeto das entidades de direito público exonera o eventual atingido da prova do nexo de causalidade.

b) Não influi no juízo sobre a responsabilidade civil da administração a eventual contribuição ou concorrência da vítima para o evento danoso.

c) Nos termos da Constituição, o ato lícito da administração não poderá dar ensejo à responsabilidade civil.

d) A responsabilidade civil do Estado adotada pela Constituição é ampliada pela idéia de que se aplica entre nós a teoria da equivalência das condições.

e) A doutrina e a jurisprudência brasileiras admitem que a responsabilidade civil do Estado submete-se entre nós à teoria do dano direto e imediato ou da interrupção do nexo causal.

18. Considere que, após aprovação em concurso público de provas e títulos para cargo de professor da Fundação Universidade de Brasília, universidade pública federal, João Carlos, que não possuía qualquer vínculo com o serviço público, entrou em exercício e, conseqüentemente, submeteu-se ao estágio probatório. A avaliação do desempenho do professor, após ser-lhe assegurada ampla defesa, nos termos da lei, constatou a sua inassiduidade, indisciplina e improdutividade. Decidiu-se, então, pela não-aprovação no estágio probatório. Nesses termos, João Carlos deverá ser:

a) demitido.

b) exonerado.

c) destituído.

d) dispensado.

e) posto em disponibilidade.

19. Nos termos em que atualmente a Constituição disciplina a matéria, a estabilidade no serviço público:

a) é adquirida após 3 anos de efetivo exercício, pelos servidores concursados nomeados para cargos de provimento efetivo ou em comissão.

b) não poderá ser adquirida pelos estrangeiros que, na forma da lei, possam ter acesso aos cargos públicos.

c) somente poderá ser adquirida pelos integrantes das carreiras consideradas essenciais à administração da Justiça.

d) não impede a perda do cargo do servidor estável, na hipótese de verificar-se excesso de despesa com pessoal ativo em relação aos limites estabelecidos em lei complementar.

e) gera para o servidor estável o direito a permanecer em disponibilidade, com remuneração integral, no caso de extinção do seu cargo, até seu aproveitamento em outro.

### **GABARITO**

1. a
2. a
3. a
4. e
5. d
6. e
7. c
8. d
9. e
10. d
11. d
12. c
13. b
14. b
15. a
16. e
17. e
18. b
19. d

## DIREITO ADMINISTRATIVO – SIMULADO 07

01. A titulação genérica de Administração Pública, usada pelo legislador constituinte de 1988, ao tratar da Organização do Estado, para efeito de sujeição dos seus atos à obediência de determinados princípios fundamentais e à observância de outras exigências, restrições ou limitações ali declinadas, abrange e alcança
- A) os órgãos públicos, exceto os dos Poderes Legislativo e Judiciário
  - B) os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, exceto dos Poderes Legislativo e Judiciário
  - C) os órgãos dos Três Poderes, quer os da União, dos Estados, do Distrito Federal como os dos Municípios
  - D) os órgãos dos Três Poderes e as entidades descentralizadas, exceto dos Estados e Municípios
  - E) as autarquias, excetuando as empresas públicas e sociedades de economia mista
02. O regime jurídico administrativo, posto em relação com o direito privado, acarreta a assertiva de que
- A) os poderes administrativos são insusceptíveis de controle judicial
  - B) o interesse particular sobrepõe-se ao da Administração pública
  - C) o poder de polícia não interfere nos direitos e nas liberdades individuais
  - D) só Lei pode desconstituir o ato jurídico perfeito e acabado
  - E) o interesse público sobrepõe-se ao dos particulares
03. A natureza do regime jurídico único dos servidores públicos federais é de ordem predominantemente
- A) privatista
  - B) contratual
  - C) celetista
  - D) eletiva
  - E) legal
04. Na Administração Pública Federal, em termos de regime jurídico dos seus servidores,
- A) todos são sujeitos ao celetista
  - B) todos são sujeitos ao estatutário
  - C) é optativo o celetista ou estatutário
  - D) o estatutário da Lei 8.112/90 está presente nas autarquias da União
  - E) o estatutário da Lei 8.112/90 é exclusivo das entidades integrantes da Administração Federal
05. Os serviços notariais e de registro cartorário são exercidos em caráter
- A) público, por órgão da Administração
  - B) público, por entidade da Administração
  - C) privado, por delegação do poder público
  - D) privado, pelo regime de empresa concessionária
  - E) privado, de livre iniciativa e competitividade particular
06. As contratações de compras e obras no serviço público dependem de prévia licitação, exceto no caso de
- A) publicidade
  - B) inexigibilidade
  - C) informática
  - D) alimentos
  - E) importações
07. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera ex tunc, retroativamente, impedindo os seus efeitos jurídicos, mas quanto ao dever de indenizar o contratado, pelo que ele houver até então realizado, a(o)
- A) Administração não fica exonerada de pagar-lhe



- B)** Administração fica exonerada de pagar-lhe
- C)** questão deve ser resolvida mediante acordo entre as partes
- D)** questão tem que ser resolvida em sede judicial
- E)** pagamento depende da causa motivadora da anulação

08. O ato jurídico perfeito e acabado, para o qual concorreram os elementos essenciais de validade,

- A)** pode ser anulado por interesse público
- B)** pode ser revogado por conveniência administrativa
- C)** pode ser anulado por conveniência administrativa
- D)** não pode ser revogado por conveniência administrativa
- E)** não pode ser revogado por interesse público

09. Entre os elementos sempre essenciais à validade dos atos administrativos não se inclui o da

- A)** Forma própria
- B)** Motivação
- C)** condição resolutiva
- D)** finalidade
- E)** autoridade competente

10. O controle afeto ao Tribunal de Contas da União compreende, entre outros, o dos (das)

- A)** gastos municipais em geral
- B)** admissões de pessoal na Administração Pública Federal
- C)** partidos políticos
- D)** admissões de pessoal no Serviço Público em geral
- E)** obras públicas em geral

11. Podem ser qualificadas, pelo Poder Executivo, como organizações sociais, destinatárias de recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento de suas finalidades, as entidades

- A)** não governamentais e governamentais.
- B)** de direito privado, não governamentais.
- C)** governamentais de direito público.
- D)** governamentais de direito privado.

12. Em face do princípio da legalidade, consagrado constitucionalmente, pode-se afirmar que a Administração Pública só pode fazer o que a lei

- A)** e o regulamento determinam.
- B)** determina.
- C)** e o regulamento determinam ou autorizam.
- D)** determina ou autoriza.

13. Um dos princípios do direito administrativo é o da motivação. Cumpre-se exigência de motivar atos administrativos, enunciando

- A)** a intenção com que o agente expede o ato.
- B)** o dispositivo legal que se entende aplicável à espécie.
- C)** o fato que, em face da lei, enseja a expedição do ato.
- D)** o dispositivo legal aplicável e a intenção do agente.

14. Em face de ato administrativo expedido no exercício de competência discricionária, o controle pelo Judiciário, quando provocado,

- A)** é restrito aos aspectos de competência e formalidade.
- B)** é restrito aos aspectos de legalidade do ato.
- C)** é cabível sem quaisquer restrições.
- D)** é incabível pela insindicabilidade do ato discricionário.

15. Cabe à autoridade administrativa anular licitação que entenda padecer de ilegalidade

insanável. Em face dessa competência os licitantes, sendo informados oficialmente dessa intenção, podem manifestar-se ou agir

- A) antes da anulação, perante a Administração, e depois, perante o Judiciário.
- B) só depois da anulação, perante a Administração e/ou o Judiciário.
- C) antes e depois da anulação, perante a Administração e/ou o Judiciário.
- D) só depois da anulação, perante o Judiciário.

16. Nos contratos administrativos, cláusulas que podem ser modificadas unilateralmente pela Administração, nos termos da lei, são as pertinentes

- A) ao regime de execução.
- B) à garantia contratual.
- C) à forma de pagamento.
- D) ao objeto do contrato.

17. A inadimplência de concessionária de serviço público, ensejadora de declaração da caducidade da concessão outorgada nos termos da Lei no 8987, de 13 de fevereiro de 1995, apura-se mediante

- A) processo administrativo.
- B) processo administrativo ou averiguação sumária.
- C) averiguação sumária ou ação judicial.
- D) ação judicial.

18. Em face da Emenda Constitucional no 19/98, e no que concerne aos servidores públicos civis, pode-se afirmar que

- A) foi extinta a garantia da estabilidade.
- B) foi extinto o regime jurídico único, com ressalvas.
- C) foi extinta a obrigatoriedade do regime estatutário, com ressalvas.
- D) foi extinta a garantia da irredutibilidade de vencimentos.

19. Interposto recurso administrativo contra ato que se considera ilegal, o interessado, enquanto não decidido o recurso, fica impedido de pleitear anulação judicial do mesmo ato no caso de recurso

- A) com efeito suspensivo, independente de caução.
- B) com efeito suspensivo, mediante caução.
- C) hierárquico próprio, sem efeito suspensivo.
- D) hierárquico impróprio, sem efeito suspensivo.

20. Para que alguém obtenha indenização do Estado por danos que lhe tenham sido causados por atos comissivos de seus agentes, é necessário provar, além do dano, o nexo de causalidade entre o dano e a atuação

- A) dolosa ou culposa do agente.
- B) dolosa do agente.
- C) do agente.
- D) ilegal do agente.

#### **GABARITO**

**01-C | 02-E | 03-E | 04-D | 05-C**  
**06-B | 07-A | 08-B | 09-C | 10-B**  
**11-B | 12-D | 13-C | 14-B | 15-C**  
**16-D | 17-A | 18-C | 19-A | 20-C**

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO – SIMULADO 08**

01. A Administração Pública tem direito de modificar, unilateralmente, relações jurídicas estabelecidas, em face

- A) da indisponibilidade dos interesses públicos.

- B) da supremacia do interesse público sobre o privado.
- C) do princípio da continuidade dos serviços públicos.
- D) do princípio da legalidade.

02. O Chefe do Executivo pode dispor sobre organização e funcionamento dos órgãos da Administração, desde que

- A) não limite a discricionabilidade administrativa.
- B) o faça por intermédio de medida provisória.
- C) apenas cuide de competências vinculantes.
- D) o exercício desta competência não implique inovação sobre direitos ou deveres não identificados na lei regulamentada.

03. Sociedade de Economia Mista está sujeita à falência, desde que

- A) por ela o Estado responda subsidiariamente perante terceiros.
- B) preste serviço público (art. 175 CF).
- C) explore atividade econômica (art. 173 CF).
- D) não tenha sido criada por lei.

04. Um licitante interpõe, após o prazo legal de 5 dias úteis, recurso contra decisão da Comissão de Licitação que classificou as propostas, adjudicando o objeto licitado, alegando vício na proposta vencedora - A Comissão de Licitação deve

- A) receber o recurso como denúncia.
- B) declarar a preclusão da via administrativa pelo escoamento do prazo legal.
- C) declarar convalidada a decisão pelo decurso do prazo.
- D) negar recebimento ao recurso.

05. Qual a pessoa jurídica de direito público categorizada como Administração Indireta?

- A) Empresa pública.
- B) Distrito Federal.
- C) Organização social.
- D) Autarquia.

06. Uma vez que a atividade administrativa é infralegal, as competências públicas não serão descaracterizadas se, nos casos previstos em lei,

- A) houver renúncia pelo seu titular.
- B) houver delegação de seu exercício a terceiros.
- C) houver declaração de prescrição, na hipótese de sua não utilização.
- D) forem restringidas pela vontade do próprio titular.

07. Na concessão de serviço público, o Poder Concedente pode extinguir a concessão a qualquer momento, por motivo de conveniência e oportunidade, mediante lei autorizadora específica e prévio pagamento da indenização. Esta forma de extinção é denominada

- A) encampação.
- B) caducidade.
- C) rescisão contratual.
- D) desapropriação indireta.

08. Com a Reforma Administrativa, estabeleceu-se o denominado **teto salarial** do servidor público. Este teto salarial impede que

- A) o servidor federal perceba remuneração superior ao subsídio mensal do Presidente da República.
- B) o servidor acumule vencimentos com proventos.
- C) o servidor perceba remuneração superior ao subsídio mensal dos ministros do STF.
- D) a despesa com pessoal ativo e inativo, em cada uma das esferas de Governo, ultrapasse o limite estabelecido em lei complementar.

09. Fala-se que o **apagão** de 11 de março de 1999 foi causado por um raio nas subestações elétricas da cidade de Bauru. Em sendo isso verdade, admitindo-se a existência de força maior, pode-se dizer que os concessionários de serviço público de

eletricidade ainda assim poderão ser responsabilizados pelos danos causados

- A) de vez que a sua responsabilidade é objetiva.
- B) se constatado que as concessionárias não tomaram as cautelas normais contra acidentes desta ordem.
- C) visto que a força maior e o caso fortuito não excluem a responsabilidade objetiva do Estado.
- D) dado a responsabilidade subjetiva das concessionárias não depende da ausência de nexos causal.

10. A Lei nº 10.177, de 30.12.1998, regulando o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, impôs, em seu artigo 33, prazo para a Administração decidir requerimentos em geral, após o que o requerente poderá considerar rejeitado o seu pedido, na esfera administrativa - Esta novidade

- A) permitirá que o requerente ingresse imediatamente com mandado de injunção, por se tratar de competência vinculada.
- B) será um obstáculo ao princípio da inafastabilidade da defesa jurisdicional.
- C) propiciará afronta ao princípio da ampla defesa.
- D) impedirá que a Administração defenda sua inação, alegando ser ela decorrente de sua discricionariedade administrativa.

11. São atributos do ato administrativo:

- A) discricionariedade, impessoalidade e coercibilidade.
- B) discricionariedade, impessoalidade e moralidade.
- C) discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade.
- D) legalidade, moralidade e coercibilidade.

12. Se a autoridade competente declara de utilidade pública para fins de expropriação bem de inimigo político, visando a afrontá-lo, embora invocando motivo de interesse público, caracteriza-se:

- A) o exercício de poder discricionário.
- B) desvio de poder ou de finalidade.
- C) exercício de poder político, insuscetível de controle judicial.
- D) excesso de poder.

13. O poder de regulamentar uma lei

- A) é de natureza administrativa.
- B) é exclusivo do chefe do Poder do Executivo.
- C) não está sujeito ao prazo eventualmente determinado naquela para ser exercido.
- D) compreende todos os elementos acima mencionados.

14. A natureza jurídica da autarquia administrativa é

- A) pessoa jurídica de direito privado.
- B) pessoa jurídica de direito público interno.
- C) pessoa jurídica de direito privado de fins públicos.
- D) pessoa política autônoma e descentralizada.

15. Trata-se de Ministério integrante do chamado setor político:

- A) das Relações Exteriores.
- B) da Fazenda.
- C) do Interior.
- D) das Comunicações.

16. A ocorrência de guerra ou de grave perturbação da ordem são situações que tornam a licitação

- A) previamente dispensada ex-vi-legis.
- B) mesmo assim obrigatória.
- C) dispensável ao alvedrio do administrador público.
- D) dispensável para os contratos relacionados com tais eventos.

17. Nos contratos administrativos não cumpridos o contratado infrator sujeita-se a sanção denominada declaração de inidoneidade, que tem por escopo

- A) admoestar o contratante que descumpriu a vença.
- B) alterar as administrações públicas, para prevenir futuras infrações.
- C) afastar o inadimplente de entre os fornecedores da Administração contratante.
- D) responsabilizar civilmente o inadimplente que causou lesão patrimonial.

18. Pessoa jurídica de direito privado criada por lei específica, com capital exclusivamente público, para realizar atividade de interesse da administração instituidora nos moldes da iniciativa particular, podendo revestir qualquer forma e organização empresarial, é conceito jurídico de:

- A) fundação governamental.
- B) sociedade de economia mista.
- C) ente paraestatal.
- D) empresa pública.

19. A responsabilidade patrimonial extra-contratual do Estado incide sobre

- A) as pessoas jurídicas de direito público.
- B) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- C) ambas as mencionadas categorias de pessoas.
- D) as pessoas jurídicas de direito público e mais as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações governamentais.

20. Mecanismo de frenagem da Administração Pública contra os abusos de direito individual é uma forma de conceituar:

- A) poder de polícia.
- B) poder vinculado.
- C) poder discricionário.
- D) poder hierárquico.

#### **GABARITO**

**01-B | 02-D | 03-C | 04-A | 05-D  
06-B | 07-A | 08-C | 09-B | 10-D  
11-C | 12-B | 13-D | 14-B | 15-A  
16-D | 17-C | 18-D | 19-C | 20-A**

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO – SIMULADO 09**

01. O direito de retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é o direito de

- A) reversão.
- B) retrocessão.
- C) encampação.
- D) tredestinação.

02. Na hipótese de haver apenas um participante em uma licitação pública, a administração

- A) poderá torná-la sem efeito e realizar outra.
- B) terá, necessariamente, de adjudicar o serviço ao único participante.
- C) poderá prorrogar o prazo de entrega das propostas.
- D) poderá comparar os preços ofertados com os praticados no mercado e impor ao participante o preço médio.

03. Da independência das instâncias administrativas, civil e criminal, resulta que

- A) o funcionário poderá sempre ser punido em qualquer dessas esferas sem a preocupação de se esperar o resultado de qualquer outra instância.
- B) a absolvição criminal somente afasta a responsabilização administrativa, quando

ficar comprovada a inexistência do fato ou a não-autoria imputada ao funcionário.

C) a absolvição por falta de provas, na esfera criminal, necessariamente terá reflexo no processo administrativo.

D) a absolvição por falta de provas, no processo criminal, somente terá reflexo na esfera civil.

04. A autarquia, na organização administrativa, faz parte

A) da administração direta.

B) do setor privado da administração.

C) de um corpo à parte da administração.

D) da administração indireta.

05. O servidor público estável

A) poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

B) pode ser demitido em decorrência de avaliação insuficiente.

C) só pode ser demitido por decreto do Chefe do Poder Executivo.

D) só pode ser afastado por efeito de decisão judicial.

06. Os direitos e ações pessoais contra as Fazendas Públicas, contado o prazo da data do fato ou ato do qual se originaram, prescrevem em

A) 5 (cinco) anos, podendo ser interrompido uma vez.

B) 5 (cinco) anos, não podendo ser interrompido.

C) 10 (dez) anos entre presentes e 15 (quinze) anos entre ausentes.

D) 20 (vinte) anos.

07. A desistência da ação de desapropriação

A) sujeita-se ao consentimento do proprietário do bem expropriando.

B) está condicionada ao pagamento integral do preço arbitrado.

C) pode ser parcial.

D) é inadmissível se verificada a imissão de posse do imóvel expropriando.

08. Os Tribunais de Contas

A) integram o Poder Judiciário.

B) são órgãos auxiliares dos Legislativos e colaboradores dos Executivos.

C) podem ser criados nas capitais de Estados que deles não dispõem.

D) revestem-se de natureza autárquica.

09. Os estacionamentos localizados nas ruas públicas cujo uso enseje pagamento à administração pública constituem

A) bem de uso comum do povo.

B) servidão administrativa.

C) bem de natureza dominial.

D) bem de uso especial.

10. O poder regulamentar de que dispõem os Chefes de Executivos, no que tange às leis, é

A) delegável.

B) exercitável, mesmo relativamente àquelas cujo veto de que foram objeto tenha sido rejeitado.

C) de exercício indispensável, para que sejam exeqüíveis.

D) instrumento hábil à correção de eventuais equívocos, ao âmbito do conteúdo.

11. As decisões administrativas de um tribunal caracterizam exercício de função.

A) jurisdicional, podendo formar coisa julgada.

B) jurisdicional, vinculando todos os órgãos a ele subordinados, mas não formando coisa julgada.

C) jurisdicional, exigindo-se que sejam sempre motivadas

D) administrativa, devendo ser tomadas pela maioria absoluta de seus membros se

de conteúdo disciplinar

E) administrativa, não se sujeitando, todavia, aos princípios previstos constitucionalmente para a Administração Pública.

12. As organizações sociais são

A) órgãos pertencentes à Administração direta, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

B) autarquias, declaradas entidades de interesse social e utilidade pública para todos os efeitos legais.

C) sociedades de economia mista, criadas por lei ou decreto, sem fins lucrativos, administradas por conselho do qual participam representantes do poder público.

D) fundações de direito público, cujo patrimônio é formado parcialmente com recursos públicos, votadas ao desenvolvimento de atividades sociais previstas na lei ou decreto que as cria.

E) pessoas jurídicas de direito privado que, preenchendo os requisitos legais, podem celebrar contratos de gestão com o poder público para a formação de parceria na fomento e execução de determinadas atividades.

13. Caso o Poder Executivo exorbite no exercício de seu poder regulamentar, a sustação do ato normativo exorbitante compete.

A) ao Congresso Nacional.

B) ao Senado Federal

C) à Câmara dos Deputados.

D) ao Tribunal de Contas da União.

E) ao Ministério da Justiça.

14. A permissão de serviços públicos, tal como prevista na Lei nº 8.987/95, é formalizada por meio de

A) lei específica, do mesmo modo que a concessão de serviços públicos.

B) decreto, diferentemente da concessão de serviços públicos, que deve ser estabelecida por lei específica.

C) contrato administrativo, da mesmo modo que a concessão de serviços públicos.

D) contrato de direito privado, diferentemente da concessão de serviços públicos, que deve ser estabelecida por contrato administrativo

E) ato administrativo unilateral, diferentemente da concessão de serviços públicos, que deve ser estabelecida por contrato administrativo.

15. Segundo a teoria dos motivos determinantes,

A) todo ato administrativo deve ter sua motivação expressamente prevista na lei

B) a inexistência dos motivos explicitados pelo agente para a prática do ato administrativo invalida o ato, ainda que outros motivos de fato existam para justificá-lo

C) os motivos invocados para a prática do ato administrativo fazem parte do mérito do ato e não podem ser apreciados judicialmente

D) a finalidade de interesse público a que visa o agente com a prática do ato administrativo pode sanar eventual vício de forma do ato ou de competência relativa do agente

E) o desatendimento ao interesse público pode ser invocado pelo Poder Judiciário para a anulação do ato administrativo.

16. A revogação de um ato administrativo discricionário pelo Poder Judiciário

A) pode ocorrer apenas em razão de vício de forma

B) pode ocorrer apenas em razão de vício de competência do agente.

C) pode ocorrer apenas em razão de ilegalidade do agente.

D) pode ocorrer apenas em razão de desvio de finalidade.

E) não pode ocorrer

17. É passível a alteração de um contrato administrativo, por

A) acordo das partes, para substituição do particular contratado

- B) acorda das partes, para o acréscimo de 50% do valor contratado para prestação de serviços.
- C) ato unilateral da Administração, para substituição da garantia de execução
- D) ato unilateral da Administração, para a acréscimo de 50% do valor contratado para reforma de edifício
- E) ato unilateral da Administração, para a supressão de 50% do valor contratado para compra.

18. Para licitações internacionais é admissível,

- A) exclusivamente a modalidade concorrência.
- B) além da modalidade concorrência, a tomada de preços, desde que o órgão licitante disponha de cadastro internacional de fornecedores, e o convite, desde que não haja fornecedor do bem ou serviço no País, respeitadas as faixas de valor legalmente previstas.
- C) além da modalidade concorrência, apenas a tomada de preços, desde que se empregue o sistema de registro de preços, respeitadas as faixas de valor legalmente previstas.
- D) além da modalidade concorrência, a tomada de preços, desde que se empregue o sistema de registro de preços, e o convite, desde que não haja fornecedor do bem ou serviço no País, respeitadas as faixas de valor legalmente previstas.
- E) exclusivamente, a modalidade tomada de preços.

19. É direito constitucionalmente assegurado aos servidores públicos civis a

- A) acumulação de aposentadorias, no regime de previdência de caráter contributivo, decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição.
- B) percepção de proventos integrais na hipótese de aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.
- C) estabilidade após 3 anos contados de sua posse em cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- D) percepção de subsídio, acrescido de eventuais abonos e gratificações previstos em lei.
- E) disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, na hipótese de perda do cargo em decorrência de processo de avaliação de desempenho.

20. É consequência necessária da aprovação em concurso público para ingresso no serviço pública em cargo de provimento efetivo

- A) a nomeação do aprovado para o cargo em questão.
- B) a aquisição de estabilidade pelo aprovado no prazo constitucionalmente previsto.
- C) a não preterição do aprovado, segundo a ordem de classificação, no momento da nomeação.
- D) a indenização do aprovado caso sua nomeação não ocorra no prazo constitucionalmente previsto.
- E) o direito á futura aposentadoria segundo as regras constitucionais vigentes na época da aprovação.

#### **GABARITO**

**01-C | 02-A | 03-B | 04-D | 05-A**  
**06-A | 07-C | 08-B | 09-D | 10-B**  
**11-D | 12-E | 13-A | 14-C | 15-B**  
**16-E | 17-D | 18-B | 19-A | 20-C**

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO – SIMULADO 10**

01. Quais as entidades da administração indireta que são sempre constituídas sem a obrigatoriedade de fins lucrativos?

- A) Empresas concessionárias
- B) Empresas públicas



- C) Sociedades de economia mista
- D) Empresas permissionárias
- E) Fundações autárquicas

02. Configura hipótese de licitação inexigível a

- A) contratação de instituição brasileira incumbida de pesquisa ou ensino
- B) ocorrência de guerra
- C) restauração de obra de arte e objetos históricos, de autenticidade comprovada
- D) locação de imóvel com localização e instalação determinada como condicionante para o atendimento do interesse público
- E) necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços

03. A rescisão contratual

- A) impede o exame de legalidade por parte do Poder Judiciário
- B) nunca pode se dar por discricionariedade da Administração
- C) configura direito subjetivo do contratado quando a Administração atrasa o pagamento por prazo superior a 30 (trinta) dias
- D) exige sempre a homologação judicial
- E) pode ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração

04. A Administração apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, como os contratados, através do poder

- A) hierárquico
- B) disciplinar
- C) de polícia
- D) de prestar contas
- E) de tutela

05. Se o ato administrativo contiver o vício de ilegalidade ou de ilegitimidade ensejará a

- A) reversão
- B) revogação
- C) retrocessão
- D) anulação
- E) rescisão

06. A extinção do ato administrativo em virtude do auto-controle dos atos praticados pelo Poder Executivo se dá por

- A) legalidade, gerando efeitos retroativos
- B) decisão judicial, sem gerar qualquer efeito
- C) conveniência e oportunidade, gerando efeitos retroativos
- D) decisão do Tribunal de Contas, gerando efeitos declaratórios imediatos
- E) legalidade, gerando efeitos declaratórios imediatos

07. Um exemplo de ato de descentralização administrativa é

- A) a delegação de tarefa do Controlador-Geral para seu substituto
- B) a delegação do serviço de cadastro por Secretário para Departamento da Secretaria
- C) a delegação legal do serviço de fiscalização do trânsito para a Empresa de Vigilância da Guarda Municipal
- D) a delegação de tarefa do Prefeito para seus Secretários
- E) o convênio para execução conjunta de serviço público de interesse do Estado e do Município.

08. A licitação pública realizada pela Administração, nos exatos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93, observa os princípios

- A) da economicidade, da impessoalidade e do interesse pessoal
- B) da economicidade, da legalidade e da continuidade do serviço público
- C) da moralidade administrativa, da razoabilidade e da discricionariedade

- D) da vinculação ao instrumento convocatório, da moralidade administrativa e do julgamento objetivo
- E) da necessidade de contratação, da igualdade e da continuidade do serviço público

09. São modalidades de garantia previstas na Lei nº 8666/93:

- A) a fiança bancária e a caução em títulos da dívida pública limitados a até 10% (dez por cento) na aquisição de gêneros alimentícios
- B) a caução em títulos da dívida pública e o seguro-garantia, limitados a até 15% (quinze por cento) na aquisição de material de escritório
- C) a caução em dinheiro e a fiança bancária, limitados a até 10% (dez por cento) para obras de construção de usina de lixo
- D) o seguro-garantia e a fiança bancária, limitados a até 50% (cinquenta por cento) na aquisição de material de informática
- E) a fiança bancária e a caução em títulos da dívida pública limitados a até 20% (vinte por cento) na prestação de serviços de limpeza

10. A presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos acarreta

- A) que apenas o Judiciário, após produção de prova em contrário, poderá decretar a invalidade do ato administrativo
- B) a celeridade no cumprimento das leis
- C) que, nem com a produção de prova em contrário, poderá ser decretada a invalidade do ato administrativo
- D) que não poderão ser questionados os aspectos legais do ato administrativo
- E) a impessoalidade e a informalidade dos procedimentos administrativos

11. Em relação às sociedades de economia mista, pode-se dizer:

- I) são pessoas jurídicas de direito privado, com participação do Poder Público e de particulares no seu capital e na sua administração;
- II) quando utilizadas para explorar atividades econômicas, devem operar sob as mesmas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;
- III) o seu pessoal não está sujeito à proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos ou funções.

Quanto às afirmativas acima,

- A) apenas I e II são corretas.
- B) apenas I e III são corretas.
- C) apenas II e III são corretas.
- D) todas são corretas.

12. A edição, pelo Chefe do Executivo, de normas gerais e abstratas que permitam o cumprimento das leis, baseia-se em seu poder

- A) disciplinar.
- B) hierárquico.
- C) regulamentar.
- D) discricionário.

13. Contrato administrativo pelo qual a Administração confere ao particular a execução remunerada de serviço público é

- A) convênio.
- B) autorização.
- C) permissão.
- D) concessão.

14. Em relação à invalidação dos atos administrativos pode-se dizer que:

- I) no caso de ilegalidade do ato, a própria Administração pode anulá-lo;
  - II) ocorrendo revogação de ato administrativo, são válidos os efeitos por ele produzidos até o momento de sua revogação;
  - III) o Poder Judiciário pode revogar atos praticados pela Administração.
- São corretas:

- A) apenas as afirmativas I e II.
- B) apenas as afirmativas I e III.
- C) apenas as afirmativas II e III.
- D) todas as afirmativas.

15. Em qual dessas modalidades de licitação é dispensada a publicidade:

- A) tomada de preços.
- B) convite.
- C) concorrência.
- D) em nenhuma das alternativas anteriores.

16. Em relação aos contratos administrativos, é correto afirmar que

- A) não admitem a inclusão de cláusulas exorbitantes.
- B) deles, a Administração participa com supremacia de poder.
- C) em regra não se submetem à exigência de prévia licitação.
- D) não admitem alteração ou modificação unilateral.

17. Em relação aos servidores públicos civis, consta que:

- I) os cargos públicos são acessíveis a todos brasileiros e estrangeiros residentes no País, que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
- II) o funcionário público em estágio probatório não pode ser dispensado por conveniência da Administração e independentemente de inquérito ou da observância de formalidades para apuração de sua capacidade;
- III) têm eles direito à irredutibilidade dos vencimentos ou salários, à licença paternidade e ao repouso semanal remunerado.

Pode-se dizer que

- A) apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B) apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C) apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D) todas as afirmativas são corretas.

18. Pedido de anulação ou modificação do ato administrativo, dirigido à autoridade superior dentro do mesmo órgão em que foi praticado o ato, constitui

- A) pedido de reconsideração.
- B) representação.
- C) recurso hierárquico impróprio.
- D) recurso hierárquico próprio.

19. O Poder Público, agindo ilicitamente, ocupa imóvel particular e nele inicia a construção de obra pública. Para a reparação do direito lesado, a ação adequada a ser proposta pelo proprietário é a

- A) ação de retrocessão.
- B) ação de desapropriação indireta.
- C) ação de reintegração de posse.
- D) ação de desapropriação.

20. A exigência, imposta por lei municipal, de recuo de determinado número de metros na construção a ser levantada em terreno urbano, constitui

- A) servidão predial.
- B) servidão administrativa.
- C) limitação administrativa.
- D) desapropriação parcial do terreno.

#### **GABARITO**

**01-E | 02-C | 03-E | 04-B | 05-D**

**06-A | 07-C | 08-D | 09-C | 10-B**

**11-A | 12-C | 13-D | 14-A | 15-B**

**16-B | 17-C | 18-D | 19-B | 20-C**

## DIREITO ADMINISTRATIVO – SIMULADO 11

01. A Administração Pública, como tal prevista na Constituição Federal (art. 37) e na legislação pertinente (Decreto-Lei nº 200/67, com alterações supervenientes), além dos órgãos estatais e de diversos tipos de entidades abrange, também,

- A) as concessionárias de serviço público em geral
- B) as universidades federais que são fundações públicas
- C) as organizações sindicais
- D) os chamados serviços sociais autônomos (Senai, Senac etc.)
- E) os partidos políticos

02. As autarquias e as empresas públicas, como integrantes da Administração Federal Indireta, equiparam-se entre si pelo fato de que ambas são

- A) pessoas administrativas, com personalidade jurídica própria
- B) pessoas administrativas, sem personalidade jurídica própria
- C) pessoas jurídicas de direito público interno
- D) pessoas jurídicas de direito privado
- E) pessoas ou entidades políticas estatais

03. A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal, constitui mais propriamente o exercício do poder

- A) de domínio
- B) de polícia
- C) disciplinar
- D) hierárquico
- E) regulamentar

04. Um ato administrativo estará caracterizando desvio de poder, por faltar-lhe o elemento relativo à finalidade de interesse público, quando quem o praticou violou o princípio básico da

- A) economicidade
- B) eficiência
- C) impessoalidade
- D) legalidade
- E) moralidade

05. Quando a valoração da conveniência e oportunidade fica ao talante da Administração, para decidir sobre a prática de determinado ato, isto consubstancia na sua essência

- A) a sua eficácia
- B) a sua executoriedade
- C) a sua motivação
- D) o poder vinculado
- E) o mérito administrativo

06. A nomeação de ministro do Superior Tribunal de Justiça, porque a escolha está sujeita a uma lista tríplice e aprovação pelo Senado Federal, contando assim com a participação de órgãos independentes entre si, configura a hipótese específica de um ato administrativo

- A) complexo
- B) composto
- C) bilateral
- D) discricionário
- E) multilateral

07. O ato administrativo, a que falte um dos elementos essenciais de validade,

- A) é considerado inexistente, independente de qualquer decisão administrativa ou judicial
- B) goza da presunção de legalidade, até decisão em contrário
- C) deve por isso ser revogado pela própria Administração
- D) só pode ser anulado por decisão judicial
- E) não pode ser anulado pela própria Administração

08. O que, essencial e fundamentalmente, mais caracteriza um contrato administrativo, diferenciando-o dos demais e subordinando-o às regras específicas de direito público, é

- A) ter como parte contratante uma entidade da Administração Pública
- B) ter como parte contratante uma pessoa jurídica de direito público interno e presente o interesse público no seu objeto
- C) ter o interesse público presente no seu objeto, ainda que uma das partes não seja órgão ou entidade da Administração Pública
- D) o fato de acarretar despesa à conta de recursos públicos
- E) o fato de versar seu objeto uma determinada prestação de serviço público

09. A locação de imóvel, para nele funcionar determinado serviço público, será uma modalidade de contratação que (em que)

- A) depende de prévia licitação, em qualquer caso
- B) prescinde de licitação, em qualquer caso
- C) pode ser dispensada a licitação, nos casos previstos na lei
- D) é inexigível a licitação, nos casos previstos na lei
- E) é discricionariamente dispensável ou inexigível a licitação

10. O regime jurídico dos contratos administrativos, inclusive no que confere à Administração as prerrogativas de modificá-los, rescindi-los e outras compreendidas nas chamadas cláusulas derogativas ou excepcionais do direito privado,

- A) não se aplica aos de seguro, em que a União for parte
- B) não se aplica aos de locação, em que a União for locatária
- C) não se aplica àqueles em que a União for parte como usuária de serviço público
- D) aplica-se àqueles em que a União for parte como usuária de serviço público, no que couber
- E) aplica-se aos de locação, mas somente quando a União for locadora

11. A influência do Direito Administrativo francês no Direito Administrativo brasileiro é notável. Entre os institutos oriundos do direito francês abaixo, assinale aquele que não foi introduzido no sistema brasileiro.

- A) Regime jurídico de natureza legal para os servidores dos entes de direito público.
- B) Teoria da responsabilidade objetiva do Poder Público.
- C) Natureza judicante da decisão do contencioso administrativo.
- D) Cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos.
- E) Inserção da moralidade como princípio da Administração Pública.

12. A Administração Pública, em sentido objetivo, no exercício da função administrativa, engloba as seguintes atividades, exceto:

- A) polícia administrativa
- B) serviço público
- C) elaboração legislativa, com caráter inovador
- D) fomento a atividades privadas de interesse público
- E) intervenção no domínio público

13. Pela teoria do órgão, entende-se que a vontade da pessoa jurídica manifesta-se por meio dos agentes que compõem os órgãos de sua estrutura. Por esta teoria, a vinculação da vontade órgão e agente se dá mediante:

- A) representação
- B) usurpação
- C) mandato
- D) delegação

E) imputação

14. Com relação à competência administrativa, não é correto afirmar:

- A) é inderrogável, pela vontade da Administração
- B) pode ser distribuída por critérios territoriais e hierárquicos
- C) decorre necessariamente de lei
- D) pode ser objeto de delegação e/ou avocação, desde que não exclusiva
- E) pode ser alterada por acordo entre a Administração e os administrados interessados

15. São órgãos da Administração Pública, sem personalidade jurídica, exceto:

- A) Departamento de Polícia Federal
- B) Estado Maior das Forças Armadas
- C) Imprensa Nacional
- D) Escola Nacional de Administração Pública
- E) Conselho Monetário Nacional

16. Quanto às fundações instituídas pelo Poder Público, com personalidade jurídica de direito público, pode-se afirmar, exceto:

- A) o regime jurídico de seu pessoal pode ser o estatutário
- B) os atos de seus dirigentes não são suscetíveis de controle pelo Ministério Público
- C) têm as mesmas características das entidades autárquicas
- D) podem expressar poder de polícia administrativa
- E) o seu patrimônio é impenhorável

17. O decreto, com função normativa, não tem o seguinte atributo:

- A) novidade
- B) privativo do Chefe do Poder Executivo
- C) generalidade
- D) abstração
- E) obrigatoriedade

18. Assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta.

1- ato vinculado

2- ato discricionário

- ( ) aposentadoria compulsória por implemento de idade
- ( ) graduação de penalidade em processo administrativo
- ( ) revogação de processo licitatório
- ( ) exoneração de servidor em estágio probatório
- ( ) concessão de alvará para atividade comercial

- A) 2/1/1/2/2
- B) 1/2/2/1/1
- C) 2/2/2/1/1
- D) 1/2/1/2/1
- E) 1/1/2/2/2

19. Quando a autoridade remove servidor para localidade remota, com o intuito de puni-lo,

- A) incorre em desvio de poder
- B) pratica ato disciplinar
- C) age dentro de suas atribuições
- D) não está obrigada a instaurar processo administrativo
- E) utiliza-se do poder hierárquico

20. Quanto à extinção do ato administrativo, é correto afirmar:

- A) é factível a convalidação de todo ato administrativo
- B) os efeitos da revogação retroagem à data inicial de validade do ato revogado
- C) a caducidade do ato ocorre por razões de ilegalidade

- D) a anulação pode-se dar por ato administrativo ou judicial
- E) oportunidade e conveniência justificam a cassação do ato administrativo

**GABARITO**

**01-B | 02-A | 03-B | 04-C | 05-E**  
**06-A | 07-B | 08-B | 09-C | 10-D**  
**11-C | 12-C | 13-E | 14-E | 15-D**  
**16-B | 17-A | 18-B | 19-A | 20-D**

**DIREITO ADMINISTRATIVO – SIMULADO 12**

01. Não é característica do contrato administrativo:
- A) natureza de contrato de adesão
  - B) finalidade pública
  - C) liberdade de forma
  - D) presença de cláusulas exorbitantes
  - E) mutabilidade
02. As terras devolutas pertencem
- A) exclusivamente à União
  - B) exclusivamente aos Estados
  - C) exclusivamente aos Municípios
  - D) à União e aos Estados, conforme sua localização
  - E) à União, aos Estados e aos Municípios, conforme sua localização
03. Nos contratos administrativos, o cumprimento dos encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas é de responsabilidade
- A) exclusiva do contratado
  - B) da Administração Pública e do contratado
  - C) da Administração Pública, quando não satisfeito pelo contratado
  - D) do contratado, quando não satisfeito pela Administração Pública
  - E) exclusiva da Administração Pública
04. São hipóteses de dispensa de licitação, exceto:
- A) contratação de serviço técnico de profissional de notória especialização
  - B) casos de calamidade pública
  - C) contratação de remanescente de obra, desde que observadas a ordem de classificação e as condições do licitante vencedor
  - D) locação de imóvel para atender às finalidades da Administração
  - E) contratação de instituição brasileira da área da pesquisa científica, sem fins lucrativos
05. A atividade negativa que sempre impõe uma abstenção ao administrado, constituindo-se em obrigação de não fazer, caracteriza o poder
- A) discricionário
  - B) disciplinar
  - C) normativo
  - D) de polícia
  - E) hierárquico
06. Os bens dominicais do Estado podem ser alienados mediante os seguintes institutos, exceto:

- A) retrocessão
- B) usucapião
- C) dação em pagamento
- D) permuta
- E) doação

07. Relativamente ao processo de desapropriação,

- A) a contestação pode suscitar questões referentes ao domínio
- B) os ônus reais podem ser objeto de discussão
- C) o pagamento da indenização a terceiro é motivo de nulidade
- D) prevalece a avaliação administrativa
- E) na contestação só podem ser discutidos o preço e vícios processuais

08. São pressupostos do mandado de segurança, exceto:

- A) lesão ou ameaça de lesão
- B) dano ao patrimônio público
- C) ilegalidade ou abuso de poder
- D) ato de autoridade
- E) direito líquido e certo não amparado por habeas-corpus ou habeas-data

09. Quanto ao instituto da disponibilidade não é correto afirmar:

- A) só se aplica ao servidor estável
- B) o aproveitamento do servidor em disponibilidade pode-se dar em qualquer outro cargo público
- C) a remuneração do servidor em disponibilidade é proporcional ao tempo de serviço
- D) o tempo de disponibilidade não é computado para fins de aposentadoria
- E) a desnecessidade do cargo pode ser revertida, com a volta à atividade do servidor em disponibilidade

10. No âmbito do processo administrativo, o princípio que autoriza a instituição do processo por iniciativa da Administração, sem necessidade de provocação, denomina-se princípio

- A) da gratuidade
- B) do contraditório
- C) da oficialidade
- D) da legalidade
- E) da observância à forma

11. Em relação à discricionariedade, não é correto afirmar:

- A) pode ser controlada mediante ato do Poder Judiciário
- B) jamais se manifesta em relação ao sujeito do ato administrativo
- C) tem por fundamento o binômio conveniência e oportunidade
- D) somente ocorre quando a lei expressamente confere à Administração o poder de exercê-la
- E) não está presente em todos os elementos do ato administrativo

12. O ato administrativo que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, cujas vontades se unem para formar um ato único, denomina-se

- A) ato complexo
- B) ato procedimental
- C) ato singular
- D) ato duplo
- E) ato composto

13. A atribuição do Congresso Nacional de sustar contratos considerados irregulares, classifica-se como um ato do controle

- A) político
- B) administrativo
- C) financeiro



- D) judicial
- E) interno

14. O contrato administrativo que tem por objeto a obtenção de mão-de-obra para pequenos trabalhos, mediante pagamento por preço certo, com ou sem fornecimento de material, denomina-se:

- A) tarefa
- B) administração contratada
- C) contrato de fornecimento
- D) contrato de gestão
- E) concessão de uso

15. Não se considera como característica própria do contrato administrativo, não presente nas relações do direito comum:

- A) presença de cláusulas exorbitantes
- B) presença da Administração Pública como poder público
- C) mutabilidade
- D) finalidade pública
- E) forma prescrita ou não vedada em lei

16. Em relação ao pregão, nova modalidade de licitação, não é correto afirmar:

- A) poderá haver lances verbais e sucessivos no curso da sessão
- B) se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, novo pregão deverá ser realizado
- C) é vedada a exigência de garantia de proposta
- D) a fase de habilitação ocorre a posteriori, em relação ao julgamento da proposta
- E) o prazo para a apresentação das propostas não será inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso

17. Para se dar a revogação do procedimento licitatório, deve haver

- A) vício no edital
- B) ilegalidade em qualquer fase do procedimento
- C) recurso provido de licitante
- D) conveniência do Poder Público
- E) fato superveniente e motivação

18. Em relação à concessão de serviço público, é correto afirmar:

- A) é possível a alteração unilateral do objeto da concessão
- B) decadência é a retomada do serviço público ao final do prazo da concessão
- C) a responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros, por consequência de seus serviços, tem natureza subjetiva
- D) a rescisão unilateral por motivo de inadimplência contratual denomina-se caducidade
- E) a incorporação dos bens do concessionário ao poder concedente dar-se-á mediante encampação

19. Em relação à aposentadoria do servidor não é correto afirmar:

- A) a aposentaria compulsória, por implemento de idade, ocorre aos setenta anos, seja homem ou mulher o servidor
- B) os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria
- C) para a aposentadoria voluntária é exigida a comprovação de ter o servidor cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos na carreira em que se dará a aposentadoria
- D) os requisitos de idade e de tempo de contribuição necessários para a aposentadoria serão reduzidos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério no ensino fundamental e médio
- E) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de

livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social

20. Serão obrigatoriamente remunerados por meio de subsídio, fixado em parcela única, exceto:

- A) o detentor de mandato eletivo
- B) o servidor público organizado em carreira
- C) os Secretários Estaduais e Municipais
- D) os Ministros de Estado
- E) o membro de Poder

#### **GABARITO**

**01-C | 02-D | 03-A | 04-A | 05-D  
06-B | 07-E | 08-B | 09-B | 10-C  
11-D | 12-A | 13-C | 14-A | 15-E  
16-B | 17-E | 18-D | 19-C | 20-B**

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO – SIMULADO 13**

01. A fonte formal e primordial do Direito Administrativo é a (o)

- A) motivação que a fundamenta
- B) povo
- C) parlamento
- D) Diário Oficial
- E) Lei

02. Entre as entidades da Administração Pública Federal Indireta, são dotadas de personalidade jurídica de direito público as(os)

- A) autarquias
- B) empresas públicas
- C) sociedades de economia mista
- D) serviços sociais autônomos
- E) concessionárias de serviço público

03. A forma própria, pela qual um serviço público, afeto a determinado órgão estatal, tem sua execução transferida e delegada a particulares, para sua devida exploração, por contrato administrativo, é a

- A) autorização
- B) concessão
- C) permissão
- D) desafetação
- E) expropriação

04. O poder administrativo, pelo qual se disciplinam e restringem determinadas liberdades individuais, exercitadas até por particulares, que em razão disto podem ficar sujeitos à cobrança de tributo, na modalidade de taxa, é o

- A) disciplinar
- B) hierárquico
- C) de polícia
- D) regulamentar
- E) discricionário

05. Os atos administrativos têm como elementos essenciais de sua validade, entre outros,

- A) agente capaz, termo e modo
- B) motivação e finalidade de interesse público
- C) discricionariedade na escolha do objeto e do seu destinatário
- D) presunção de legalidade e auto-executoriedade
- E) prática por agente da Administração Pública direta ou indireta em geral

06. O mérito, como critério subjetivo, para a autoridade pública escolher um determinado comportamento previsto em lei e praticar o ato administrativo correspondente, diz respeito ao juízo de valor sobre

- A) moralidade e legitimidade
- B) legitimidade e legalidade
- C) economicidade e eficiência
- D) conveniência e oportunidade
- E) eficiência e eficácia

07. Nos contratos administrativos em geral, de acordo com a legislação que rege essa matéria (Lei no 8666/93 com suas modificações), não se faz necessária a inclusão de cláusula específica, estabelecendo

- A) o preço, as condições de pagamento e o crédito pelo qual correrá a despesa
- B) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas
- C) os casos de sua alteração unilateral ou por acordo das partes
- D) a legislação aplicável à sua execução
- E) os casos de sua rescisão

08. Para a alienação por venda de bens imóveis da Administração Pública, de acordo com as normas pertinentes estabelecidas na legislação que rege a matéria (Lei no 8666/93), a modalidade de licitação cabível é

- A) concorrência ou tomada de preços
- B) tomada de preços ou convite
- C) tomada de preços em qualquer caso
- D) concorrência ou leilão
- E) tomada de preços ou leilão

09. A teoria da responsabilidade objetiva do Estado consiste em que ele responde pelos danos causados por seus agentes a terceiros,

- A) sendo restrita às pessoas jurídicas de direito público
- B) depende de prévia prova de dolo ou culpa daqueles servidores
- C) não se admitindo prova de eventual culpa recíproca
- D) não se admitindo excludente, por culpa do paciente (vítima)
- E) independente de prévia prova de dolo ou culpa desses servidores

10. No inquérito administrativo, que constitui uma fase do processo disciplinar, uma vez tipificada a infração disciplinar, o procedimento imediatamente seguinte será

- A) a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele atribuídos e das provas respectivas
- B) a elaboração do relatório, mencionando as provas em que se baseou a comissão, para a sua convicção
- C) a remessa do processo à autoridade competente, para o devido julgamento
- D) o interrogatório do acusado
- E) a tomada do depoimento das testemunhas

11. A Súmula do Supremo Tribunal Federal A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial, relaciona-se ao princípio da

- A) legalidade.
- B) autotutela.
- C) razoabilidade.
- D) finalidade.

12. Nos contratos administrativos diz-se que há empreitada por preço global quando se

- A) ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

- B) contrata a execução da obra com pagamento integral antecipado.
- C) contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- D) contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.

13. O desligamento do cargo com caráter sancionador tem o nomen juris de

- A) demissão.
- B) exoneração.
- C) disponibilidade.
- D) dispensa.

14. A passagem de fios elétricos sobre imóveis particulares é

- A) limitação administrativa.
- B) servidão administrativa.
- C) tombamento.
- D) requisição.

15. Resolução do Secretário da Segurança Pública proibindo a venda de bebidas alcoólicas no dia das eleições é ato administrativo pelo qual a Administração manifesta seu poder

- A) hierárquico.
- B) regulamentar.
- C) de polícia.
- D) disciplinar.

16. Recurso hierárquico à autoridade imediatamente superior, dentro do mesmo órgão em que o ato foi praticado denomina-se

- A) recurso próprio.
- B) pedido de reconsideração.
- C) recurso impróprio.
- D) Representação.

17. Viatura policial abalroou um veículo particular causando-lhe danos. O proprietário desse veículo será indenizado pelo Estado

- A) se houver nexo de causalidade entre o procedimento comissivo da Administração Pública e os danos produzidos.
- B) somente se restar comprovada a culpa comissiva do Estado.
- C) exclusivamente se a ação do motorista foi dolosa.
- D) apenas no caso de o condutor do carro oficial não estar a serviço da unidade em que trabalha.

18. O prazo de prescrição das penalidades administrativas disciplinares conta-se

- A) a partir da data de instauração de sindicância ou processo administrativo.
- B) a partir da data em que a infração for cometida.
- C) a partir da data em que o fato se tornar conhecido pela autoridade competente.
- D) do dia em que o autor da infração for interrogado.

19. Após três anos de exercício subsequentes à nomeação por concurso, o servidor público goza de estabilidade. Porém, poderá ser desligado do serviço

- A) no caso em que seu cargo venha a ser extinto ou declarado desnecessário.
- B) a critério da Administração, com exoneração devidamente justificada.
- C) mediante procedimento periódico de desempenho, assegurada ampla defesa.
- D) quando de reforma administrativa realizada por lei.

20. O atributo pelo qual o ato administrativo é imposto ao administrado, independente da sua anuência, intitula-se

- A) exigibilidade.
- B) presunção de legitimidade.
- C) auto-executoriedade.
- D) imperatividade.

## **GABARITO**

**01-E | 02-A | 03-B | 04-C | 05-B**

**06-D | 07-C | 08-D | 09-E | 10-A**

**11-B | 12-D | 13-A | 14-B | 15-C**

**16-A | 17-A | 18-C | 19-C | 20-D**

## **DIREITO ADMINISTRATIVO – SIMULADO 14**

01. Constitui forma de intervenção do Estado na propriedade privada, como procedimento administrativo unilateral, auto-executório, temporário, oneroso e fundado em necessidade pública inadiável e urgente:

- A) o tombamento.
- B) a desapropriação.
- C) a requisição administrativa.
- D) a servidão administrativa.

02. Atividade da Administração Pública, subordinada à ordem jurídica e ao controle jurisdicional, que acarrete limite ao exercício de um direito do particular, caracteriza

- A) regulamento autônomo.
- B) ordem pública.
- C) polícia judiciária.
- D) poder de polícia.

03. Um delegado de polícia, tendo de cumprir um mandado de prisão de um desafeto, resolve fazê-lo no dia em que este iria tomar posse em um cargo importante, para que todos os jornais e meios de comunicação pudessem registrar a prisão. Esta atitude do delegado pode demonstrar

- A) desvio de finalidade.
- B) arbitrariedade.
- C) abuso de poder discricionário.
- D) abuso de poder vinculado.

04. Determinado Estado contrata a prestação de serviço de limpeza diretamente, sem licitação, sob o argumento de que a contratada teria oferecido proposta vantajosa para o Estado, que deveria pagar apenas o custo do material de limpeza. Esse contrato poderá vir a ser anulado?

- A) Não, porque o interesse público ficou resguardado pela contratação.
- B) Sim, porque a exigência de licitação não apenas busca o melhor negócio, como também oferece a todos os administrados tratamento isonômico.
- C) Sim, porque a Administração Pública não pode nunca contratar prestação de serviço de limpeza sem prévio procedimento licitatório.
- D) Depende; se o custo do material de limpeza estiver de acordo com a média do mercado, o contrato não poderá ser anulado.

05. Empresa concessionária, prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica, por ocasião da passagem para o ano 2000, sofre uma pane em seus computadores ("bug" do milênio) e isso vem a causar danos aos usuários. Caso a prestadora não tenha como responder pelos prejuízos, configura-se a responsabilidade solidária da União, poder concedente, desde que

- A) o contrato de concessão não exclua a responsabilidade da União.
- B) a concessionária não tenha responsabilidade objetiva na prestação do serviço.
- C) a causa única dos danos seja a pane.
- D) a concessionária tenha agido com culpa.

06. Na definição de Seabra Fagundes - "Administrar é aplicar a lei de ofício." - o princípio subjacente é o da

- A) legalidade.

- B) oficialidade.
- C) auto-executoriedade.
- D) formalidade.

07. Configura causa de rescisão do contrato de concessão de serviço público, sem indenização por perdas e danos,

- A) a encampação.
- B) a reversão dos bens afetados ao serviço público.
- C) a declaração de caducidade.
- D) o resgate.

07. Garante-se o direito à informação, na Administração Pública, por meio

- A) da publicidade administrativa e do Mandado de Injunção.
- B) dos direitos de certidão e de universalização dos serviços.
- C) do controle externo do Tribunal de Contas.
- D) do direito de petição e do Habeas Data.

09. São características das autarquias:

- A) personalidade jurídica pública, especialização dos fins, autonomia.
- B) criação por lei, personalidade jurídica de direito público, sujeição a controle.
- C) criação por lei, personalidade jurídica de direito público, desempenho de serviço público centralizado.
- D) capacidade de auto-administração, personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

10. Para o aprovado em concurso público iniciar suas atividades, exigem-se

- A) nomeação, posse e exercício.
- B) contratação e acesso.
- C) nomeação e aproveitamento.
- D) vacância, nomeação e provimento derivado.

11. A Administração Pública Federal Direta, como tal prevista na Constituição e na legislação pertinente vigente, restringe-se

- A) aos órgãos do Poder Executivo
- B) aos órgãos da estrutura da União
- C) às autarquias e empresas públicas
- D) às autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista
- E) aos órgãos da estrutura da União e suas autarquias

12. A fundamental diferença, juridicamente, entre um órgão da Administração Pública Federal Direta e uma entidade da Administração Indireta é a sua autonomia administrativa.

- A) Correta a assertiva, porque só as entidades podem ter autonomia.
- B) Incorreta a assertiva, porque a diferença é que a entidade tem personalidade jurídica própria e o órgão não.
- C) Incorreta a assertiva, porque a diferença é que a entidade não está sujeita a licitação nem ao controle do Tribunal de Contas.
- D) Incorreta a assertiva, porque a entidade não se subordina ao princípio de legalidade.
- E) incorreta a assertiva, porque a entidade não se subordina aos princípios fundamentais de economicidade e publicidade.

13. O SERPRO, Serviço Federal de Processamento de Dados, no contexto da Administração Pública Federal, é conceituado e caracterizado como sendo um(a)

- A) órgão autônomo
- B) autarquia federal
- C) empresa pública
- D) sociedade de economia mista
- E) concessionária de serviço público

14. O controle externo da Administração Pública, no concernente à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, que é previsto na Constituição a cargo do Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União,

- A) é restrito aos órgãos da Administração Direta
- B) é restrito aos órgãos e autarquias
- C) abrange órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta
- D) não abrange as empresas públicas
- E) na Administração Indireta restringe-se aos aspectos contábil e financeiro

15. Os atos administrativos, regidos que são pelas normas de direito público, gozam da presunção de legalidade e do atributo de auto-executoriedade, podendo ser como tais praticados por autoridade competente de órgão e autarquia.

- A) Correta a assertiva.
- B) Incorreta a assertiva, porque tais atos só são praticados por autoridade de órgão e não de autarquia.
- C) Incorreta a assertiva, porque podem ser praticados por qualquer autoridade de órgão ou entidade.
- D) Incorreta a assertiva, porque tais atos não gozam da presunção de legalidade.
- E) Incorreta a assertiva, porque tais atos não são dotados do atributo de auto-executoriedade.

16. A Administração Pública pode anular, a qualquer tempo, os seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, dos quais decorram efeitos favoráveis aos seus destinatários.

- A) Correta a assertiva, porque esse direito de anular seus atos não incorre em decadência ou prescrição.
- B) Incorreta a assertiva, porque a Administração decai desse direito de anular seus atos em 2 anos.
- C) Incorreta a assertiva, porque a Administração decai desse direito em 5 anos.
- D) Incorreta a assertiva, porque a Administração decai desse direito em 7 anos.
- E) Incorreta a assertiva, porque a Administração decai desse direito em 10 anos.

17. Nos casos em que houver inviabilidade de competição, para a contratação de um determinado serviço profissional técnico-especializado, a Lei de Licitações (Lei no 8.666/93) autoriza a adoção do procedimento de

- A) carta-convite
- B) concurso
- C) dispensa
- D) inexigibilidade
- E) leilão

18. Os bens públicos podem ser alienados, havendo autorização legal nesse sentido e após avaliação, mas sempre mediante licitação, na modalidade de concorrência ou leilão, neste caso se a aquisição decorreu de procedimento judicial ou dação em pagamento.

- A) Correta a assertiva, sem restrições.
- B) Incorreta a assertiva, porque a alienação depende sempre e só de concorrência.
- C) Incorreta a assertiva, porque a alienação depende sempre e só de leilão.
- D) Incorreta a assertiva, porque a licitação pode ser dispensada, no caso de aquisição decorrente de procedimento judicial ou dação em pagamento.
- E) Incorreta a assertiva, porque a licitação pode ser dispensada em alguns casos previstos em lei, como para permuta e na investidura.

19. A regra constitucional, que proíbe a acumulação remunerada de cargos e empregos públicos, excepciona

- A) as funções de confiança
- B) os empregos em sociedade de economia mista
- C) os empregos em entidades da Administração Indireta
- D) dois deles de professor
- E) dois deles de técnico-científico

20. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de culpa ou dolo.

- A) Correta a assertiva.
- B) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade objetiva prevista na Constituição não se estende à pessoa jurídica de direito privado, ainda que prestadora de serviço público.
- C) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade objetiva da Administração Pública depende sempre de haver culpa ou dolo do agente causador do dano.
- D) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade civil da Administração Pública não enseja direito de regresso.
- E) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade civil da Administração Pública não abrange os danos causados por seus agentes, que tenham agido com dolo ou culpa.

#### **GABARITO**

**01-C | 02-D | 03-A | 04-B | 05-C**

**06-A | 07-C | 08-D | 09-B | 10-A**

**11-B | 12-B | 13-C | 14-C | 15-A**

**16-C | 17-D | 18-E | 19-D | 20-A**

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO – SIMULADO 15**

01. Considerando as normas do Estatuto da Advocacia, indicar a alternativa correta:

- A) São impedidos de exercer a advocacia os ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente à atividade policial de qualquer natureza.
- B) Não é permitida a reabilitação do advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar e já possua antecedentes.
- C) A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em três anos, da data da constatação oficial do fato.
- D) Quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.

02. Assinalar a alternativa que não seja característica do órgão administrativo:

- A) Poderes funcionais.
- B) Personalidade jurídica.
- C) Estrutura.
- D) Competência.

03. Assinalar, com base no Estatuto da Advocacia, a alternativa correta:

- A) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.
- B) É permitido ao advogado adquirir, mesmo em hasta pública, bem penhorado ou arrecadado no processo em que tenha intervenção.
- C) O advogado deve valer-se de sua influência política em benefício do cliente.
- D) Sobrevindo conflito de interesses entre seus constituintes, deve o advogado conciliar o exercício simultâneo dos dois mandatos.

04. O processo pelo qual um bem público de uso comum passa a classificar-se como bem dominical, denomina-se:

- A) Retrocessão.
- B) Alienação.
- C) Desafetação.
- D) Desapropriação.

05. Segundo o Estatuto da Advocacia e da OAB, pode-se afirmar que:

- A) Inclui-se na atividade privativa da advocacia, a impetração de habeas corpus.
- B) O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, pode praticar, isolada e



individualmente, os atos inerentes às atividades privativas de advocacia.

C) No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

D) O advogado postula em juízo ou fora dele, sem necessidade de fazer prova do mandato.

06. A passagem de fios elétricos de alta tensão sobre propriedade particular caracteriza caso de:

A) Ocupação administrativa.

B) Servidão administrativa.

C) Desapropriação.

D) Servidão civil.

07. Em face do Estatuto da Advocacia e da OAB, indicar a alternativa incorreta.

A) É direito do advogado exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional.

B) Prescreve em quatro anos a ação de cobrança de honorários de advogado.

C) Salvo estipulação em contrário, um terço dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até à decisão de primeira instância e o restante no final.

D) O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticou com dolo ou culpa.

08. Assinalar a hipótese de desapropriação por interesse social:

A) Para construção de unidade escolar.

B) Para ampliação de distritos industriais.

C) Para incorporação de bem artístico ao acervo público.

D) Para fins de reforma agrária.

09. São direitos trabalhistas estendidos aos servidores públicos, exceto:

A) Fundo de garantia por tempo de serviço.

B) Repouso semanal remunerado.

C) Férias anuais remuneradas com acréscimo de 1/3.

D) Licença à gestante.

10. O último ato do procedimento licitatório, pelo qual se atribui ao vencedor o objeto licitado, chama-se:

A) Julgamento.

B) Homologação.

C) Contratação.

D) Adjudicação.

11. Considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinalar a alternativa correta:

A) - O advogado que tenha sofrido sanção disciplinar pode requerer sua reabilitação, após dois anos do seu cumprimento, com a apresentação de prova efetiva de bom comportamento.

B) - Quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, a reabilitação independe da correspondente reabilitação criminal.

C) - A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em três anos.

D) - A prescrição interrompe-se pela instauração do processo disciplinar ou pela notificação válida, feita diretamente ao representado.

12. Administração Pública é um conjunto de órgãos:

A) - Em que se dividem os poderes do Estado.

B) - Instituídos para a consecução dos objetivos do Governo.

C) - Que demonstram a soberania posta em ação.

D) - Que praticam atos de governo

13. A Administração Pública é uma atividade:

A) - Política.

- B) - Sempre discricionária.
- C) - Neutra.
- D) - Sempre vinculada à lei.

14. Órgãos Públicos são:

- A) - Centro de competência
- B) - Centros de comando
- C) - Centros de realização de atividades políticas
- D) - A expressão fática dos Poderes.

15. A existência de limitações administrativas específicas sobre determinado imóvel particular, impedido seu uso regular:

I - Assegura o direito de permutar esse imóvel com outro de igual valor de propriedade da pessoa jurídica de direito público que estabeleceu a limitação administrativa.

II - Permite ao seu proprietário pedir indenização pelo prejuízo sofrido.

III - Nada assegura ao seu proprietário, na medida em que prevalece o interesse público sobre o interesse particular.

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- A) - Todas estão erradas.
- B) - Apenas a I está correta.
- C) - Apenas a II está correta.
- D) - Apenas a III está correta.

16. Os Órgãos Públicos:

- A) - Representam juridicamente a pessoa jurídica de direito público.
- B) - São personalizados.
- C) - Expressam vontade distinta daquele da entidade a que pertencem.
- D) - Mantêm relações funcionais entre si.

17. A Administração expressa a vontade do Estado por meio:

- A) - De Agentes.
- B) - De órgãos.
- C) - De entidades.
- D) - De funcionários.

18. Órgãos superiores são os que detêm:

- A) - Os cargos de chefia.
- B) - O poder de direção, subordinados, porém, a uma chefia mais alta.
- C) - Os cargos de mais elevado nível hierárquico.
- D) - O comando supremo

19. Órgãos colegiados são aqueles que:

- A) - Deliberam por diversos cargos.
- B) - Representam diversos órgãos interligados.
- C) - Atuam por meio de decisão conjunta de seus membros.
- D) - Atuam através de um agente, após deliberação de subalternos.

20. Agentes Políticos são:

- A) - Os funcionários públicos.
- B) - Os Deputados.
- C) - Os Juizes.
- D) - Os membros do Poder.

#### **GABARITO**

**01-D | 02-B | 03-A | 04-C | 05-C**

**06-B | 07-B | 08-D | 09-A | 10-D**

**11-D | 12-B | 13-C | 14-A | 15-C**

**16-D | 17-A | 18-B | 19-C | 20-D**

